



# O PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

## RELATÓRIO ANUAL 2000





*Excelentíssima Senhora  
Nicole Fontaine  
Presidente do Parlamento Europeu  
rue Wiertz  
B - 1047 Bruxelles*

*Estrasburgo, Abril de 2001*

*Senhora Presidente,*

*Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 195 do Tratado que institui a Comunidade Europeia e do n.º 8 do artigo 3.º da Decisão do Parlamento Europeu relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu, junto apresento o meu relatório relativo ao ano de 2000.*

*Com os melhores cumprimentos*

*Jacob Söderman  
Provedor de Justiça da União Europeia*



<b>1</b>	<b>PREÂMBULO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>QUEIXAS APRESENTADAS AO PROVEDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>17</b>
2.1	A BASE JURÍDICA DO TRABALHO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	17
2.2	O MANDATO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU	18
2.2.1	“Má administração”	19
2.2.2	O código de boa conduta administrativa	19
2.3	ADMISSIBILIDADE DAS QUEIXAS	19
2.4	FUNDAMENTOS PARA A ABERTURA DE INQUÉRITOS	21
2.5	ANÁLISE DAS QUEIXAS	22
2.6	CONSELHO DE RECURSO A OUTRAS ENTIDADES E TRANSFERÊNCIAS	22
2.7	PODERES DE INQUÉRITO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	23
2.7.1	Audição de testemunhas	23
2.7.2	Verificação de documentos	24
2.7.3	Esclarecimento dos poderes de investigação do Provedor de Justiça Europeu	24
2.8	DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	25
<b>3</b>	<b>DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO</b>	<b>29</b>
3.1	QUEIXAS EM QUE NÃO FOI DETECTADO UM CASO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO	29
3.1.1	O Conselho da União europeia	29
	RECUSA DE PROMOÇÃO A UM LUGAR DO CATEGORIA A2 . . . . .	29
3.1.2	A COMISSÃO EUROPEIA	34
	ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RESPOSTA E DE DECISÃO SOBRE A ADMISSIBILIDADE DE UMA QUEIXA POR INFRAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS AUXÍLIOS DE ESTADO . . . . .	34
	ALEGADA NEGLIGÊNCIA DA COMISSÃO NO EXERCÍCIO DO SEU PAPEL DE GUARDIÃ DO TRATADO . . . . .	39
	APLICAÇÃO DA DIRECTIVA 92/43/CEE RELATIVA À PRESERVAÇÃO DOS HABITATS PELAS AUTORIDADES ESPANHOLAS . . . . .	46
	OBRAS DE REFORÇO DE PONTES NUMA ZONA DE PAISAGEM PROTEGIDA . . . . .	50
	ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE EM CONCURSO . . . . .	57
	RAZÕES DE NÃO APROVAÇÃO E ACESSO À PROVA CORRIGIDA . . . . .	58
	ALEGADO ATRASO NO PAGAMENTO AO ABRIGO DO PROJECTO ESPRIT . . . . .	60
	NÃO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE “COMITOLOGIA” E ACTOS DA COMISSÃO . . . . .	64
	DECISÃO DA COMISSÃO EUROPEIA DE NÃO INSTAURAR UM PROCESSO POR INCUMPRIMENTO CONTRA A ITÁLIA . . . . .	67
	LITÍGIO SOBRE CONTRATOS DE ÂMBITO CULTURAL . . . . .	71
	ALEGADA MÁ ADMINISTRAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DE UM RELATÓRIO . . . . .	77
	ELIMINAÇÃO DE PERGUNTAS DAS PROVAS DE PRÉ-SELECÇÃO . . . . .	83
	DIPLOMA NECESSÁRIO PARA ADMISSÃO A UM CONCURSO . . . . .	86
	LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS FUNCIONÁRIOS . . . . .	91
	INCAPACIDADE DE GARANTIR QUE A ITÁLIA CUMPA UM REGULAMENTO . . . . .	95

<b>3.1.3 O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia</b>	<b>98</b>
FALTA DE INFORMAÇÃO E NÃO REGISTO DE UMA PETIÇÃO .....	98
<b>3.1.4 O Instituto Universitário Europeu</b>	<b>100</b>
RECUSA DE ADMISSÃO PELO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EUROPEU .....	100
<b>3.2 CASOS SOLUCIONADOS PELA INSTITUIÇÃO</b>	<b>106</b>
<b>3.2.1 O Parlamento Europeu</b>	<b>106</b>
FALTA DE INFORMAÇÕES E ATRASOS EM PROCESSO DE CONCURSO .....	106
REEMBOLSO EXACTO DAS DESPESAS DE VIAGEM DE CANDIDATOS A CONCURSO .....	108
<b>3.2.2 O Conselho da União Europeia</b>	<b>110</b>
ACESSO A DOCUMENTOS .....	110
<b>3.2.3 A Comissão Europeia</b>	<b>111</b>
REEMBOLSO TOTAL DE CUSTOS MARGINAIS EM CONTRATOS .....	111
ATRASOS NO PAGAMENTO E CÁLCULO DE JUROS DE MORA .....	113
JUROS DE MORA .....	115
AUXÍLIOS ESTATAIS: ALEGADA INCAPACIDADE DA COMISSÃO EM TRATAR DEVIDAMENTE UMA QUEIXA .....	116
A COMISSÃO CONCORDOU EM CANCELAR UMA ORDEM DE COBRANÇA .....	119
CONDIÇÕES PARA ADJUDICAÇÃO DE UM CONTRATO AO ABRIGO DO INTERREG II .....	119
NÃO ADMISSÃO ÀS PROVAS ESCRITAS DE UM CONCURSO GERAL .....	121
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RETENÇÃO DO VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIOS DA COMISSÃO .....	122
PAGAMENTOS EM DÉBITO POR PARTE DA BIBLIOTECA CENTRAL .....	122
ATRASOS NO PAGAMENTO .....	123
ATRASOS NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE UM PERITO .....	124
ATRASO NO PAGAMENTO DE SUBSÍDIO .....	125
ACORDO NO SEGUIMENTO DE UM LITÍGIO RELATIVO A UM CONTRATO DE TRABALHO .....	127
<b>3.2.4 O Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia</b>	<b>128</b>
ANTI-DUMPING: ALEGADO ATRASO EXCESSIVO E DISCRIMINAÇÃO .....	128
<b>3.3 SOLUÇÃO AMIGÁVEL ALCANÇADA PELO PROVEDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>132</b>
<b>A Comissão Europeia</b>	<b>132</b>
PAGAMENTO DE JUROS DE MORA .....	132
<b>3.4 QUEIXAS ARQUIVADAS QUE FORAM ACOMPANHADAS DE UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA DO PROVEDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>134</b>
<b>3.4.1 O Parlamento Europeu</b>	<b>134</b>
FUNCIONÁRIOS - INFORMAÇÃO INCORRECTA RELATIVA A UM SUBSÍDIO DIÁRIO .....	134
RESPOSTAS-PADRÃO A RECURSOS INDIVIDUAIS INTERPOSTOS JUNTO DO JÚRI DE UM CONCURSO GERAL .....	136
<b>3.4.2 O Conselho da União Europeia</b>	<b>139</b>
FALTA DE CONFORMIDADE ENTRE A ARGUMENTAÇÃO DO JÚRI E O AVISO DE CONCURSO .....	139
<b>3.4.3 A Comissão Europeia</b>	<b>142</b>
PAGAMENTO AO ABRIGO DE UM CONTRATO TACIS .....	142
APROVAÇÃO DE UM CONTRATO E POSTERIOR RECUSA DE O FINANCIAR .....	147
ALEGADA AUSÊNCIA DE RESPOSTA E RECUSA EM PERMITIR O ACESSO A ACTAS DE UM GRUPO DE PERITOS .....	153
CONCURSO GERAL: INFORMAÇÕES A APRESENTAR PELOS FUNCIONÁRIOS DAS COMUNIDADES EUROPEIAS PARA COMPROVAR O SEU ESTATUTO .....	158
NÃO ELEGIBILIDADE PARA UM EMPREGO PARA ESTUDANTES NA COMISSÃO .....	162

NÃO ADMISSÃO A UM CONCURSO GERAL ORGANIZADO PELA COMISSÃO EUROPEIA .....	164
AUSÊNCIA DE RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO PELO QUEIXOSO NOS TERMOS DO ARTIGO 90.º DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS .....	168
FALTA DE INFORMAÇÕES SOBRE UM SUBSÍDIO CONCEDIDO PELA COMISSÃO .....	170
NÃO TRATAMENTO DO PEDIDO DE UM CANDIDATO .....	173
<b>3.4.4 O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias</b>	<b>176</b>
ALEGADA DECISÃO INJUSTA E DISCRIMINATÓRIA DO JÚRI EM RELAÇÃO À EQUIVALÊNCIA DOS DIPLOMAS DE DIREITO .....	176
<b>3.4.5 A Agência Europeia do Ambiente</b>	<b>179</b>
TRATAMENTO DE UM PROCESSO DE CONCURSO .....	179
<b>3.5 PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES ACEITES PELA INSTITUIÇÃO</b>	<b>181</b>
<b>3.5.1 O Parlamento Europeu</b>	<b>181</b>
NÃO COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES, POR PARTE DO PARLAMENTO EUROPEU, SOBRE UM CONCURSO DE IDEIAS. ....	181
<b>3.5.2 A Comissão Europeia</b>	<b>182</b>
SITUAÇÃO DE EMPREGO ILEGAL DE PESSOAL EXTERNO .....	182
DISCRIMINAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO DE INSPECTORES DE PESCAS .....	188
NÃO REINTEGRAÇÃO DE UM FUNCIONÁRIO NO FINAL DE UMA LICENÇA SEM VENCIMENTO .....	191
ATRASOS NA ADOÇÃO DE ORIENTAÇÕES INTERNAS RELATIVAMENTE A SEVÍCIAS CONTRA CRIANÇAS .....	193
<b>3.5.3 Europol</b>	<b>198</b>
REGRAS SOBRE O ACESSO AOS DOCUMENTOS NA POSSE DA EUROPOL .....	198
LIVRE MOVIMENTO DE TRABALHADORES NA TOSCANA .....	199
<b>3.6 CONSULTAS DOS PROVIDORES DE JUSTIÇA NACIONAIS E REGIONAIS</b>	<b>199</b>
REQUISITOS ADMINISTRATIVOS PARA REGISTAR EM ESPANHA CARROS EM SEGUNDA MÃO IMPORTADOS .....	199
O PROVIDOR DE JUSTIÇA NÃO ENCONTROU FUNDAMENTOS PARA QUESTIONAR A ACÇÃO DA COMISSÃO .....	200
<b>3.7 INQUÉRITOS DE INICIATIVA PRÓPRIA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>201</b>
INQUÉRITO DE INICIATIVA PRÓPRIA SOBRE A DISPOSIÇÃO QUE PREVÊ QUE SE IGNOREM ERROS EM FORMULÁRIOS PARA AJUDAS AGRÍCOLAS INCORRECTAMENTE PREENCHIDOS. ....	201
INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZO PECUNIÁRIO SOFRIDO .....	209
<b>3.8 RELATÓRIOS ESPECIAIS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA</b>	<b>211</b>
ABERTURA NOS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO DA UE .....	211
O PROVIDOR DE JUSTIÇA RECOMENDA A PROMULGAÇÃO DE UMA REGULAMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA EUROPEIA .....	212
O PROVIDOR DE JUSTIÇA SOLICITA AO PARLAMENTO QUE ACTUE APÓS A COMISSÃO RECUSAR O ACESSO A INFORMAÇÕES NO CASO RELATIVO À CERVEJA BRITÂNICA .....	213
<b>4 RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA</b>	<b>217</b>
<b>4.1 PARLAMENTO EUROPEU</b>	<b>217</b>
<b>4.2 COMISSÃO EUROPEIA</b>	<b>219</b>
<b>4.3 CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA</b>	<b>220</b>
<b>4.4 BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO</b>	<b>220</b>
<b>5 RELAÇÕES COM OS PROVIDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS</b>	<b>223</b>
<b>5.1 RELAÇÕES COM OS PROVIDORES DE JUSTIÇA NACIONAIS</b>	<b>223</b>
<b>5.2 A REDE DE LIGAÇÃO</b>	<b>223</b>

5.3	RELAÇÕES COM OS PROVEDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS NACIONAIS	223
5.4	RELAÇÕES COM OS PROVEDORES DE JUSTIÇA LOCAIS	224
5.5	COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DO TRATAMENTO DAS QUEIXAS	224
5.6	RELAÇÕES COM OS PROVEDORES DE JUSTIÇA NACIONAIS NOS ESTADOS CANDIDATOS À ADEÇÃO	224
<b>6</b>	<b>RELAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>227</b>
6.1	ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE OCORRIDOS EM 2000	227
6.2	CONFERÊNCIAS E REUNIÕES	229
6.3	OUTROS EVENTOS	242
6.4	RELAÇÕES COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	246
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>249</b>
A	ESTATÍSTICAS	251
B	ORÇAMENTO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA	257
C	PESSOAL	259
D	INDÍCE DAS DECISÕES	262







## 1 PREÂMBULO **Um novo direito fundamental para os cidadãos**

Num aspecto importante, a Cimeira Europeia de Nice, realizada em Dezembro de 2000, representou um grande passo em frente. Pela primeira vez na história, um acordo internacional em matéria de direitos humanos – a nova Carta dos Direitos Fundamentais – confere aos cidadãos o direito a uma boa administração. O órgão máximo da União Europeia descreveu em pormenor os princípios e direitos fundamentais, aos quais até há bem pouco tempo apenas era feita referência nos Tratados. A formalização destes direitos produzirá naturalmente um impacto prático na actividade administrativa da União e será aplicada pelos tribunais comunitários e pelo Provedor de Justiça Europeu.

O artigo 41º da nova Carta intitula-se “Direito a uma boa administração”. Este artigo estipula que todas as pessoas têm direito a que os seus assuntos sejam tratados pelas Instituições e órgãos da União de forma imparcial, equitativa e num prazo razoável. Além disso, faz referência a alguns requisitos básicos para uma boa conduta administrativa, incluindo o direito de os cidadãos serem ouvidos e de terem acesso aos processos que se lhes refiram, bem como a obrigação, por parte da administração, de fundamentar as suas decisões. Contém ainda a obrigação de a administração reparar quaisquer danos causados pelas suas Instituições ou pelos seus agentes no exercício das respectivas funções. Os cidadãos passam também a poder dirigir-se às Instituições da União numa das línguas oficiais dos Tratados.

É óbvio que estes requisitos básicos para uma boa conduta administrativa não são as únicas regras e princípios que as Instituições e os organismos comunitários, bem como os seus funcionários, têm de observar para garantir uma boa administração. Necessitam de um conjunto de regras e princípios, de uma lei ou de um Código de Boa Conduta Administrativa para que possam realmente cumprir o nível de boa administração previsto na Carta.

Até à data não foi ainda aprovado nenhum conjunto de regras e princípios que seja válido para toda a administração comunitária. É, por isso, importante que cada instituição e organismo adopte um conjunto de regras e princípios, ou seja um Código de Boa Conduta Administrativa, no qual se definam claramente os direitos dos cidadãos europeus. Alguns organismos comunitários já o fizeram, contrariamente às principais Instituições que, até à data, ainda não adoptaram nenhum código que preencha verdadeiramente os objectivos estabelecidos na Carta de Nice.

Os progressos realizados em Nice nesta matéria representarão um importante passo em frente nesta longa batalha que a administração comunitária tem vindo a travar no intuito de melhorar o relacionamento com os seus cidadãos, isto é, com os cidadãos europeus. É, por isso, importante que a intenção expressa pela autoridade máxima da UE seja plenamente observada e posta em prática. A Carta de Nice é um óptimo documento de referência para os cidadãos e espero que com a colaboração de todas as partes envolvidas venha a tornar-se numa realidade viva.

A Conferência Internacional de Provedores de Justiça, que de quatro em quatro anos reúne mais de 100 instituições de Provedoria de Justiça e organismos congéneres de todos os continentes, realizou-se no final do Outono de 2000 em Durban, na África do Sul. O projecto de Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e o projecto de Código de Boa Conduta Administrativa do Provedor de Justiça Europeu foram distribuídos a todos os participantes. O trabalho desenvolvido pelo Provedor de Justiça no sentido de promover uma boa administração foi devidamente apresentado. A resolução adoptada no final desta conferência internacional visava sobretudo sublinhar que, neste mundo moderno em que vivemos, todos os cidadãos têm um direito fundamental a uma boa administração. As instituições de Provedoria de Justiça de todo o mundo existem para promover e fazer cumprir este direito.

### Os resultados

O presente relatório anual contém resumos das decisões fundamentadas relativas a 61 queixas de um total de 237 decisões tomadas durante o ano.

Todas as decisões fundamentadas são regularmente colocadas à disposição no nosso site na Internet na língua em que foi apresentada a queixa e em inglês. O relatório anual tornar-se-ia demasiado extenso se incluisse todas as queixas encerradas com uma decisão fundamentada. As queixas referidas no presente relatório foram seleccionados de forma a incluírem não só as de maior importância, mas também, pelo menos, uma decisão relativa a cada assunto e tipo de conclusão. Esperamos que esta pequena amostra proporcione ao leitor uma imagem clara do nosso trabalho.

No prefácio do relatório anual de 1999, declarei que o Gabinete do Provedor de Justiça Europeu estava plenamente operacional. O que eu queria dizer era que estava a funcionar de acordo com o que se deve esperar de um serviço que trata das queixas dos cidadãos europeus relativas às actividades da administração comunitária. Este ano, a Provedoria de Justiça recebeu mais queixas do que no ano passado (1732 em 2000, comparado com 1577 em 1999). Também o número de queixas que deram lugar a um inquérito aumentou para 223, face aos 201, em 1999.

Em 2000, conseguimos encerrar 237 inquéritos com uma decisão fundamentada, enquanto que em 1999 esse número foi de 203. Essas queixas tiveram o seguinte desfecho (números referentes a 1999 entre parênteses): em 112 (107) casos não foi detectada má administração, 76 (62) queixas tiveram um desfecho favorável para o queixoso, em 31 (21) casos foram feitas observações críticas, em 1 (1) caso foi encontrada uma solução amigável, em 12 (2) casos os projectos de recomendações foram aceites pela instituição em causa e 2 (1) queixas deram azo à elaboração de um relatório especial.

Estes números demonstram que a Provedoria de Justiça usou todos os meios ao seu dispor para resolver os casos de má administração e que as instituições e os organismos comunitários da UE têm, na maioria dos casos, reagido de forma positiva mostrando-se verdadeiramente dispostos a mudar a situação. Estas são, claramente, boas notícias para os cidadãos.

Em 2000, tentámos também vencer o problema do trabalho em atraso – um inimigo comum a todos os Provedores de Justiça. As estatísticas revelam que fizemos alguns progressos, mas o inimigo ainda não foi totalmente vencido.

Em 31 de Dezembro de 2000, havia 46 inquéritos pendentes há mais de um ano, ao passo que no ano anterior havia 50. Destes inquéritos, 2 aguardavam a decisão do tribunal, 3 aguardavam o resultado da proposta de solução amigável, 6 aguardavam o resultado de um projecto de recomendação e 3 aguardavam o resultado de um relatório especial apresentado ao Parlamento Europeu. Assim, restam ainda 33 queixas em atraso, já que o nosso objectivo consiste em arquivar, na medida do possível, todas as queixas no prazo de um ano. Em 2001, continuaremos a lutar contra estes atrasos e espero que sejamos bem sucedidos.

### Queixas recebidas por correio electrónico

O ano 2000 foi o ano em que a comunicação com os cidadãos via Internet atingiu o seu pleno desenvolvimento. Das 1732 queixas recebidas em 2000, 420 foram enviadas por correio electrónico. Logo no início do meu primeiro mandato decidi aceitar as queixas apresentadas por correio electrónico. Fi-lo, em parte, devido às propostas apresentadas neste sentido pelos deputados ao Parlamento Europeu, em especial pelo deputado Dell'Alba. As queixas apresentadas por correio electrónico representam agora 24% de todas as queixas recebidas, representando apenas 17% em 1999. Acresce ainda que, em

2000, foram recebidos e respondidos por correio electrónico mais de 1200 pedidos de informações. Muitos destes pedidos solicitavam informações sobre onde dirigir-se para obter ajuda ou aconselhamento. O maior número de mensagens recebidas por correio electrónico provinha da Alemanha e de Espanha, logo seguidas da Itália, Bélgica e Áustria.

Desde que começámos a receber uma parte significativa de queixas por correio electrónico, em 1998, verifiquei que a qualidade dessas queixas, muitas vezes, não é tão elevada como a das queixas recebidas por correio. Tal resulta, em parte, do facto de, embora na página na Internet, esteja disponível um formulário para a apresentação de queixas em todas as línguas oficiais, não ser fácil preenchê-lo por via electrónica. Significa que é pouco provável que os queixosos respondam às questões incluídas no formulário para a apresentação de queixas quando enviam a sua queixa por correio electrónico. Por isso, pretendo introduzir um novo tipo de formulário para apresentação de queixas na minha página na Internet, que o queixoso possa preencher on-line e enviar directamente mediante um simples clique no rato. O formulário será concebido de forma a que o computador se certifique de que o queixoso preencheu correctamente o formulário antes de o enviar. Assim, deverá ser possível orientar melhor os queixosos e aumentar o número de queixas admissíveis.

O correio electrónico constitui uma grande oportunidade para os cidadãos comunicarem de forma económica, rápida e eficiente com as instituições e organismos da União Europeia. Por outro lado, significa também um importante aumento do volume de trabalho da administração, na medida em que o número de mensagens recebidas tem aumentado drasticamente. No mundo da Internet, os cidadãos esperam receber respostas rápidas e abrangentes às suas queixas. A fim de aumentar a confiança da opinião pública, a administração comunitária terá de aceitar este desafio e satisfazer estas novas expectativas.

### **O futuro**

Têm estado em debate diversas propostas acerca da evolução futura do serviço do Provedor de Justiça Europeu. As competências que me foram atribuídas são, de facto, limitadas, na medida em que apenas me permitem tratar as queixas relacionadas com possíveis casos de má administração por parte das instituições e organismos comunitários. Este facto é comprovado pela permanente recepção de queixas que não se inscrevem na minha esfera de competências (até 70%) apesar de dizerem respeito ao direito comunitário. No intuito de resolver esta situação, iniciámos uma estreita cooperação com os Provedores de Justiça nacionais e órgãos homólogos nos Estados-Membros. Esta cooperação é desenvolvida no âmbito de uma rede de agentes de ligação, envolvendo seminários periódicos sobre questões de direito comunitário, a publicação de um boletim e, desde Setembro de 2000, uma nova página na Internet e uma Cimeira. A Cimeira é constituída por vários fóruns na Internet destinados à troca de informações e de opiniões sobre assuntos relacionados com a legislação comunitária entre os serviços de Provedoria de Justiça na UE. Este tipo de cooperação estender-se-á também às organizações regionais homólogas e, dentro em breve, será também proporcionado às associações municipais interessadas.

Todas estas acções foram empreendidas com o intuito de alcançar um eficaz tratamento das queixas relativas à legislação comunitária nos Estados-Membros. As autoridades dos Estados-Membros têm revelado um bom espírito de cooperação. Em meu entender, conseguiremos alcançar melhores resultados desenvolvendo este tipo de cooperação do que alargando a esfera de competências do Provedor de Justiça Europeu a todos os níveis administrativos da União em que se aplica o direito comunitário. Com efeito, a proposta inicial do Governo espanhol apresentada no início dos anos 90 com vista à criação de um Provedor de Justiça Europeu pretendia conferir-lhe um papel mais abrangente, mas em minha opinião esta não será a solução mais eficaz. Devemos, sempre que possível, aplicar o importante princípio da subsidiariedade e respeitá-lo de facto.

Outra alternativa a considerar é a de desenvolver uma cooperação ainda mais estreita com os serviços do Parlamento Europeu responsáveis pelo tratamento das petições. O direito de apresentar petições ao Parlamento Europeu é outro direito constitucional importante dos cidadãos europeus que foi introduzido com o Tratado de Maastricht. Uma vez que este direito é garantido pelo Parlamento Europeu e pela sua administração, não seria conveniente da minha parte apresentar, nesta fase, um comentário detalhado sobre esta proposta. Não obstante, gostaria de declarar oficialmente que estou disposto a debater as várias alternativas susceptíveis de melhorar o tratamento dado às petições e queixas, desde que visem alcançar um resultado claro e benéfico para os cidadãos europeus.

Estrasburgo, 31 de Dezembro de 2000

Jacob Söderman







## 2 QUEIXAS APRESENTADAS AO PROVIDOR DE JUSTIÇA

A principal missão do Provedor de Justiça Europeu consiste em tratar casos de má administração na acção das Instituições e organismos comunitários, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais. Eventuais casos de má administração chegam à atenção do Provedor de Justiça sobretudo através de queixas apresentadas por cidadãos europeus. O Provedor de Justiça tem também a possibilidade de proceder a inquéritos por iniciativa própria.

Qualquer cidadão da União ou qualquer cidadão de um país terceiro que resida num Estado-Membro pode apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça. As empresas, associações ou outras entidades com sede estatutária na União podem também apresentar queixa. As queixas podem ser apresentadas ao Provedor de Justiça directamente ou através de um deputado ao Parlamento Europeu.

A apreciação das queixas apresentadas ao Provedor de Justiça tem um carácter público, a não ser que a pessoa de que emana a queixa solicite que esta seja tratada confidencialmente. É importante que o Provedor de Justiça proceda da forma o mais aberta e transparente possível, não só para que os cidadãos europeus possam acompanhar e entender o seu trabalho mas também para dar um bom exemplo a outros.

Em 2000, o Provedor de Justiça tratou 2017 queixas, das quais 1732 corresponderam a queixas novas recebidas em 2000, 1539 foram apresentadas directamente por pessoas singulares, 114 provieram de associações e 76 de empresas; 2 queixas foram transmitidas por deputados ao Parlamento Europeu e 284 queixas transitaram do ano de 1999. O Provedor de Justiça iniciou também 1 inquérito por iniciativa própria.

Tal como referido pela primeira vez no relatório anual do Provedor de Justiça de 1995, existe um acordo entre a Comissão das Petições do Parlamento Europeu e o Provedor de Justiça sobre a transferência mútua de queixas e petições sempre que oportuno. Em 2000, foi transferida 1 petição para o Provedor de Justiça, com o consentimento do peticionário, para ser tratada como queixa. Foram transferidas 3 queixas para o Parlamento Europeu, com o consentimento dos queixosos, para serem tratadas como petições. Além disso, registaram-se 72 casos em que o Provedor de Justiça aconselhou o autor de uma queixa a apresentar uma petição ao Parlamento Europeu. (Ver Anexo A, Estatísticas).

### 2.1 A BASE JURÍDICA DO TRABALHO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

As funções do Provedor de Justiça são exercidas em conformidade com o artigo 195º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, o estatuto do Provedor de Justiça Europeu<sup>1</sup> e as disposições de execução adoptadas pelo Provedor de Justiça nos termos do artigo 14º do seu estatuto. O texto das disposições de execução foi publicado em todas as línguas oficiais na página na Internet do Provedor de Justiça (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>). O texto encontra-se igualmente disponível no secretariado do Provedor de Justiça.

As disposições de execução prendem-se com o funcionamento interno da Provedoria de Justiça. Contudo, a fim de constituírem um documento compreensível e útil para todos os cidadãos, incluem igualmente determinadas informações relativas a outras instituições e organismos já consagradas no estatuto do Provedor de Justiça.

Em 30 de Novembro de 1999, o Provedor de Justiça alterou as disposições de execução a fim de as queixas também poderem ser apresentadas em irlandês, em conformidade com o Tratado de Amsterdão. Esta alteração entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2000. Foi introduzida uma nova alteração em 11 de Setembro de 2000, a fim de permitir que a publicação do relatório anual e dos relatórios especiais do Provedor de Justiça seja anunciada no Jornal Oficial. Esta alteração entrou em vigor em 1 de Outubro de 2000. Em Junho de

<sup>1</sup> Decisão do Parlamento Europeu 94/262, de 9 de Março de 1994, relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu (JO L 113 de 4.5.1994, p. 15).

1999, o Parlamento Europeu alterou o conteúdo e a numeração das disposições do Regulamento relativas ao Provedor de Justiça Europeu (artigos 177º-179º). Essas alterações especificam que o relatório anual e os relatórios especiais do Provedor de Justiça são examinados pela mesma comissão competente (na prática, a Comissão das Petições).

## 2.2 O MANDATO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

Todas as queixas apresentadas ao Provedor de Justiça são inscritas num registo e dão azo a uma carta de aviso de recepção, a qual informa o autor da queixa sobre o procedimento para apreciação da mesma e indica o nome e o número de telefone do jurista que dela está incumbido. O passo seguinte consiste em avaliar se a queixa se insere na esfera de competências do Provedor de Justiça.

O mandato do Provedor de Justiça, definido pelo artigo 195º do Tratado CE, confere-lhe poderes para receber queixas, apresentadas por qualquer cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro, respeitantes a casos de má administração na actuação das Instituições ou organismos comunitários, com excepção do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais. Assim, uma queixa não se insere no âmbito de competências do Provedor de Justiça se:

- 1 o queixoso não estiver habilitado a apresentar uma queixa;
- 2 a queixa não for dirigida contra uma instituição ou organismo da Comunidade;
- 3 a queixa for dirigida contra o Tribunal de Justiça ou Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais; *ou*
- 4 a queixa não se referir a um eventual caso de má administração.

Em 2000, foi apresentada uma queixa contra o Instituto Universitário Europeu. No entender do Provedor de Justiça, não seria de excluir que, para efeitos do seu mandato, o IUE pudesse ser considerado como organismo comunitário (ver queixa 659/2000/GG infra, secção 3.1.4)

### **Exemplo de queixa que não se referia a um eventual caso de má administração**

Um dos Questores do Parlamento Europeu apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça relativa a um alegado caso de má administração por parte de um dos órgãos do Parlamento, nomeadamente a Mesa. O queixoso alegava que, no domínio da administração dos bens do Parlamento, a Mesa assumira, indevidamente e mediante procedimentos impróprios, competências conferidas a outro órgão do Parlamento, a saber, os Questores.

Na sua decisão, o Provedor de Justiça concluiu que a divisão de competências entre a Mesa e os Questores, bem como os procedimentos relacionados com esta matéria, apenas dizem respeito à organização interna do Parlamento, pelo que não se tratava de um eventual caso de má administração. Por conseguinte, o Provedor não abriu um inquérito sobre esta queixa.

*Queixa 1243/2000/PB*

### 2.2.1 “Má administração”

Em resposta ao pedido do Parlamento Europeu no sentido de clarificar o significado atribuído à noção de má administração, no relatório anual de 1997 o Provedor de Justiça definiu este conceito do seguinte modo:

*A má administração ocorre quando um organismo público não actua em conformidade com uma regra ou princípio a que está vinculado.*

Em 1998, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução que aprova a referida definição.

Depreende-se da correspondência trocada entre o Provedor de Justiça e a Comissão ao longo de 1999, que a Comissão também está de acordo com esta definição.

### 2.2.2 O código de boa conduta administrativa

Em Novembro de 1998, o Provedor de Justiça iniciou um inquérito de iniciativa própria para averiguar se as instituições e organismos comunitários dispõem de um código de boa conduta administrativa para as relações dos funcionários com o público, e se o público a ele tem acesso. O Provedor de Justiça pediu às dezanove instituições e organismos comunitários que lhe comunicassem se já tinham adoptado, ou se aceitariam adoptar, um código desse tipo para as relações dos seus funcionários com o público.

Em 28 de Julho de 1999, o Provedor de Justiça apresentou um código de boa conduta administrativa sob a forma de um projecto de recomendações à Comissão, ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Em Setembro de 1999, foi apresentado um idêntico projecto de recomendações às demais instituições e organismos comunitários. O código do Provedor de Justiça pode ser consultado em todas as línguas comunitárias na página na Internet (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>).

Das dez agências descentralizadas da União Europeia, oito adoptaram o código do Provedor de Justiça.

Em Abril de 2000, o Provedor de Justiça apresentou um relatório especial sobre esta matéria ao Parlamento Europeu no qual recomendava que fossem tomadas medidas com vista à adopção de um código de direito administrativo europeu (ver secção 3.8).

## 2.3 ADMISSIBILIDADE DAS QUEIXAS

Uma queixa que se insira na esfera de competências do Provedor de Justiça tem que satisfazer outros critérios de admissibilidade para que o Provedor de Justiça possa proceder à abertura de um inquérito. Os critérios fixados no Estatuto do Provedor de Justiça são os seguintes:

- 1 a queixa devem constar o motivo que a determinou e a identidade da pessoa de que provém (n.º 3 do artigo 2º do Estatuto);
- 2 o Provedor de Justiça não pode intervir em processos instaurados perante um órgão judicial nem pôr em causa o bom fundamento das decisões judiciais (n.º 3 do artigo 1º);
- 3 a queixa deve ser apresentada no prazo de dois anos a contar da data em que os factos que a justificam são levados ao conhecimento do queixoso (n.º 4 do artigo 2º);
- 4 a queixa deve ter sido precedida das diligências administrativas necessárias junto das instituições ou organismos em causa (n.º 4 do artigo 2º);
- 5 em matéria de relações de trabalho entre as instituições e organismos comunitários e os seus funcionários ou outros agentes, só poderão ser apresentadas queixas ao Provedor de Justiça quando tiverem sido esgotadas pelo interessado as possibilidades de recurso ou reclamação administrativa a nível interno (n.º 8 do artigo 2º).

**Exemplo de queixa não admissível por não ter sido precedida das diligências administrativas necessárias**

O queixoso pensava que a Comissão tinha emitido, nos termos do artigo 226º (ex-artigo 169º) do Tratado CE, um parecer circunstanciado sobre a Alemanha relativo à expulsão de cidadãos comunitários da Alemanha.

Em 7 de Setembro de 2000, o queixoso endereçou uma carta ao Presidente da Comissão solicitando uma cópia do respectivo documento. Por carta de 25 de Setembro de 2000, os serviços do Secretariado-Geral da Comissão informaram o queixoso de que o seu pedido estava a ser analisado.

Segundo o queixoso, a Comissão terá agido de forma ilegal ao recusar o envio do documento solicitado.

O Provedor de Justiça considerou que, atendendo à data em que a queixa foi apresentada, o Secretariado-Geral da Comissão ainda não tinha disposto de tempo suficiente para se debruçar sobre o assunto. Por esse motivo, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa com base no n.º 4 do artigo 2º do seu Estatuto, nos termos do qual a queixa deve ter sido precedida das devidas diligências administrativas.

***Queixa 1316/2000/GG***

Numa carta enviada ao Provedor de Justiça, o Sr. P. descrevia as experiências que tinha tido com a Comissão no que se refere à gestão e aos pagamentos efectuados no âmbito do programa Leonardo da Vinci.

Na sua resposta, o Provedor de Justiça informou o queixoso de que apenas poderá tomar posição sobre um conflito entre um cidadão e uma instituição ou organismo comunitário na sequência de um inquérito no qual ambas as partes tenham a oportunidade de serem ouvidas. Assim sendo e na ausência de uma queixa apresentada contra a Comissão, o Provedor de Justiça não poderia pronunciar-se sobre o conflito entre o Sr. P. e a Comissão. Foram-lhe enviadas informações detalhadas sobre como apresentar uma queixa, bem como um formulário a utilizar para este efeito que se encontra na página na Internet do Provedor de Justiça, mas o Sr. P. nunca respondeu. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

***Queixa 510/2000/IJH***

**Exemplo de queixa não admissível por estar em curso um processo judicial**

Em Agosto de 1999, um cidadão austríaco apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu relativa a uma alegada falta de pagamento, por parte da Comissão Europeia, de um montante de 59 694,44 DM referente a um trabalho realizado no âmbito de um projecto de construção em Kiev.

Durante a fase de investigação da queixa, o queixoso informou o Provedor de Justiça de que tinha instaurado uma acção judicial perante o Tribunal de Justiça relativa ao objecto da sua queixa.

Nos termos do artigo 195º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, o Provedor de Justiça Europeu não poderá realizar nenhum inquérito se os factos invocados forem ou tiverem sido objecto de processo jurisdicional.

Depois de cuidadosamente analisadas as alegações do queixoso, verificou-se que os factos invocados na queixa dirigida ao Provedor de Justiça Europeu eram, entretanto, objecto de um processo jurisdicional instaurado no Tribunal de Justiça.

O n.º 7 do artigo 2º do estatuto do Provedor de Justiça estipula que, quando o Provedor de Justiça tiver de pôr fim à análise de uma queixa por haver um processo judicial, os

resultados dos inquéritos a que tenha eventualmente procedido anteriormente serão arquivados. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa em conformidade.

*Queixa 1055/99/VK*

Em Fevereiro de 1999, um queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu relativa a um alegado caso de abuso de poder por parte dos seus superiores hierárquicos no Banco Europeu de Investimento.

Com base nas informações recolhidas durante o inquérito, constatou-se que o queixoso já tinha instaurado três processos no Tribunal de Primeira Instância. O Provedor de Justiça constatou que os argumentos invocados em Tribunal se baseavam nos mesmos factos que eram objecto da queixa apresentada ao Provedor de Justiça.

Nos termos do artigo 195º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, o Provedor de Justiça Europeu não poderá realizar nenhum inquérito se os factos invocados forem ou tiverem sido objecto de processo jurisdicional.

O n.º 7 do artigo 2º do estatuto do Provedor de Justiça estipula que, quando o Provedor de Justiça tiver de pôr fim à análise de uma queixa por haver um processo judicial, os resultados dos inquéritos a que tenha eventualmente procedido anteriormente serão arquivados. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa em conformidade.

*Queixa 224/99/IP*

## 2.4 FUNDAMENTOS PARA A ABERTURA DE INQUÉRITOS

O Provedor de Justiça pode tratar queixas que se insiram na sua esfera de competências e que satisfaçam os critérios de admissibilidade. O artigo 195º do Tratado CE dispõe que o Provedor de Justiça “procederá aos inquéritos que considere justificados”. Nalguns casos, poderá não haver fundamentos suficientes para que o Provedor de Justiça abra um inquérito, muito embora a queixa seja admissível. Nos casos em que uma queixa já tenha sido tratada como petição pela Comissão das Petições do Parlamento Europeu, o Provedor de Justiça considera normalmente não existirem razões para a abertura de um inquérito, a não ser que sejam fornecidas novas informações.

### **Exemplo de uma queixa em que não há fundamentos para a abertura de um inquérito**

Em 24 de Março de 2000, um cidadão do Reino Unido apresentou uma queixa relativa ao limite de idade estabelecido pela Comissão para os candidatos ao concurso EUR/B/142/98. A candidatura do queixoso tinha sido recusada devido à sua idade.

A questão da imposição de limites de idade nos processos de recrutamento das instituições comunitárias já fora objecto do inquérito de iniciativa própria 626/97/BB aberto pelo Provedor de Justiça Europeu em 14 de Julho de 1997. Na sequência deste inquérito, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que decidira não impor limites de idade nos seus avisos de abertura de concurso em 21 de Janeiro de 1998. A Comissão considerava necessário aplicar esta sua decisão no quadro de um acordo comum com as outras instituições e anunciou que, entretanto, iria estabelecer um limite de idade geral de 45 anos.

À luz destas informações, o Provedor de Justiça considerou que não existiam razões para abrir um inquérito sobre a matéria, pelo que decidiu arquivar a queixa.

*Queixa 431/2000/IP*

## 2.5 ANÁLISE DAS QUEIXAS

Das 7002 queixas registadas desde o início da actividade do Provedor de Justiça, 16% eram originárias da França, 14% da Alemanha, 14% da Espanha, 9% do Reino Unido e 12% da Itália. Uma análise exaustiva da proveniência geográfica das queixas registadas em 2000 é dada no Anexo A, Estatísticas.

Em 2000, o processo de apreciação das queixas para determinar se se inseriam na esfera de competências do Provedor de Justiça, se reuniam os critérios de admissibilidade e se havia fundamento para a abertura de um inquérito foi concluído em 95% dos casos. 28% das queixas examinadas foram consideradas compatíveis com a esfera de competências do Provedor de Justiça. De entre estas, 297 satisfaziam os critérios de admissibilidade, mas 74 acabaram por não apresentar justificação para a abertura de um inquérito. Por conseguinte, foram abertos inquéritos em 223 casos.

A maior parte das queixas que deram azo à abertura de um inquérito foram apresentadas contra a Comissão Europeia (83%). Como a Comissão é o principal organismo da Comunidade que toma decisões com um impacto directo sobre os cidadãos, é normal que ela seja o alvo principal das queixas dos cidadãos. Foram apresentadas 16 queixas contra o Parlamento Europeu e 4 queixas contra o Conselho da União Europeia.

Os principais tipos de má administração alegados foram a falta de transparência (95 casos), discriminação (27 casos), procedimentos insatisfatórios ou o não respeito dos direitos de defesa (26 casos), ilegalidade ou abuso de poder (39 casos), atrasos evitáveis (84 casos) e negligência (23 casos), não cumprimento das obrigações que lhe incumbem, ou seja, o facto de a Comissão Europeia não desempenhar o seu papel de “guardião dos Tratados” face aos Estados-Membros (7 casos) e erros jurídicos (20 casos).

## 2.6 CONSELHO DE RECURSO A OUTRAS ENTIDADES E TRANSFERÊNCIAS

Quando uma queixa não se insere na esfera de competências ou não é admissível, o Provedor de Justiça procura aconselhar o autor da queixa a dirigir-se a outra instância que possa tratar a questão. Se possível, o Provedor de Justiça remete a queixa directamente para outra entidade competente, com o consentimento do queixoso, sempre que a queixa pareça ter fundamento.

Em 2000, 805 casos deram azo a um tal conselho, dizendo a maioria respeito a questões de direito comunitário. Em 435 casos, o autor da queixa foi aconselhado a apresentá-la a um Provedor de Justiça nacional ou regional ou a um órgão homólogo. 72 autores de queixas foram aconselhados a apresentar uma petição ao Parlamento Europeu e, além destes casos, 3 queixas foram transferidas para o Parlamento Europeu, com o consentimento do seu autor, para serem tratadas como petições. Em 9 casos, a queixa foi transferida para a Comissão Europeia. Em 155 casos, o autor da queixa foi aconselhado a recorrer à Comissão Europeia. Este número inclui alguns casos em que uma queixa contra a Comissão foi declarada não admissível, pelo facto de não terem sido efectuadas as diligências administrativas adequadas junto da Comissão. Em 143 casos, o queixoso foi aconselhado a recorrer a outras entidades.

### Exemplo de queixas transferidas para a Comissão Europeia

Em 1 de Dezembro de 1999, um médico apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu contestando o facto de a Ordem dos Médicos irlandesa se ter recusado a emitir um certificado que o habilitaria a exercer a sua especialidade médica. Segundo o queixoso, esta recusa constituía uma violação das disposições da Directiva 93/16/CEE.

Uma vez que a Ordem dos Médicos irlandesa não é uma instituição ou organismo comunitário, a queixa não se inscrevia na esfera de competências do Provedor de Justiça Europeu.



Acresce ainda que o direito irlandês exclui especificamente a Ordem dos Médicos da esfera de competências do Provedor de Justiça irlandês.

A queixa inseria-se, portanto, na esfera de competências da Comissão na sua qualidade de guardião dos Tratados, na medida em que dizia respeito à correcta interpretação e aplicação de uma directiva comunitária. Face ao exposto, em Janeiro de 2000, a queixa foi transferida para a Comissão, com o consentimento do queixoso.

Aplicou-se o mesmo procedimento a uma queixa semelhante apresentada contra a Ordem dos Médicos irlandesa em Janeiro de 2000.

Em Fevereiro de 2000, a Comissão enviou ao Provedor de Justiça uma cópia da resposta dada a ambas as queixas, na qual explicava as disposições da directiva e a jurisprudência do Tribunal de Justiça aplicável a este caso. A Comissão concluiu que a Ordem dos Médicos irlandesa não pode ser obrigada a emitir o certificado em questão.

*Queixas 1486/99/IJH e 41/2000/IJH*

## 2.7 PODERES DE INQUÉRITO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

### 2.7.1 Audição de testemunhas

Em 2000, o Provedor de Justiça invocou o seu direito de audição de testemunhas num único caso. No final de 2000, o inquérito relativo a esta queixa ainda estava em curso.

Nos termos do n.º 2 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça:

*“Os funcionários e outros agentes das instituições e organismos comunitários têm o dever de testemunhar a pedido do Provedor de Justiça; ao fazê-lo, exprimir-se-ão em nome e sob ordens das suas administrações e estão sujeitos ao dever de sigilo.”*

O procedimento geral aplicável nas audições de testemunhas é o seguinte:

- 1 A data, a hora e o local da audição das testemunhas são acordados entre os serviços do Provedor de Justiça e o Secretariado-Geral da instituição ou organismo implicado, e comunicados às testemunhas pelo Secretariado-Geral. A audição tem lugar nas instalações da Provedoria de Justiça, normalmente em Bruxelas.
  - 2 Cada testemunha é ouvida separadamente e não está acompanhada.
  - 3 A língua em que deve processar-se a audição é combinada entre os serviços do Provedor de Justiça e o Secretariado-Geral da instituição ou organismo implicado. A pedido das testemunhas, é escolhida a língua materna das testemunhas.
  - 4 As perguntas e as respostas são gravadas e transcritas pelos serviços do Provedor de Justiça.
  - 5 É enviada a cada testemunha uma transcrição das suas declarações, para assinatura. As testemunhas podem propor correcções linguísticas às suas respostas, bem como corrigir ou completar as respostas, figurando as respostas revistas e as razões que as justificam num documento separado, apenso à transcrição.
  - 6 As transcrições assinadas fazem parte do processo do Provedor de Justiça relativo à queixa.
- O ponto 6 implica igualmente que o queixoso receberá uma cópia da transcrição e que poderá formular observações.

### 2.7.2 Verificação de documentos

Em 2000, o Provedor de Justiça invocou em quatro casos o seu direito de examinar processos e documentos relacionados com as queixas.

Nos termos do n.º 2 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça:

*“As instituições e organismos comunitários deverão fornecer ao Provedor de Justiça as informações por este solicitadas e permitir-lhe o acesso à documentação pertinente. Só poderão recusar-se a tal por motivos de sigilo devidamente justificados.*

*Só deverão permitir o acesso aos documentos provenientes de um Estado-Membro abrangidos pelo sigilo por força de uma disposição legislativa ou regulamentar quando este Estado-Membro tiver dado o seu acordo prévio.*

*Poderão permitir o acesso aos outros documentos provenientes de um Estado-Membro depois de terem prevenido desse facto o Estado-Membro em causa.”*

As instruções dadas pelo Provedor de Justiça aos seus colaboradores sobre a verificação de documentos incluem as seguintes observações:

*O jurista não deve assinar qualquer compromisso de honra ou aviso de recepção, salvo uma simples lista dos documentos examinados ou copiados. Caso os serviços da instituição ou organismo em causa proponham que o faça, o jurista deve transmitir uma cópia ao Provedor de Justiça.*

*Caso os serviços da instituição ou organismo em causa tentem impedir a verificação de um documento ou impor condições injustificadas para a sua realização, o jurista deve informá-los de que esse comportamento é considerado como uma recusa.*

*Caso a verificação de um documento seja recusada, o jurista pedirá aos serviços da instituição ou organismo em questão que declarem os motivos de sigilo devidamente justificados em que baseiam a sua decisão.*

A primeira observação foi acrescentada na sequência de um inquérito em que os serviços da Comissão pediram aos funcionários da Provedoria de Justiça que assinassem um compromisso nos termos do qual a instituição seria indemnizada por quaisquer danos causados a terceiros resultantes da divulgação da informação contida no documento.

### 2.7.3 Esclarecimento dos poderes de investigação do Provedor de Justiça Europeu

No relatório anual de 1998, o Provedor de Justiça propôs um esclarecimento dos seus poderes de inquérito, tanto no que se refere à verificação de documentos como à audição de testemunhas. O Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual solicita à Comissão dos Assuntos Institucionais que estude a introdução de modificações no n.º 2 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça Europeu, conforme proposto no relatório elaborado pela Comissão das Petições<sup>2</sup>.

A fim de acelerar este processo, o Provedor de Justiça elaborou a seguinte proposta de revisão da redacção do n.º 2 do artigo 3º, que foi transmitida à Presidente do Parlamento Europeu em Dezembro de 1999 (as alterações e os aditamentos propostos surgem em itálico):

*As instituições e organismos comunitários deverão fornecer ao Provedor de Justiça as informações por este solicitadas e permitir-lhe que examine e obtenha cópias de qualquer documento ou do conteúdo de qualquer suporte de informação.*

<sup>2</sup>

Relatório da Comissão das Petições sobre o relatório anual sobre as actividades do Provedor de Justiça Europeu em 1998 (A4-0119/99). Relatora: Laura De Esteban Martin.



Poderão permitir o acesso aos outros documentos provenientes de um Estado-Membro depois de terem prevenido desse facto o Estado-Membro em causa.

*Os funcionários e outros agentes das instituições e organismos comunitários têm o dever de testemunhar a pedido do Provedor de Justiça; ao fazê-lo, prestarão informações verídicas e completas.*

*O Provedor de Justiça e os funcionários da Provedoria de Justiça não podem divulgar as informações e documentos confidenciais obtidos no âmbito dos inquéritos.*

O projecto supramencionado inspira-se em parte no regulamento relativo aos inquéritos efectuados pela Organização Europeia de Luta Antifraude (OLAF), que estipula que a organização terá acesso, sem pré-aviso e sem demora, a qualquer informação, e que poderá obter cópias de qualquer documento na posse das instituições e organismos comunitários<sup>3</sup>.

No final de 2000, este assunto encontrava-se ainda em fase de apreciação por parte do Parlamento Europeu, pelo que os resultados alcançados apenas constarão do próximo relatório anual.

## 2.8 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

Quando o Provedor de Justiça decide abrir um inquérito sobre uma queixa, o primeiro passo a dar consiste em enviar a queixa e eventuais anexos à instituição ou organismo da Comunidade em questão, para obter um parecer. Uma vez recebido o parecer, este é enviado ao autor da queixa para observações.

Nalguns casos, a instituição ou organismo toma as medidas necessárias para a resolução do caso por forma a dar satisfação ao autor da queixa. Se o parecer e as observações forem nesse sentido, o caso é então encerrado como tendo sido “solucionado pela instituição”. Noutros casos, o queixoso decide retirar a queixa e o processo é arquivado por este motivo.

No caso de a queixa não ser solucionada pela instituição ou retirada pelo seu autor, o Provedor de Justiça prossegue os seus inquéritos. Se estes não revelarem qualquer caso de má administração, o autor da queixa e a instituição ou organismo são informados desse facto e o processo é arquivado.

No caso de os inquéritos do Provedor de Justiça revelarem um caso de má administração, este procurará, se for possível, obter uma solução amigável que faça cessar essa situação e dê satisfação ao queixoso.

Caso não seja possível obter uma solução amigável, ou se a procura de uma solução amigável não surtir efeito, o Provedor de Justiça arquiva a queixa formulando uma observação crítica à instituição ou ao organismo em questão, ou apresenta uma constatação formal de caso de má administração acompanhada de projectos de recomendações.

Considera-se adequado formular uma observação crítica sempre que um caso de má administração não pareça ter implicações gerais nem se afigure necessária qualquer acção de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça.

Nos casos em que se afigurar necessária uma acção de acompanhamento por parte do Provedor de Justiça (isto é, em casos mais graves de má administração ou em casos com implicações gerais), o Provedor de Justiça toma uma decisão e apresenta projectos de recomendações à instituição ou ao organismo em questão. De acordo com o n.º 6 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça, a instituição ou o organismo em causa deverá enviar-lhe, num prazo de três meses, um parecer circunstanciado, o qual poderá consistir na aceitação da decisão do Provedor de Justiça e numa enumeração das medidas tomadas para pôr em prática as recomendações.

<sup>3</sup> Cf. artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 1073/1999, JO L 136 de 31.05.1999, p. 1.

Se uma instituição ou organismo comunitário não responder satisfatoriamente a um projecto de recomendações, o n.º 7 do artigo 3º estipula que o Provedor de Justiça enviará um relatório ao Parlamento Europeu, bem como à instituição ou ao organismo em causa, no qual poderá formular recomendações.

Em 2000, o Provedor de Justiça iniciou 224 inquéritos, 223 relativos a queixas e 1 por iniciativa própria (para mais informações, vide Anexo A, Estatísticas).

76 casos foram solucionados pela instituição ou pelo organismo em causa. Em 46 casos, a intervenção do Provedor de Justiça permitiu que a instituição ou o organismo em causa desse uma resposta à correspondência (para mais informações, ver a secção 2.9 do relatório anual de 1998). Em 6 casos, as queixas foram retiradas pelos queixosos. Em 112 casos, os inquéritos do Provedor de Justiça não revelaram qualquer caso de má administração.

Foi endereçada uma observação crítica à instituição ou ao organismo em causa em 31 casos. Foi obtida uma solução amigável num caso. Em 2000, foram elaborados 13 projectos de recomendações às instituições ou organismos em causa. As instituições aceitaram 12 projectos de recomendações, 6 dos quais foram apresentados em 1999 (queixas 398/97/GG, 489/98/OV, 507/98/OV, 515/98/OV, 576/98/OV, 818/98/OV). No que se refere aos outros 2 projectos de recomendações, o prazo concedido à instituição em causa para enviar um parecer circunstanciado não expirou antes do final do ano.

Em 2 casos foi apresentado um projecto de recomendações acompanhado de um relatório especial ao Parlamento Europeu. Um deles foi elaborado na sequência do inquérito de iniciativa própria sobre a existência, nas diferentes instituições e organismos comunitários, de um código de boa conduta administrativa e o acesso do público a este código (OI/1/98/OV) (ver secções 2.2.2 e 3.8). O outro dizia respeito à queixa 713/98/IJH (ver secção 3.8).

O texto integral destes relatórios especiais encontra-se publicado em todas as línguas oficiais na página na Internet do Provedor de Justiça.





### 3 DECISÕES ADOPTADAS NA SEQUÊNCIA DE UM INQUÉRITO

#### 3.1 QUEIXAS EM QUE NÃO FOI DETECTADO UM CASO DE MÁ ADMINIS- TRAÇÃO

##### 3.1.1 O Conselho da União europeia

##### RECUSA DE PROMOÇÃO A UM LUGAR DO CATE- GORIA A2

*Decisão sobre a quei-  
xa 1280/98/(PD)GG  
(Confidencial) contra o  
Conselho*

##### A QUEIXA

O queixoso era funcionário do grau A3 do Conselho da União Europeia. Em Setembro de 1997, o Conselho publicou um aviso de abertura de vaga para um lugar do grau A2 na direcção do seu Secretariado-Geral responsável pelas questões orçamentais e estatutárias, a ser preenchido por transferência ou por promoção. Segundo o aviso, a pessoa escolhida para o cargo deveria ter, entre outras qualificações, um conhecimento adequado dos princípios e procedimentos gerais aplicáveis às questões orçamentais e estatutárias. O queixoso e três outros candidatos concorreram ao lugar. O Secretário-Geral do Conselho nomeou um comité consultivo de selecção que entrevistou os candidatos. Por carta de 5 de Novembro de 1997, o Secretário-Geral do Conselho informou o queixoso de que fora rejeitada a sua candidatura, tendo sido escolhido um outro candidato. O candidato escolhido, o Senhor H., também era funcionário do grau A3.

Em Fevereiro de 1998, o queixoso apresentou uma queixa ao abrigo do n.º 2 do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários, solicitando a anulação da decisão de 5 de Novembro de 1997 pela qual a sua candidatura fora rejeitada. Solicitava ainda que o Conselho o compensasse dos danos materiais e não materiais sofridos em consequência desta decisão. Em 4 de Junho de 1998, o Conselho rejeitou a queixa.

Em Dezembro de 1998, o queixoso recorreu ao Provedor de Justiça. Em anexo à queixa figurava uma nota em que o queixoso descrevia os antecedentes da sua queixa. O queixoso alegava (1) que o Conselho infringira o n.º 1 do artigo 45º do Estatuto dos Funcionários e que se registaram irregularidades no procedimento, (2) que o Conselho infringira o n.º 3 do artigo 5º do Estatuto dos Funcionários e (3) que tinha havido abuso de poder. No contexto desta última alegação, o queixoso argumentou que num processo julgado pelo Tribunal de Primeira Instância em 1992, o Conselho tinha apresentado e utilizado um documento (uma nota elaborada pelo Secretário-Geral do Conselho em 23 de Maio de 1990) que continha declarações falsas. O queixoso propunha, por conseguinte, ao Provedor de Justiça que comunicasse estes factos às autoridades nacionais competentes.

##### O INQUÉRITO

##### Parecer do Conselho

A queixa foi transmitida ao Conselho para que emitisse um parecer. No seu parecer, o Conselho fez os seguintes comentários a propósito da queixa:

O princípio definido no n.º 3 do artigo 5º do Estatuto dos Funcionários, segundo o qual os funcionários que pertençam a uma mesma categoria são aplicáveis idênticas condições de recrutamento e de progressão na carreira, obriga a entidade competente para proceder a nomeações a não tratar de forma diferente situações comparáveis, a não ser que tal procedimento seja justificado objectivamente. Esta regra não foi violada no caso em apreço.

Segundo o n.º 1 do artigo 45º do Estatuto dos Funcionários, a promoção é conferida pela entidade competente para proceder a nomeações, e faz-se exclusivamente por escolha, dentre os funcionários que tenham completado um determinado período mínimo de antiguidade no seu grau, após análise comparativa dos méritos dos funcionários susceptíveis de serem promovidos, assim como dos relatórios de que tiverem sido objecto. As quatro candidaturas tinham sido tratadas de forma rigorosamente igual. O Secretário-Geral do Conselho, que, no caso em apreço, era a entidade competente para proceder a nomeações, tinha nomeado um comité consultivo de selecção para o aconselhar na matéria. O comité examinara cuidadosamente as candidaturas e entrevistara cada um dos candidatos. Com base no relatório do comité, o Secretário-Geral procedera, então, à análise comparativa dos méritos dos candidatos, incluindo o queixoso. Com base nos resultados desse exame, o Secretário-Geral entrevistara os dois candidatos que se afiguravam mais adequados, antes

de escolher um deles. Este procedimento era compatível com os requisitos do n.º 1 do artigo 45º do Estatuto dos Funcionários.

Quanto ao alegado abuso de poder, essa alegação apenas poderia ser sustentada se o queixoso tivesse apresentado provas objectivas, relevantes e consistentes, susceptíveis de a fundamentar. Contudo, o procedimento seguido no presente caso confirmou que a entidade competente para proceder a nomeações tinha procurado servir os interesses da instituição.

### **Observações do queixoso**

Nas suas observações, o queixoso manteve as suas alegações. Salientou, em particular, que, relativamente à questão de abuso de poder, o Conselho não respondera à sua alegação de que teria apresentado e utilizado documentos falsos num processo intentado junto do Tribunal de Primeira Instância por um antigo colega seu, o Sr. Schloh<sup>4</sup>.

## **INQUÉRITOS COMPLEMENTARES**

### **Parecer do Conselho**

Em Setembro de 1999, o Provedor de Justiça escreveu ao Conselho, solicitando novas informações relacionadas com o processo do queixoso. O Provedor de Justiça solicitou ao Conselho que especificasse por que motivo, neste caso, a entidade competente para proceder a nomeações tinha decidido entrevistar apenas dois candidatos quando, nos restantes casos, tudo indica que tenham sido entrevistados todos os candidatos. O Conselho foi igualmente convidado a comentar as alegações apresentadas pelo queixoso relativamente à nota do Secretário-Geral de 23 de Maio de 1990 e ao respectivo teor.

Na sua resposta de Outubro de 1999, o Conselho teceu os seguintes comentários:

Segundo a jurisprudência dos tribunais comunitários, a entidade competente para proceder a nomeações tinha liberdade para escolher o procedimento que considerava mais adequado para analisar as candidaturas a um determinado lugar. Podia, por conseguinte, recorrer a um comité consultivo de selecção para a execução dos trabalhos preparatórios. No presente caso, o comité consultivo tinha sido presidido pelo director-geral da Direcção-Geral na qual surgira a vaga. Os outros membros tinham sido um director dos Serviços Jurídicos e o Director responsável pelos Recursos Humanos e pela Administração. O comité entrevistou os quatro candidatos e elaborou um relatório. Com base neste relatório e nas candidaturas de todos os concorrentes, bem como nos restantes elementos pertinentes, a entidade competente para proceder a nomeações decidiu entrevistar os dois candidatos que considerava mais indicado para a ocupação do lugar. A entidade competente para proceder a nomeações não precisara de entrevistar o queixoso e o restante candidato, porque dispunha de informações suficientes para tomar uma decisão fundada. O queixoso já anteriormente se tinha candidatado por 19 vezes a um lugar do grau A 2, sendo verdade que, numa situação anterior, a entidade competente para proceder a nomeações tinha entrevistado os oito candidatos ao lugar. Contudo, desde então o volume de trabalho do Secretário-Geral tinha sofrido um acréscimo considerável.

Quanto à nota de 23 de Maio de 1990, elaborada pelo Secretário-Geral do Conselho então em exercício, o Conselho não dispunha de informações que pudessem pôr em causa a veracidade do seu teor. Esta nota tinha sido apresentada ao Tribunal de Primeira Instância no Processo T-11/91, não tendo sido estabelecido nesses procedimentos que o teor da nota não correspondia à realidade. Era surpreendente que o queixoso tivesse esperado seis anos antes de reclamar que a referida nota continha declarações falsas. Além do mais, o queixoso não apresentara provas que fundamentassem a sua queixa.

<sup>4</sup>

Processo T-11/91 CJ 1998 p II-203.

### As observações complementares do queixoso

Nas suas observações a esta carta, o queixoso insistiu que a autoridade de notificação o deveria ter entrevistado pessoalmente. O facto de se ter candidatado anteriormente a lugares do grau A 2 era irrelevante, sobretudo tendo em conta que ele nunca fora entrevistado pessoalmente pelo Secretário-Geral em funções à data da nomeação em apreço. Quanto à nota de 23 de Maio de 1990, o queixoso alegou que o ónus da prova competia ao Conselho.

### A DECISÃO

#### **1 Alegada infracção do n.º 1 do artigo 45º do Estatuto dos Funcionários e existência de irregularidades processuais**

1.1 O queixoso, um funcionário do grau A 3 do Conselho da União Europeia, candidatara-se a um lugar do grau A 2 no Conselho. O Conselho rejeitou a sua candidatura, tendo optado por nomear o Sr. H. O queixoso alegou que, com essa atitude, o Conselho tinha cometido uma infracção ao n.º 1 do artigo 45º do Estatuto dos Funcionários. Alegou ainda a existência de irregularidades no procedimento de selecção, uma vez que não fora entrevistado pelo Conselho.

1.2 O Conselho alegou que todas as candidaturas tinham sido examinadas cuidadosamente por um comité consultivo de selecção, criado pela entidade competente para proceder a nomeações (o Secretário-Geral do Conselho), que entrevistara todos os candidatos e que o Secretário-Geral tinha subsequentemente entrevistado os dois candidatos mais adequados antes de escolher um deles para o lugar em apreço. Segundo o Conselho, a entidade competente para proceder a nomeações não era obrigada a entrevistar todos os candidatos.

1.3 Segundo o n.º 1 do artigo 45º do Estatuto dos Funcionários, a promoção é decidida pela entidade competente para proceder a nomeações, e faz-se exclusivamente por escolha, dentre os funcionários que tenham completado um período mínimo de antiguidade no seu grau, após análise comparativa dos méritos dos funcionários susceptíveis de serem promovidos, assim como dos relatórios de que tiverem sido objecto.

1.4 Quanto ao principal aspecto desta queixa, o queixoso alegou que a escolha da entidade competente para proceder a nomeações não se tinha baseado nos respectivos méritos dos candidatos. Neste contexto, o queixoso alegou que, no que diz respeito às condições definidas no aviso de abertura de vaga, o Sr. H. não tinha experiência nem conhecimentos profissionais comparáveis aos seus. Contudo, o queixoso não alegava que o Sr. H. não preenchia as condições definidas no aviso de abertura de vaga. Pelo contrário, o queixoso reconhecia explicitamente que este possuía as qualificações profissionais gerais exigidas. Com base nas informações prestadas pelo queixoso, e tendo em consideração que a entidade competente para proceder a nomeações dispõe de amplos poderes discricionários, não se pôde concluir, portanto, que a entidade competente para proceder a nomeações era obrigada a dar preferência ao queixoso em detrimento do Sr. H. O Conselho salientou que o Estatuto dos Funcionários não confere um direito automático à promoção, mesmo aos funcionários que preencherem todas as condições para uma promoção<sup>5</sup> e que a idade e a antiguidade só podem ser tomadas em consideração como aspectos secundários<sup>6</sup>. Estes argumentos afiguraram-se razoáveis.

1.5 Quanto à questão processual suscitada pelo queixoso, o Provedor de Justiça considerou que a jurisprudência dos tribunais comunitários confirmava que a entidade compe-

<sup>5</sup> Cf. Processo T-3/92 *Latham/Comissão* CJ 1994 SC II-83, n.º 50.

<sup>6</sup> Processo 293/87 *Vaincke2r/Parlamento* CJ 1989, 23, n.º 17.

tente para proceder a nomeações tinha direito a recorrer a um comité consultivo de selecção para preparar a apreciação das candidaturas<sup>7</sup>. Foi na base de um relatório elaborado por um comité constituído nesses termos que o Secretário-Geral procedeu à análise dos respectivos méritos dos candidatos e entrevistou dois deles. É verdade que nada teria impedido o Secretário-Geral de entrevistar pessoalmente os quatro candidatos. No entanto, o Provedor de Justiça considerou que a decisão do Secretário-Geral de entrevistar apenas os dois candidatos que, com base nas candidaturas, no relatório do comité e em outras informações relevantes, lhe pareceram os mais indicados para ocupar o lugar, se afigurava razoável e conforme com o n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Funcionários, tal como interpretado pelos tribunais comunitários. Contrariamente ao reclamado pelo queixoso, não se afigurava que esta disposição obrigasse a entidade competente para proceder a nomeações a entrevistar pessoalmente todos os candidatos. O facto de o Conselho ter procedido dessa forma numa situação anterior não podia ser considerado relevante, a não ser que ficasse provado que a entidade competente para proceder a nomeações no Conselho entrevistava habitualmente todos os candidatos e que teria abandonado essa prática no presente caso, sem quaisquer razões fundadas. O queixoso não tinha demonstrado que existia uma tal prática.

1.6 O Provedor de Justiça concluiu que, nestas circunstâncias, nada indicava que tinha havido má administração por parte do Conselho quanto à primeira alegação do queixoso.

## **2 Alegada infracção do n.º 3 do artigo 5º do Estatuto dos Funcionários**

2.1 O queixoso alegou que o Conselho tinha violado o n.º 3 do artigo 5º do Estatuto dos Funcionários ao nomear o Sr. H. para o lugar.

2.2 O Conselho da União Europeia alegou que não tinha sido violado o princípio de igualdade de tratamento.

2.3 O n.º 3 do artigo 5º do Estatuto dos Funcionários dispõe que aos funcionários que pertençam a uma mesma categoria são aplicáveis idênticas condições de recrutamento e de progressão na carreira. Na ausência de explicações mais pormenorizadas na queixa e nas observações do queixoso, o Provedor de Justiça Europeu assumiu que a alegação de tratamento desigual se baseava, por um lado, no facto de ter sido o Sr. H., e não o queixoso, o escolhido para ocupar o lugar vago e, por outro lado, no facto de apenas dois dos quatro candidatos terem sido entrevistados pessoalmente pelo Secretário-Geral. Ambas as circunstâncias foram igualmente referidas pelo queixoso para fundamentar a sua alegação de que o Conselho tinha violado o disposto no n.º 1 do artigo 45º do Estatuto dos Funcionários e cometido irregularidades processuais. Contudo, tendo em conta as considerações anteriores (ver 1), o Provedor de Justiça concluiu, com base nas provas disponíveis, que o queixoso não demonstrou que tinha sido alvo de discriminação nesta matéria.

2.4 O Provedor de Justiça concluiu que, nestas circunstâncias, nada indicava que tenha havido má administração por parte do Conselho quanto à segunda alegação do queixoso.

## **3 Alegado abuso de poder**

3.1 O queixoso alegou que a nomeação do Sr. H. para o referido lugar constituía uma forma de abuso de poder por parte do Conselho da União Europeia.

3.2 O Conselho retorquiu que o queixoso não apresentara provas objectivas, relevantes e consistentes para fundamentar a sua alegação.

3.3 O queixoso tinha enviado uma nota ao Provedor de Justiça, descrevendo os antecedentes da sua queixa. Contudo, as alegações contidas nessa nota quanto aos motivos da nomeação do Sr. H. e de diversas nomeações para outros lugares do grau A 2 não tinham

<sup>7</sup>

Ver Processo T-11/91 *Schloh/Conselho* CJ 1992 p. II-203, n.º 47.



sido confirmadas pelo Conselho. O queixoso não tinha apresentado provas que corroborassem as acusações feitas nessa nota. Por conseguinte, o Provedor de Justiça considerava que estas acusações não podiam ser consideradas fundadas. Para além destas acusações, o queixoso apoiava-se em duas circunstâncias concretas para substanciar a sua queixa. A primeira era o facto de o queixoso ter sido informado da rejeição da sua candidatura numa nota que o queixoso considerava conter uma fórmula-padrão. No entanto, ao contrário do que alegava o queixoso, isso não era incompatível com a declaração feita no aviso de abertura de vaga, segundo a qual os candidatos seriam informados «individualmente». A segunda destas circunstâncias dizia respeito a uma nota elaborada pelo Secretário-Geral do Conselho, em 23 de Maio de 1990, e apresentada ao Tribunal de Primeira Instância no Processo T-11/91. O queixoso alegou que este documento continha declarações falsas, uma vez que incluía um relatório de uma entrevista que o Secretário-Geral alegava ter tido com ele nessa altura mas que na realidade nunca teve lugar. O Provedor de Justiça considerou que o queixoso não lhe fornecera provas suficientes que comprovassem esta alegação. Na ausência de provas fundadas, o Provedor de Justiça considerou não ser necessário solicitar ao Conselho que apresentasse o documento incriminado para inspecção. Pela mesma razão, o Provedor de Justiça considerou não estarem reunidas as condições referidas no n.º 2 do artigo 4º do Estatuto do Provedor de Justiça<sup>8</sup>, segundo as quais o Provedor de Justiça é obrigado a informar imediatamente as autoridades nacionais competentes sempre que tiver conhecimento de factos que considere estarem sob a alçada do direito penal.

3.4 O Provedor de Justiça concluiu que, nestas circunstâncias, nada indicava que tenha havido má administração por parte do Conselho quanto à terceira alegação do queixoso.

#### **4 Pedido de indemnização por perdas e danos**

4.1 Na sua queixa, o queixoso salientou que também contestava a rejeição do seu pedido de indemnização pelos danos materiais e não materiais sofridos em consequência da rejeição da sua candidatura ao lugar em causa.

4.2 O queixoso não tinha apresentado argumentos específicos relativamente a este pedido. O Conselho não tinha comentado o pedido do queixoso.

4.3 O pedido de indemnização por parte do queixoso baseava-se na premissa de que o Conselho rejeitara ilicitamente a sua candidatura ao lugar em causa. Conforme foi anteriormente explicado, o Provedor de Justiça chegara à conclusão de que não havia provas suficientes para fundamentar as alegações do queixoso de que a rejeição da sua candidatura ao lugar em causa constituía um caso de má administração. Perante esta conclusão, e dado que o queixoso não apresentara argumentos específicos relacionadas com a rejeição do seu pedido de indemnização, o Provedor de Justiça considerou que não se justificava prosseguir o inquérito em relação a esta alegação do queixoso.

#### **5 Conclusão**

No âmbito do inquérito não foi detectado qualquer caso de má administração por parte do Conselho da União Europeia em relação a esta queixa, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

---

<sup>8</sup> Decisão n.º 94/262/CECA, CE, Euratom do Parlamento Europeu de 9 de Março de 1994 relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu.

### 3.1.2 A COMISSÃO EUROPEIA

#### ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RESPOSTA E DE DECISÃO SOBRE A ADMISSIBILIDADE DE UMA QUEIXA POR INFRACÇÃO DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS AUXÍLIOS DE ESTADO

*Decisão sobre a queixa 533/98/OV (confidencial) contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Maio de 1998, o Sr. X apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu em nome de uma Junta de Freguesia (de ora em diante designada “a queixosa”). Em 11 de Junho de 1997, a queixosa apresentara uma queixa à Comissão Europeia contra as autoridades britânicas por terem infringido as disposições relativas aos auxílios de Estado pagos às empresas Manchester Airport Plc e/ou British Airways Plc, bem como Continental Airlines e American Airlines. A queixosa solicitou à Comissão que abrisse um inquérito nos termos do n.º 2 do artigo 93º (novo artigo 88º) do Tratado CE e que declarasse os auxílios pagos pela Câmara Municipal de Manchester à firma Manchester Airport Plc incompatíveis com o Tratado, tendo em vista a sua cessação imediata. A Comissão foi convidada a agir sem demora, uma vez que se tratava de uma questão urgente, devido ao calendário da proposta de construção da segunda pista de descolagem. A queixa foi apresentada pessoalmente pelos representantes da queixosa numa reunião com a DG VII (Transportes) realizada em 11 de Junho de 1997.

Em 6 de Novembro de 1997, a queixosa enviou mais informações à Comissão relativamente ao relatório da autoridade da aviação civil do Reino Unido, na sequência de um relatório que lhes havia sido enviado pela Monopolies and Mergers Commission em Agosto de 1997. Neste relatório, levantavam-se sérias questões quanto à falta de transparência da Manchester Airport Plc em questões financeiras. Ambos os relatórios reforçavam alguns aspectos substanciares da queixa.

Embora, em Dezembro de 1997, a DG VII tenha indicado que a Comissão se pronunciaria sobre a queixa em meados de Janeiro de 1998. 11 meses mais tarde, a Comissão ainda não o tinha feito, apesar dos frequentes pedidos de informação, telefonemas e mensagens de correio electrónico por parte da queixosa. A queixosa anexou cópias de toda a correspondência enviada à Comissão relativamente à queixa.

A queixosa observou ainda que as autoridades britânicas não tinham efectuado a transposição da Directiva 80/723, alterada pela Directiva 85/413, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados-Membros e as empresas públicas, a qual se aplica especificamente às actividades no sector dos transportes. O prazo limite para a transposição era 1 de Janeiro de 1986 (artigo 2º da Directiva 85/413). A queixosa afirmou que o incumprimento da transposição da directiva constituía uma violação do direito comunitário e que as autoridades britânicas deveriam ter sido alvo de um processo de infracção a iniciar imediatamente após a questão ter sido levada à atenção da Comissão. A Comissão não abordou o ponto 7 da queixa, relativo à interpretação dessas directivas.

Em 21 de Julho de 1998, a queixosa enviou ao Provedor de Justiça uma cópia de uma nova carta dirigida à Comissão, datada de 2 de Julho de 1998, onde perguntava quando decidiria a Comissão sobre a queixa. A queixosa não recebeu qualquer resposta a essa carta.

Consequentemente, a queixosa apresentou queixa ao Provedor de Justiça, alegando que a Comissão:

- 1) não tinha respondido à correspondência da queixosa;
- 2) não tinha decidido sobre a queixa após mais de um ano; e
- 3) não tinha actuado prontamente no que se refere à obrigação por parte das autoridades britânicas de transpor as Directivas 80/723 e 85/413 até 1986, nem tinha abordado os pontos específicos relativos à interpretação dessas Directivas (ponto 7 da queixa).

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão começou por lembrar que, em 11 de Junho de 1997, a queixosa tinha apresentado uma queixa à Comissão, alegando que o financiamento do Aeroporto de Manchester (MA PLC) por várias autoridades locais da área de Manchester envolvia auxílios de Estado ilegais em benefício do próprio Aeroporto de Manchester e de algumas transportadoras aéreas. Consequentemente, a queixosa solicitou à Comissão que desse início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 93.º do Tratado CE, para verificar a existência de uma infracção nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do mesmo Tratado.

A queixa dizia respeito, nomeadamente, a dois tipos diferentes de transacções financeiras, as que ocorriam entre os proprietários do aeroporto e o aeroporto e as que ocorriam entre o aeroporto e algumas transportadoras aéreas. Para além disso, a queixosa afirmava que o Reino Unido não tinha efectuado a transposição das Directivas 80/723 e 85/413 relativas à transparência das relações financeiras entre os Estados-Membros e as empresas públicas. No entanto, a queixosa solicitava formalmente à Comissão que somente desse início ao procedimento previsto no artigo 93.º e apenas relativamente aos auxílios alegadamente pagos pelas autoridades locais de Manchester à firma MA PLC.

A Comissão referiu que tinha analisado pormenorizadamente a queixa, como indica o seguinte:

- Foram estabelecidos contactos antes da apresentação formal da queixa. Por carta datada de 7 de Abril de 1997, a Comissão informou a queixosa acerca da sua posição geral relativamente à questão do financiamento público de projectos de infra-estruturas;
- A queixosa foi convidada para uma reunião realizada em 11 de Junho, nas instalações da DG VII em Bruxelas, para apresentar a queixa. A queixosa foi novamente informada de que a Comissão não considerava o financiamento público de projectos de infra-estruturas abrangido pelas normas aplicáveis aos auxílios de Estado;
- À carta da queixosa à DG VII, datada de 30 de Junho de 1997, foi dada resposta por carta datada de 16 de Julho de 1997;
- A carta da queixosa à DG VII, datada de 1 de Julho de 1997, aparentemente não chegou à Comissão. A Comissão não conseguiu encontrá-la nos seus arquivos e registos de correspondência;
- Por carta datada de 20 de Junho de 1997, endereçada ao Representante Permanente do Reino Unido, a Comissão solicitou às autoridades britânicas os seus comentários sobre a queixa. A MA PLC e a Câmara Municipal de Manchester enviaram as respectivas respostas, por carta datada de 18 de Julho de 1997, negando as alegações e convidando a Comissão a rejeitar a queixa por esta ser infundada;
- A Comissão deu ainda a oportunidade à queixosa de tecer comentários sobre as declarações da MA PLC e da Câmara Municipal de Manchester. Por carta datada de 1 de Agosto de 1997, a Comissão enviou à queixosa uma cópia da resposta das autoridades britânicas. Em 9 de Outubro de 1997, a queixosa enviou comentários adicionais, cuja recepção foi acusada pela Comissão por carta datada de 8 de Dezembro de 1997;
- No que diz respeito às quatro cartas de 15 e 18 de Dezembro de 1997, 16 de Fevereiro e 7 de Abril de 1998, estas não acrescentavam quaisquer informações novas, solicitando simplesmente que a Comissão tomasse uma decisão num curto espaço de tempo. Em resposta à primeira destas cartas, a Comissão explicou novamente a sua posição à queixosa, por via telefónica.

Em consequência, a Comissão examinou cuidadosamente os aspectos factuais e legais levados à sua atenção pela queixosa e concluiu que os factos descritos na queixa não levantavam qualquer questão quanto a possíveis distorções da concorrência entre Estados-Membros. Na realidade, a posição constante da Comissão relativamente ao financiamento de infra-estruturas no sector da aviação<sup>9</sup> considera que a construção ou a ampliação de projectos de infra-estruturas para a aviação financiadas pelo sector público representa, em princípio, uma medida geral de política económica que não se rege pelas normas previstas no Tratado relativas aos auxílios de Estado, uma vez que se destina a satisfazer as necessidades de planeamento ou à implementação de políticas nacionais de transportes. No entanto, dado que possíveis elementos de auxílio podem resultar do tratamento preferencial de empresas específicas na utilização das infra-estruturas, a validade deste princípio geral está sujeita à condição de que a infra-estrutura em causa esteja acessível a todos os utilizadores, com base em critérios objectivos e não discriminatórios. No caso em questão, não houve qualquer prova da ocorrência de discriminação, pelo que se deverá concluir que, em princípio, o investimento público na MA PLC não se enquadra no âmbito das normas comunitárias em matéria de auxílios de Estado. A Comissão comunicou este parecer à queixosa desde o início, nomeadamente na carta datada de 7 de Abril de 1997, na reunião de 11 de Junho de 1997 e no telefonema de 18 de Dezembro de 1997.

No que diz respeito à segunda alegação, de que a Comissão não teria apreciado o conteúdo da queixa durante mais de um ano, a Comissão lembrou alguns aspectos das regras de procedimento em casos de auxílio estatal<sup>10</sup>. As cartas de terceiros endereçadas à Comissão podem ser uma importante fonte de informação acerca do auxílio de Estado, mas aqueles não são partes intervenientes no processo, uma vez que, em casos de auxílio de Estado, os únicos intervenientes são a Comissão e os Estados-Membros. A Comissão examina e responde a todas as queixas, o que de facto aconteceu no caso em questão, mas não tem qualquer obrigação de tomar uma decisão sobre o auxílio que é alvo da queixa. Para além disso, o Tribunal de Justiça estatuiu, relativamente ao processo C-67/95 P (Sytraval), que:

- o Tratado e a legislação comunitária não definiram o regime de instrução das denúncias da existência de auxílios de Estado. Em especial no caso de um alegado auxílio estatal, não há qualquer base que obrigue a Comissão a proceder a um debate de opiniões e argumentos com a queixosa. Consequentemente, no caso em questão, a Comissão foi além das suas obrigações em relação à queixosa;
- as decisões adoptadas pela Comissão no domínio dos auxílios de Estado têm por destinatários os Estados-Membros em causa. Quando a Comissão adopta tais decisões, informa os queixosos sobre as mesmas.
- Se a Comissão conclui pela inexistência de um auxílio de Estado alegado por um queixoso, é obrigada a dar ao queixoso uma explicação adequada. Todavia, a Comissão não é obrigada a tomar posição sobre elementos manifestamente despropositados, desprovidos de significado ou claramente secundários.

No desempenho da sua função de supervisora e reguladora no campo da concorrência, a Comissão tem o direito de invocar o interesse comunitário de forma a determinar o nível de prioridade a aplicar a um caso levado à sua atenção. A Comissão debate-se com vários casos que levantam problemas relevantes para o funcionamento correcto do mercado interno no campo da aviação. A apreciação de tais casos é uma clara prioridade para a Comissão, quando comparados com queixas à primeira vista infundadas, pelo que o tempo e os recursos são atribuídos a cada caso em conformidade com isso.

<sup>9</sup> Consultar as linhas directrizes da Comissão para a aplicação dos artigos 92.º e 93.º do Tratado CE e do artigo 61.º do Acordo EEE aos auxílios de Estado no sector da aviação, JO C 350 de 10.12.1994.

<sup>10</sup> Direito da Concorrência nas Comunidades Europeias, Volume II A, Regras aplicáveis aos auxílios estatais – OPOCE, p. 45.

No que diz respeito à alegada ausência de reacção ao ponto 7 da queixa, relativo à transparência, e ao incumprimento, por parte das autoridades britânicas, da obrigação de transpor as Directivas 80/723 e 85/413, a Comissão fez notar que a queixosa apenas convidava a Comissão a esclarecer a interpretação das duas directivas, e não a dar início a um processo de infracção. Aparentemente, a queixosa solicitou formalmente à Comissão que o fizesse através da sua carta datada de 1 de Julho de 1997, que a Comissão não recebeu.

Na resposta de 18 de Julho de 1997 à carta da Comissão datada de 20 de Junho de 1997, as autoridades britânicas indicaram que, à luz do Direito inglês, nenhum indivíduo tem direito de acesso a toda a documentação em posse de uma autoridade local, sem prejuízo de direitos específicos que possam ter sido concedidos por outra legislação. As informações foram fornecidas à queixosa em conformidade com tal legislação. As duas directivas em causa impõem aos Estados-Membros a obrigação de manter a informação à disposição da Comissão por um período de 5 anos e de a fornecer à Comissão, caso esta a solicite. Por carta datada de 1 de Agosto de 1997, a Comissão forneceu à queixosa a resposta das autoridades britânicas, solicitando os seus comentários. Por carta datada de 9 de Outubro de 1997, a queixosa enviou comentários suplementares, mas não questionou os argumentos legais apresentados pelo Reino Unido, pelo que a Comissão concluiu que já não seria necessário rever esta questão.

### **Observações da queixosa**

A queixosa não teceu quaisquer observações ao parecer da Comissão. Contudo, em 17 de Novembro de 1988, escreveu ao Provedor de Justiça afirmando que não tinha recebido mais nenhuma correspondência da Comissão. A queixosa expressou a sua preocupação pelo atraso na decisão sobre a admissibilidade da queixa, especialmente na medida em que os trabalhos de construção estavam em curso.

### **Informações complementares obtidas da Comissão**

Em 26 de Julho de 1999, o Provedor de Justiça recebeu uma cópia de uma carta enviada à queixosa em 16 de Julho de 1999 pela DG VII da Comissão, através da qual o Chefe de Unidade informava a queixosa de que a Comissão havia tomado a decisão de que o financiamento do desenvolvimento do Aeroporto de Manchester, bem como os acordos financeiros e operativos entre o Aeroporto de Manchester, por um lado, e a British Airways e a Continental Airlines por outro, não constituíam um auxílio. A Comissão anexou a esta correspondência uma cópia de uma carta de 5 páginas enviada pela Comissão às autoridades britânicas. A carta seria também publicamente disponibilizada na Internet.

## **A DECISÃO**

### **1 Alegada ausência de resposta da Comissão à correspondência da queixosa**

1.1 A queixosa alegou que a Comissão não havia reagido à correspondência enviada à DG VII, após a apresentação da queixa. A Comissão fez notar que respondeu a 16 de Julho de 1997 à carta da queixosa datada de 30 de Junho de 1997, que a carta da queixosa datada de 1 de Julho de 1997 não tinha chegado à Comissão e que as quatro cartas datadas de 15 e 18 de Dezembro de 1997, 16 de Fevereiro, e 7 de Abril de 1998 não acrescentavam quaisquer novas informações, instando apenas a Comissão a tomar uma decisão num curto espaço de tempo. No seguimento da primeira destas cartas, a Comissão explicou uma vez mais à queixosa a sua posição, por via telefónica.

1.2 O Provedor de Justiça notou que, a partir dos anexos à queixa que lhe foi dirigida, entre 30 de Junho de 1997 e 7 de Abril de 1998, a queixosa teria enviado 18 cartas à Comissão, nomeadamente 13 cartas à DG VII e 5 cartas à DG XV, o que constitui uma média de cerca de uma carta quinzenalmente. O Provedor de Justiça reconheceu que a Comissão não respondeu a todas estas dezoito cartas. Contudo, a partir dos anexos à

queixa, afigura-se que, em várias ocasiões durante o tratamento da queixa pelos seus serviços, a Comissão respondeu à correspondência da queixosa.

1.3 Em 16 de Julho de 1997, a DG VII respondeu à carta da queixosa datada de 30 de Junho de 1997 e respondeu a 4 pedidos efectuados pela queixosa. Nesta carta, a DG VII informou a queixosa de que tinha enviado à DG IV uma cópia das partes relevantes da queixa e que a DG XVI seria a Direcção-Geral com maiores probabilidades de financiar projectos de infra-estruturas como os do Aeroporto de Manchester. A DG VII informou também a queixosa de que aguardava as observações das autoridades britânicas. Em 1 de Agosto de 1997, a DG VII enviou à queixosa uma cópia da resposta das autoridades britânicas. Em 26 de Agosto de 1997, a DG VII enviou à queixosa um fax, tendo em vista o alargamento do prazo para entrega de observações pela queixosa para 1 de Outubro de 1997. Em 8 de Dezembro de 1997, a DG VII respondeu às cartas da queixosa datadas de 9 e 28 de Outubro e de 6 de Novembro de 1997 e informou-a de que estava a analisar cuidadosamente a queixa, em conjunto com outros serviços da Comissão. Em 5 de Junho de 1998, a DG VII escreveu novamente à queixosa. Em 3 de Dezembro de 1998, a DG VII respondeu à carta da queixosa datada de 17 de Novembro de 1998 e informou-a de que o inquérito estava ainda em curso e que não podia comprometer-se a estabelecer um prazo.

1.4 Pelo acima exposto, verifica-se que, mesmo que não tenha respondido a todas as cartas enviadas pela queixosa, a Comissão lhe enviou 6 cartas no período compreendido entre Julho de 1997 e Dezembro de 1998. O Provedor de Justiça considerou, consequentemente, que a Comissão tinha reagido de forma razoável à correspondência da queixosa, pelo que não se revelou qualquer caso de má administração neste domínio.

## **2 Alegada incapacidade da Comissão em decidir sobre a admissibilidade da queixa, decorrido mais de um ano**

2.1 A queixosa alegou que, mais de um ano após a apresentação da queixa, a 11 de Junho de 1997, a Comissão ainda não tinha deliberado sobre a mesma. Referindo-se à jurisprudência do Tribunal de Justiça, a Comissão observou que o Tratado e a legislação comunitária não definiam o regime de instrução das queixas sobre a existência de auxílios de Estado. A Comissão afirmou ainda que, no desempenho da sua função de supervisora e reguladora no domínio da concorrência, tem o direito de invocar o interesse comunitário para determinar o nível de prioridade a aplicar a um caso levado à sua atenção.

2.2 O Provedor de Justiça notou que, à luz do acórdão do Tribunal de Justiça de 2 de Abril de 1998<sup>11</sup>, nem o Tratado nem a legislação comunitária definiam o regime de instrução das queixas sobre a existência de auxílios de Estado. Todavia, torna-se evidente através deste acórdão que a Comissão tem de respeitar algumas garantias processuais básicas relativamente aos queixosos. Mais particularmente, a Comissão deve 1) avisar as partes interessadas de que devem apresentar os seus comentários em conformidade com o n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, 2) informar os queixosos, de acordo com o seu dever de boa administração, da decisão de que as medidas denunciadas não constituem auxílio de Estado e 3) fornecer aos queixosos uma explicação adequada das razões pelas quais os elementos apresentados na queixa não demonstraram a existência de auxílio de Estado<sup>12</sup>.

2.3 No caso em questão, é evidente que estas garantias processuais foram respeitadas pela Comissão porque 1) em 1 de Agosto de 1997, a Comissão enviou à queixosa, para que este tecesse comentários, uma cópia da resposta das autoridades britânicas, 2) em 16 de Julho de 1999, a Comissão informou a queixosa da sua decisão de que o financiamento da MA PLC não constituía auxílio e 3) a Comissão enviou à queixosa uma cópia da carta enviada às autoridades britânicas em 14 de Junho de 1999, que continha os fundamentos da decisão de que as medidas denunciadas não constituíam auxílio de Estado.

<sup>11</sup> Processo C-367/95 P, *Comissão contra Sytraval*, CJ 1998 p. I-1719.

<sup>12</sup> Processo C-367/95 P, consultar mais especificamente os parágrafos 45, 59 e 64 do acórdão.



2.4 O Provedor de Justiça reconheceu que se passaram 2 anos desde a apresentação da queixa, em 11 de Junho de 1997, e a decisão final da Comissão de 16 de Julho de 1999. Contudo, com base na correspondência entre a Comissão e a queixosa, constata-se que durante este tempo a Comissão realizou, de forma activa, um inquérito sobre a queixa, solicitou observações às autoridades britânicas e respeitou os direitos processuais da queixosa. Consequentemente, o Provedor de Justiça não encontrou qualquer caso de má administração neste domínio.

### **3 Alegada incapacidade da Comissão de vigilância da obrigação das autoridades britânicas de transpor as Directivas 80/723 e 85/413**

3.1 A queixosa alegou que a Comissão não tinha conseguido agir prontamente face à obrigação das autoridades britânicas de transpor, até 1986, as Directivas 80/723 e 85/413 relativas à transparência das relações financeiras entre os Estados-Membros e as empresas públicas, nem abordar os pontos específicos relativos à interpretação dessas Directivas (ponto 7 da queixa). A Comissão afirmou que a queixosa apenas convidava a Comissão a esclarecer a interpretação das duas Directivas, e não a iniciar um processo de infracção. Aparentemente, a queixosa solicitava formalmente que a Comissão o fizesse, na sua carta de 1 de Julho de 1997, que a Comissão não recebeu.

3.2 Do ponto 7.1.10 da queixa original apresentada à Comissão em 11 de Junho de 1997, tudo indica que a queixosa não solicitou à Comissão que iniciasse um processo de infracção contra as autoridades britânicas, convidando apenas a Comissão a esclarecer a interpretação da Directiva, em reacção a esse aspecto da queixa. O Provedor de Justiça considerou então que era fundada a alegação segundo a qual a Comissão não tinha agido prontamente face à obrigação das autoridades britânicas de transpor as referidas directivas.

3.3 No que diz respeito à interpretação das Directivas, o Provedor de Justiça observou que, em 1 de Agosto de 1997, a Comissão forneceu à queixosa a resposta das autoridades britânicas, solicitando os seus comentários. Contudo, a queixosa não enviou quaisquer comentários suplementares aos argumentos legais apresentados pelas autoridades britânicas. A Comissão tinha, consequentemente, o direito de concluir que não seria necessário aprofundar esta questão, agindo assim dentro dos limites da sua autoridade legal.

3.4 Com base nas considerações acima expostas, o Provedor de Justiça não encontrou qualquer caso de má administração no que se refere a este aspecto da queixa.

### **4 Conclusão**

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo decidido arquivar a queixa.

## **ALEGADA NEGLIGÊNCIA DA COMISSÃO NO EXERCÍCIO DO SEU PAPEL DE GUARDIÃ DO TRATADO**

*Decisão sobre a queixa 715/98/IJH contra a Comissão Europeia*

### **A QUEIXA**

Em Julho de 1998, a TIE (Toy Industries of Europe) apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu contra a Comissão Europeia, relativa à forma como esta instituição tramitara uma queixa apresentada por esta empresa em Novembro de 1994, relativa à proibição, imposta pelas autoridades gregas, de publicidade televisiva a brinquedos para crianças.

Na queixa apresentada ao Provedor de Justiça, a TIE alegou:

(i) **atraso indevido**, na medida em que a Comissão só enviou uma carta de notificação às autoridades gregas dois anos depois da apresentação da queixa, e não no prazo de um ano, conforme estipulado no seu próprio regulamento interno. O queixoso alegou ainda que a Comissão ignorou os seus repetidos pedidos de tramitação urgente da queixa;

(ii) *falta de informação*, na medida em que a Comissão nunca informou oficialmente sobre as medidas adoptadas em relação à queixa apresentada pela TIE;

(iii) *negligência no cumprimento do dever*, na medida em que a Comissão decidiu consultar peritos e partes interessadas antes de enviar um parecer fundamentado às autoridades gregas. Segundo o queixoso, quando um processo exige claramente que se dê provimento à suspeita de infracção, compete ao Estado-Membro prestar as informações necessárias e não à Comissão ou a terceiros.

O queixoso alegava ainda falta de imparcialidade por parte do colégio de Comissários e solicitava que o Provedor de Justiça analisasse a eficácia geral do procedimento previsto no artigo 169.º (actual artigo 226.º). O Provedor de Justiça informou o queixoso de que a alegação e o pedido pareciam não reunir argumentos suficientes para se iniciar um inquérito nos termos do artigo 195.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, pelo que limitaria o seu inquérito no âmbito desta queixa aos pontos (i), (ii) e (iii) anteriormente referidos.

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

A Comissão explicou que, na queixa apresentada a esta instituição, a TIE afirmava que a proibição de publicidade televisiva tinha efeitos particularmente prejudiciais para os produtores comunitários de brinquedos não sediados na Grécia e alegava que, embora fosse apresentada como uma medida destinada a proteger as crianças, prosseguia objectivos proteccionistas.

### **Atraso indevido**

A Comissão reconheceu que tinham decorrido dois anos desde a data de apresentação da queixa até ao envio da carta de notificação, mas incluiu uma cronologia exaustiva dos acontecimentos para provar que não tinha permanecido inactiva durante esse período. A Comissão também mencionou que entretanto tinham sido introduzidas melhorias no seu regulamento interno, com o objectivo de tratar os processos de infracção com maior celeridade.

No que diz respeito aos pedidos de tramitação urgente apresentados pelo queixoso, a Comissão explicou que não podiam ser satisfeitos, dada a natureza técnica e sensível do problema. Importava, sobretudo, identificar a base jurídica correcta em que assentaria o processo de infracção, o que implicou diversas trocas de notas com o Serviço Jurídico da Comissão. Em segundo lugar, era necessário provar a natureza desproporcionada da medida tomada pelo Governo grego.

### **Falta de informação**

A Comissão considerou este aspecto da queixa particularmente injustificado. Embora o queixoso não tivesse sido sistematicamente informado por escrito das várias medidas adoptadas, o seu representante em Bruxelas foi informado com regularidade e rigor dos desenvolvimentos em curso, muitas vezes por iniciativa da DG XV, sobretudo por contacto telefónico. O queixoso também foi recebido pelo Director-Geral da DG XV dois meses após a queixa ter sido registada e encontrou-se com outros funcionários responsáveis em, pelo menos, três ocasiões.

### **Negligência no cumprimento do dever**

A Comissão explicou que, na sua resposta à carta de notificação, as autoridades gregas tinham declarado que a proibição da publicidade televisiva a brinquedos tinha por objectivo impedir as crianças de assistir a anúncios susceptíveis de lhes causar sentimentos de



frustração ou de as levar a exercer fortes pressões sobre os pais para comprarem um brinquedo for a do alcance do orçamento familiar. As supostas justificações de interesse público da lei visavam, por conseguinte, proteger as crianças e salvaguardar a paz familiar.

Antes de receber essa resposta, a Comissão julgara que as autoridades gregas estavam preocupadas com possíveis riscos inerentes ao conteúdo da mensagem publicitária e considerou que os objectivos indicados na resposta lançavam uma luz diferente sobre o caso, requerendo uma investigação mais exaustiva.

Considerando que a protecção das crianças contra possíveis riscos não pode ser tomada de ânimo leve, a Comissão criou recentemente um grupo de trabalho composto por peritos governamentais em comunicação comercial, cujo papel não consiste em tomar decisões sobre os processos de infracção, mas em debater questões horizontais, como sejam os riscos a que a publicidade a brinquedos pode expor as crianças e, a serem identificados riscos dessa natureza, quais as melhores formas de os combater. Na data em apreço, os serviços da Comissão estavam a proceder à avaliação dos resultados de um debate realizado na segunda reunião do grupo de peritos, com o intuito de apresentar uma proposta à Comissão no sentido de ser dado um seguimento adequado à queixa até, o mais tardar, ao início de 1999.

A Comissão também realçou que o Tribunal de Justiça sempre defendera que, nos termos do artigo 169.º (actual artigo 226.º), compete à Comissão provar o incumprimento de uma obrigação.

### **Observações do queixoso**

#### ***Atraso indevido***

O queixoso questionou se estariam a ser cumpridas as disposições do regulamento interno da Comissão relativas à prorrogação dos prazos de resposta dos Estados-Membros a uma carta de notificação. Uma vez que não houve nenhuma reunião da Comissão entre Junho e Dezembro de 1997, o atraso de três semanas na resposta das autoridades gregas provocou um novo atraso de cinco meses na tramitação do processo por parte da Comissão.

O queixoso alegava ainda que a Comissão tinha actuado rapidamente contra uma proibição de publicidade semelhante imposta pelo Governo grego em 1991 e questionava por que razão não era possível tomar uma posição semelhante em relação à medida adoptada em 1994.

Finalmente, o queixoso considerava excessivo o período de 13 meses decorrido entre a data em que a Comissão recebeu a resposta do Estado-Membro à carta de notificação e a sua decisão de consultar o grupo de peritos.

#### ***Falta de informação***

O queixoso reconheceu também que a DG XV prestou informações com regularidade, mas também especificou que este aspecto da queixa dizia respeito a outras direcções-gerais, bem como aos gabinetes de determinados Comissários e ao Serviço Jurídico. As observações referiam, em particular, as críticas à falta de transparência e à posição dominante do Serviço Jurídico, tecidas no relatório de uma das comissões do Parlamento Europeu e subsequentemente incluídas numa resolução aprovada pelo PE. O queixoso subscrevia o apelo do Parlamento à Comissão no sentido de esta dar a conhecer aos queixosos todos os argumentos jurídicos invocados em queixas específicas e de lhes conceder a possibilidade de contestar esse parecer antes de ser tomada a decisão final sobre se deverá ou não ser dado seguimento a uma queixa.

### *Negligência no incumprimento do dever*

No entender do queixoso, em casos de infracção, compete à Comissão, em primeira linha, assegurar o funcionamento do mercado único, eliminando os entraves à livre circulação com a maior celeridade possível. No caso de a queixa ter fundamento, a Comissão deverá agir dentro dos prazos estipulados no seu regulamento interno e utilizar com eficácia os seus poderes discricionários. Se a queixa não tiver provimento, a Comissão deverá arquivá-la. O facto de a queixa relativa à publicidade aos brinquedos se arrastar durante tantos anos deixava antever que tinha provimento e o facto de ainda não terem sido adoptadas medidas decisivas apontava para negligência da Comissão no cumprimento das suas responsabilidades enquanto guardião do Tratado.

### *INQUÉRITOS COMPLEMENTARES*

Após um exame atento do parecer da Comissão e das observações do queixoso, o Provedor de Justiça considerou necessário proceder a um inquérito complementar. Nesse sentido, convidou a Comissão a pronunciar-se sobre as observações do queixoso relativas ao atraso indevido e à falta de informação.

O Provedor de Justiça registou ainda a afirmação contida no parecer da Comissão, segundo a qual os serviços da Comissão se propunham apresentar uma proposta no sentido de ser dado seguimento à queixa até, o mais tardar, ao início de 1999. O Provedor de Justiça pediu para ser informado dos desenvolvimentos subsequentes e do calendário de eventuais medidas a adoptar futuramente pela Comissão nesta matéria.

### **Resposta da Comissão**

#### ***Atraso indevido***

A Comissão explicou que os seus serviços competentes pretendiam apresentar uma proposta na reunião da Comissão em matéria de infracções, de Junho de 1997, no sentido de ser enviado um parecer circunstanciado às autoridades gregas, proposta essa que foi abandonada por ter sido recebida a resposta das autoridades gregas. Embora tendo chegado com um atraso de duas ou três semanas, a Comissão foi obrigada a considerar a resposta. Dado o teor da mesma, a queixa teria provavelmente transitado para a reunião de Dezembro de 1997, mesmo que as autoridades gregas tivessem cumprido o prazo.

A Comissão fez saber que as regras em matéria de prorrogação de prazos, referidas pelo queixoso, não se aplicavam neste caso, uma vez que as autoridades gregas não tinham solicitado prorrogação. Não obstante, a Comissão declarou ainda que, à data da ocorrência dos acontecimentos em causa, encarara, por vezes, com alguma tolerância, as respostas tardias (algumas das quais possivelmente com o único objectivo de ganhar tempo), ao passo que, em decisões mais recentes, adoptadas com o objectivo de melhorar os seus métodos de trabalho no que se refere aos processos de infracção, começara a adoptar uma postura mais firme face aos Estados-Membros que não cumpriam os prazos de resposta.

No que diz respeito ao paralelismo traçado com as medidas em resposta à proibição semelhante imposta em 1991, a Comissão fez notar que também agiu com rapidez em 1994, tendo enviado uma primeira carta nos termos do ex-artigo 169º antes de terem decorrido seis meses após a recepção da queixa. Acresce que, em 1991, as autoridades gregas tinham satisfeito imediatamente o pedido da Comissão, o que não aconteceu em 1994.

No que se refere ao período de 13 meses decorrido entre a data em que a Comissão recebeu a resposta à sua carta de notificação e a sua decisão de consultar o grupo de peritos, a Comissão explicou a sequência de acontecimentos ocorridos entre a resposta (30 de Maio de 1997) e a decisão de prosseguir com as consultas (24 de Junho de 1998).

### ***Falta de informação***

No tocante às observações do queixoso relativas a este ponto, a Comissão considera que devem existir limites quanto ao volume de informações prestadas sobre as posições de determinados serviços ou gabinetes privados dos Comissários, a fim de salvaguardar os princípios de consistência e responsabilidade colectiva do trabalho da Comissão.

No que diz respeito aos pareceres do Serviço Jurídico, a Comissão remeteu para o despacho do Presidente do Tribunal de Primeira Instância no processo *Carlsen e outros contra Conselho*<sup>13</sup>.

A Comissão referiu ainda que o queixoso e os seus representantes foram regularmente informados pelos serviços responsáveis sobre os resultados das reuniões dos chefes de gabinete dos Comissários e da própria Comissão, tendo até mesmo sido recebidos pelo gabinete do Presidente da Comissão em 30 de Abril de 1996 e tido a oportunidade de defender o seu ponto de vista numa reunião realizada em 27 de Março de 1998 com os dois funcionários do Serviço Jurídico responsáveis pelo processo.

### **Desenvolvimentos desde Novembro de 1998**

A Comissão expôs os resultados do debate do grupo de peritos e do seu próprio exame de estudos científicos sobre a matéria, tendo ainda anexado um documento de 20 páginas elaborado pelos seus serviços. Dada a dificuldade de encontrar uma teoria cientificamente irrefutável sobre os riscos e os desafios da publicidade dirigida a crianças, a Comissão decidiu investigar o assunto com maior profundidade e, eventualmente, encetar um diálogo amigável com as autoridades gregas para analisar em conjunto as diferentes alternativas passíveis de garantir um elevado grau de protecção das crianças sem pôr em causa os requisitos da liberdade de circulação. Estes debates ainda não tinham sido iniciados porque o ministro grego responsável cessara funções no início de 1999 e a Comissão apresentara a sua demissão.

### **Observações do queixoso**

Em Dezembro de 1999, o queixoso remeteu observações complementares, nas quais mantinha a queixa de atraso indevido relativa ao período de 13 meses decorrido entre a resposta das autoridades gregas à carta de notificação e a decisão da Comissão de consultar um grupo de peritos.

O queixoso considerou que a intenção da Comissão de encetar um diálogo amigável com as autoridades gregas fora apenas um outro pretexto para adiar a decisão e sublinhava que esse tipo de negociações apenas tem lugar depois de ter sido apresentado um parecer circunstanciado, uma vez que, de outra forma, a Comissão não tem poder de influência sobre o Estado Membro.

Finalmente, o queixoso fez saber que a Comissão tinha decidido arquivar a queixa em Setembro de 1999 por falta de provas e pelo facto de se encontrar pendente há demasiado tempo. O queixoso fora notificado da intenção de arquivar a queixa e convidado a apresentar novas provas no prazo de um mês, tendo correspondido ao solicitado. O queixoso alegou que a decisão de arquivar a queixa tinha sido tomada por uma Comissão “gestora de assuntos correntes”, numa lógica de arrumação de secretárias, sem qualquer avaliação jurídica adequada do mérito da queixa nem dos pareceres técnicos recolhidos pela Comissão.

---

<sup>13</sup> Despacho do presidente do Tribunal de Primeira Instância de 3 de Março de 1998 no processo T-610/97R, *Carlsen e outros contra Conselho*, CJ 1998 p. II-485.

## A DECISÃO

### 1 Âmbito do inquérito do Provedor de Justiça

1.1 A queixa apresentada ao Provedor de Justiça em Julho de 1998 dizia respeito ao tratamento dado pela Comissão a um processo de infracção instaurado ao abrigo do artigo 169º (actual artigo 226º), no âmbito da qual se investigava a proibição de publicidade televisiva a brinquedos de criança, decretada pelo Governo grego. A queixa apresentada ao Provedor de Justiça alegava atrasos indevidos, falta de informação relativa ao processo de infracção em curso e negligência por parte da Comissão no exercício do seu papel enquanto guardião do Tratado.

1.2 Nas observações efectuadas em Dezembro de 1999, o queixoso fez notar que a Comissão arquivara o processo de infracção em Setembro de 1999. O queixoso alegava que esta decisão tinha sido tomada por uma Comissão “gestora de assuntos correntes”, numa lógica de arrumação de secretárias, sem qualquer avaliação jurídica adequada dos méritos do processo nem dos pareceres técnicos recolhidos pela Comissão.

1.3 O Provedor de Justiça considerou que não se justificava iniciar um inquérito relativo a esta alegação, a qual não se enquadrava no âmbito da queixa inicial. O queixoso tem a possibilidade de apresentar uma nova queixa ao Provedor de Justiça, contendo alegações suficientemente precisas e com provas que justifiquem a abertura de um inquérito ao abrigo do artigo 195º do Tratado CE.

### 2 Atraso indevido

2.1 O queixoso alegou que a Comissão apenas enviara uma carta de notificação às autoridades gregas dois anos depois da data de apresentação da queixa, que a Comissão não exigira às autoridades gregas o cumprimento do prazo de resposta e que o período de 13 meses decorrido entre a data da resposta e a decisão da Comissão de consultar um grupo de peritos não tinha qualquer justificação. O queixoso alegou ainda que a Comissão ignorou os seus repetidos pedidos de tramitação urgente da sua queixa.

2.2 No que diz respeito aos pedidos de tramitação urgente, apresentados pelo queixoso, a Comissão explicou que não podiam ser satisfeitos por causa da natureza técnica e sensível do problema. Além do mais, em 1991 as autoridades gregas tinham adoptado uma atitude diferente, levantando de imediato a proibição de publicidade televisiva a brinquedos na sequência do pedido da Comissão. O queixoso não voltou a pronunciar-se sobre este aspecto da alegação de atraso.

2.3 A Comissão reconheceu que tinham decorrido dois anos entre a data de apresentação da queixa à Comissão e o envio da carta de notificação, mas incluiu uma cronologia exaustiva dos acontecimentos para provar que não tinha permanecido inactiva durante esse período. A Comissão também reconheceu que, na altura dos referidos acontecimentos, as respostas tardias eram, por vezes, encaradas com alguma tolerância. A Comissão mencionou que entretanto tinham sido introduzidas melhorias nos seus procedimentos com o objectivo de tratar os processos de infracção com maior celeridade e adoptar uma postura mais firme face aos Estados Membros que não cumpriam os prazos de resposta.

2.4 O Provedor de Justiça verificou que tinham decorrido cinco anos entre a data da apresentação da queixa e a decisão da Comissão de arquivar o processo. Embora parte deste período fosse necessário para investigar adequadamente uma queixa que suscitava questões complexas e difíceis, relacionadas com a protecção de crianças, depreendia-se claramente das respostas da Comissão que parte do atraso se ficara a dever aos seus procedimentos internos. No entanto, uma vez que, posteriormente, a Comissão envidou esforços no sentido de melhorar estes procedimentos<sup>14</sup>, o Provedor de Justiça não considerou necessário prosseguir o seu inquérito em relação a este aspecto da queixa em apreço.

<sup>14</sup> Ver SEC (1998) 1733, “Melhoria dos métodos de trabalho da Comissão em matéria de processos de infracção”; Décimo sexto relatório sobre a aplicação do direito comunitário COM(1999) 301, de 9/07/1999.

### 3 Falta de informação

3.1 O queixoso alegou que a Comissão nunca o informou oficialmente das medidas adoptadas em relação à sua queixa. No decurso do inquérito do Provedor de Justiça, o queixoso reconheceu que fora informado regularmente pela DG XV. Além do mais, a Comissão forneceu pormenores, que o queixoso não contestou, relativos a reuniões entre representantes do queixoso e os gabinetes do Presidente e de outros Comissários, bem como com os serviços competentes da Comissão.

3.2 O queixoso também referiu que a Comissão lhe deveria ter dado a conhecer todos os argumentos jurídicos invocados em queixas específicas e permitido contestar esse parecer antes de ser tomada a decisão final sobre se deveria ou não ser dado seguimento à queixa. Neste contexto, o queixoso referiu-se ao relatório de uma das comissões do Parlamento Europeu<sup>15</sup> e à resolução subsequentemente aprovada por essa instituição.

3.3 Em resposta, a Comissão declarou que devem existir limites quanto ao volume de informações prestadas sobre as posições de determinados serviços ou gabinetes privados dos Comissários, a fim de salvaguardar os princípios de consistência e responsabilidade colectiva do trabalho da Comissão. No que diz respeito aos pareceres do Serviço Jurídico, a Comissão remeteu para o despacho do Presidente do Tribunal de Primeira Instância no processo *Carlsen e outros contra Conselho*<sup>16</sup>, no qual se considerou que uma instituição pode recusar o acesso a pareceres jurídicos que são meros instrumentos de trabalho.

3.4 As provas ao dispor do Provedor de Justiça nesta matéria indicam que o queixoso foi informado regularmente sobre o progresso da queixa, mas que não recebeu informações completas sobre a avaliação jurídica feita pela Comissão aquando da decisão de arquivar a queixa. Face ao direito comunitário actual, e tendo em conta as razões invocadas pela Comissão para arquivar a queixa em apreço, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração em relação a este aspecto da queixa.

### 4 Negligência no cumprimento do dever

4.1 O queixoso alegou que a Comissão negligenciou o seu papel de guardião do Tratado ao decidir consultar peritos e partes interessadas antes de ter enviado um parecer circunstanciado às autoridades gregas. Segundo o queixoso, quando uma queixa relativa a uma suspeita de infracção merece claramente provimento, compete ao Estado Membro prestar as informações necessárias e não à Comissão ou a terceiros.

4.2 Durante o inquérito, o queixoso alegou também que a Comissão deveria actuar dentro dos prazos estipulados no seu regulamento interno e utilizar com eficácia os seus poderes discricionários. Se a queixa não tiver provimento, a Comissão deverá encerrar o processo. No que diz respeito aos prazos, este ponto é tratado na secção 2.4 da decisão supra.

4.3 A Comissão explicou que a resposta das autoridades gregas à carta de notificação viera lançar uma luz diferente sobre a queixa, ao alegar que a proibição de publicidade televisiva a brinquedos se justificava pelo interesse público de proteger as crianças e salvar a paz familiar. Impondo-se uma investigação exaustiva destas alegações, a Comissão decidiu consultar um grupo de peritos governamentais em comunicação comercial. Segundo a Comissão, o papel do grupo de peritos não consistia em tomar decisões sobre o processo de infracção mas em debater questões horizontais. Mais tarde, a Comissão apresentou os resultados do debate do grupo de peritos e da sua própria análise

<sup>15</sup> Relatório sobre a comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social “Seguimento do Livro Verde sobre a Comunicação Comercial no Mercado Interno” (COM(98)0121 - C4-0252/98), A4-0503/98 (*relatora* Jessica LARIVE).

<sup>16</sup> Despacho do presidente do Tribunal de Primeira Instância de 3 de Março de 1998 no processo T-610/97R, *Carlsen e outros contra Conselho*, CJ 1998 p. II-485.

de estudos científicos sobre a matéria num documento elaborado pelos seus serviços. O queixoso não contestou estas explicações.

4.4 No que diz respeito às fontes consultadas pela Comissão para obter informações adequadas e provas relativas a esta queixa, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou indícios de que a Comissão terá actuado fora dos limites da sua autoridade legal enquanto guardião do Tratado, pelo que o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração em relação a este aspecto da queixa.

## 5 Conclusão

No âmbito do inquérito não foi detectado qualquer caso de má administração por parte da Comissão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

As questões gerais sobre se a Comissão dispõe de procedimentos adequados para tratar com rapidez, justiça e eficácia as queixas apresentadas pelos cidadãos no âmbito das funções que desempenha como guardião do Tratado, e se o queixoso poderá ser informado da avaliação jurídica feita pela Comissão em relação à sua queixa e, em caso afirmativo, em que fase do processo tal poderá acontecer, serão analisados num futuro inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça Europeu.

### APLICAÇÃO DA DIRECTIVA 92/43/CEE RELATI- VA À PRESERVAÇÃO DOS HABITATS PELAS AUTORIDA- DES ESPANHOLAS

*Decisão sobre a quei-  
xa 789/98/JMA contra  
a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Julho de 1998, o Sr. P. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu em nome da organização não governamental espanhola de protecção ambiental “Centro de Acuicultura Experimental”. A queixa, inicialmente apresentada ao Hospital Universitário “La Fe”, foi transmitida ao Provedor de Justiça por esta instituição pública espanhola. Dizia respeito à decisão, alegadamente injustificada, de arquivar uma queixa por ele apresentada à Comissão contra as autoridades regionais de Valência que, de acordo com o queixoso, estavam a introduzir espécies piscícolas não indígenas no rio Serpis de Valência, com consequentes prejuízos para as populações indígenas, em violação do direito comunitário.

Em Janeiro de 1994, o Sr. P. apresentou uma queixa à Comissão, registada pelos seus serviços sob o número de processo P/4119/94. A queixa dizia respeito à introdução de espécies piscícolas não indígenas (truta americana) no rio Serpis em Valência e aos efeitos negativos que estas acções estavam a exercer sobre as populações de uma espécie nativa local, a *Valencia hispanica*. O queixoso explicou que, em Junho de 1994, fora informado pelo director dos serviços responsáveis da Comissão da impossibilidade de serem tomadas medidas relativamente a esta queixa, porque a única legislação comunitária aplicável à situação, a Directiva 92/43/CEE relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, tinha entrado em vigor depois de 6 de Junho de 1994.

Em Maio de 1995, o queixoso escreve novamente à Comissão, informando-a de que as acções denunciadas na sua queixa anterior prosseguiram. Em Agosto de 1995, a Comissão escreveu-lhe, solicitando mais informações sobre a situação. O queixoso enviou as informações em Agosto 1996. Perante o silêncio da Comissão, em Maio de 1997 o queixoso remeteu à instituição uma cópia da sua carta anterior, a que anexou alguns documentos relevantes. Os serviços responsáveis da Comissão responderam em Julho de 1997, continuando a solicitar novas provas. Em Outubro de 1997, o queixoso enviou à Comissão os documentos solicitados (um dossier de 85 páginas).



Apesar das provas enviadas, a Comissão escreveu ao Sr. P. em 20 de Maio de 1998, informando-o de que a sua queixa tinha sido arquivada. Considerando injusta a decisão tomada, o Sr. P. decidiu apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu contra os serviços responsáveis da Comissão (DG XI) por terem ignorado as provas apresentadas, solicitando que fosse reconsiderado o mérito das suas queixas.

Em Outubro de 1998, o queixoso enviou informações complementares ao Provedor de Justiça, comunicando que em Outubro de 1997 e 1998 tinha remetido novas provas à Comissão, fundamentando as suas queixas, e que não tinha recebido qualquer resposta da instituição.

Em síntese, o queixoso considerava que a Comissão não tomara em consideração as provas que, por diversas ocasiões, enviara à referida instituição, respeitantes a uma alegada infracção da Directiva 92/43/CEE, nem tramitara adequadamente a sua queixa (P/97/4858).

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão começou por salientar que a queixa enviada ao Provedor de Justiça dizia respeito a uma queixa apresentada à Comissão (P/97/4858), que ainda estava a ser examinada pelos seus serviços e não fora arquivada, ao contrário do que afirmava o queixoso. A instituição referiu que o queixoso não tinha efectuado diligências administrativas prévias junto dos seus serviços a respeito da tramitação desta queixa, violando o disposto no n.º 4 do artigo 2º do Estatuto do Provedor de Justiça Europeu.

Uma vez estabelecidas as salvaguardas administrativas que a Comissão adopta geralmente no tratamento de qualquer queixa, a instituição explicou o procedimento seguido neste caso particular. O queixoso tinha enviado diversas cartas à Comissão, em 1994, relativas à introdução de populações de truta americana, uma espécie não indígena, no rio Serpis, em Valência. Na opinião do queixoso, estas acções poderiam ter efeitos negativos sobre a *Valencia hispanica*, uma espécie indígena ameaçada. Esta variedade tinha sido incluída nas espécies piscícolas protegidas pela Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens<sup>17</sup>.

Uma vez que, tal como fora explicado pela Comissão, os factos denunciados pelo queixoso tinham ocorrido antes da entrada em vigor da Directiva 92/43/CEE, a queixa teve de ser arquivada. Na carta em que o queixoso foi informado da decisão de arquivar a queixa, foi-lhe comunicado que, caso apresentasse novas provas, seria registada uma nova queixa.

Por carta enviada em Julho de 1997, os serviços responsáveis, a DG XI da Comissão, convidaram o queixoso a apresentar novas provas, o que ele fez em Outubro de 1997. Foi então registada uma nova queixa, com o n.º 97/4858, e acusada a respectiva recepção.

Com o objectivo de investigar esta queixa, os serviços da Comissão contactaram as autoridades espanholas, que enviaram algumas informações em Fevereiro de 1998. A Comissão deu conhecimento ao queixoso dos comentários enviados pelas autoridades espanholas e incumbiu os serviços competentes de proceder à respectiva avaliação. Concluída a avaliação, os serviços da Comissão tornaram a escrever ao queixoso em Maio de 1998, considerando que os factos por ele denunciados não violavam a Directiva 92/43/CEE. A Comissão fez uma exposição exaustiva das razões que fundamentavam as suas conclusões, designadamente que,

---

<sup>17</sup> JO L 206, 22.07.1992, p.7.

1 de acordo com as provas científicas disponíveis, não tinha sido confirmada a presença de *Valencia hispanica* no rio Serpis;

2 a espécie de truta não indígena foi introduzida na maior parte dos rios espanhóis, para fins de pesca, no início dos anos setenta, ou seja, muito antes da entrada em vigor da Directiva 92/43/CEE.

3 em boa verdade, não tinha havido novas introduções de truta não indígena desde então, mas apenas um reforço de uma presença já existente que remontava à década de 70;

4 segundo um estudo científico fornecido pelas autoridades espanholas, mesmo que a espécie *Valencia hispanica* estivesse presente nesse rio, o seu habitat é diferente do aquilo da espécie não indígena, pelo que esta não poderia constituir uma ameaça para a primeira.

Estas conclusões assentavam num estudo científico da autoria do Prof. Lobon Cervia, publicado pelo “Consejo Superior de Investigaciones Científicas” de Espanha.

A Comissão salientou que a carta dirigida ao queixoso em Maio de 1998 não o informava de que a queixa tinha sido arquivada, ao contrário do que o queixoso declarou ao Provedor de Justiça.

### Observações do queixoso

Nas suas observações, o queixoso declarou que não tivera acesso às provas apresentadas à Comissão pelas autoridades espanholas e questionou a imparcialidade dos peritos que tinham prestado consultadoria científica aos serviços da Comissão nesta matéria.

O queixoso considerou que os argumentos utilizados pela Comissão para fundamentar a decisão de arquivar a queixa, designadamente que a introdução de espécies piscícolas não indígenas não poderia produzir qualquer impacto negativo na fauna local do rio Serpis e que a espécie *Valencia hispanica* não existia nesse rio, não estavam cientificamente provados. O queixoso fez referência a alguns pareceres científicos, em especial da autoria dos Prof. Elvira e Prof. Doadrio.

Além disso, o queixoso salientou que a Comissão se contradizia quando indicava, por um lado, que a situação não contrariava a Directiva 93/43/CEE e admitia, por outro lado, que os factos teriam ocorrido, ainda assim, antes da entrada em vigor da directiva.

O queixoso sublinhou que os serviços responsáveis da Comissão não estavam a considerar adequadamente as provas factuais e científicas que tinha apresentado e acusou os serviços responsáveis da Comissão de tratarem arbitrariamente esta queixa.

Em Janeiro de 1999, o queixoso informou o Provedor de Justiça que, nessa mesma data, tinha remetido diversos documentos à Comissão, provando que a introdução ilegal de truta americana prosseguia. Considerando insatisfatória a resposta enviada pela Comissão em Janeiro de 1999, o queixoso escreveu novamente ao Provedor de Justiça, declarando que a Comissão não reagia adequadamente às suas queixas e pedindo informações sobre o procedimento a adoptar com vista à imposição de sanções disciplinares aos funcionários incumbidos da tramitação deste processo.

## A DECISÃO

### 1 Admissibilidade da queixa e inquérito complementar do Provedor de Justiça Europeu

1.1 Para ser admissível, uma queixa ao Provedor de Justiça deve ter sido precedida das devidas diligências administrativas necessárias junto das instituições ou organismos em causa (n.º 4 do artigo 2º do Estatuto do Provedor de Justiça Europeu).



1.2 Quando o Provedor de Justiça recebeu a primeira carta de queixa, tudo indicava que a Comissão já tinha arquivado o processo. Por outro lado, como tinha havido uma ampla troca de correspondência entre a Comissão e o queixoso, o Provedor de Justiça considerou estarem cumpridos os critérios de admissibilidade da queixa.

1.3 O Provedor de Justiça observou, no entanto, que a Comissão tinha razão em assinalar que a queixa ainda se encontrava pendente nessa altura e que, por conseguinte, poderiam ter sido levantadas objecções quanto à sua admissibilidade.

Não obstante, o Provedor de Justiça considerou que devia prosseguir o inquérito, uma vez que novas diligências administrativas não seriam uma forma adequada de tratar as questões substanciais que permaneciam em aberto após a recepção do parecer da Comissão e das observações do queixoso.

## 2 Tratamento da queixa pela Comissão

2.1 Na opinião do queixoso, a Comissão não investigou devidamente as suas queixas. Em sua opinião, os argumentos científicos em que a Comissão baseara a sua conclusão de que não tinha havido violação da Directiva 92/43/CEE neste caso, eram insatisfatórios. Assim sendo, considerava arbitrária e injustificada a decisão da Comissão de arquivar a queixa.

2.2 A Comissão argumentou que decidiu arquivar o processo (queixa P/97/4858) por considerar que a situação não violava o direito comunitário, em particular a Directiva 92/43/CEE.

As razões apontadas ao queixoso para justificar esta decisão eram as seguintes: (i) não havia provas científicas que confirmassem a presença da espécie piscícola local ameaçada *Valencia hispanica* no rio Serpis, (ii) a espécie de truta não indígena fora introduzida na maioria dos rios espanhóis na década de setenta, (iii) por conseguinte, já tinha o seu habitat nessas áreas quando a Directiva 92/43/CEE entrou em vigor e, (iv) o habitat da *Valencia hispanica* local difere do habitat da espécie de truta não indígena, pelo que esta nunca representaria uma ameaça para a primeira.

A Comissão fundamentou as suas conclusões numa avaliação apresentada num relatório científico publicado pelo “Consejo Superior de Investigaciones Científicas” de Espanha.

2.3 A Comissão decidiu arquivar o processo, depois de ter examinado os factos relevantes relacionados com esta questão, com base nas provas científicas que corroboravam essa decisão. Embora o queixoso tivesse apresentado pareceres científicos alternativos, a mera referência a estes pareceres científicos divergentes não era suficiente para invalidar os argumentos da Comissão.

2.4 O Provedor de Justiça não estava em condições de avaliar o mérito de pareceres científicos alternativos, mas observou que a Comissão agira correctamente, apresentando razões para a sua decisão de arquivar o processo e informando o queixoso em pormenor dessas razões. Por conseguinte, a Comissão actuara dentro dos limites da sua autoridade legal, não tendo sido detectado qualquer caso de má administração.

## 3 Conclusão

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo decidido arquivar a queixa.

## OBRAS DE REFORÇO DE PONTES NUMA ZONA DE PAISAGEM PROTEGIDA

*Decisão sobre a queixa 813/98/(PD)/GG contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Julho de 1998, uma associação ambientalista do Reino Unido apresentou uma queixa que dizia essencialmente respeito às obrigações dos Estados Membros da União Europeia e da Comissão Europeia por força do n.º 3 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens<sup>18</sup>. Uma queixa semelhante (298/97/PD) tinha sido apresentada em 1997 pelo deputado do Parlamento Europeu, Richard Corbett, em nome de uma outra associação ambientalista do Reino Unido, Save Our Shoreline Southport Association (SOS), tendo a decisão do Provedor Europeu de Justiça relativa a essa queixa sido pronunciada em Abril de 1999.

A Directiva 92/43/CEE tem por objectivo a criação de uma rede ecológica europeia coerente de zonas especiais de preservação (“ZEC”) designada por Natura 2000. No n.º 1 do artigo 4º da Directiva convidam-se os Estados Membros a propor uma lista dos sítios do seu território adequados para inclusão nesta rede, devendo a lista ser enviada à Comissão nos três anos subsequentes à notificação da directiva. De acordo com o n.º 2 do artigo 4º da directiva, a lista dos sítios seleccionados como sítios de importância comunitária será elaborada pela Comissão no prazo de seis anos a contar da data de notificação da directiva. O n.º 5 do artigo 4º da directiva dispõe que, logo que um sítio seja inscrito nessa lista, ficará sujeito ao disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 6º da mesma directiva.

O n.º 3 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE dispõe o seguinte:

*“Os planos ou projectos não directamente relacionados com a gestão do sítio e não necessários para essa gestão, mas susceptíveis de afectar esse sítio de forma significativa, individualmente ou em conjugação com outros planos e projectos, serão objecto de uma avaliação adequada das suas incidências sobre o sítio no que se refere aos objectivos de conservação do mesmo. Tendo em conta as conclusões da avaliação das incidências sobre o sítio e sem prejuízo do disposto no n.º 4, as autoridades nacionais competentes só autorizarão esses planos ou projectos depois de se terem assegurado de que não afectarão a integridade do sítio em causa e de terem auscultado, se necessário, a opinião pública”.*

A Rede Natura 2000 também deverá incluir as zonas de protecção especial (“ZPE”), designadas pelos Estados-Membros nos termos da Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens<sup>19</sup>. O artigo 7º da Directiva 92/43/CEE dispõe que as obrigações decorrentes dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 6º desta Directiva são igualmente aplicáveis a estas ZPE.

A queixa visava as obras de reforço de duas pontes situadas na estrada que acompanha o litoral perto de Southport (a “estrada do litoral”). A sul, atravessa uma área constituída por dois sítios de interesse científico particular “SSSI”, o SSSI *Southport Sand and Foreshore* e o SSSI *Ainsdale Sand Dunes and Foreshore* que, em conjunto, foram reconhecidas pelas autoridades britânicas como candidatas a uma ZEC designada por “Sefton Coast candidate SAC”. A norte parece atravessar a ZPE *Ribble Estuary*<sup>20</sup>. Em ambas as extremidades, a estrada do litoral une-se à estrada principal A565 que atravessa Southport.

No passado, a estrada do litoral parece ter sido uma via pouco importante, mas nos últimos anos as autoridades locais realizaram diversas obras com impacto nessa estrada. Perto de Southport foi construído um quebra-mar em betão. O projecto levou à apresentação da queixa 298/97/PD. No primeiro semestre de 1998, a ponte Marine Lake Sluice Gates

<sup>18</sup> JO L 206 de 1992, p. 7.

<sup>19</sup> JO L 103 de 1979, p. 1.

<sup>20</sup> Só a parte sul da estrada é designada por Estrada do Litoral, sendo a parte norte conhecida por Passeio Marítimo. Por razões de conveniência, a expressão “estrada do litoral” será utilizada neste contexto para indicar a totalidade da Estrada do Litoral/Passeio Marítimo.

Bridge foi reforçada por forma a poder suportar a passagem de veículos pesados de mercadorias até 40 toneladas. Outro projecto previa o reforço da ponte Ainsdale Pinfold nos mesmos moldes, bem como o respectivo alargamento. Parece que, entretanto, essas obras terão sido executadas. Segundo a SOS, as autoridades rodoviárias também tinham procedido à colocação de sinalética, em cada extremidade da estrada do litoral, que desviavam para a estrada do litoral o tráfego da estrada principal A565 destinado a Preston, no norte, e a Liverpool, no sul, incluindo os veículos pesados de mercadorias. Ainda segundo a SOS, teria sido colocada sinalética que desviava para a estrada do litoral o tráfego turístico da A565 com destino a Southport e a outros destinos na cidade.

O queixoso, tal como a SOS, consideravam que as autoridades locais tinham adoptado uma política de desenvolvimento da estrada do litoral sob a forma de uma sucessão de pequenos projectos, nenhum de dimensão ou importância suficientes para desencadear a necessidade de estudos de avaliação do impacto ambiental. Contudo, em conjunto, estes projectos provocaram uma transformação radical da natureza da estrada. O queixoso e a SOS consideravam que a verdadeira natureza e objectivo dos projectos de reforço das pontes era a criação de um desvio para Southport, tendo a SOS utilizado a expressão “política de desenvolvimento sub-reptício” neste contexto. De acordo com a SOS, as autoridades locais tinham efectuado os seguintes trabalhos complementares com impacto em partes da estrada do litoral e, em particular, na sua secção meridional, importantes para o caso em apreço: fora construído um sistema de drenagem para escoar as águas superficiais da estrada; a estrada fora alargada e repavimentada com um novo piso de alcatrão, e as dunas que galgavam a terra tinham sido removidas mecanicamente; tinham sido plantados fenos-das-areias ao longo dos cumes das altas dunas móveis existentes no lado da estrada junto ao mar, para impedir que a areia fosse levada para terra pelo vento e caísse em cima da estrada ou a atravessasse.

Em síntese, as preocupações suscitadas pelo queixoso e pela SOS, eram as seguintes: a areia perdida pelas dunas situadas no lado de terra da estrada do litoral era reposta por areia proveniente das dunas móveis situadas no lado da estrada junto ao mar. A transformação da estrada secundária do litoral numa estrada principal, destinada em particular a todos os tipos de tráfego de passagem, através do reforço das duas pontes e da adopção de medidas concomitantes, tais como a estabilização das dunas móveis ou até a remoção de parte delas, interrompe essa reposição e ameaça a sobrevivência das dunas de terra. Estas medidas, consideradas em conjunto, poderão afectar de forma significativa o sítio, pelo que haverá necessidade de proceder a um estudo de avaliação do impacto ambiental.

A SOS também considerou que não seria suficiente proibir novos projectos, uma vez que, no seu actual estado de desenvolvimento, a estrada do litoral já estava a afectar gravemente a integridade da candidata a zona especial de conservação. Impunha-se, por conseguinte, reivindicar a supremacia dos objectivos de conservação da ZEC, subordinando a estes os objectivos da estrada.

O queixoso alegou ainda que existia uma estrada interior alternativa, passível de servir de desvio a Southport, que seria muito mais directa e económica, e que o reforço da ponte Pinfold produziria sérias perturbações numa colónia de lagartixas.

O queixoso e a SOS apoiavam-se em particular nos comentários incluídos no Projecto de Declaração de Gestão do Sítio, elaborado pela English Nature (a autoridade britânica então competente em matéria de questões ambientais) em 1996, onde se afirmava o seguinte:

*As obras de manutenção levadas a efeito na Estrada do Litoral, que incluíram escavações de areia, o renivelamento dos perfis das dunas em conjugação com o arranque de vegetação, bem como a construção e a manutenção de sebes de retenção de areia, privam as Birkdale Sandhills, localizadas a nascente da estrada, do fornecimento da areia necessária para a reposição natural da estrutura dunar. A estrada funciona efectivamente como*

*uma barreira física à deslocação gradual de areia para o interior, de que depende o sistema dinâmico dunar, o que irá destruir o ambiente original em que se formaram as Birkdale Sandhills. Por sua vez, essa alteração irá deteriorar o habitat das lagartixas e constituir uma séria ameaça à sobrevivência da população de lagartixas que vive nesta parte do SSSI.*

O queixoso e a SOS pediram a intervenção da Comissão, alegando que as autoridades locais tinham violado o direito nacional e o direito comunitário. A Comissão levou a cabo uma investigação relacionada com a construção do quebra-mar. Em 30 de Setembro de 1996, chegou à conclusão de que o direito comunitário em matéria de ambiente não tinha sido violado. Como referido anteriormente, a SOS queixou-se ao Provedor de Justiça em 1997, contestando esta decisão. Na decisão que pronunciou em 30 de Abril de 1999, o Provedor de Justiça concluiu que nada indicava que tivesse havido um caso de má administração por parte da Comissão. Sublinhava, no entanto, que o seu exame se centrara exclusivamente nas questões relacionadas com a construção do quebra-mar e que as outras questões seriam consideradas no âmbito do inquérito em relação à presente queixa.

No que diz respeito às outras questões suscitadas pelo queixoso e pela SOS, a Comissão considerou ser preferível tratá-las no âmbito de uma nova queixa, a qual foi registada com o n.º 98/4564 no Verão de 1998.

Na sua queixa, apresentada em Julho de 1998, o queixoso apresentou, em síntese, as seguintes reclamações:

- 1 A Comissão não acusara devidamente a recepção das queixas apresentadas.
- 2 A Comissão não suspendera o programa de reforço das pontes.
- 3 A Comissão não protegera a integridade da ZPE e da candidata a ZEC.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi enviada à Comissão. No seu parecer, a Comissão formulou os seguintes comentários a propósito da queixa:

Por carta dirigida ao queixoso em 25 de Agosto de 1998, a Comissão explicara as causas do que parecia ser uma dupla acusação de recepção da carta do queixoso de 3 de Junho de 1998, nomeadamente o facto de ter decidido abrir um novo processo (98/4564), cuja recepção fora acusada separadamente.

Quando a Comissão considerou que um Estado Membro não cumpria as suas obrigações por força do Tratado CE, pôde adoptar medidas ao abrigo do artigo 169º (actual artigo 226º) do Tratado CE. A Comissão tinha de facto confrontado as autoridades britânicas com as questões referidas pelo queixoso e concedido um prazo razoável para a apresentação de observações relacionadas com essas alegações, mas não tinha poderes para impor uma derrogação temporária com o objectivo de suspender a execução de projectos nos EstadosMembros.

#### **Observações do queixoso**

Nas suas observações, o queixoso manteve a sua reclamação. Apresentou ainda aquilo a que se referiu como sendo uma nova objecção, solicitando que o Provedor de Justiça investigasse por que razão o membro da Comissão com o pelouro do ambiente não tinha utilizado os seus poderes para intervir no presente caso. Em duas cartas subsequentes, o queixoso apresentou mais duas reclamações. Em primeiro lugar, pedia ao Provedor de Justiça que investigasse por que razão o itinerário estratégico do interior não tinha sido

sinalizado e não estava a ser devidamente utilizado pelo tráfego para os fins previstos. Em segundo lugar, pedia que o Provedor de Justiça investigasse por que razão a Comissão não analisara o Plano de Gestão do Litoral elaborado pelas autoridades do Reino Unido.

### INQUÉRITOS COMPLEMENTARES

Em 6 de Fevereiro de 1999, o queixoso enviou ao Provedor de Justiça uma cópia de uma carta datada de 25 de Janeiro de 1999, que lhe fora remetida pela Comissão. Nesta carta, a Comissão sublinhava ter recebido das autoridades britânicas a garantia de que as obras de reforço das pontes tinham sido realizadas por genuínas razões de higiene e segurança e não para intensificar a utilização da estrada do litoral por veículos pesados de mercadorias ou por outros veículos. De acordo com as autoridades britânicas, estas obras não afectariam a candidata a ZEC de forma significativa nem as populações de espécies protegidas. Neste contexto, a Comissão salientava que a lagartixa referida pelo queixoso era uma espécie constante do Anexo IV (*Iacerta agilis*) e não do Anexo II da Directiva 92/43/CEE, pelo que não constava da argumentação que fundamentara a proposta britânica de classificação deste local como ZEC. Além do mais, a Comissão considerava não existirem actualmente provas concludentes de que, mesmo que se verificasse, de facto, um aumento do volume de tráfego na estrada do litoral, ele afectaria de forma significativa os valores de conservação subjacentes à proposta do sítio como ZEC. A Comissão sublinhava que se considerava satisfeita com as conclusões, adequadamente retiradas pelas autoridades britânicas, de que as obras de reforço das pontes não afectavam de forma significativa os objectivos de conservação de uma zona de protecção nos termos da Directiva 92/43/CE, nem tinham probabilidade de exercer efeitos significativos no ambiente nos termos da Directiva 85/337/CEE<sup>21</sup>. Face ao exposto, a Comissão propunha que a queixa fosse arquivada, embora convidasse o queixoso a apresentar os seus comentários no prazo de um mês a contar da data de recepção dessa carta. Em 16 de Fevereiro de 1999, a SOS (que recebera da Comissão uma carta de teor idêntico) enviou à Comissão uma carta em que descrevia as razões por que julgava que o inquérito não deveria ser encerrado.

Depois de analisar os factos apresentados pelas várias partes, o Provedor de Justiça verificou que precisava de informações complementares para poder tratar esta queixa. Nesse sentido, solicitou à Comissão:

1 que explicasse em pormenor em que se fundamentara para concluir que não havia provas substantivas de que, mesmo que se verificasse, de facto, um aumento do volume de tráfego na estrada do litoral, ele iria afectar de forma significativa os valores de conservação subjacentes à proposta do sítio como ZEC;

2 que comentasse a alegação do queixoso e da SOS, segundo a qual as autoridades locais tinham colocado sinais de tráfego que encaminhavam o tráfego de passagem e o tráfego destinado a locais turísticos dentro de Southport, proveniente da A565, para a estrada do litoral, com o objectivo de utilizar essa estrada como desvio, e que comentasse a questão de saber se esse reencaminhamento do tráfego (a confirmar-se) seria compatível com o artigo sexto da Directiva 92/43/CEE de 21 de Maio de 1992 relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.

Em resposta a este pedido de informação, a Comissão teceu os seguintes comentários:

A investigação de uma queixa tem por principal objectivo estabelecer se houve violação do direito comunitário. Neste contexto, a Comissão teve de ponderar que, se decidisse aplicar o processo de infracção previsto pelo artigo 226º (antigo artigo 169º) do Tratado CE, o ónus da prova recairia sobre ela própria, tendo que ser ela a satisfazê-lo. O recurso

<sup>21</sup> Directiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de Junho de 1985, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente, JO L 175 de 1985, p. 40.

ao artigo 226º, por conseguinte, só seria possível com base em provas substantivas e científicas substanciais.

Em termos jurídicos formais, o disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE só seria aplicável se o sítio em apreço constasse da lista dos sítios de importância comunitária, o que ainda não acontecera, e o n.º 1 do artigo 6º só seria aplicável quando o sítio fosse designado formalmente nos termos da mesma directiva.

As questões de conservação colocadas pela estrada do litoral (que se mantinha sem alterações) estavam relacionadas com o seu efeito de fragmentação dos habitats. Os efeitos desta natureza são abrangidos pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º da directiva, por oposição aos n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo. A Comissão aceitara a explicação de que as autoridades britânicas tinham tomado ou tinham em curso amplas medidas visando cumprir os requisitos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º da directiva.

No contexto das amplas medidas já adoptadas nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º, a Comissão não conseguiu identificar que medidas adicionais poderiam vir a ser necessárias em virtude de uma utilização acrescida da actual estrada do litoral. A Comissão não conseguiu estabelecer nenhuma relação causa-efeito potencialmente significativa entre uma utilização acrescida e as necessidades de conservação do local. Assim, mesmo que se argumentasse que a utilização acrescida se devia a um novo plano ou projecto, a Comissão não estaria em posição de demonstrar que ela iria afectar de forma significativa os valores de conservação do local.

Nas suas observações de 28 de Novembro 1999 relativamente a estas afirmações da Comissão, a SOS teceu os seguintes comentários:

Os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE eram aplicáveis ao caso em apreço por força do n.º 5 do artigo 4º da mesma directiva. O desenvolvimento da estrada do litoral por forma a permitir a circulação de todos os tipos de tráfego até 40 toneladas e de todo o tipo de tráfego turístico ao longo do ano constituía um desenvolvimento nos termos do n.º 3 do artigo 6º. A natureza e o volume de tráfego em circulação na estrada do litoral tinham sofrido uma transformação profunda desde 1996. A SOS apenas pedia a aplicação do n.º 3 do artigo 6º, ou seja, que fosse analisado se havia a probabilidade de o desenvolvimento ter um efeito *significativo* e, em caso afirmativo, se ele teria um impacto *adverso* no local. Os dois conceitos eram separados e tinham de ser distinguidos. Algumas das medidas adoptadas pelas autoridades britânicas ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º eram positivas, embora não fossem relevantes para a questão pendente em apreço.

## A DECISÃO

### 1 Incorrecta acusação de recepção dos documentos apresentados

1.1 Na queixa apresentada, afirmava-se que a Comissão não acusara devidamente a recepção dos documentos apresentados. Esta reclamação baseava-se no facto de a Comissão ter enviado duas cartas em que se referia à carta do queixoso de 3 de Junho de 1998, o que parece ter sido considerado confuso pelo queixoso.

1.2 A Comissão sublinhou que, numa carta enviada ao queixoso em 25 de Agosto de 1998, explicara as causas do que parecia ser uma dupla acusação de recepção da carta do queixoso de 3 de Junho de 1998, nomeadamente o facto de ter decidido abrir um novo processo (98/4564), cuja recepção fora acusada separadamente.

1.3 A explicação prestada pela Comissão era aceitável e o queixoso não tinha voltado a referir a questão na correspondência subsequente.

1.4 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte da Comissão, no que se refere à primeira alegação apresentada pelo queixoso.



## **2 Não suspensão do programa de reforço das pontes**

2.1 Na queixa apresentada, afirmava-se que a Comissão deveria ter intervindo no sentido de suspender o programa de reforço das pontes.

2.2 No seu parecer, a Comissão explicou que podia adoptar medidas nos termos do artigo 169º (actual artigo 226º) do Tratado CE, quando considerava que um Estado-Membro não cumpria as suas obrigações por força do Tratado CE, mas que não tinha poderes para impor uma derrogação temporária com o objectivo de suspender a execução de projectos nos Estados-Membros.

2.3 Afigura-se que a resposta da Comissão foi correcta.

2.4 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte da Comissão no que se refere à segunda alegação apresentada pelo queixoso.

## **3 Não protecção da integridade da ZPE e da candidata a ZEC**

3.1 No seu essencial, o queixoso alegou que a Comissão não conseguira garantir o cumprimento por parte das autoridades britânicas das suas obrigações por força do n.º 3 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE, no que se refere ao projecto de reforço das pontes. Segundo esta disposição, é obrigatória a realização de um estudo de avaliação do impacto ambiental relativamente aos planos ou projectos não directamente relacionados com a gestão de um sítio protegido nos termos da directiva e não necessários para essa gestão, mas “susceptíveis de afectar esse sítio de forma significativa”. O Provedor de Justiça considerou que as outras questões suscitadas pelo queixoso faziam parte desta alegação principal, não sendo necessário discuti-las separadamente.

3.2 Inicialmente, a SOS apresentara uma queixa que se afigurava mais abrangente, ao argumentar que o problema residia na existência da estrada em si. Contudo, na sua carta de 28 de Novembro de 1999, a SOS sublinhou que o seu pedido tinha por objectivo a aplicação do n.º 3 do artigo 6º da directiva ao desenvolvimento da estrada.

3.3 A Comissão argumentou que o artigo 6º da Directiva 92/43/CEE ainda não era aplicável ao sítio em apreço, considerando que, mesmo que a estrada existente levantasse questões de conservação, elas se enquadrariam, de qualquer das formas, no âmbito dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º da directiva, por oposição aos n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo. A Comissão aceitara a explicação de que as autoridades britânicas tinham tomado ou tinham em curso amplas medidas visando cumprir os requisitos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º da directiva e considerara correcta a conclusão das autoridades britânicas, segundo a qual as obras de reforço das pontes não iriam afectar de forma significativa a zona candidata a ZEC. A Comissão não conseguiu estabelecer nenhuma relação causa-efeito potencialmente relevante entre uma utilização acrescida e as necessidades de conservação do local. Assim, mesmo que se argumentasse que a utilização acrescida da estrada do litoral se devia a um novo plano ou projecto, a Comissão não estaria em posição de demonstrar que ela iria afectar de forma determinante os valores de conservação da área.

3.4 A alegação da Comissão, de que as disposições do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE ainda não eram aplicáveis ao sítio em apreço, afiguram-se correctas numa interpretação puramente literal da respectiva disposição. O n.º 5 do artigo 4º da Directiva dispõe que os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 6º serão aplicáveis logo que a área passe a constar da lista referida no terceiro subparágrafo do segundo parágrafo. Esta lista seria a lista elaborada pela Comissão com base nas listas a elaborar pelos Estados Membros. Segundo a Comissão, a lista ainda não fora elaborada. Contudo, o Provedor de Justiça considerou que não se inferia do exposto que o n.º 3 do artigo 6º não era relevante para o caso em apreço. O n.º 3 do artigo 4º da Directiva 92/43/CEE instrui a Comissão no sentido de elaborar a referida lista no prazo de seis anos a contar da data de notificação, o que se pode assumir ter acontecido pouco depois da adopção da directiva em Maio de 1992. Assim, a Comissão argu-

mentou de facto que, uma vez que não cumprira as suas próprias obrigações impostas por força da directiva, o n.º 3 do artigo 6º não se aplicava. O Provedor de Justiça considerou que este argumento dificilmente poderia ser aceite. A própria Comissão, numa outra ocasião, apresentara argumentos que pugnavam contra a sua actual posição. No seu parecer de 18 de Julho de 1997 relativo à queixa 298/97/PD, a Comissão remetera para a protecção concedida às ZPE nos termos da Directiva 79/409/CEE, que previa um mecanismo semelhante. Segundo o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça no Processo C-355/90, os Estados-Membros eram obrigados a cumprir as obrigações decorrentes do n.º 4 do artigo 4º dessa directiva, referentes a medidas de protecção relacionadas com essas áreas, mesmo antes da sua classificação formal<sup>22</sup>. O Tribunal argumentou que, de outra forma, não seria possível alcançar os objectivos da directiva. No seu parecer relativo à queixa 298/97/PD, a Comissão concluíra da seguinte forma: “Essa protecção não existe para [zonas candidatas a ZPE]. Contudo, seria natural considerar os impactos, dado o seu possível estatuto especial.” Por conseguinte, o Provedor de Justiça considerou inválido o argumento de não aplicabilidade do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE.

3.5 Por outro lado, a Comissão também parecia questionar, ainda que em termos cautelosos, que a utilização acrescida da estrada constituísse um “plano” ou “projecto” susceptível de ser abrangido pelo n.º 3 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE. O Provedor de Justiça entendeu que esta questão não teria de ser resolvida no âmbito deste processo<sup>23</sup>. Em causa, no caso vertente, estava, não a utilização acrescida da estrada do litoral em si, mas o reforço das duas pontes e as medidas alegadamente tomadas pelas autoridades locais para reencaminhar o tráfego, não havendo dúvidas de que estes projectos podiam ser considerados “planos” ou “projectos” na acepção do n.º 3 do artigo 6º da directiva. Impunha-se realçar que esta disposição obrigava expressamente os Estados Membros a avaliar esses planos ou projectos, quando necessário “em conjugação com outros planos e projectos”.

3.6 A questão decisiva a que era preciso dar resposta, prendia-se, por conseguinte, com a necessidade de determinar se a Comissão tivera razão em concluir que, no presente caso, as autoridades britânicas não tinham violado o n.º 3 do artigo 6º da Directiva 92/43/CEE.

3.7 Em casos como o presente, a avaliação da Comissão limitava-se normalmente a verificar se as autoridades nacionais tinham cumprido as regras processuais, se os factos tinham sido apresentados com rigor e se tinha havido um manifesto erro de avaliação ou abuso de poder. O exame do Provedor de Justiça, por sua vez, limitava-se a verificar se a avaliação da Comissão era aceitável e se tinha tomado em consideração todos os factores relevantes.

3.8 Afigurava-se que o sítio em apreço tinha sido proposto como ZEC por causa das dunas. Nada indicava que havia a probabilidade de as obras de reforço das pontes, só por si, afectarem de forma significativa o sítio no que se refere aos seus objectivos de conservação. Era necessário, por conseguinte, avaliar se estas obras teriam esse efeito se fossem consideradas “em conjugação com outros planos e projectos”. O queixoso, o deputado parlamentar europeu Richard Corbett, bem como a associação SOS, tinham apresentado argumentos, que se afiguravam fortes, para demonstrar que as medidas adoptadas pelas autoridades locais tinham sido motivadas, de facto, pelo desejo de criar um desvio para Southport. O alegado impacto negativo da utilização da estrada do litoral como desvio de Southport parecia consistir no facto de que iria impedir as dunas do lado de terra de receber a areia fornecida pelas dunas do litoral. Contudo, este efeito parece decorrer em larga medida da própria *existência* da estrada, o que foi confirmado pelo Projecto de

<sup>22</sup> Acórdão de 2 de Agosto de 1993 no processo C-355/90, *Comissão contra Espanha*, CJ 1993 p. I-4221, n.º 22.

<sup>23</sup> Importa, contudo, referir que o Provedor-Geral Fennelly considerara recentemente que a expressão “plano” dessa disposição deveria ser interpretada de forma abrangente, salientando que uma interpretação estrita poderia ser contrária ao seu teor e objectivo (Parecer de 16 de Setembro de 1999, no Processo C-256/98, *Comissão contra a França*, [2000] CJ, I - 2487 n.º 33).



Declaração da Gestão do Sítio, elaborado pela English Nature em 1996, documento citado pelo queixoso e pela SOS para apoiar os seus argumentos. Por conseguinte, o ponto de vista adoptado pela Comissão, segundo o qual fora incapaz de comprovar se a utilização *acrescida* poderia criar efeitos significativos a nível dos objectivos de conservação da área, era aceitável.

3.9 O Provedor de Justiça não excluiu a possibilidade de esses efeitos negativos decorrerem das novas medidas que, segundo o queixoso e a SOS, as autoridades locais tinham tomado no sentido de utilizar a estrada do litoral como desvio (por exemplo, a plantação de gramíneas no topo das dunas no lado litoral da estrada). Contudo, nada indicava que a Comissão não tivesse tomado em consideração estas medidas, quando expressara o seu parecer relativamente à existência ou não de um provável efeito significativo sobre o sítio em apreço.

3.10 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte da Comissão no que se refere à terceira alegação apresentada pelo queixoso.

#### 4 Conclusão

No âmbito do inquérito não foi detectado qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia em relação a esta queixa, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE EM CONCURSO

*Decisão sobre a queixa 1108/98/BB (confidencial) contra a Comissão Europeia*

*Nota: O Provedor de Justiça teceu as mesmas observações a propósito de outras duas queixas que dizem respeito ao mesmo concurso (1276/98/JMA e 120/99/IP)*

#### A QUEIXA

Em Outubro de 1998, X apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, alegando que o júri do concurso geral EUR/A/123 admitira à prova oral um candidato que não tinha obtido a pontuação mínima exigida numa das provas escritas.

O queixoso alegava ter chegado ao seu conhecimento que o júri do concurso geral EUR/LA/123 admitira à prova oral um candidato que não tinha obtido os mínimos exigidos numa das provas escritas. Em Outubro de 1998, escreveu à Comissão e ao Provedor de Justiça Europeu, solicitando a comparação das listas para verificar se esse candidato tinha sido admitido ou não.

#### O INQUÉRITO

##### Parecer da Comissão

A queixa foi transmitida à Comissão que formulou as seguintes observações. Por carta de 19 de Outubro de 1998, o queixoso informou o júri que, segundo tinha chegado ao seu conhecimento, fora admitido à prova oral um candidato que não reunira a pontuação mínima numa das provas escritas. No que atende à alegação do queixoso, a Comissão apenas pôde confirmar que o júri se tinha regido pelo aviso de concurso, um conjunto de regras rigorosas de cumprimento obrigatório.

Numa secção separada da sua resposta, a Comissão incluiu informações confidenciais dirigidas ao Provedor de Justiça. Nessas informações era indicado o número de candidatos admitidos a concurso, de candidatos que tinham passado nas provas escritas, de candidatos admitidos às entrevistas orais e de candidatos finalmente incluídos na lista de reserva.

##### Observações do queixoso

Nas suas observações, o queixoso manteve a sua reclamação.

### A DECISÃO

#### 1 Alegação de admissão à prova oral de um candidato que não tinha obtido a pontuação mínima exigida numa das provas escritas.

1.1 O queixoso alegou que o júri admitira à prova oral um candidato que não tinha obtido a pontuação mínima exigida numa das provas escritas. A Comissão explicou que cumprira rigorosamente o aviso de concurso.

1.2 O Provedor de Justiça constatou que o júri se encontra impreterivelmente vinculado pelos termos do aviso de concurso.

1.3 Como a Comissão tinha contestado a alegação e o queixoso não dera indicação da identidade do candidato em apreço nem da pessoa que levava a alegação ao conhecimento do queixoso, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração, tendo decidido que não se justificava prosseguir o inquérito.

#### 2 Conclusão

No âmbito do inquérito não foi detectado qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia em relação a esta queixa, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### OBSERVAÇÕES SUBSEQUENTES

Após avaliação das provas classificadas como confidenciais, apresentadas no parecer da Comissão, o Provedor de Justiça concluiu que os dados não tinham relação directa com a matéria objecto da queixa, pelo que não deveriam ser tomados em consideração nas conclusões da sua decisão.

Analisado o teor desses dados, o Provedor de Justiça não conseguiu compreender os argumentos que levaram a Comissão a atribuir-lhes tal classificação. O Provedor de Justiça não partilhou o entendimento da Comissão de que a divulgação das informações estatísticas sobre o número de candidatos admitidos a concurso, de candidatos que tinham passado nas provas escritas e orais e de candidatos finalmente incluídos na lista de reserva pudesse, de alguma forma, violar a confidencialidade da actuação do júri ou, por outro lado, eliminar eventuais suspeitas de influência na sua escolha dos candidatos.

A interpretação abrangente de confidencialidade, feita pela Comissão nesta matéria, afigurou-se desajustada, quando comparada com os supremos objectivos anunciados de uma administração eficiente, responsável e transparente, capaz de prestar os serviços de qualidade que os cidadãos europeus têm o direito de esperar.

### RAZÕES DE NÃO APROVAÇÃO E ACESSO À PROVA CORRIGIDA

*Decisão sobre a queixa 1317/98/VK contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Dezembro de 1998, a Senhora S. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu contra a Comissão Europeia relativa à avaliação das suas provas escritas que prestara no âmbito do concurso EUR/A/123.

A queixosa participou no concurso geral EUR/A/123 organizado pela Comissão. A Comissão informou-a de que, na sequência das provas orais, tinha obtido o resultado de 12,27/20, e que a pontuação mínima exigida era de 13/20. Por conseguinte, o nome da queixosa não poderia ser incluído na lista de reserva. A queixosa não aceitou esta decisão, reclamando quanto ao seguinte:

1 não lhe tinham sido fornecidas quaisquer explicações quanto ao resultado,

- 2 a tradução incorrecta de uma das provas deu origem a resultados pouco claros,
  - 3 desejava obter uma cópia da sua prova corrigida,
- pelo que decidiu apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

No seu parecer, a Comissão referiu-se à carta que dirigira à queixosa em 27 de Janeiro de 1999, na qual o presidente do júri afirmava o seguinte:

No que diz respeito à primeira alegação, o júri verificou novamente os resultados da queixosa e reconfirmou a sua anterior decisão de rejeitar a candidatura, uma vez que não obtivera pontuação suficiente em diferentes partes do concurso.

Relativamente à segunda alegação, a Comissão declarou que o enunciado mais geral que descrevia a matéria do teste fora completado por questões e pontos mais específicos. Tratava-se de uma prova extensa, que pretendia verificar os conhecimentos dos candidatos nessa área específica do concurso, não parecendo possível, por conseguinte, que as questões colocadas suscitasse dúvidas.

No que diz respeito à terceira alegação, o júri avaliou o teste dos candidatos de acordo com o aviso de concurso. A lista de reserva não faz parte das informações divulgadas publicamente. Não é prática comum permitir que os candidatos consultem as suas provas escritas. O estatuto que rege os trabalhos do júri de concurso estipula que efectivamente os trabalhos do júri são secretos.

#### **Observações do queixoso**

Na sua carta de 5 de Agosto de 1999, a queixosa afirmava que a Comissão não se tinha pronunciado sobre uma série de questões e fazia referência a uma cópia da sua carta dirigida ao presidente do júri em que mantinha a sua queixa.

### *A DECISÃO*

#### **1 Alegada falta de justificação**

- 1.1 A queixosa alegou que não lhe tinha sido comunicado por que razão não fora aprovada nas provas escritas.
- 1.2 A Comissão informou a queixosa dos resultados obtidos, tendo procedido à sua verificação e reconfirmado a sua decisão anterior, uma vez que não tinha obtido pontuação suficiente em diferentes partes do concurso.
- 1.3 Segundo a jurisprudência do Tribunal de Justiça, a comunicação aos interessados das notas que obtiveram nas diferentes provas constitui uma fundamentação suficiente das decisões tomadas pelo júri<sup>24</sup>.
- 1.4 Por conseguinte, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha fundamentado a razão pela qual a queixosa não fora aprovada na prova.

---

<sup>24</sup> Acórdão de 4 de Julho de 1996 nos Processos C-254/95 P, *Parlamento contra Innamorati*, CJ 1996 p. I-3423, n.ºs 31 e 32. Acórdão de 17 de Dezembro de 1997 no Processo Case T-217/95, *Passera contra Comissão*, CJ 1997 p. II-1109, n.ºs 32 a 34.

## 2 Alegados problemas de tradução

2.1 A queixosa afirmou que a tradução incorrecta de uma das provas deu origem a resultados pouco claros e que esse poderia ter sido o motivo pelo qual não tinha ficado aprovada.

2.2 O júri sublinhou que, no parágrafo em questão, tinha sido utilizado um enunciado mais geral para descrever a matéria do teste, que fora completado por questões e pontos mais específicos. A prova tinha por objectivo verificar os conhecimentos dos candidatos nessa área específica do concurso, não parecendo possível, por conseguinte, que as questões colocadas no teste suscitassem dúvidas.

2.3 A explicação dada pela Comissão foi considerada consistente com o aviso de concurso. O Provedor de Justiça não encontrou provas que fundamentassem a queixa de má administração apresentada.

## 3 Recusa de facultar o acesso às provas corrigidas

3.1 A queixosa alegou que lhe fora injustamente recusado o acesso à versão corrigida da prova escrita prestada no âmbito do concurso EUR/A/123.

3.2 Nessa altura, a Comissão considerava não ser prática comum permitir que os candidatos consultassem as suas provas corrigidas.

3.3 Em 18 de Outubro de 1999, o Provedor de Justiça apresentou um relatório especial<sup>25</sup> ao Parlamento Europeu, recomendando que, a partir de Julho de 2000, a Comissão passasse a conceder aos candidatos a possibilidade de consultarem as respectivas provas escritas corrigidas. A Comissão aceitou esta recomendação, pelo que, a partir de 1 de Julho de 2000<sup>26</sup> passará a permitir aos candidatos o acesso às respectivas provas corrigidas. Dado que a Comissão acedeu em alterar a sua actuação futura, o Provedor de Justiça considerou que não se justifica prosseguir o inquérito sobre a presente queixa.

## 4 Conclusão

No âmbito do inquérito não foi detectado qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia em relação a esta queixa, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### ALEGADO ATRASO NO PAGAMENTO AO ABRIGO DO PROJECTO ESPRIT

*Decisão sobre a queixa 225/99/IJH contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

A queixosa, a empresa ECA Ltd (“ECA”), foi parceira num projecto do Quarto Programa-Quadro sobre o International Commerce Exchange (ICX), que teve início a 15 de Março de 1997. O contrato principal foi celebrado entre a Comissão (DG III - Indústria) e a empresa International Computers Limited (“ICL”). A ECA tinha um contrato com a ICL para realizar trabalhos no âmbito do projecto ICX.

O contrato estabelecia que a Comissão deveria pagar antecipadamente 50% do montante devido, efectuando semestralmente pagamentos adicionais após a aceitação dos mapas de custos enviados. Segundo a queixosa, o pagamento inicial foi recebido, mas, até à data da queixa, 26 de Fevereiro de 1999, não tinham sido feitos quaisquer outros pagamentos.

A queixosa alegou um atraso desnecessário por parte da Comissão no pagamento ao contratante ICL, o que fez com que os pagamentos da ICL à ECA também se atrasassem.

<sup>25</sup> Relatório especial do Provedor de Justiça na sequência do inquérito de iniciativa própria sobre a confidencialidade nos processos de recrutamento da Comissão.

<sup>26</sup> (cf. Comunicado de imprensa n.º 16/199 do Provedor de Justiça, de 15 de Dezembro de 1999).

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão afirmou que os seus serviços tinham recebido, em 7 de Agosto de 1998, o primeiro conjunto completo de mapas periódicos de custos da ICL, que se venciam em Setembro de 1997. Estes mapas de custos foram subsequentemente analisados, tendo sido necessárias várias correcções e esclarecimentos.

A queixosa contactou os serviços da Comissão em 10 de Novembro de 1998, expressando preocupação pelos possíveis atrasos no pagamento. No mesmo dia, os serviços da Comissão propuseram telefonicamente à ICL a consolidação dos custos já documentados, não esperando pela recepção de todos os mapas de custos, por forma a ajudar a ECA.

Apesar dos pedidos urgentes feitos telefonicamente pelos serviços da Comissão em 23 e 27 de Novembro de 1998, os mapas de custos válidos só foram recebidos da ICL em 10 de Dezembro de 1998. Isto impossibilitou a conclusão do processamento do pagamento antes do final do ano orçamental de 1998, embora o processo tenha sido alvo de tratamento prioritário.

Todos os anos, a abertura de novas linhas de crédito no novo orçamento leva algum tempo devido às normas financeiras rígidas que regem o orçamento comunitário. O processamento do pagamento deveria, em circunstâncias normais, ter sido reiniciado no final de Janeiro de 1999. Todavia, no início de 1999, dois elementos adicionais levaram a um atraso geral na execução de pagamentos que afectou algumas centenas de pagamentos:

- A abertura do orçamento aos pagamentos levou mais tempo do que é habitual devido à transição do Quarto para o Quinto Programa-Quadro para IDT, que exigia uma nova nomenclatura no orçamento.
- A transição para um novo sistema informático de contabilidade central ocorreu simultaneamente, daí resultando atrasos adicionais.

Nas semanas seguintes, a unidade responsável pelo projecto esteve em permanente contacto com a ICL. De igual modo, foram mantidos contactos com a ECA. A prioridade do pagamento foi repetidamente salientada nas comunicações internas da Comissão.

Em Fevereiro de 1999, vários departamentos dos serviços da Comissão concordaram em processar manualmente os pagamentos relativos ao primeiro mapa de custos, por forma a minimizar os riscos de maior atraso. Por motivos de doença das pessoas que tratavam das operações de pagamentos, houve mais alguns dias de atraso, mas, em 19 de Fevereiro de 1999, foi recebida uma confirmação interna de que o pagamento seria feito no prazo de três dias úteis. Os serviços da Comissão informaram imediatamente a ICL por correio electrónico e por telefone. O pagamento foi efectuado em 24 de Fevereiro de 1999. Ao abrigo das disposições contratuais celebradas entre a ICL e a ECA, a posterior transferência do pagamento da ICL para a ECA era da responsabilidade da ICL.

O processamento normal dos pagamentos com o sistema informático de contabilidade da Comissão foi retomado em 3 de Março de 1999. O segundo e o terceiro pagamento para o projecto ICX foram processados por este sistema, tendo os pagamentos sido efectuados em 24 de Março de 1999.

Uma vez que a Comissão tinha aceite os mapas de custos parciais apresentados pela ICL em 10 de Dezembro de 1998, a Comissão foi responsável pelos atrasos no pagamento destes mapas de custos para além dos dois meses previstos no contrato celebrado entre a ICL e a Comissão (atrasos de 2 e 6 semanas, respectivamente). Estes atrasos foram causados pelas dificuldades técnicas acima mencionadas.

### Observações da queixosa

Nas suas observações, a queixosa fez referência ao seguinte:

Era verdade que a ECA tinha um contrato separado com o contratante principal, a ICL, mas a queixosa considerava que a ICL tinha agido como agente da Comissão.

A ECA não conseguiu receber os pagamentos atempadamente porque a Comissão não desempenhou devidamente os seus deveres ao abrigo do contrato principal. A Comissão admitira que os atrasos tinham ocorrido em resultado da abertura do novo orçamento e da transição para um novo sistema de contabilidade.

A cláusula do contrato principal que estipulava que todos os mapas de custos dos parceiros do projecto tinham de ser recebidos e aprovados antes do pagamento causou atrasos desnecessários nos pagamentos aos parceiros que apresentaram atempadamente os seus mapas de custos.

Por estes motivos, a queixosa alegou que a Comissão deveria pagar juros de mora e uma indemnização à ECA.

### INQUÉRITO COMPLEMENTAR

O Provedor de Justiça transmitiu à Comissão as observações da queixosa, solicitando-lhe que respondesse ao pedido de pagamento de juros de mora e de indemnização.

Na sua resposta, a Comissão salientou os seguintes pontos:

- (i) não havia qualquer ligação contratual entre a Comissão e a ECA;
- (ii) a maior parte dos atrasos em relação à apresentação e aprovação dos mapas de custos era da responsabilidade do contratante principal, a ICL.
- (iii) apenas o contratante principal, a ICL, poderia pedir o pagamento de juros de mora à Comissão. A ECA só poderia reclamar contra a ICL, no âmbito da sua relação contratual.

Por conseguinte, a Comissão negou ter qualquer responsabilidade perante a ECA.

Nas suas observações à resposta da Comissão, a queixosa reiterou a sua opinião de que a ICL agira como agente da Comissão e que a cláusula do contrato entre a ICL e a Comissão que estipulava que todos os mapas de custos dos parceiros do projecto tinham de ser recebidos e aprovados antes do pagamento tinha causado atrasos desnecessários nos pagamentos aos parceiros que apresentaram atempadamente os seus mapas de custos.

A queixosa salientou também que a ECA não tinha recebido qualquer pagamento relacionado com a sua participação noutro projecto, que teve início em Maio de 1999. Esta nova questão estava fora do âmbito da queixa original. Por conseguinte, o Provedor de Justiça informou a queixosa de que não poderia tratar dessa questão durante o inquérito em curso.

### A DECISÃO

#### 1 Alegação de atraso no pagamento

1.1 A queixosa alegou um atraso desnecessário por parte da Comissão na realização de pagamentos à ICL, a contratante ao abrigo de um projecto do Quarto Programa-Quadro. Consequentemente, os pagamentos da ICL a um parceiro do projecto, a empresa ECA, foram também atrasados.

1.2 A Comissão explicou que a maior parte do atraso era da responsabilidade do contratante principal, a ICL, que apresentou tardiamente os mapas de custos. Todavia, aceitou

responsabilidade pelos atrasos no pagamento para além dos dois meses previstos no contrato celebrado entre a ICL e a Comissão. Estes eram de 2 semanas relativamente a um conjunto de mapas de custos e de 6 semanas relativamente a outro. Estes atrasos foram causados por dificuldades técnicas, de que resultou o atraso de centenas de pagamentos.

1.3 Por conseguinte, a Comissão reconheceu ter havido um atraso indevido da sua parte e explicou as causas do mesmo. Estas informações estão a ser tomadas em consideração no inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça sobre o atraso no pagamento por parte da Comissão (OI/5/99/IJH), pelo que não se afigura necessário qualquer inquérito complementar sobre este aspecto da queixa em apreço.

1.4 A queixosa alegou também que uma cláusula-padrão no contrato principal, que estipulava que todos os mapas de custos dos parceiros do projecto deveriam ser recebidos e aprovados antes do pagamento, tinha causado um atraso desnecessário nos pagamentos aos parceiros que apresentaram atempadamente os seus mapas de custos.

1.5 A Comissão salientou que, quando tomou conhecimento dos problemas da ECA, contactou imediatamente a ICL, apresentando uma proposta de consolidação dos custos já documentados, não esperando pela recepção de todos os mapas de custos.

1.6 O Provedor de Justiça não tinha conhecimento de qualquer norma ou princípio vinculativo que impedisse a Comissão de incluir tal cláusula-padrão nos seus contratos. Para além disso, afigurou-se que a Comissão estava preparada para renunciar à disposição em questão assim que tomou conhecimento dos problemas da queixosa. Não foi detectado, por conseguinte, qualquer caso de má administração em relação a este aspecto da queixa. Todavia, o Provedor de Justiça dirigiu à Comissão uma observação complementar relativa à cláusula-padrão.

## **2 Pedido de pagamento de juros de mora e indemnização**

2.1 Nas suas observações, a queixosa alegou que a Comissão deveria pagar juros de mora e uma indemnização à ECA.

2.2 Na sua resposta, a Comissão reafirmou que a maior parte dos atrasos no pagamento eram da responsabilidade do contratante principal, a ICL. Para além disso, considerou que apenas o contratante principal, a ICL, poderia reclamar juros de mora à Comissão e que a ECA poderia reclamar apenas junto da ICL, no âmbito da sua relação contratual.

2.3 Das observações da queixosa, afigura-se que a sua reclamação de juros de mora e indemnização se baseava na perspectiva de que a ICL agira como agente da Comissão. A queixosa não forneceu provas que apoiassem esta perspectiva, que levantava questões potenciais de responsabilidade contratual e não contratual. Além disso, a Comissão parecia ter dado uma justificação coerente e razoável para a sua negação da responsabilidade. Por conseguinte, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou qualquer caso de má administração no que se refere a este aspecto da queixa. Todavia, esta conclusão não afecta o direito da queixosa de apresentar a sua reclamação a um tribunal da jurisdição competente.

## **3 Conclusão**

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo decidido arquivar a queixa.

### ***OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES***

O contrato entre a Comissão e o contratante principal no caso em apreço continha uma cláusula-padrão, segundo a qual todos os mapas de custos dos parceiros do projecto deveriam ser recebidos e aprovados antes de a Comissão efectuar o pagamento ao contratante



principal. O Provedor de Justiça congratula-se com a flexibilidade demonstrada pela Comissão, que estava preparada para renunciar à disposição em questão assim que tomou conhecimento dos problemas da queixosa. Todavia, de uma forma mais geral, a Comissão poderá desejar considerar se a finalidade legítima da cláusula em questão não poderá ser alcançada de uma forma menos lesiva para a fluência de dinheiro das pequenas e médias empresas.

## NÃO FORNECI- MENTO DE INFOR- MAÇÕES SOBRE “COMITOLOGIA” E ACTOS DA COMISSÃO

*Decisão sobre a quei-  
xa  
395/99/(PD)/(IJH)/PB  
contra a Comissão  
Europeia*

### A QUEIXA

Em Março de 1999, o queixoso, um deputado do Parlamento Europeu, apresentou uma queixa relativa a um alegado não fornecimento por parte da Comissão Europeia de:

- a) todas as informações solicitadas para um projecto de investigação que se encontrava a realizar e
- b) informações num formato específico.

Em Outubro de 1998, juntamente com outros três deputados do Parlamento Europeu, o queixoso apresentou um pedido de informações à Comissão nos seguintes termos:

*“Tendo em vista o trabalho em curso sobre questões como a comitologia, a transparência, a qualidade na legislação e outras áreas relacionadas, estamos a preparar uma descrição quantitativa da estrutura dos comités comunitários. O objectivo da descrição é tentar fornecer uma base objectiva e fiável tanto para o debate político como para a investigação académica.”*

O queixoso anexou a esta carta vários formulários que continham um formato que este pretendia que a Comissão utilizasse na sua resposta. Os formulários proporcionavam a produção de informações sobre vários assuntos pormenorizados, tais como os procedimentos dos comités, o acto que instituía os comités e o número de participantes nos comités. Era solicitada à Comissão uma resposta no prazo de 2-3 semanas.

Em 4 de Novembro de 1998, a Comissão informou o queixoso de que as informações solicitadas não se encontravam disponíveis no formato solicitado, mas que a Comissão examinaria as medidas a tomar “por forma a satisfazê-lo”.

Em 21 de Janeiro de 1999, a Comissão informou o queixoso, por escrito, de que estava a ser preparada uma base de dados sobre os comités e que, no prazo de alguns dias, a Comissão estaria em posição de lhe fornecer uma grande parte das informações que havia solicitado, embora num formato diferente daquele sugerido pelo queixoso.

Em 23 de Fevereiro de 1999, o queixoso escreveu uma vez mais à Comissão. Fez um acréscimo ao seu pedido de informações relativas aos comités, especificando que desejava obter listas dos participantes nos comités em 1997 e 1998, bem como listas internas de todos os comités da Comissão relativas a 1997, 1998 e 1999. Solicitou também uma descrição histórica completa (ou seja, desde 1951) do:

- número de comités, grupos de trabalho e “outros organismos”;
- número de participantes;
- número de reembolsos das despesas de viagem;
- número de reuniões.

Pediu à Comissão que fornecesse estes números “no seu total e divididos por tipos e áreas de interesse”.



Para além do pedido de informações relativas aos comités, o queixoso solicitou à Comissão que lhe fornecesse o número total de actos jurídicos e de outra natureza adoptados pela Comissão, incluindo depoimentos jurídicos, declarações informais e outros tipos de documentos e actos já adoptados, mas juridicamente não vinculativos.

O queixoso especificou que solicitava informações relativas ao período entre 1951 e 1998. Acrescentou que:

*“Uma vez que a procura de informações antigas constituirá um trabalho adicional excessivo e como eu desejaria terminar este estudo até ao final da presente legislatura, gostaria de receber inicialmente as informações relativas ao período de 1987-1998.”*

Em 8 de Março de 1999, o queixoso escreveu à Comissão para expressar o seu descontentamento pela ausência de resposta.

Em 18 de Março de 1999, a Comissão forneceu ao queixoso algumas informações relativas aos comités. Informou também o queixoso de que as outras informações solicitadas na sua carta de 23 de Fevereiro não se encontravam disponíveis de imediato. Todavia, tinha sido solicitado aos serviços competentes da Comissão que reunissem as informações. O queixoso foi informado de que o resultado desta recolha de informações lhe seria enviado.

No que diz respeito à lista de actos da Comissão, esta forneceu ao queixoso uma lista dos actos adoptados anualmente e em vigor. A Comissão indicou também ao queixoso que consultasse a base de dados jurídica da UE denominada “CELEX”, que é de consulta livre para os deputados do Parlamento Europeu, bem como os relatórios anuais da Comissão sobre domínios específicos do direito comunitário.

Em 31 de Março de 1999, o queixoso escreveu à Comissão, afirmando que as informações por esta fornecidas não correspondiam aos seus pedidos. Observou que a Comissão não tinha fornecido qualquer explicação nem apresentado qualquer pedido de desculpa por este facto. Informou também a Comissão de que iria apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu.

Em 16 de Abril, a Comissão forneceu ao queixoso informações adicionais pormenorizadas sobre os comités. Observou que as informações remanescentes não se encontravam imediatamente disponíveis e que tinha solicitado aos serviços competentes que as reunissem. A Comissão afirmou também que o pedido, apresentado pelo queixoso, para uma descrição completa de todos os actos da Comissão tinha sido atendido na totalidade na carta desta datada de 18 de Março de 1999. O queixoso enviou uma cópia da carta da Comissão, incluindo os anexos, ao Provedor de Justiça Europeu para que esta fizesse parte do inquérito do mesmo.

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão fez referência à sua correspondência com o queixoso, tal como anteriormente descrito. A Comissão considerou ter fornecido ao queixoso as informações de que dispunha e que os seus serviços tinham empreendido um grande esforço na recolha das informações solicitadas pelo queixoso. Salientou que os seus serviços tinham sido forçados a levar a cabo uma investigação complementar para poder produzir as informações que tinha enviado ao queixoso.

Quanto ao pedido de fornecimento das informações em vários formatos definidos pelo próprio queixoso, a Comissão considerou que, à parte de pequenas alterações, os seus serviços não têm a responsabilidade de reformular as informações na posse da Comissão de forma a satisfazer os requisitos de um dado projecto de investigação.

A Comissão concluiu afirmando que tinha cumprido as suas obrigações de forma adequada, no que diz respeito ao acesso às informações e à transparência.

### Observações do queixoso

O Provedor de Justiça não recebeu quaisquer observações do queixoso.

## A DECISÃO

### 1 As alegações

1.1 O queixoso alegou que a Comissão, injustificadamente, não tinha:

- a) fornecido todas as informações solicitadas para o seu projecto de investigação, nem
- b) fornecido as informações num formato específico.

1.2 O Provedor de Justiça observou, em primeiro lugar, que os pedidos de informação apresentados pelo queixoso não eram pedidos de documentos específicos. Os pedidos do queixoso solicitavam apenas que a Comissão produzisse determinadas informações, num formato específico. As normas jurídicas sobre o acesso do público aos documentos não eram, por conseguinte, de relevância directa para o inquérito.

1.3 O Provedor de Justiça lembrou, contudo, o compromisso assumido pela União Europeia em relação à transparência, tal como aparece, entre outros documentos, na Declaração n.º 17 anexa à Acta Final do Tratado da União Europeia. O Provedor de Justiça salientou também que tinha anteriormente levado a cabo inquéritos sobre litígios relativos ao não fornecimento de informações por parte da administração<sup>27</sup>.

1.4 Era ainda relevante notar que os desenvolvimentos legislativos e judiciais após a apresentação das alegações do queixoso tiveram como finalidade aumentar a transparência no domínio dos chamados comités de “comitologia”, categoria de comités que parece ter sido de particular interesse para o queixoso. Ao nível legislativo, o Conselho de Ministros adoptou, em Junho de 1999, uma decisão<sup>28</sup> que fixa novas regras para os procedimentos dos comités que assistem a Comissão nas suas actividades de regulamentação e execução. O preâmbulo da decisão, que foi adoptada com base numa proposta da Comissão e tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu, indica que:

*“o quarto objectivo da presente decisão é a melhoria da informação do público sobre os procedimentos de comité e, desse modo, tornar aplicáveis aos documentos dos comités os princípios e condições que se aplicam à Comissão em matéria de acesso do público aos documentos, estabelecer uma lista de todos os comités que assistem a Comissão no exercício da competência de execução e um relatório anual, a publicar, sobre os trabalhos dos comités, bem como prever que sejam inscritas num registo público todas as referências a documentos relativos a comités enviados ao Parlamento Europeu” (Considerando 11 do Preâmbulo.)*

1.5 O artigo 7º da decisão implementa este objectivo, fixando o dever activo da Comissão de fornecer informações sobre os comités e prevendo a criação, pela Comissão, de um registo dessas informações em 2001.

1.6 Ao nível jurídico, um acórdão do Tribunal de Primeira Instância<sup>29</sup> reforçou o direito de acesso aos documentos dos comités de comitologia, estabelecendo que, para fins de

<sup>27</sup> Consultar, por exemplo, a decisão sobre a queixa 104/1.9.95/IDS/B/PD contra a Comissão Europeia; Relatório Anual de 1996, p. 30.

<sup>28</sup> Decisão do Conselho de 28 de Junho de 1999 que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão (JO 1999 L 184, p. 23).

<sup>29</sup> Processo T-188/97, *Rothmans International BV contra Comissão*, CJ 1999 p. II-2463, pontos 58-60

acesso do público aos documentos, estes comités deveriam ser vistos como parte da administração da Comissão.

1.7 No que diz respeito às alegações do presente inquérito, o Provedor de Justiça observou que, com base nas provas que lhe foram apresentadas, afigurava-se que a Comissão tinha respondido ao pedido de informações apresentado pelo queixoso com um nível considerável de boa vontade e disposição de cooperação. Apesar de parecer lamentável que as primeiras comunicações da Comissão ao queixoso tivessem levado a expectativas maiores do que as que, aparentemente, a Comissão poderia concretizar na sua correspondência com o queixoso, o Provedor de Justiça considerou não ter havido má administração nos esforços da Comissão para produzir as informações solicitadas pelo queixoso.

## 2 Conclusão

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo decidido arquivar a queixa.

### DECISÃO DA COMISSÃO EURO- PEIA DE NÃO INSTAURAR UM PROCESSO POR INCUMPRIMENTO CONTRA A ITÁLIA

*Decisão sobre a queixa 396/99/IP contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Abril de 1999, o Sr. C. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça contra a Comissão Europeia, na sequência da decisão da Comissão Europeia de arquivar a sua queixa relativa a uma alegada infracção da Directiva 90/313/CEE<sup>30</sup> pelas autoridades italianas.

Na sequência do incêndio ocorrido nas instalações da empresa química Enichem de La Macchia (Manfredonia, Itália), em 2 de Agosto de 1997, as autoridades italianas decidiram iniciar um processo de reindustrialização da área danificada.

Segundo o queixoso, as autoridades competentes deram início ao processo de reindustrialização, apesar da existência de resíduos tóxicos potencialmente perigosos para a saúde da população local. Em 1 de Outubro de 1997, endereçou, por conseguinte, uma primeira carta ao *Prefetto* de Foggia, solicitando acesso à informação, em conformidade com a Directiva 90/313/CEE do Conselho, e tendo enviado uma cópia da mesma carta à Comissão.

Em 1 de Dezembro de 1997, o Sr. C. dirigiu outra carta a diversas autoridades italianas, tendo igualmente enviado cópias da mesma à Comissão. Nessa carta, o queixoso revelava-se insatisfeito com as informações obtidas relativamente ao incêndio ocorrido nas instalações da Enichem.

Em 13 de Fevereiro de 1998, o queixoso escreveu à Direcção-Geral XI da Comissão Europeia, desta vez queixando-se explicitamente da aplicação, pelas autoridades italianas, da Directiva 90/313/CEE relativa à liberdade de acesso à informação em matéria de ambiente. A carta foi registada pelos serviços da Comissão sob o número de queixa 98/4648. Por cartas de 17 de Julho de 1998 e de 3 de Agosto de 1998, assinadas, respectivamente, pelo director dos serviços jurídicos da Direcção-Geral XI e pelo Secretário-Geral da Comissão, a instituição informou o queixoso de que a Comissão abriu um processo de queixa oficial contra a Itália por eventual infracção da Directiva 90/313/CEE.

Em 1 de Outubro de 1998, os serviços responsáveis da Comissão informaram o Sr. C. de que, no caso em apreço, não se verificara qualquer caso de incumprimento do direito comunitário, pelo que o processo seria encerrado. O queixoso foi convidado a apresentar

<sup>30</sup> Directiva do Conselho, de 7 de Junho de 1990, relativa à liberdade de acesso à informação em matéria de ambiente, Jornal Oficial L 158, de 23.06.1990, p. 56.

as suas observações relativas a eventuais novos elementos no prazo de um mês a contar da data de recepção da carta.

Na ausência de uma resposta, os serviços da Comissão decidiram encerrar o processo em 11 de Novembro de 1998.

Em 25 de Novembro de 1998, a Comissão recebeu uma carta do queixoso, discordando da decisão de arquivar o processo e suscitando algumas dúvidas quanto à eficácia dos serviços da Comissão, uma vez que só em 10 de Novembro de 1998 recebera a carta enviada em 1 de Outubro de 1998.

Em 27 de Janeiro de 1999, a Comissão enviou ao queixoso, uma carta explicando as razões pelas quais tinha decidido encerrar o processo.

Na sequência destes acontecimentos, o Sr. C. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu em 3 de Abril de 1999, contestando a decisão da Comissão de arquivar o inquérito relativo ao alegado incumprimento da Directiva 90/313/CEE do Conselho sem instaurar um processo por incumprimento contra a Itália junto do Tribunal de Justiça Europeu.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão, cujo parecer se resumiu ao seguinte:

A Comissão começou por referir as cartas do queixoso de 1 de Outubro e de 1 de Dezembro de 1997, sublinhando que estas tinham sido endereçadas a várias autoridades italianas e que a instituição apenas recebera cópias das mesmas.

Em contrapartida, a carta datada de 13 de Fevereiro de 1998, em que o queixoso referia explicitamente a má aplicação da Directiva 90/313/CEE do Conselho pelas autoridades italianas, foi registada pela Comissão como queixa formal, sob o número de referência 98/4648.

Em 16 de Julho de 1998, a Comissão enviou uma carta ao queixoso, denotando interesse em receber mais informações sobre outros aspectos para além da questão de acesso à informação. A Comissão solicitava informações sobre eventuais descargas e depósitos de resíduos perigosos e de contaminação do solo, uma vez que, em 1976, grande parte do solo em redor das instalações tinha sido contaminado por uma fuga de anidrido arsénico na sequência de um incêndio na fábrica de produtos químicos industriais Enichem (21 anos antes do incêndio ocorrido em Agosto de 1997), e não tinham sido tomadas quaisquer medidas de descontaminação do solo nessa área. O queixoso prestou as informações solicitadas pela Comissão em 10 de Agosto de 1998.

A Comissão respondeu ao queixoso em 9 de Setembro de 1998, informando-o de que tinha decidido registar essa carta como nova queixa, sob o número de referência 98/4802.

No seu parecer, a Comissão salientou que se deveria considerar que a primeira queixa, n.º 98/4648, se baseava na eventual violação da Directiva 90/313/CEE relativa à liberdade de acesso à informação em matéria de ambiente por parte das autoridades italianas, enquanto que a segunda queixa, n.º 98/4802, se baseava em primeira linha na eventual violação da Directiva 75/442/CEE, com a redacção que lhe foi dada pela Directiva 91/156/CEE<sup>31</sup> (a propósito das descargas em solo contaminado) e, na sequência das informações posteriormente enviadas pelo queixoso, também na possível violação da Directiva 85/337/CEE<sup>32</sup> (relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e

<sup>31</sup> JO L 78, de 26.03.1991, p. 32.

<sup>32</sup> JO L 175, de 05.07.1985, p. 40.

privados no ambiente) e da Directiva 96/82/CEE<sup>33</sup> (a propósito de eventuais perigos ambientais causados pelo abandono de três aterros de resíduos sólidos urbanos na mesma área).

Em 1 de Outubro de 1998, os serviços competentes informaram o queixoso de que tinham concluído a investigação relativa à queixa n.º 98/4648. Depois de avaliadas as informações apresentadas pelo queixoso e as informações recebidas das autoridades italianas, a Comissão concluiu que não existia violação da Directiva 90/313/CEE.

Por conseguinte, nos termos do acordo celebrado entre a Comissão e o Provedor de Justiça Europeu na sequência do inquérito de iniciativa própria 303/97/PD sobre os procedimentos administrativos aplicados no tratamento de queixas apresentadas por cidadãos contra autoridades nacionais, a instituição comunicou ao queixoso a sua intenção de arquivar o processo. O queixoso foi convidado a apresentar eventuais informações complementares, susceptíveis de revelar novas provas de violação do direito comunitário, no prazo de um mês a contar da data de recepção da carta, tendo sido avisado de que, na falta de resposta, o processo seria arquivado. O queixoso também foi informado de que qualquer processo poderia ser sempre reconsiderado e reaberto, mesmo depois de arquivado, se a Comissão fosse informada de elementos novos indicando uma possível violação do direito comunitário.

Uma vez que não recebeu qualquer resposta à sua carta de 1 de Outubro de 1998, a Comissão encerrou o processo na sua reunião de 11 de Novembro de 1998.

A Comissão referiu então a carta recebida pelo queixoso em 25 de Novembro de 1998, em que ele discordava da decisão da Comissão e salientava que, uma vez que só em 10 de Novembro de 1998 recebera a carta com data de 1 de Outubro de 1998, o período de resposta de um mês deveria contar apenas a partir dessa data. A Comissão lamentou a demora dos serviços postais, embora considerasse que não podia ser responsabilizada, uma vez que a data do carimbo postal provava que a carta tinha saído de Bruxelas em 1 de Outubro de 1998. Dado que estas cartas não são enviadas por correio registado, a Comissão considera que foram recebidas após um período razoável.

A instituição sublinhou que a decisão de arquivar o processo 42 dias após o envio da respectiva carta de comunicação ao queixoso não podia ser considerada uma forma de lhe negar o direito de defender a sua posição. A Comissão salientava ainda que o queixoso poderia, em qualquer momento, apresentar de novo a mesma queixa e que a Comissão nunca fica isenta da obrigação de analisar as queixas.

No que diz respeito às razões para não prosseguir o inquérito relativo à queixa n.º 98/4648, na sua carta de 27 de Janeiro de 1999, a Comissão começou por considerar que as autoridades italianas tinham desempenhado correctamente o seu papel quando prestaram as informações solicitadas. Em segundo lugar, sublinhou que o artigo 4º da Directiva 90/313/CEE remete explicitamente para o sistema judicial nacional, indicando que uma pessoa que considere que o seu pedido de informação foi infundadamente indeferido ou ignorado, ou que recebeu uma resposta inadequada de uma autoridade pública, pode recorrer a nível judicial da decisão, em conformidade com a legislação nacional aplicável. Em terceiro lugar, a Comissão remeteu para as disposições do Tratado relativas ao poder discricionário de que a Comissão dispõe para decidir instaurar um processo por incumprimento. Contudo, a instituição salientou que não considera este poder como sendo puramente discricionário e que, nesse sentido, definira directrizes para a gestão das queixas e dos processos por incumprimento. A Comissão salientou que, no caso em apreço, o processo tinha seguido os trâmites correctos, tendo o queixoso sido sempre devidamente informado dos progressos do inquérito.

---

<sup>33</sup> JO L 10, de 14.01.1997, p. 13.

Na mesma carta, a Comissão informou o queixoso de que ainda estava em curso o inquérito sobre a segunda queixa, n.º 98/4802, a qual era também objecto de uma petição (ref. n.º 874/98) apresentada à Comissão de Petições do Parlamento Europeu.

Por carta de 9 de Julho de 1999, a Comissão respondeu a mais duas cartas do queixoso, datadas de 3 de Abril e de 28 de Maio de 1999, relativas ainda à decisão de arquivar a queixa n.º 98/4648 a respeito da Directiva 90/313/CEE. Na sua resposta, a Comissão declarou que, uma vez que não tinham sido fornecidas novas provas, não havia motivo para reconsiderar a sua posição inicial.

### **Observações do queixoso**

No que diz respeito ao tratamento da queixa n.º 98/4648, o queixoso manteve basicamente a sua queixa inicial.

No que diz respeito à queixa n.º 98/4802, por um lado, tomou conhecimento de que a Comissão aguardava as informações solicitadas às autoridades italianas e, por outro lado, salientou que a Comissão deveria ter instaurado um processo contra a Itália, por forma a exigir uma resposta imediata.

## **A DECISÃO**

### **Observações introdutórias**

A fim de evitar mal-entendidos, é conveniente recordar que o Tratado CE habilita o Provedor de Justiça Europeu a proceder a inquéritos para detectar eventuais casos de má administração unicamente na acção das instituições e organismos comunitários. O estatuto do Provedor de Justiça estipula explicitamente que a acção de quaisquer outras autoridades ou pessoas não poderá ser objecto de queixas junto do Provedor de Justiça. Por conseguinte, o objectivo do inquérito do Provedor de Justiça no âmbito desta queixa consistia em determinar se tinha havido um caso de má administração na acção da Comissão Europeia.

As alegações do queixoso relativas à queixa n.º 98/4802, que ainda estão a ser examinadas pelos serviços da Comissão, não faziam parte da queixa inicialmente apresentada ao Provedor de Justiça. Por conseguinte, o Provedor de Justiça não se debruçou sobre este aspecto da queixa.

### **1 Decisão da Comissão de arquivar a queixa**

1.1 A queixa dizia respeito à decisão da Comissão de encerrar o inquérito relativo à alegação de má aplicação da Directiva 90/313/CEE do Conselho sem instaurar um processo por incumprimento contra a Itália junto do Tribunal de Justiça Europeu.

1.2 No seu parecer, a Comissão declarou que, após ter analisado os documentos enviados pelo queixoso e as informações prestadas pelas autoridades italianas, considerou não haver violação do direito comunitário pelo que, em 1 de Outubro de 1998, os seus serviços informaram o queixoso da sua intenção de arquivar o processo, convidando-o a apresentar eventuais novas provas relacionadas com o processo. Como não recebera qualquer resposta do queixoso, a Comissão decidiu arquivar o processo na sua reunião de 11 de Novembro de 1998.

1.3 A Comissão também lamentava que o queixoso tivesse recebido a carta de 1 de Outubro mais de um mês depois do respectivo envio, mas sublinhou que tal se ficara a dever exclusivamente a um problema do sistema postal e que não poderia ser responsabilizada pelo facto.



1.4 Os procedimentos administrativos da Comissão aplicados no tratamento das queixas apresentadas pelos cidadãos contra autoridades nacionais tinha sido objecto do inquérito de iniciativa própria n.º 303/97/PD, aberto pelo Provedor de Justiça em 14 de Abril de 1997. Em resultado deste inquérito de iniciativa própria, a Comissão concordou em informar os queixosos da sua intenção de arquivar o processo e convidá-los a apresentar observações.

1.5 O Provedor de Justiça considerou que, no presente caso, a Comissão informou o queixoso por carta de 1 de Outubro de 1998, da sua intenção de não instaurar um processo por incumprimento contra a Itália, fundamentando a sua decisão e convidando o queixoso a apresentar as suas observações no prazo de um mês.

1.6 O queixoso recebeu a carta enviada pela Comissão em 1 de Outubro de 1998 apenas em 10 de Novembro de 1998. A Comissão lamentou o sucedido. O Provedor de Justiça considerou que a Comissão não podia ser responsabilizada pelo tempo que os serviços postais demoraram a entregar a carta. Assim, o período de 42 dias decorrido entre o envio da carta em 1 de Outubro de 1998, e a decisão de arquivar o processo, em 11 de Novembro de 1998, afigurou-se razoável.

1.7 Face ao exposto, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão tinha cumprido devidamente os compromissos assumidos na sequência do inquérito de iniciativa própria n.º 303/97/PD<sup>34</sup> e que o queixoso foi mantido ao corrente dos progressos registados no caso em apreço.

## 2 Conclusão

No âmbito do inquérito não foi detectado qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia em relação a esta queixa, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### LITÍGIO SOBRE CONTRATOS DE ÂMBITO CULTURAL

*Decisão sobre a queixa 506/99/GG contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Dezembro de 1996, a Comissão celebrou dois contratos relativos aos projectos “DCC - Digital Content for Culture” e “Donna - Art, Design & Fashion Online”, com duas empresas alemãs, CSC Ploenzke AG (“CSC”, a coordenadora de ambos os projectos) e a queixosa, uma empresa alemã de consultadoria. O projecto “DCC” previa ainda que a CSC fosse assistida por dois parceiros associados, o Koninklijk Museum voor Midden-Africa (Museu Real da África Central) em Tervuren (Bélgica) e a Deutsche Forschungsanstalt für Luft- und Raumfahrt e.V. O. No respeitante à Comissão, os contratos foram negociados pela Direcção-Geral XIII (DG XIII<sup>35</sup>).

O projecto “DCC” decorreu entre Janeiro de 1997 e Dezembro de 1997 e, o projecto “Donna”, entre Janeiro de 1997 e Setembro de 1997.

Em Outubro de 1997, a Comissão levou a cabo uma avaliação técnica do projecto “DCC”, que concluiu ser necessário proceder a uma auditoria técnica e financeira completa do projecto. A avaliação técnica aprofundada foi efectuada em Dezembro de 1997. A queixosa alegou que nessa altura não tinham sido feitas quaisquer críticas a si ou ao seu contributo para o projecto “DCC” e que a Comissão se apossara das actas que poderiam corroborar a sua afirmação. O relatório sobre a avaliação aprofundada recomendava a rescisão do contrato. Este relatório foi enviado à CSC (com uma cópia para a queixosa) em 17 de Dezembro de 1997.

<sup>34</sup> Ver Relatório Anual do Provedor de Justiça Europeu 1997, p.270.

<sup>35</sup> Actualmente designada por DG Sociedade da Informação.

- 2 A DG XIII tentara sistematicamente, durante mais de dois anos, eliminar a queixosa e os seus associados enquanto concorrentes e auditores, recorrendo a difamações, táticas de intimidação e chantagem. A DG XIX participou nesses esforços.
- 3 A DG XIX não explicara as razões da exigência feita pela Comissão nem reagira perante as reclamações financeiras da queixosa contra a Comissão.
- 4 A queixosa fora seriamente prejudicada pela DG XIII e pela DG XIX.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi enviada à Comissão. No seu parecer, a Comissão teceu os seguintes comentários:

A Comissão celebrara dois contratos relativos aos projectos “DCC” e “Donna”. Durante a execução dos projectos, os serviços da Comissão tinham considerado que o modo como os trabalhos progrediam e os resultados intercalares dos projectos não eram satisfatórios. Por conseguinte, em Dezembro de 1997 tinha sido efectuado uma avaliação técnica aprofundada do projecto “DCC”. No seu relatório final, os peritos externos utilizados pela Comissão para efectuar esta revisão concluíram que os objectivos iniciais do projecto não tinham sido alcançados e recomendaram o encerramento do projecto. A Comissão seguiu esta recomendação. Em Junho de 1998, os serviços da Comissão levaram igualmente a cabo uma revisão técnica do projecto “Donna”, com o concurso de peritos externos, que conduziu essencialmente às mesmas conclusões, isto é, à rescisão do contrato.

Em Outubro de 1997, os serviços da Comissão procederam a uma auditoria financeira para verificar se as contribuições financeiras comunitárias para os projectos “DCC” e “Donna” eram justificadas. Após vários adiamentos solicitados pelas empresas em questão, o exame fora finalmente efectuado em Março de 1998. Em resultado da auditoria, a Comissão tivera de rejeitar a quase totalidade dos custos reclamados pela CSC e pela queixosa devido a graves incongruências nos contratos e à falta de justificação das despesas em questão. Isto levou a que, em Agosto de 1998, fossem emitidas ordens de cobrança contra a CSC e a queixosa. A CSC já reembolsara a quantia devida à Comissão, ao passo que a queixosa não tinha pago e começara a espalhar alegações difamatórias contra os funcionários da Comissão envolvidos nas auditorias.

A queixosa participara como adjudicatária associada no projecto “VR-Learners”. No decurso de uma renegociação do contrato, os serviços da Comissão tinham tornado claro que a queixosa não poderia ser aceite como participante à luz das graves irregularidades fiscais detectadas durante as auditorias dos projectos “DCC” e “Donna” e da recusa da queixosa em reembolsar as quantias reclamadas pelas ordens de cobrança. Os serviços da Comissão tinham baseado a sua posição nos princípios da sólida gestão financeira e na necessidade de proteger os interesses financeiros da Comunidade. Entretanto o projecto “VR-Learners” fora encerrado em resultado de uma auditoria.

A Comissão informou o Provedor de Justiça que os funcionários que tinham sido alvo das alegações da queixosa, que considerava difamatórias, estavam a encarar a eventualidade de intentar uma acção judicial.

#### **Observações da queixosa**

Nas suas observações, a queixosa manteve a sua reclamação. A queixosa alegou que tinha enviado um relatório final relativo ao projecto “DCC”, ao qual nunca fora dada resposta. Segundo a queixosa, os peritos externos que tinham efectuado a revisão técnica em 1997 foram os mesmos que realizaram a revisão aprofundada em Dezembro de 1997, sendo questionável a sua independência. A queixosa sublinhou igualmente que os peritos não



Em 23 de Dezembro de 1997, a Comissão endereçou uma carta à CSC (com uma cópia para a queixosa) rescindindo o contrato.

Em Abril de 1998, a Comissão informou a CSC de que iria ser efectuada uma revisão técnica do projecto “Donna”. Esta revisão, efectuada em Junho de 1998, recomendou o encerramento do projecto. A queixosa afirmou que não foram feitos quaisquer comentários críticos a ela e ao seu contributo para o projecto “Donna” na altura da revisão, que a Comissão se apossara das actas que corroborariam essa afirmação e que atrasara a divulgação das actas, que teriam sido falsificadas. A queixosa alegou ainda que a avaliação técnica, efectuada nove meses após o termo oficial do projecto, representara uma violação do contrato. Segundo a queixosa, a Comissão tinha acusado a recepção por escrito de todos os elementos a apresentar nos termos do contrato (incluindo o relatório final) em 9 de Dezembro de 1997. A queixosa fez referência a uma cláusula do contrato segundo a qual, de acordo com a queixosa, na ausência de comentários da Comissão, se considerava que o relatório final tinha sido aprovado no prazo de dois meses a contar da sua recepção pela Comissão.

A auditoria financeira dos projectos “DCC” e “Donna” foi efectuada em Março de 1998. A queixosa alegou que os auditores tinham confirmado que a contabilidade e a administração estavam em ordem. Segundo a queixosa, a Comissão tinha, no entanto, suprimido as actas que corroborariam essa afirmação. Em 28 de Abril de 1998 e em 27 de Maio de 1998, respectivamente, a Comissão enviou à queixosa os projectos dos relatórios de auditoria relativos aos projectos “CDD” e “Donna”. Em 30 de Junho de 1998, os advogados da queixosa enviaram à Comissão os seus comentários relativamente a estes projectos de relatórios. Em 29 de Julho de 1998, a Comissão enviou à queixosa os relatórios de auditoria finais e a sua avaliação dos comentários enviados a respeito dos projectos de relatórios das auditorias. No relatório relativo ao projecto “DCC”, a Comissão concluiu que, dos custos totais reclamados pela CSC e pela queixosa, no total de 3.164.102 ecus, apenas 26.290 ecus eram elegíveis. No relatório relativo ao projecto “Donna”, a quantia elegível era de 42.601 ecus num total de 980.733 ecus reclamados.

No final de Agosto/princípio de Setembro de 1998, a Direcção-Geral XIX<sup>36</sup> emitiu ordens de cobrança contra a CSC e a queixosa, reclamando o reembolso das quantias pagas em excesso no âmbito dos contratos “DCC” e “Donna”. A reclamação contra a queixosa era de 179.337 ecus. Numa carta de 10 de Setembro de 1998, os advogados da queixosa pediram que a Comissão apresentasse as razões invocadas para a ordem de cobrança emitida contra a queixosa. Em 30 de Novembro de 1998, a queixosa enviou duas facturas à Comissão, solicitando o pagamento de 352.800 ecus para pagamento dos seus serviços relacionados com o projecto “DCC”, e de 110.781, relativos ao trabalho efectuado no âmbito do projecto “Donna”.

A queixosa participou ainda no projecto “VR-Learners”. O contrato relativo a este projecto tinha sido assinado em Dezembro de 1997. A queixosa acusou a Comissão de a ter forçado a abandonar este projecto. Em Fevereiro de 1999, a queixosa enviou uma factura à Comissão, solicitando o pagamento de 121.857 ecus pelo trabalho efectuado no âmbito desse projecto.

Em 5 de Maio de 1999, a queixosa dirigiu-se ao Provedor de Justiça Europeu, fazendo as seguintes alegações na sua queixa:

1 A DG XIII manipulou as actas relacionadas com as auditorias efectuadas no âmbito dos projectos “DCC” e “Donna”.

---

<sup>36</sup> Actualmente designado por DG Orçamento .

tinham rejeitado a totalidade do trabalho, tendo aceite 49,5 de 130 pessoas/mês. Por conseguinte, a Comissão deveria ter pago à queixosa, no mínimo, uma quantia adicional de 40.723 euros. A queixosa alegou igualmente que a CSC tinha recebido a carta da Comissão, comunicando a rescisão do contrato, seis dias depois do termo oficial do projecto. No que diz respeito ao projecto “Donna”, a queixosa reiterou a sua opinião de que a revisão técnica tinha sido efectuada depois de o projecto ter sido oficialmente aprovado pela Comissão.

A queixosa alegou ainda que, depois do abandono de um dos parceiros do projecto “VR-Learners”, a Comissão tinha aceite a adesão de um novo parceiro e o aumento do orçamento previsto para a queixosa. Só mais tarde a Comissão divulgara a alegação incorrecta de que a queixosa devia dinheiro à Comissão, exercendo assim pressão sobre os outros parceiros no sentido de excluir a queixosa do projecto.

### *INQUÉRITOS COMPLEMENTARES*

Tendo recebido os comentários da queixosa ao parecer da Comissão, o Provedor de Justiça considerou necessitar de mais informações para poder tratar a queixa. Solicitou, por conseguinte, à Comissão:

- 1 que enviasse ao Provedor de Justiça uma cópia dos documentos nos quais baseara o seu parecer relativamente aos projectos “DCC” e “Donna”,
- 2 que comentasse a reclamação da queixosa segundo a qual, pelo facto de a Comissão alegadamente não ter comentado no prazo de dois meses o relatório final apresentado pela queixosa relativamente ao projecto “Donna”, ele teria de ser considerado aprovado segundo as condições gerais aplicáveis ao projecto, e
- 3 que comentasse a reclamação da queixosa, questionando a legalidade do encerramento do projecto “DCC” pela Comissão, tendo em vista o facto de a carta da Comissão ter sido, alegadamente, enviada depois de o projecto ter terminado.

Na sua resposta, a Comissão referiu que discordava da interpretação da queixosa sobre os contratos em causa, sublinhando os argumentos mencionados na segunda e terceira questões. A Comissão considerou que esses dois pontos não afectaram os resultados da auditoria financeira e as conclusões retiradas dos seus resultados. Como entretanto decorriam trâmites com vista à instauração de uma acção judicial da Comissão contra a queixosa e como era provável que esse processo cobrisse as questões referidas em 2) e 3), considerou não ser apropriado debruçar-se sobre esses pontos nessa fase. A Comissão enviou igualmente os documentos solicitados pelo Provedor de Justiça.

Nas suas observações relativamente à resposta, a queixosa deplorou o facto de a Comissão não ter explicado por que não aceitara os argumentos da queixosa. Discordava do parecer da Comissão de que os argumentos não tinham relevância para os resultados das auditorias financeiras. A queixosa considerava que o comportamento da Comissão tivera por objectivo intimidá-la.

### *A DECISÃO*

#### **1 Observações introdutórias**

1.1 No seu parecer, a Comissão informou o Provedor de Justiça que os funcionários que tinham sido alvo das alegações da queixosa, que considerava difamatórias, estavam a encarar a possibilidade de a accionar judicialmente. Na sua resposta ao pedido de informações suplementares do Provedor de Justiça, a Comissão salientou que estavam em curso trâmites com vista à instauração de uma acção judicial contra a queixosa.

1.2 Porém, na altura em que o estudo da queixa ficara concluído, o Provedor de Justiça não tinha sido informado da instauração de uma acção judicial nesta matéria, não havendo, assim, nada que o impedisse de formular a sua decisão no presente processo.

## **2 Manipulação das actas relativas às auditorias efectuadas**

2.1 A queixosa alegou que a Comissão tinha manipulado as actas relativas às auditorias efectuadas aos projectos “DCC” e “Donna”.

2.2 A Comissão não teceu comentários específicos sobre esta alegação. Contudo, ficou claro que esta alegação se inseria no conjunto de alegações que a Comissão considerava incorrectas e difamatórias.

2.3 Afigurava-se que a queixosa reclamava essencialmente que as actas apresentadas pela Comissão não reflectiam correctamente aquilo que tinha sido dito ou negociado aquando das referidas revisões. Para dar um exemplo, numa carta datada de 22 de Setembro de 1998, os advogados teceram comentários pormenorizados sobre as actas relativas à revisão técnica do projecto “Donna”, criticando e corrigindo as passagens que consideravam incorrectas ou incompletas. Sem novas provas do que tinha sido efectivamente dito ou negociado por ocasião das revisões, o Provedor de Justiça não podia determinar se as actas estavam correctas ou se os comentários da queixosa eram justificados. Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça não conseguiu determinar má administração relativamente a esta alegação.

## **3 Danos graves para a queixosa**

3.1 A queixosa alegou que fora seriamente prejudicada pela Comissão. Neste contexto, a queixosa referiu o facto de a Comissão ter encerrado os projectos “DCC” e “Donna”, ter recusado cobrir a maior parte dos respectivos custos solicitados pela queixosa, ter recusado pagar as quantias que a queixosa considerava devidas em função do trabalho prestado no âmbito dos projectos “DCC” e “Donna” e ter excluído a queixosa do projecto “VR-Learners”.

3.2 Esta alegação dizia essencialmente respeito às obrigações decorrentes dos contratos celebrados entre a Comissão e a queixosa ou dos contratos em que a queixosa tinha participado.

3.3 Nos termos do artigo 195º do Tratado CE, o Provedor de Justiça tem poderes para receber queixas “respeitantes a casos de má administração na actuação das instituições ou organismos comunitários”. O Provedor de Justiça considera que a má administração ocorre quando um organismo público não actua em conformidade com uma regra ou princípio a que está vinculado<sup>37</sup>. Pode haver má administração, por conseguinte, quando está em causa o cumprimento de obrigações decorrentes de contratos celebrados pelas instituições ou organismos comunitários.

3.4 Contudo, o Provedor de Justiça considera que o estudo que pode efectuar nestes casos tem um âmbito necessariamente limitado. Em particular, o Provedor de Justiça entende que não lhe compete determinar se houve violação do contrato por qualquer das partes, se a matéria for objecto de litígio. Esta questão só podia ser tratada com eficácia por um tribunal da jurisdição competente, que tivesse a oportunidade de ouvir os argumentos das partes em termos do direito nacional aplicável e de avaliar provas contraditórias sobre qualquer das matérias de facto em contenda.

3.5 Por conseguinte, o Provedor de Justiça entende justificar-se que, nos casos de conflitos contratuais, o seu inquérito se deva limitar a determinar se a instituição ou organismo comunitário lhe deu uma justificação coerente e aceitável da base jurídica em que

---

<sup>37</sup> Ver Relatório Anual de 1997, páginas 22 e seguintes.

fundamentara a sua acção e dos motivos por que acredita que a sua opinião sobre a questão contratual é justificada. Em caso afirmativo, o Provedor de Justiça concluirá que o seu inquérito não revelou qualquer caso de má administração, sem prejuízo do direito das partes de submeterem a um tribunal da jurisdição competente o estudo e a decisão vinculativa do seu conflito contratual.

3.6 No processo em apreço, a queixosa apresentara vários argumentos que se afiguravam válidos. A queixosa punha em dúvida a legitimidade da decisão de encerrar o projecto “DCC”, tendo em consideração que a respectiva carta de comunicação terá sido recebida depois da conclusão oficial do projecto. Também invocara uma disposição contratual, segundo a qual o seu relatório final relativamente aos resultados do seu trabalho no âmbito do projecto “Donna” deveria ter sido considerado aceite antes de a Comissão ter decidido efectuar uma avaliação técnica. Finalmente, a queixosa tinha objectado quanto aos resultados das auditorias financeiras efectuadas no âmbito destes dois projectos.

3.7 A Comissão confiava no resultado das auditorias financeiras realizadas e considerava que os dois argumentos apresentados pela queixosa não afectavam esses resultados.

3.8 O Provedor de Justiça considerou que os argumentos apresentados pela Comissão se afiguravam aceitáveis. Nestas circunstâncias, e tendo em consideração que o âmbito do estudo do Provedor de Justiça era limitado nestes casos (ver anteriores parágrafos 3.2. a 3.5 ), o Provedor de Justiça concluiu que o seu inquérito não tinha revelado má administração no que se refere aos projectos “DCC” e Donna” relativamente a esta alegação da queixosa.

3.9 A mesma conclusão foi aplicada ao projecto “VR-Learners”. Como foi referido anteriormente, o Provedor de Justiça não tinha determinado que a Comissão actuara erradamente, ao entender que a queixosa não tinha cumprido devidamente as suas obrigações no âmbito dos projectos “DCC” e “Donna” e que, por conseguinte, teria de reembolsar determinadas quantias à Comissão. A explicação da Comissão de que, nestas circunstâncias, não podia aceitar a continuação da queixosa no projecto “VR-Learners enquanto ela se recusasse a reembolsar as quantias reclamadas pela Comissão, afigurou-se aceitável. Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça não conseguiu determinar má administração relativamente a esta alegação.

#### **4 Falta de explicações e de reacção**

4.1 A queixosa reclamou que a Comissão não lhe tinha dado explicações para os motivos da sua exigência, nem tinha reagido às queixas financeiras da queixosa contra a Comissão.

4.2 A Comissão não teceu comentários específicos sobre esta alegação. No entanto, a Comissão tinha explicado que a ordem de cobrança fora emitida para obter o reembolso dos custos não aceites em resultado das auditorias financeiras efectuadas aos projectos “DCC” e “Donna”. Embora fosse um facto a ordem de cobrança não esclarecer as razões em que se baseava, o Provedor de Justiça considerou que se depreendia dos documentos remetidos que a queixosa não poderia ter dúvidas razoáveis quanto às razões da ordem de cobrança. As auditorias financeiras tinham chegado à conclusão de que apenas uma pequena parte dos custos reclamados poderia ser aceite. Assim, a Comissão decidira reclamar o reembolso da diferença entre os custos autorizados e as quantias adiantadas. Acresce que, numa carta datada de 21 de Janeiro de 1999, apresentada ao Provedor de Justiça pela queixosa, a Comissão informara a queixosa de que a base da queixa e a forma de cálculo tinham sido pormenorizadamente explicadas nos relatórios das auditorias financeiras.

4.3 Relativamente às contraposições da queixosa, afigurava-se que a Comissão não tinha reagido imediatamente às facturas enviadas pela queixosa. Contudo, como as reclamações eram manifestamente incompatíveis com a posição adoptada pela Comissão nesta matéria, a queixosa não poderia ter qualquer dúvida de que a Comissão as rejeitaria. Além do mais,

numa carta datada de 30 de Março de 1999, apresentada ao Provedor de Justiça pela queixosa, a Comissão tinha informado a queixosa que não havia base para estas contraposições, e que tal já tinha sido explicado à queixosa numa carta anterior.

4.4 Nestas circunstâncias, parecia não ter havido má administração relativamente a esta queixa.

## 5 Eliminação sistemática da queixosa

5.1 A queixosa alegava que a Comissão teria tentado sistematicamente, durante mais de dois anos, eliminar a queixosa e os seus associados enquanto concorrentes e críticos, recorrendo a difamações, táticas de intimidação e a chantagem. A Comissão negou estas alegações.

5.2 Perante as suas conclusões relativamente às outras alegações apresentadas pela queixosa, o Provedor de Justiça considerou não haver provas suficientes para substanciar esta alegação da queixosa.

5.3 Nestas circunstâncias, parecia não ter havido má administração relativamente a esta queixa.

## 6 Conclusão

O inquérito em relação a esta queixa não revelou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### ALEGADA MÁ ADMINISTRAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DE UM RELATÓRIO

*Decisão sobre a queixa 734/99/(VK)/IJH contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

O queixoso, jornalista, foi contratado pela Comissão para escrever um relatório sobre o País de Gales na Europa, que deveria fazer parte de uma série de 12 brochuras regionais do Reino Unido. A intenção era publicar as brochuras para informar o público antes das eleições de 10 de Junho de 1999 para o Parlamento Europeu. Tal como exigido pelo contrato, o queixoso apresentou uma primeira versão. A Comissão exigiu determinadas revisões, que o queixoso efectuou. O relatório revisto foi aceite pelo chefe da Representação do Reino Unido na Comissão, Geoffrey MARTIN, em Fevereiro de 1999 e os honorários do queixoso foram pagos na totalidade. A publicação da brochura sobre o País de Gales estava agendada para 8 de Junho de 1999. Todavia, a Comissão interrompeu a sua publicação no último momento. As outras brochuras regionais sobre o Reino Unido foram publicadas conforme planeado.

O queixoso alegou que:

(i) o atraso na publicação tinha frustrado a finalidade do relatório, ou seja, informar os eleitores do País de Gales antes das eleições europeias;

(ii) o atraso tinha ocorrido como resultado da intervenção do Comissário KINNOCK, que considerou o relatório “demasiado nacionalista”, e da má administração por parte de três pessoas: Geoffrey MARTIN; um membro do gabinete do Comissário KINNOCK e o chefe do gabinete da Comissão no País de Gales;

(iii) a Comissão (nomeadamente o Comissário KINNOCK e Geoffrey MARTIN) encobriram posteriormente esta intervenção, alegando falsamente que o relatório continha imprecisões factuais, prejudicando dessa forma a sua reputação profissional como jornalista e comprometendo as suas possibilidades de obter trabalho no futuro. O queixoso referiu-se, em particular, a um artigo publicado no *Western Mail* de 10 de Junho 1999 que citava o Comissário KINNOCK e a uma carta de Geoffrey MARTIN publicada no *Western Mail* de 18 de Junho de 1999.

O queixoso considerou que o supramencionado constituía um caso de má administração sob a forma de irregularidades administrativas, atraso desnecessário, discriminação e abuso de poder.

O queixoso alegou que deveria ser exonerado da responsabilidade pelo atraso na publicação da brochura regional para o País de Gales e que os referidos membros dos serviços da Comissão deveriam ser identificados como responsáveis pela má administração.

O queixoso incluiu parte de uma transcrição de uma conversa telefónica entre ele próprio e Geoffrey MARTIN, em que este último dizia acreditar que a questão tinha sido levantada em Bruxelas pelo chefe do gabinete da Comissão no País de Gales e que tinha telefonado a um membro do gabinete do Comissário KINNOCK, que lhe tinha dito que o Comissário considerava o relatório demasiado nacionalista.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão para que esta emitisse um parecer. No que diz respeito ao ponto (i) da queixa, o parecer indicava que o contrato não exigia que a Comissão publicasse o relatório na forma apresentada, nem sequer que o publicasse. A Comissão aceitou ter inicialmente tencionado publicar o relatório antes das eleições europeias de 10 de Junho de 1999. Contudo, este não era o único objectivo dos relatórios regionais e era mais importante que os textos estivessem correctos do que apenas publicá-los. O parecer mencionava também que parte do atraso se deveu à necessidade de traduzir o relatório para galês.

Quanto ao ponto (ii), a Comissão afirmou que a primeira versão apresentada pelo queixoso continha várias generalizações radicais e declarações altamente políticas sobre questões como a moeda única, que não seria prudente a Comissão publicar no Reino Unido. A Representação da Comissão solicitou ao queixoso que restabelecesse o equilíbrio entre os factos e a sua opinião pessoal na segunda versão, o que ele fez devidamente. O texto alterado foi aceite, tendo sido autorizado o pagamento. A decisão de publicar ou não o relatório cabia à Representação da Comissão no Reino Unido. O Comissário KINNOCK e o pessoal do seu gabinete nunca tentaram bloquear, atrasar ou influenciar a data de publicação da brochura. Os comentários atribuídos ao Comissário KINNOCK na conversa telefónica transcrita dizem respeito claramente à primeira versão do texto. O Comissário KINNOCK e o pessoal do seu gabinete nunca levantaram quaisquer problemas quanto à versão revista.

O parecer da Comissão realçava também que o dever principal de todas as Representações da Comissão é evitar entrar em qualquer debate político nacional de tal forma que pareçam feridas de parcialidade. Neste caso, se a Representação de Londres teve razões para crer que uma publicação que tencionava produzir durante um período eleitoral pudesse ser vista como contendo qualquer parcialidade política, teria sido uma manifestação de prudência, e não um abuso de poder, optar por não envolver as instituições comunitárias numa disputa doméstica.

No que diz respeito ao ponto (iii) da queixa, a Comissão considerou o queixoso responsável pelo facto de o atraso na publicação se ter tornado do conhecimento do público.

#### **Observações do queixoso**

Nas suas observações, o queixoso reafirmou nunca lhe ter sido identificado qualquer erro factual no relatório. Sugeriu que a decisão de adiar a publicação, tomada em Maio/Junho de 1999, se terá devido ao facto de o Comissário KINNOCK ter, por lapso, analisado a primeira versão do relatório em vez do texto final aprovado por Geoffrey MARTIN em



Fevereiro de 1999. Considerou esta interpretação consistente com o parecer da Comissão, a qual admitiu que o Comissário KINNOCK tinha comentado a primeira versão, mas sem mencionar quando. Considerou que se o Comissário tinha recebido e comentado uma versão que tinha sido substituída por um texto alterado e aprovado, houve necessariamente negligência por parte da Comissão.

Quanto aos danos causados à sua reputação profissional, o queixoso negou ter sido responsável pelo facto de o atraso na publicação se ter tornado do conhecimento do público. Respondeu aos inquéritos dos meios de comunicação social locais que pretendiam uma explicação para o atraso.

O queixoso convidou também o Provedor de Justiça a examinar as gravações da entrevista telefónica entre ele próprio e Geoffrey MARTIN, mencionadas na sua queixa.

### *INQUÉRITO COMPLEMENTAR*

Em 24 de Fevereiro de 2000, o Provedor de Justiça escreveu à Comissão, perguntando por que motivo, uma vez que o texto revisto apresentado pelo queixoso fora considerado adequado, a brochura sobre o País de Gales não tinha sido publicada, embora o tivessem sido as outras brochuras regionais do Reino Unido.

A resposta da Comissão resumiu-se ao seguinte:

Era obviamente desejável que o Comissário Kinnock tivesse publicado a brochura sobre o País de Gales, mas o atraso tinha sido causado pela necessidade de a traduzir para galês e, mais tarde, por a agenda do Comissário estar tão preenchida que ele não pôde visitar o País de Gales para essa finalidade até 8 de Junho de 1999.

Isto significava que já não era possível cumprir um dos objectivos originais o de informar a opinião pública do País de Gales antes das eleições. Por conseguinte, a publicação foi adiada para Setembro, de forma a incluir os nomes dos novos deputados do Parlamento Europeu.

Subsequentemente, foi criada uma publicidade desfavorável acerca do não aparecimento da brochura. Era bastante evidente que o queixoso gostava de criticar o Comissário. Por conseguinte, a Representação foi da opinião que a publicação em Setembro iria provavelmente atrair ainda mais comentários adversos. Por esse motivo, decidiu-se que deveria ser escrita uma brochura inteiramente nova.

### **Transcrições das conversas telefónicas**

O Provedor de Justiça solicitou ao queixoso que lhe fornecesse uma transcrição de qualquer parte da entrevista telefónica com Geoffrey MARTIN que considerasse relevante para a sua queixa.

Em 16 de Março de 2000, o queixoso enviou a transcrição dessa entrevista, juntamente com transcrições de conversas telefónicas (a) entre ele próprio e o funcionário da Representação da Comissão no Reino Unido responsável pela coordenação da publicação de todas as brochuras regionais do Reino Unido e (b) entre outro jornalista e, separadamente, Geoffrey MARTIN, o chefe do gabinete da Comissão no País de Gales e um membro do gabinete do Comissário KINNOCK.

### **Observações do queixoso sobre a resposta da Comissão ao pedido de informações complementares feito pelo Provedor de Justiça**

Em primeiro lugar, o queixoso lamentou a morosidade no tratamento da sua queixa.

O queixoso considerou que a Comissão tinha aceite que a responsabilidade pela não publicação do relatório era de Geoffrey MARTIN e do Comissário KINNOCK e não dele



próprio. Salientou também que, na altura em questão, Neil KINNOCK era o Comissário responsável pelos transportes, e não pelo desenvolvimento regional, questionando a razão do seu envolvimento.

O queixoso perguntou também por que motivo a Comissão não indicou na altura que as razões para o atraso na publicação se prendiam com a agenda de Neil KINNOCK e com os atrasos na tradução para galês, em vez de alegar que o seu relatório continha erros factuais.

Nas suas observações, o queixoso alegou também que a não publicação do seu relatório e a encomenda de uma nova brochura regional para o País de Gales eram um desperdício do dinheiro dos contribuintes europeus. O Provedor de Justiça informou o queixoso que, nesta fase do inquérito, não parecia justificado inquirir sobre esta nova alegação, que levantava questões também da competência do Tribunal de Contas.

### **Reunião entre a Provedoria de Justiça e o Sr. MARTIN**

O Sr. HARDEN da Provedoria de Justiça combinou um encontro com Geoffrey MARTIN durante uma visita a Londres, em 14 de Junho de 2000. Em resposta às perguntas do Sr. HARDEN, Geoffrey MARTIN afirmou (i) que não tinha tido conhecimento de que a sua conversa telefónica com o queixoso estava a ser gravada; (ii) que não objectava que o Provedor de Justiça remetesse a transcrição à Comissão como parte do inquérito; (iii) após verificar a sua agenda, que a sua decisão de adiar a publicação da brochura sobre o País de Gales para Setembro de 1999 deveria ter sido tomada numa data entre 5 e 11 de Maio de 1999.

### **Segundo pedido de informações complementares do Provedor de Justiça**

Em 21 de Junho de 2000, o Provedor de Justiça escreveu à Comissão para perguntar se esta considerava que o texto do queixoso para a brochura regional para o País de Gales, alterado pelo queixoso e aceite pela Representação da Comissão no Reino Unido, continha imprecisões factuais e, em caso de uma resposta afirmativa, solicitou que esta fornecesse pormenores completos sobre as imprecisões factuais.

A Comissão identificou duas questões de imprecisão factual no texto revisto. Em primeiro lugar, o texto revisto afirmava que a atribuição total de fundos regionais ao País de Gales ao abrigo do novo regulamento seria determinada pela disponibilidade de fundos correspondentes no Governo central ou em fontes privadas, enquanto que, na realidade, a atribuição destes fundos se baseava numa fórmula transparente calculada em função das necessidades. Em segundo lugar, a afirmação no texto revisto de que o desemprego na Irlanda, fixado em 7,2%, era inferior ao da média do Reino Unido de 8,3%, de acordo com valores de 1996, estava em desacordo com outras fontes que indicavam que o valor de 1996 relativo à Irlanda era de 11,8%.

Todavia, a Comissão tornou claro que a publicação da brochura fora adiada pelos motivos especificados nas respostas anteriores da Comissão ao Provedor de Justiça.

## **A DECISÃO**

### **1 Alegação de atraso excessivo**

1.1 O queixoso alegou que o atraso na publicação do seu relatório sobre o País de Gales, sob a forma de brochura regional, tinha frustrado a sua finalidade de informar os eleitores do País de Gales antes das eleições europeias.

1.2 A Comissão aceitou ter originalmente intencionado publicar o relatório antes das eleições europeias de 10 de Junho de 1999. Contudo, o seu contrato com o queixoso não

exigia que o relatório fosse publicado numa data específica nem sequer que fosse publicado.

1.3 O Provedor de Justiça não tem conhecimento de qualquer obrigação jurídica geral que recaia sobre a Comissão que a obrigue a publicar os relatórios que tenha encomendado. Por conseguinte, só existiria má administração em relação a este aspecto da queixa se o atraso na publicação da brochura regional sobre o País de Gales tivesse resultado de abuso de poder ou de irregularidades administrativas. As alegações do queixoso relativamente a estas questões são examinadas na secção seguinte desta decisão.

1.4 Durante o inquérito, o queixoso alegou também que a não publicação do relatório e a encomenda de uma nova brochura regional para o País de Gales foram um desperdício de dinheiro dos contribuintes europeus. O Provedor de Justiça informou o queixoso que, nesta fase do inquérito, não parecia justificado inquirir sobre esta nova alegação, que levantava questões também da competência do Tribunal de Contas.

1.5 Por conseguinte, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou a existência de má administração no que se refere a este aspecto da queixa.

## **2 Alegação de que o atraso tinha ocorrido devido à intervenção do Comissário Kinnock e à má administração nos serviços da Comissão**

2.1 O queixoso alegou que o atraso na publicação da brochura regional para o País de Gales tinha ocorrido como resultado da intervenção do Comissário KINNOCK, que considerava o relatório “demasiado nacionalista”, e da má administração por parte de Geoffrey MARTIN, de um membro do gabinete do Comissário KINNOCK e do chefe do gabinete da Comissão no País de Gales.

### *Apuramento dos factos pelo Provedor de Justiça*

2.2 Com base nas provas à disposição do Provedor de Justiça, afigura-se que o Chefe da Representação da Comissão no Reino Unido, Geoffrey MARTIN, exigiu que o queixoso revisse a primeira versão do relatório. O queixoso apresentou uma segunda versão, que foi aceite por Geoffrey MARTIN em Fevereiro de 1999. Em determinado momento, a primeira versão elaborada pelo queixoso foi transmitida ao gabinete do Comissário KINNOCK pelo gabinete da Comissão no País de Gales. Quando Geoffrey MARTIN tomou conhecimento das preocupações do Comissário relativamente à primeira versão, tomou a iniciativa de contactar um membro do gabinete do Comissário KINNOCK e forneceu ao gabinete uma cópia da segunda versão, modificada e aprovada. No início de Maio de 1999, tornou-se claro que o Comissário KINNOCK só poderia lançar a brochura dois dias antes das eleições para o Parlamento Europeu. Geoffrey MARTIN decidiu então adiar a publicação para Setembro de 1999, de forma a permitir a inclusão dos nomes dos novos deputados do Parlamento Europeu. No seguimento da controvérsia política subsequente, Geoffrey MARTIN decidiu abandonar a publicação e encomendar um novo relatório.

### *Avaliação dos factos pelo Provedor de Justiça*

2.3 Em primeiro lugar, dever-se-á notar que a publicação de uma brochura não é um acto jurídico, nem parece existir qualquer procedimento específico para a preparação deste tipo de material estipulado por lei ou pela prática administrativa.

2.4 As decisões de suspender e, posteriormente, abandonar a publicação da brochura pareciam ter sido tomadas pela pessoa autorizada a fazê-lo, o Chefe da Representação da Comissão no Reino Unido, por motivos adequados e apropriados.

2.5 Parece ser geralmente aceite que uma das funções de um Comissário é agir como canal bidireccional de comunicação e de influência entre a Comissão e o Estado-Membro do Comissário, conforme com o dever de total independência no exercício dos seus deve-

res.<sup>38</sup> Não existem quaisquer provas que sugiram que o envolvimento do Comissário KINNOCK e do seu gabinete tenha ido além dos limites da conveniência ou que tenha constituído um caso de abuso de poder.

2.6 Uma vez que foi fornecida ao gabinete do Comissário KINNOCK uma cópia da segunda versão, modificada e aprovada, do relatório, não há qualquer prova que confirme a alegação de que as decisões foram tomadas com base em informações desactualizadas.

2.7 Por conseguinte, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou a existência de má administração no que se refere a este aspecto da queixa.

### 3 Questão das imprecisões factuais e alegação de encobrimento

3.1 O queixoso alegou que a Comissão (mais especificamente, o Comissário KINNOCK e Geoffrey MARTIN) encobriu a intervenção do Comissário, ao falsamente afirmar que o relatório do queixoso continha imprecisões factuais, prejudicando assim a sua reputação profissional como jornalista e comprometendo as suas possibilidades de obter trabalho no futuro. O queixoso mencionou, em particular, um artigo publicado no *Western Mail* de 10 de Junho de 1999, que citava o Comissário KINNOCK, e uma carta de Geoffrey MARTIN publicada no *Western Mail* de 18 de Junho de 1999.

3.2 Os factos relevantes, tal como foram apurados pelo Provedor de Justiça no parágrafo 2.2 acima, são que a primeira versão elaborada pelo queixoso necessitou de ser revista, mas que esta revisão foi terminada em Fevereiro de 1999, altura em que o relatório revisito foi aceite por Geoffrey MARTIN. Quando se tornou claro que o Comissário KINNOCK só poderia lançar a brochura dois dias antes das eleições para o Parlamento Europeu, Geoffrey MARTIN decidiu adiar a publicação para Setembro, de forma a permitir a inclusão dos nomes dos novos deputados do Parlamento Europeu.

3.3 A citação atribuída ao Comissário KINNOCK no artigo publicado no *Western Mail* dá a entender que as imprecisões factuais presentes no relatório do queixoso foram a razão para o adiamento da sua publicação, o que se verificou estar incorrecto face às respostas da Comissão durante o inquérito levado a cabo pelo Provedor de Justiça. A Comissão nunca, durante o inquérito, procurou defender a perspectiva atribuída ao Comissário KINNOCK no artigo do *Western Mail*. A Comissão explicou que a publicação foi adiada por outros motivos. Tudo foi esclarecido, como o queixoso afirmava que deveria ser, pelas respostas dadas pela Comissão durante o inquérito do Provedor de Justiça.

3.4 Afigurava-se que Geoffrey MARTIN tinha escrito a sua carta ao *Western Mail* como parte dos seus deveres oficiais como Chefe da Representação da Comissão no Reino Unido. A carta refere-se à necessidade de “corrigir algumas referências factuais que não estavam totalmente correctas”. Isto pode ter sido entendido como o motivo para adiar a publicação do relatório, mas a carta não dava necessariamente a entender isto, uma vez que se poderia referir também à necessidade de rever a primeira versão. A finalidade da carta era, evidentemente, procurar neutralizar uma controvérsia política em vez de atribuir culpas. Consequentemente, a carta, vista como um todo, não parecia inadequada.

3.5 Por conseguinte, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou qualquer caso de má administração no que se refere a este aspecto da queixa.

### 4 Conclusão

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo decidido arquivar a queixa.

<sup>38</sup>

Consultar, por exemplo, Edwards e Spence, *The European Commission*, Longman 1994, especialmente a p. 35.

## ELIMINAÇÃO DE PERGUNTAS DAS PROVAS DE PRÉ-SELECÇÃO

*Decisão sobre a queixa 904/99/GG contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Julho de 1999, o queixoso queixou-se da recusa da Comissão em lhe permitir participar nas provas escritas do concurso COM/A/8/98, organizado pela Comissão, ao qual se tinha candidatado. Por carta de 28 de Abril de 1999, o júri informou o queixoso que não tinha sido admitido às provas escritas, porque não tivera pontuação suficiente numa das quatro provas de pré-selecção. Segundo a Comissão, o queixoso tinha obtido uma pontuação de 9,662 na prova (c) quando a pontuação mínima teria sido de 10. Em 11 de Maio de 1999, o queixoso escreveu à Comissão contestando o resultado. Salientou que, com base no número de perguntas a responder e na pontuação atribuída ou deduzida relativamente às respostas correctas ou erradas, não era possível obter o número que lhe fora notificado pela Comissão. Na sua resposta de 17 de Junho de 1999, o júri alegou que o resultado notificado ao queixoso se explicava pelo facto de terem sido eliminadas algumas perguntas que se tinham revelado ambíguas e que as pontuações atribuídas ou deduzidas para cada resposta tinham sido ajustadas em conformidade.

O queixoso apresentou então uma queixa ao Provedor de Justiça em que apresentava diversas questões que podem ser sintetizadas da seguinte forma:

Em primeiro lugar, reclamava que a Comissão não tinha o direito de “neutralizar” algumas das perguntas por, alegadamente, terem sido consideradas ambíguas. Esta decisão contrariava as informações prestadas aos candidatos nas provas de pré-selecção, segundo as quais as perguntas das quatro provas tinham todas o mesmo valor. Também se questionava por que motivo a Comissão só detectara a ambiguidade de algumas das perguntas depois da realização das provas. Em sua opinião, a ambiguidade de uma pergunta era uma questão subjectiva. A eliminação dessas perguntas contrariava, por conseguinte, o princípio da igualdade de tratamento, porque colocava em desvantagem aqueles que tinham respondido correctamente a essas perguntas. Também tinha falseado a prova, porque cada candidato tinha utilizado o tempo à sua disposição com base na assunção de que a prova compreendia 30 perguntas com o mesmo valor.

Em segundo lugar, a Comissão não prestara informações suficientes sobre o modo como tinha procedido. Na sua carta de 28 de Abril de 1999 não mencionara sequer a eliminação de determinadas perguntas. Na sua carta de 17 de Junho não especificara que perguntas e quantas perguntas tinham sido eliminadas.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

A queixa foi transmitida à Comissão que, no seu parecer, salientou que o júri tinha decidido eliminar a pergunta n.º 66 do prova de pré-selecção (c) de todos os candidatos, uma vez que se revelara ambígua. Em resultado desta alteração, a pontuação atribuída a cada resposta correcta tinha sido 0,690 e a deduzida por cada resposta errada, 0,228. A Comissão entendia que esta “neutralização” não tinha colocado nenhum candidato em desvantagem, porque não poderia ter havido uma resposta correcta ou errada à pergunta em questão.

#### Observações do queixoso

Nas suas observações, o queixoso manteve a sua reclamação. Alegou que a eliminação da pergunta n.º 66 o tinha colocado em desvantagem, uma vez que era uma das 19 (de um total de 30) perguntas às quais tinha respondido. Segundo o queixoso, teria obtido exactamente a pontuação mínima de 10.000 exigida com 16 perguntas correctas e três erradas<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> Somando os pontos atribuídos às respostas correctas (16 vezes 0,667) e deduzindo os pontos relativos às respostas erradas (3 vezes 0,222 pontos). A propósito, afigura-se que o resultado deste cálculo deveria ser 10,006 (e não 10.000) pontos.

Alegou que a eliminação da pergunta n.º 66 tinha de facto provocado a sua exclusão do concurso, uma vez que 15 perguntas correctas e três erradas tinham resultado na pontuação de 9,662 valores que lhe fora notificada pela Comissão<sup>40</sup>. O queixoso considerou que a Comissão poderia ter evitado este resultado se tivesse “neutralizado” a pergunta de outra forma, por exemplo, considerando que tinha sido respondida correctamente por todos os candidatos. Finalmente, o queixoso reclamou que a eliminação desta pergunta prejudicava todos os candidatos que tinham despendido tempo a tentar respondê-la. O queixoso alegou ainda que, perante os valores ajustados, o valor de 0,228 deduzido por cada resposta errada, conforme afirmado pela Comissão, estava errado, devendo ter sido de 0,230 (um terço do valor de uma resposta correcta).

## A DECISÃO

### 1 Eliminação de uma pergunta de uma prova de pré-selecção

1.1 O queixoso reclamou que a eliminação da pergunta n.º 66 da prova de pré-selecção (c) no concurso COM/A/8/98 fora injustificada e o tinha prejudicado. Argumentou que, de acordo com as informações prestadas aos candidatos nas provas de pré-selecção, as perguntas das quatro provas teriam todas o mesmo valor. Também questionou por que motivo a Comissão só detectara a ambiguidade de algumas perguntas depois da realização das provas. Em seu entender, a eliminação dessa pergunta contrariava o princípio de igualdade de tratamento, porque colocava em desvantagem quem tinha despendido tempo a tentar responder à pergunta ou quem tinha mesmo respondido correctamente, como tinha sido o seu caso. O queixoso alegou ainda que, se a pergunta não tivesse sido eliminada, ou se a Comissão a tivesse eliminado de outra forma, por exemplo, considerando que tinha sido respondida correctamente por todos os candidatos, ele teria sido admitido às provas escritas do concurso.

1.2 A Comissão respondeu que o júri tinha decidido eliminar a pergunta n.º 66 da prova de pré-selecção (c) de todos os candidatos, porque se revelara ambígua. Em resultado desta alteração, a pontuação atribuída a cada resposta correcta tinha sido 0,690 e a pontuação deduzida por cada resposta errada, 0,228. A Comissão entendia que esta “neutralização” não tinha colocado nenhum candidato em desvantagem, porque não poderia ter havido uma resposta correcta ou errada à pergunta em questão.

1.3 O queixoso observou correctamente que a Comissão não tinha explicado exactamente por que motivo a pergunta tinha sido eliminada por ser “ambígua”. Tal como observou o queixoso, a razão para o fazer poderá ter sido porque entre as várias respostas possíveis mais de uma estaria correcta, ou porque todas as respostas possíveis seriam erradas ou simplesmente porque a pergunta estava mal formulada. Contudo, o queixoso não aduziu argumentos substantivos que provassem uma acção errada da Comissão por considerar ambígua a pergunta em questão. Por conseguinte, as seguintes considerações basearam-se na premissa de que a pergunta tinha de facto sido ambígua.

1.4 As boas práticas administrativas exigem que, nos concursos, não se façam perguntas ambíguas aos candidatos. Por conseguinte, a Comissão deveria verificar cuidadosamente as perguntas a fazer aos candidatos, a fim de impedir que elas contivessem qualquer ambiguidade. Quando, apesar de tudo, se constata, depois de uma prova, que uma pergunta foi ambígua, a Comissão terá de tomar as medidas adequadas para garantir que o resultado da prova não seja afectado por essa pergunta. Segundo as informações na posse do Provedor de Justiça, a prova de pré-selecção em questão abrangia 30 perguntas, uma das quais se veio a revelar ambígua. O Provedor de Justiça considerou que, neste caso, a Comissão podia eliminar a pergunta do teste, desde que a eliminação se processasse de modo a não prejudicar os interesses dos candidatos.

<sup>40</sup>

15 vezes 0,690 pontos menos 33 vezes 0,228 pontos.

1.5 O queixoso salientou que a eliminação da pergunta resultou na alteração da pontuação de cada resposta correcta de 0,667 para 0,690 e numa alteração correspondente na pontuação (negativa) das respostas erradas, considerando que esta decisão não correspondia às informações prestadas aos candidatos nas provas de pré-selecção, segundo as quais as perguntas das quatro provas teriam todas o mesmo valor. O queixoso não tinha facultado o texto em que se apoiara. O Provedor assumiu, contudo, que, no texto referido pelo queixoso se queria dizer que em cada uma das quatro provas de pré-selecção, cada uma das perguntas colocadas teria o mesmo valor. De facto, caso a interpretação do queixoso estivesse correcta, a Comissão, num caso como o presente, não teria outra alternativa senão anular a prova completa e organizar uma nova, porque a eliminação de uma pergunta necessariamente afecta o valor atribuído às outras perguntas. O Provedor de Justiça considerou que essa interpretação teria consequências desproporcionadas para casos, como o presente, em que apenas uma em 30 perguntas suscitava dúvidas.

1.6 O queixoso argumentou ainda que a abordagem adoptada pela Comissão infringia o princípio da igualdade de tratamento e provocara a sua exclusão do concurso. Contudo, tudo quanto a Comissão tinha feito no presente caso, fora eliminar uma pergunta ambígua. Ao ajustar o valor das outras perguntas, a Comissão tinha garantido que todos os candidatos poderiam obter o número máximo de valores. A pontuação (ajustada) atribuída a cada resposta correcta foi a mesma para as 29 perguntas remanescentes. Do mesmo modo, a pontuação deduzida por cada resposta errada foi igual para todas as perguntas. O caso do queixoso assentava na assunção de que tinha respondido correctamente à pergunta eliminada. Contudo, e assumindo que era de facto possível dar uma resposta “correcta” a essa pergunta, não se tinha provado que tinha sido esse o caso. Em qualquer dos casos, o Provedor de Justiça considerou que ao eliminar a pergunta que se revelara ambígua, a Comissão assegurara de facto o princípio da igualdade de tratamento para todos os candidatos. Era verdade que a eliminação da pergunta afectava os candidatos que tinham despendido algum do seu tempo tentando responder. Contudo, essa era a consequência inevitável de eliminar a pergunta. Dado que, em qualquer dos casos, os candidatos tinham de responder correctamente a mais de uma dúzia de perguntas para passar no teste, a perda de tempo resultante não terá sido muito significativa. Finalmente, o Provedor de Justiça considerou que a sugestão do queixoso de que a Comissão poderia ter “eliminado” a pergunta, considerando que tinha sido respondida correctamente por todos os candidatos, teria suscitado sérias objecções de natureza jurídica. Por todos os motivos, afigura-se que a abordagem adoptada pela Comissão no presente caso foi sensata.

1.7 O queixoso teve razão ao sublinhar que, de acordo com a pontuação ajustada, a pontuação correcta deduzida por uma resposta errada deveria ter sido 0,230 e não 0,228, como indicado pela Comissão. No entanto, como o próprio queixoso concluiu nas suas observações relativas ao parecer da Comissão, a discrepância era irrelevante para determinar a legitimidade da abordagem da Comissão.

1.8 Com base no anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte da Comissão no que diz respeito à primeira alegação apresentada pelo queixoso.

## **2 Falta de prestação de informações suficientes**

2.1 O queixoso alegou que a Comissão não prestara informações suficientes sobre o modo como procedera. Na sua carta de 28 de Abril de 1999 não mencionara sequer a eliminação de determinadas perguntas. Na sua carta de 17 de Junho de 1999 não especificara que perguntas e quantas perguntas tinham sido eliminadas.

2.2 A Comissão não teceu comentários específicos sobre esta alegação.

2.3 Na sua carta de 28 de Abril de 1999, a Comissão informava o queixoso dos resultados obtidos nas provas de pré-selecção. Quando o queixoso contestou o resultado por carta e 11 de Maio de 1999, a Comissão explicou, por carta de 17 de Junho de 1999, que algumas perguntas, que se tinham revelado ambíguas, tinham sido eliminadas, e que os



valores atribuídos às respostas correctas e erradas tinham sido ajustadas em conformidade. O Provedor de Justiça considera que teria sido preferível que a Comissão tivesse especificado nessa altura que pergunta tinha sido eliminada e de que forma os valores atribuídos às respostas se tinham alterado por esse motivo. Contudo, como a carta do queixoso de 11 de Maio de 1999 solicitara clarificação da “metodologia” utilizada pela Comissão e como a Comissão acabara por fornecer os pormenores necessários ao Provedor de Justiça, este não viu razão para prosseguir o seu inquérito neste contexto.

2.4 Com base no anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte da Comissão no que diz respeito à segunda alegação apresentada pelo queixoso.

### 3 Conclusão

O inquérito conduzido em relação a esta queixa não revelou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

## DIPLOMA NECESSÁRIO PARA ADMISSÃO A UM CONCURSO

*Decisão sobre a queixa  
905/99/GG contra a  
Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Julho de 1999, o queixoso apresentou uma queixa contra a recusa da Comissão em permitir a sua participação no concurso COM/LA/1/99, organizado pela Comissão, tendo em vista a contratação de tradutores de língua francesa, a que se tinha candidatado. De acordo com o ponto III B 2 do aviso de concurso publicado no Jornal Oficial<sup>41</sup>, os candidatos deveriam ter concluído estudos universitários completos comprovados por um diploma de fim de estudos (“des études universitaires de cycle complet sanctionnées par un diplôme de fin d’études”). O aviso de concurso salientava ainda que o júri tomaria em consideração as diferentes estruturas de ensino e que, no anexo ao “Guia” que acompanhava o aviso de concurso, era fornecida uma lista de exemplos de diplomas, a título indicativo. Este guia continha indicações para cada um dos 15 Estados-Membros da UE, incluindo a França (“maîtrise ou équivalent”). O queixoso, de nacionalidade neerlandesa, tinha obtido uma “Licence en Sciences Economiques” da Ecole des Hautes Etudes Commerciales (“licence HEC”) na Universidade de Lausanne, na Suíça, em 1986.

Numa carta datada de 10 de Maio de 1999, o júri informou o queixoso de que não poderia ser admitido ao concurso na medida em que não preenchia o requisito previsto no ponto III B 2 do aviso de concurso. Em 19 de Maio de 1999, o queixoso questionou esta decisão, salientando que o seu diploma tinha sido aceite em concursos anteriores e que tinha sido recrutado, em 1 de Maio de 1999, como agente auxiliar da Comissão. Numa carta datada de 29 de Junho de 1999, o júri confirmou a respectiva decisão. De acordo com o júri, o diploma do queixoso, obtido após três anos de estudos, não era do nível exigido pelo aviso de concurso, ou seja, era necessário um grau de “maîtrise” ou um diploma equivalente.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso exprimiu a opinião de que estava a ser vítima de discriminação. O requisito segundo o qual era necessário um grau de “maîtrise” ou um diploma equivalente estava especificado no anexo 1 do “Guia” para a França. Todavia, para a Bélgica, Portugal e Espanha era necessária uma “licence”. O nível “maîtrise” não existia na Suíça. Por fim, o facto de ter sido capaz de concluir os estudos num menor espaço de tempo (três anos) devia-se ao facto de ter estudado anteriormente na Ecole Polytechnique de Lausanne e de ter recebido equivalência por algumas das disciplinas que lá tinha frequentado. Hoje em dia, a mesma “licence” é atribuída ao fim de quatro anos de estudos, por forma a dar aos estudantes mais tempo para adquirirem experiência prática como estagiários. O currículo, contudo, permanece idêntico. O queixoso era da opinião que a sua exclusão do concurso resultava de uma falta de compreensão do sistema universitário suíço.

<sup>41</sup> JO n.º C 21 A de 26 de Janeiro de 1999, p. 12.



Numa carta dirigida ao Provedor de Justiça, a Universidade de Lausanne esclareceu que, até 1996, a “licence HEC” poderia ser obtida após um mínimo de três anos de estudos. Desde então, é necessário um mínimo de 8 semestres e 240 unidades de crédito do ECTS (Sistema Europeu de Transferência de Créditos). Esta alteração permitiu que a universidade adicionasse aos currículos várias horas de aulas, embora a diferença em relação ao regime anterior não seja significativa. A principal finalidade da extensão do programa tinha sido a de incluir estágios em empresas, intercâmbios com universidades estrangeiras e actividades de índole mais pessoal (por exemplo, em seminários). A “licence” obtida pelo queixoso não pode, em qualquer circunstância, ser equiparada a uma “licence” francesa, devendo ser antes comparada a uma “maîtrise” do sistema francês. O reconhecimento internacional da “licence HEC” está bem assente hoje em dia. Um acordo-quadro entre a França e a Suíça, feito em 1994, reconheceu a equivalência de uma “licence” suíça a uma “maîtrise” francesa. Segundo um quadro anexo à carta da Universidade de Lausanne, a “licence HEC” compreendia, em 1996, um total de 2310 horas de aulas (três anos de estudos) e, em 1999, 2338 horas (quatro anos de estudos) enquanto uma “licence” da Universidade de Paris compreendia apenas um total de 1590 horas em 1999 (três anos de estudos). Os titulares de uma “licence HEC” eram também admitidos em programas de pós-graduação em todo o mundo.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão teceu os seguintes comentários sobre a queixa:

O júri já tinha explicado o queixoso que o facto de ter trabalhado como agente auxiliar para a Comissão era irrelevante no presente contexto, uma vez que o lugar em questão na altura era um lugar da categoria B, que não exigia um grau universitário.

A “licence HEC” obtida pelo queixoso em 1986 não era totalmente equivalente aos diplomas correspondentes atribuídos após 1996. Embora fosse verdade que as universidades belgas, espanholas e portuguesas atribuíam graus denominados “licences”, estes exigiam um mínimo de quatro ou cinco anos de estudos. De igual modo, a “maîtrise” francesa era atribuída ao fim de quatro anos de estudos, enquanto a “licence”, que não era considerada suficiente para permitir a admissão do seu titular ao concurso, era atribuída ao fim de três anos de estudos.

O facto de os titulares de uma “licence HEC” serem admitidos a programas de pós-graduação nos Estados-Membros da UE não lhes concedia automaticamente o direito de serem esses graus reconhecidos como equivalentes aos graus nacionais relevantes (como a “maîtrise” em França). Esse reconhecimento dependia do Ministério da Educação do Estado-Membro em questão. Era prática corrente este reconhecimento só ser feito se o candidato fosse aprovado em um ou mais cursos complementares.

Por estes motivos, o júri tinha concluído, tendo em conta as diferenças existentes entre os sistemas educativos, que a habilitação do queixoso não lhe concedia o direito de ser admitido ao concurso em questão.

#### **Observações do queixoso**

Nas suas observações, o queixoso manteve a queixa e formulou os seguintes comentários adicionais:

Uma vez que o parecer da Comissão tinha sido recebido pelo Provedor de Justiça após o prazo estabelecido para esse fim (31 de Dezembro de 1999), o Provedor de Justiça não o deveria levar em linha de conta ao deliberar sobre a queixa. A decisão da Comissão de não

o admitir ao concurso era incompatível com a Convenção sobre o reconhecimento de estudos e habilitações no ensino superior, adoptada em 21 de Dezembro de 1979 por uma conferência internacional de Estados convidados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e também com a recomendação sobre o reconhecimento de estudos e habilitações no ensino superior adoptada pela UNESCO em 13 de Novembro de 1993. O ponto 11 deste último documento estabelece que, para poder avaliar a equivalência de um diploma obtido noutro país, as autoridades competentes deverão também ter em conta os direitos que esse diploma concede ao seu titular no país onde é atribuído. Neste contexto, o queixoso salientou que há já três meses ocupava um lugar na administração federal suíça que era equivalente a um lugar da categoria A. A exclusão do queixoso do concurso significaria que nenhum funcionário público da Federação Suíça se poderia tornar funcionário público da categoria A da UE e que todos os titulares de diplomas suíços anteriores a 1996 seriam excluídos. O queixoso alegou ainda que tinha trabalhado como estagiário numa empresa turca durante três meses, nas férias de Verão de 1985, e durante um ano numa empresa canadiana, em 1986/87, após a obtenção do diploma. Salientou também que a UE e a Suíça estavam prestes a assinar acordos que, entre *inter alia*, estabeleceriam o reconhecimento oficial dos diplomas suíços na UE e vice-versa. Isto demonstrava que a questão do reconhecimento do diploma era puramente uma questão formal e não dizia respeito à natureza da habilitação como tal.

O queixoso concluía salientando que, em 1986, os estudos universitários na Suíça tinham uma duração de três anos, não havendo outra opção possível.

### INQUÉRITO COMPLEMENTAR

#### Pedido de informações suplementares

Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça concluiu que necessitava de informações suplementares para poder analisar a queixa. Assim sendo, solicitou à Comissão que fornecesse informações sobre (1) as razões pelas quais considerava o diploma do queixoso insuficiente para a sua admissão ao concurso em causa, (2) a questão de a “licence HEC” atribuída pela Universidade de Lausanne após 1996 ser ou não considerada suficiente e (3) a afirmação feita pela Universidade de Lausanne, segundo a qual um acordo assinado em 1994 entre a França e a Suíça reconhecia que a “licence” suíça correspondia a uma “maîtrise” francesa.

Pouco tempo depois, o queixoso informou o Provedor de Justiça de que tinha sido admitido ao concurso EUR/A/151/98, organizado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia. O queixoso considerava que tal deveria ser visto como um precedente.

#### Resposta da Comissão

Na sua resposta ao pedido de informações suplementares do Provedor de Justiça, a Comissão teceu os seguintes comentários:

Para fins de admissão a concursos da categoria A, a Comissão tinha por norma exigir diplomas universitários ou equivalentes, ou seja, diplomas reconhecidos como sendo academicamente equivalentes ou reconhecidos pelos Estados-Membros da UE. Até à data, o queixoso ainda não tinha provado que o diploma suíço que lhe foi atribuído em 1986 tinha sido reconhecido como equivalente a um dos diplomas exigidos pela Comissão.

A Comissão considerou que não podia comentar a questão de uma “licence” suíça atribuída após 1996 ser ou não considerada suficiente, dado que não podia antecipar a decisão do júri, entidade competente para tratar dessa matéria. Acrescentou, contudo, que a questão de como deverão ser organizados os concursos e, especificamente, a questão das condições de acesso seriam revistas no contexto da próxima reforma administrativa.

A Comissão salientou ainda que a Universidade de Lausanne não tinha afirmado que a “licence” suíça era equivalente a uma “maîtrise” francesa. Segundo o acordo-quadro de 1994 concluído pela Conferência dos Presidentes das Universidades (França) e pela Conferência dos Reitores das Universidades Suíças, a “licence” suíça atribuída após, pelo menos, oito semestres de estudos “correspondia” a uma “maîtrise” francesa. Todavia, a finalidade desta disposição era a de facilitar a aceitação da “licence” suíça como diploma universitário, permitindo que o seu titular continuasse os seus estudos numa universidade francesa. O acordo não dizia respeito ao reconhecimento da “licence” suíça como “maîtrise” francesa pelo Ministério da Educação francês. O mesmo se aplicava relativamente à Convenção e à recomendação da UNESCO.

No que diz respeito à admissão do queixoso a um concurso organizado pelo Parlamento Europeu, cada instituição era soberana quanto ao modo como elaborava os seus avisos de concurso. Para além disso, os candidatos não se podiam basear no facto de terem sido admitidos em outro concurso.

### Observações do queixoso

Nas suas observações à resposta da Comissão, o queixoso afirmou que, uma vez que a resposta da Comissão tinha sido recebida pelo Provedor de Justiça após o prazo estabelecido para esse fim (30 de Abril de 2000), o Provedor de Justiça não a deveria tomar em consideração aquando da sua decisão sobre a queixa. O queixoso salientou também que existia uma incoerência, dado que o Parlamento Europeu tinha aceite o seu diploma, enquanto a Comissão se tinha recusado a fazê-lo.

## A DECISÃO

### 1 Observações introdutórias

1.1 Tendo em vista o facto de o parecer da Comissão e a resposta desta ao pedido de informações suplementares do Provedor de Justiça terem sido enviadas após o prazo limite estabelecido para esse fim, o queixoso solicitou ao Provedor de Justiça que não tomasse estes documentos em consideração aquando da sua tomada de decisão sobre a queixa.

1.2 Nos termos do artigo 195º do Tratado CE, o Provedor de Justiça deverá, quando constatar que existe um possível caso de má administração, remeter a queixa à instituição em causa, “que dispõe de um prazo de três meses para lhe apresentar a sua posição”. Todavia, não existe qualquer disposição no Tratado que obrigue o Provedor de Justiça a ignorar um parecer de uma instituição que seja apresentado após o final desse período de tempo. No caso em apreço, o parecer tinha sido enviado ao Provedor de Justiça em 7 de Janeiro de 2000, ou seja, apenas alguns dias após o final do prazo, e a Comissão tinha apresentado um pedido de desculpas ao Provedor de Justiça por este atraso. Não existia assim qualquer razão para o parecer da Comissão não ser considerado pelo Provedor de Justiça.

1.3 No que dizia respeito à resposta ao pedido de informações suplementares, era necessário considerar o número 2 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça<sup>42</sup>. Ao abrigo desta disposição, as instituições e os organismos comunitários deverão fornecer ao Provedor de Justiça todas as informações por este solicitadas. Caso esta assistência não lhe seja prestada, o Provedor de Justiça informará do facto o Parlamento Europeu, que fará as diligências adequadas (número 4 do artigo 3º do Estatuto). O Provedor de Justiça Europeu faz um pedido de informações suplementares se considerar que estas informações são necessárias para poder analisar uma queixa. Seria, por conseguinte, inadequado ignorar

<sup>42</sup> Decisão do Parlamento Europeu de 9 de Março de 1994 relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu. Jornal oficial no. L 113 de 04/05/1994 p.15-18

uma resposta a tal pedido, pela simples razão de esta ter chegado após o termo do prazo estabelecido pelo Provedor de Justiça para a sua entrega. O Provedor de Justiça é da opinião que um atraso no fornecimento das informações que solicitou pode, por si só, constituir um caso de má administração. Contudo, no caso em apreço, a resposta tinha sido enviada ao Provedor de Justiça em 11 de Maio de 2000, ou seja, apenas alguns dias após o termo do prazo, e a Comissão apresentou um pedido de desculpas ao Provedor de Justiça por este atraso, não havendo, assim, motivo para a resposta da Comissão não ser considerada pelo Provedor de Justiça.

## 2 Discriminação

2.1 O queixoso alegou que a Comissão o tinha discriminado ao recusar a sua participação no concurso COM/LA/1/99 com base no facto de a “licence” que obteve na Suíça, em 1986, não ser suficiente para lhe permitir a admissão ao concurso.

2.2 A Comissão respondeu que não tinha havido discriminação, uma vez que o júri tinha legitimamente chegado à conclusão de que a habilitação do queixoso não era suficiente para lhe permitir a admissão ao concurso.

2.3 De acordo com o aviso de concurso, os candidatos deveriam ter concluído estudos universitários completos comprovados por um diploma de fim de estudos. No anexo ao “Guia” que acompanhava o aviso de concurso, era fornecida uma lista de exemplos de diplomas, a título indicativo. Este guia continha indicações para cada um dos 15 Estados-Membros da UE, incluindo a França (“Maîtrise ou équivalent”). Dado que o queixoso tinha obtido o seu diploma na Suíça, tratava-se de saber se este diploma deveria ser considerado ou não como equivalente a qualquer um dos diplomas indicados no guia que acompanhava o aviso de concurso.

2.4 O simples facto de uma “licence” obtida na Bélgica, em Espanha ou em Portugal ser considerada suficiente para admissão ao concurso não poderia ser considerado decisivo neste contexto. A Comissão tinha explicado que estes diplomas necessitavam de, pelo menos, quatro anos de estudos, enquanto o da queixosa tinha sido atribuído ao fim de apenas três anos de estudos.

2.5 O Provedor de Justiça considerou ainda que o facto de o queixoso ter trabalhado anteriormente como agente auxiliar da Comissão não poderia ser considerado relevante, dado que se tratava de um lugar da categoria B, enquanto que o concurso se destinava a lugares da categoria LA. Nem o simples facto de o queixoso ter sido admitido, com base no seu diploma, a um concurso da categoria A realizado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia poderia obrigar a Comissão a considerar esse diploma suficiente para o seu próprio concurso.

2.6 O queixoso apoiava-se na Convenção da UNESCO sobre o reconhecimento de estudos e habilitações no ensino superior, adoptada em 21 de Dezembro de 1979, e na recomendação sobre o reconhecimento de estudos e habilitações no ensino superior, adoptada pela UNESCO em 13 de Novembro de 1993. O Provedor de Justiça não entendeu que estes documentos obrigassem a Comissão a considerar o diploma do queixoso suficiente para o concurso em questão.

2.7 A Universidade de Lausanne referiu também o acordo-quadro assinado em 1994 pelos dois organismos representantes das universidades suíças e francesas. Segundo este acordo, a “licence” suíça atribuída ao fim de, pelo menos, oito semestres de estudos corresponde a uma “maîtrise” francesa. O Provedor de Justiça considerou, no entanto, que o queixoso não tinha provado que o acordo-quadro de 1994 era relevante para este caso. O acordo refere-se a uma “licence” suíça atribuída ao fim de, pelo menos, oito semestres de estudos. Contudo, o diploma do queixoso foi atribuído ao fim de apenas três anos de estudos. As referências feitas pela queixosa à experiência profissional adquirida durante

(em 1985) e após os seus estudos (em 1986/87) não pareciam ser relevantes neste contexto.

2.8 Os factos acima mencionados não excluía, no entanto, a possibilidade de o diploma do queixoso ser considerado equivalente a uma “maîtrise” francesa por seu próprio mérito. Os números fornecidos pela Universidade de Lausanne confirmaram a afirmação desta de que a “licence” atribuída à queixosa não poderia ser equiparada a uma “licence” francesa, devendo ser antes equiparada a uma “maîtrise” do sistema francês. Destes números resultava também que, enquanto a “licence” suíça era agora atribuída ao fim de quatro anos de estudos, o número de horas de aulas não tinha aumentado significativamente (2338 em vez de 2310). Consequentemente, não seria descabido tratar a “licence” suíça atribuída ao abrigo do sistema em vigor até 1996 como equivalente às “licences” atribuídas presentemente pelas universidades suíças e que correspondem, como anteriormente discutido, a uma “maîtrise” do sistema francês. O Provedor de Justiça considerou ainda relevante o facto de duas outras instituições comunitárias, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, terem aceite o diploma do queixoso como suficiente para a sua participação num concurso da categoria A.

2.9 Dever-se-ia considerar, todavia, que o júri dispunha de uma certa margem de poder discricionário relativamente à decisão de quais os diplomas que se poderiam considerar “equivalentes” e, consequentemente, suficientes para a admissão ao concurso. Só haveria um caso de má administração se a Comissão tivesse claramente excedido a sua margem de poder discricionário. O Provedor de Justiça considerou não se ter provado ser este o caso.

2.10 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte da Comissão. Todavia, o Provedor de Justiça considerou adequado tecer uma observação complementar nesta matéria.

### 3 Conclusão

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo decidido arquivar a queixa.

### *OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES*

O Provedor de Justiça desejava que a Comissão, em futuros concursos, considerasse cooperar com outras instituições e organismos da UE, por forma a evitar a aplicação de normas diferentes no que diz respeito aos diplomas académicos necessários para os concursos para lugares equiparáveis.

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS FUNCIONÁRIOS

*Decisão sobre a queixa 1219/99/ME contra a Comissão Europeia*

### *A QUEIXA*

Em Outubro de 1999, o queixoso apresentou ao Provedor de Justiça Europeu uma queixa que dizia respeito ao Sr. van Buitenen, funcionário da Comissão que havia transmitido documentos internos da Comissão ao Parlamento Europeu. Na opinião do queixoso, as medidas tomadas pela Comissão relativamente ao Sr. van Buitenen contrariam princípios gerais do direito comunitário em matéria de liberdade de expressão dos funcionários. O queixoso apresentou, mais especificamente, as seguintes alegações:

1 O Sr. van Buitenen foi objecto de uma repreensão injustificada por parte da Comissão.

2 A Comissão decidiu, de forma arbitrária, a transferência do Sr. van Buitenen da Direcção Geral do Controlo Financeiro para a Direcção Geral do Pessoal e da Administração.

3 A Comissão ameaçou intentar acção judicial contra o Sr. van Buitenen devido à publicação de um livro a respeito das suas actividades a serviço da Comissão.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão, que formulou as seguintes observações:

1 A Comissão fez notar a existência de uma violação do Estatuto dos funcionários por parte do Sr. Buitenen, ao transmitir documentos a órgãos externos, nomeadamente as disposições que asseguram a protecção dos direitos das pessoas que são objecto de processo disciplinar e criminal.

2 No que respeita à transferência, a Comissão declarou que o Sr. van Buitenen foi reintegrado num novo lugar compatível com o seu grau e com os seus conhecimentos no domínio financeiro. O Sr. van Buitenen não foi reintegrado no serviço do controlo financeiro, onde havia trabalhado anteriormente, pelo facto de poder ter havido, até um certo ponto, uma quebra de confiança entre o Sr. van Buitenen e os seus superiores hierárquicos, susceptível de causar problemas quanto às questões de gestão quotidiana.

3 Quanto ao procedimento judicial, a Comissão alegou que não proibira o Sr. Buitenen de exprimir-se nem lhe recusara a autorização de publicação do seu livro, limitando-se a recomendar-lhe que procedesse a uma revisão do conteúdo do livro, a fim de assegurar-se de que não continha qualquer afirmação difamatória. Deste modo, o Sr. van Buitenen fora prevenido de que lhe caberia a responsabilidade exclusiva pelas consequências, que poderia incluir uma obrigação, por parte da Comissão, de prestar assistência aos funcionários que se considerassem difamados pelas declarações publicadas no livro. A Comissão salientou que, ao assumir o lugar de funcionário, o Sr. van Buitenen havia aceite livremente as obrigações impostas pelo Estatuto dos funcionários. Uma dessas obrigações consiste na necessidade, para o funcionário, de solicitar autorização para a publicação de um texto relacionado com o seu trabalho, nos termos do disposto no artigo 17º do Estatuto dos funcionários. A esse respeito, a Comissão fez referência ao acórdão do Tribunal de Primeira Instância nos processos apensos nº T-34/96 e nº T-163/96, *Connolly c/ Comissão*, no qual o Tribunal confirmou que a referida exigência era legítima e proporcionada e, por conseguinte, plenamente compatível com o direito à liberdade de expressão contemplado nomeadamente no artigo 10º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

#### **Observações do queixoso**

Nas suas observações, o queixoso limitou-se, em suma, a reproduzir o conteúdo da sua queixa, sublinhando que as medidas tomadas pela Comissão contrariavam o direito à liberdade de expressão.

### *A DECISÃO*

#### **1 Formulação de uma repreensão**

1.1 O queixoso alegou que o Sr. van Buitenen tinha sido objecto de uma repreensão injustificada por parte da Comissão.



1.2 A Comissão declarou ter havido uma violação do Estatuto dos funcionários por parte do Sr. Buitenen, ao transmitir documentos a órgãos externos.

1.3 O Provedor de Justiça observou que a determinação da sanção adequada compete à AIPN<sup>43</sup>. No caso em apreço, não havia nenhuma indicação de que a Comissão não tivesse actuado dentro dos limites da sua competência jurídica.

1.4 Assim sendo, o Provedor de Justiça concluiu que não havia motivo para se falar de má administração no que respeita a este aspecto da questão.

## 2 Reintegração do funcionário

2.1 O queixoso alegou que a Comissão decidira, de forma arbitrária, a transferência do Sr. van Buitenen da Direcção Geral do Controlo Financeiro para a Direcção Geral do Pessoal e da Administração.

2.2 A Comissão declarou que o Sr. van Buitenen fora reintegrado num novo lugar compatível com o seu grau e com os seus conhecimentos no domínio financeiro e que não tinha sido reintegrado no seu antigo lugar devido a uma possível quebra de confiança entre o Sr. van Buitenen e os seus superiores hierárquicos.

2.3 O Provedor de Justiça fez notar que no âmbito de uma outra queixa (nº 1335/99/ME), também referente a alegações relacionadas com a reintegração do Sr. Buitenen, a Comissão informara o Provedor de Justiça de que o Sr. Buitenen não se tinha oposto à transferência e que, na altura, estava a ocupar um novo lugar que postulara com êxito.

2.4 Pelos motivos expostos, o Provedor de Justiça Europeu concluiu que não havia motivo para se falar de má administração no que respeita a este aspecto da questão.

## 3 Procedimento judicial

3.1 O queixoso afirmou que a Comissão havia ameaçado instaurar processo judicial contra o Sr. Buitenen, na sequência da publicação do seu livro a respeito das suas actividades a serviço da Comissão.

3.2 A Comissão explicou que não proibira o Sr. Buitenen de exprimir-se nem lhe recusara a autorização de publicação do seu livro, limitando-se a recomendar-lhe que procedesse a uma revisão do conteúdo do livro, a fim de assegurar-se de que não continha qualquer afirmação difamatória e a preveni-lo de que teria de assumir a responsabilidade pelas eventuais consequências, sendo possível ainda que a Instituição se visse obrigada a prestar assistência às pessoas que se sentissem atingidas. A Comissão sustentou que, como fora confirmado pelo Tribunal de Primeira Instância, as disposições do Estatuto dos funcionários não eram incompatíveis com o direito à liberdade de expressão.

3.3 Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 17º do Estatuto dos funcionários, o funcionário deve solicitar a autorização da autoridade investida do poder de nomeação para a publicação de qualquer texto cujo objecto se prenda com a actividade das Comunidades.. No que diz respeito ao direito à liberdade de expressão, de acordo com a decisão do Tribunal de Primeira Instância, nos processos apensos nº T-34/96 e nº T-163/96, *Connolly c/ Comissão*<sup>44</sup>, a interpretação dada às disposições do Estatuto dos funcionários naquele caso específico não devia ser considerada como constituindo uma limitação injustificada da liberdade de expressão. Posteriormente, no processo nº T-82/99, *Cwik c/ Comissão*<sup>45</sup>, o

<sup>43</sup> Procs. nº 46/72, *Robert de Greef c/ Comissão*, Col. [1973] p. 543, considerando 45 e 46, nº 228/83, *F. c/ Comissão*, Col. nº 228/83, *F. c/ Comissão*, Col. [1985] p. 275, considerando 34 e nº T-146/89, *Calvin Williams c/ Tribunal de Contas*, Col. [1991] II-1293, considerando 83.

<sup>44</sup> Procs. apensos nº T-34/96 e nº T-163/96, *Bernard Connolly c/ Comissão*, Col. FP [1999] II-463, considerando 149.

<sup>45</sup> Proc. nº T-82/99, *Cwik c/ Comissão*, acórdão de 14 de Julho de 2000, considerando 52.



Tribunal admitiu a ideia de haver necessidade de um justo equilíbrio entre a garantia do exercício de um direito fundamental (como a liberdade de expressão) e a protecção de um objectivo legítimo de interesse geral. O Provedor de Justiça notou que a Comissão não adoptou medidas disciplinares contra o Sr. van Buitenen, tendo-se limitado a recordar-lhe as disposições do Estatuto dos funcionários. Assim sendo, não se poderia considerar que a Comissão actuara de forma arbitrária, ao recordar ao Sr. van Buitenen os deveres que lhe incumbiam por força do Estatuto dos funcionários ou, de modo geral, que a Comissão não respeitara um justo equilíbrio entre o direito fundamental à liberdade de expressão e os direitos e responsabilidades que incumbiam aos funcionários.

3.4 Pelos motivos expostos, o Provedor de Justiça Europeu concluiu que também não havia motivo para se falar de má administração no que respeita a este aspecto da questão.

#### 4 Conclusão

Resultou do inquérito realizado pelo Provedor de Justiça a respeito da presente queixa não ter havido má administração por parte da Comissão Europeia. Por essa razão, o Provedor de Justiça Europeu ordenou o arquivamento da queixa.

#### OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A questão da liberdade de expressão dos funcionários comunitários já tinha sido objecto de uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, apresentada em 1996 (nº 794/5.8.1996/EAW/SW/VK). Esta queixa foi referida no Relatório Anual de 1997, parte 3.1.5. Na respectiva decisão, datada de 5 de Novembro de 1997, o Provedor de Justiça salientou que não tinha sido detectado qualquer caso de má administração por parte da Instituição em causa, ou seja, a Comissão, mas formulou observações suplementares, nas quais abordava a questão da liberdade de expressão dos funcionários da Comissão, tendo declarado que:

*A Comissão poderia estabelecer as linhas directrizes, destinadas ao seus funcionários, sobre o que considera ser um justo equilíbrio entre o direito individual à liberdade de expressão, que inclui a liberdade de transmitir informações e ideias, e os seus deveres e responsabilidades como funcionários, nomeadamente ao abrigo dos artigos 12º e 17º do Estatuto dos funcionários.*

O Provedor de Justiça fez referência igualmente à decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no processo *Vogt c/ Alemanha*<sup>46</sup>, que declarou que os funcionários são pessoas e, como tal, beneficiam da protecção conferida pelo disposto no artigo 10º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

No âmbito comunitário, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância decidiram sobre o direito à liberdade de expressão dos funcionários comunitários, nomeadamente nos processos nº C-100/88, *Oyowe c/ Comissão*<sup>47</sup>, nº T-34/96 e T-163/96, *Connolly c/ Comissão*<sup>48</sup>, e nº T-82/99, *Cwik c/ Comissão*<sup>49</sup>.

O Provedor de Justiça Europeu observou que as referidas decisões dos tribunais comunitários suscitaram certas clarificações no que diz respeito à liberdade de expressão dos funcionários da Comunidade. Não obstante, outras questões permanecem em suspenso, quanto aos artigos 12º e 17º do Estatuto dos funcionários, nomeadamente a questão rela-

<sup>46</sup> *Vogt c/ Alemanha*, decisão de 26 de Setembro de 1995, Série A, nº 323.

<sup>47</sup> Proc. nº C-100/88, *Oyowe c/ Comissão*, Col. [1989] p. 4285, considerando 16.

<sup>48</sup> Procs. nº T-34/96 e nº T-163/96, *Bernard Connolly c/ Comissão*, Col. FP [1999] II-463, considerandos 146 a 155.

<sup>49</sup> Proc. nº T-82/99, *Cwik c/ Comissão*, acórdão de 14 de Julho de 2000, considerandos 47 a 60.

tiva à forma de estabelecer um justo equilíbrio entre o direito do funcionário à liberdade de expressão e o legítimo interesse das Comunidades.

O Provedor de Justiça chamou ainda a atenção para o facto de a Comissão ter feito referência a algumas questões na matéria na Parte II do seu Livro Branco “Reforma da Comissão”, de 1 de Março de 2000. Embora não aludam especificamente ao direito à liberdade de expressão, as Acções 57 e 58 do Livro Branco referem que a Comissão prevê a publicação de um manual no qual serão claramente especificados os direitos e obrigações dos funcionários, e as normas internas relativas à instauração de processos, além de directrizes respeitantes a sanções aplicáveis com base na sua proporcionalidade em relação à gravidade da falta cometida. Além disso, as Acções 59 e 60 prevêem o aditamento, ao Estatuto dos funcionários, de regras em matéria de denúncia de disfuncionamentos. Tais disposições deverão dar aos funcionários a possibilidade de comunicação de infracções através dos canais internos, mas também de canais de comunicação exteriores à Comissão. O Provedor de Justiça fez notar que a adopção dessas decisões está prevista, respectivamente, para Março e Abril de 2001.

O Provedor de Justiça foi recentemente informado pela Comissão das medidas que iriam ser tomadas a fim de melhorar a situação dos funcionários da Comissão em matéria de transparência e de serviço, no que respeita aos seus direitos e obrigações de acordo com o Estatuto dos funcionários e outras disposições administrativas. Está prevista a colocação à disposição de uma base de dados completa, na qual estarão incluídas tais disposições. A longo prazo, está a ser elaborado um plano de acção tendo em vista a simplificação do Estatuto dos funcionários.

Concluiu-se, portanto, que a Comissão procedeu com rapidez na adopção de orientações nesse domínio, tendo o Provedor de Justiça acolhido favoravelmente as iniciativas tomadas pela Comissão. Instou-a, contudo, a ter devidamente em conta o princípio fundamental da liberdade de expressão mediante a adopção de orientações destinadas aos seus funcionários, como teve a ocasião de exprimir igualmente nas observações suplementares formuladas no âmbito da decisão de 5 de Novembro de 1997 relativamente à queixa nº 794/5.8.1996/EAW/SW/VK.

À luz da Carta dos Direitos Fundamentais, recentemente proclamada no Conselho Europeu de Nice, o Provedor de Justiça Europeu poderá, em breve, abrir inquérito por iniciativa própria sobre a garantia do direito à liberdade de expressão dos funcionários das Instituições e órgãos da Comunidade.

## INCAPACIDADE DE GARANTIR QUE A ITÁLIA CUMPA UM REGULAMENTO

*Decisão sobre a queixa 157/2000/ADB contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em 1994, a Eilers & Wheeler (UK) Limited (de ora em diante designada “EW”) exportou vinte toneladas de manteiga concentrada para Itália. As autoridades britânicas testaram, analisaram e aprovaram a manteiga como estando em conformidade total com o Regulamento (CEE) nº 429/90<sup>50</sup>.

Dezoito toneladas foram vendidas directamente a retalhistas em Itália, ao passo que duas toneladas foram apreendidas pelas autoridades italianas, que descobriram que o produto não estava em conformidade com o Regulamento (CEE) nº 429/90. Consequentemente, foi imposta uma penalização à EW.

A EW considerou esta penalização injustificada, contestou os resultados dos testes e, em particular, contrapôs que o produto tinha sido testado e aprovado pelas autoridades britâ-

<sup>50</sup> JO L 45, 21.02.1990, p. 8-14

Regulamento (CEE) nº 429/90 da Comissão, de 20 de Fevereiro de 1990, relativo à concessão por concurso de uma ajuda à manteiga concentrada destinada ao consumo directo na Comunidade.

nicas. A Itália não deveria ter efectuado testes suplementares. Consequentemente, a EW contactou a Comissão Europeia e a Intervention Board Executive Agency (IBEA) do Governo britânico (de ora em diante designada “IBEA”).

Alegadamente, a Comissão não tinha conseguido replicar à queixosa nem à IBEA. A queixosa lamentou também a incapacidade da Comissão em garantir que as autoridades italianas respeitassem os termos do Regulamento acima mencionado. Em 1 de Fevereiro de 2000, a EW apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu e fez as seguintes alegações:

1 A EW alegava que a Comissão não tinha respondido a vários pedidos feitos desde Maio de 1995, tanto pela EW como pela IBEA.

2 A EW alegava que, uma vez que tinha tomado conhecimento do problema em Maio de 1995, a Comissão não tinha sido capaz de garantir que as autoridades italianas respeitassem os termos do Regulamento 429/90.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão, cujo parecer se pode resumir do seguinte modo:

O Regulamento nº 429/90 previa a concessão de uma ajuda à manteiga concentrada destinada ao consumo directo na Comunidade. A ajuda seria paga pelo Estado-Membro onde o produto fosse fabricado, sendo, no caso em apreço, o Reino Unido. A gestão deste plano de ajuda, incluindo a resolução de litígios, era da responsabilidade dos Estados-Membros.

Contudo, no presente caso, a pedido da IBEA, a Comissão dirigiu-se, em várias ocasiões, às autoridades italianas e trocou correspondência com a IBEA. Ocorreram várias reuniões entre as autoridades competentes e a Comissão. A correspondência da Comissão que tratava do problema da queixosa foi anexada ao seu parecer ao Provedor de Justiça.

Parecer da Comissão sobre as alegações da queixosa:

1 A Comissão considerou que tinha cooperado mais com as autoridades britânicas e italianas do que lhe era exigido. Para além disso, o processo continha apenas uma carta da queixosa endereçada à Comissão.

Todavia, a Comissão apresentou um pedido de desculpas por não ter informado directamente a queixosa. A Comissão tinha considerado que a questão deveria ser tratada directamente com as autoridades nacionais e que a queixosa tinha conhecimento destas diligências.

2 A Comissão contestou a segunda alegação da queixosa. Salientou que as disposições contidas num regulamento são vinculativas para todos os Estados-Membros. A Itália tinha até mesmo adoptado disposições com vista à aplicação do Regulamento nº 429/90.

Mesmo que, ao abrigo deste Regulamento, os controlos sobre a manteiga devam ser efectuados no país produtor, não há nada que impeça outro Estado-Membro de efectuar controlos de rotina suplementares a produtos alimentares. A Comissão considera que não poderia ter colocado quaisquer objecções a Itália.

#### **Observações da queixosa**

O Provedor de Justiça Europeu transmitiu à queixosa o parecer da Comissão Europeia e convidou-a a formular observações. Na sua resposta de 27 de Junho de 2000, a EW agradeceu ao Provedor de Justiça o seu trabalho. Expressou satisfação pela quantidade de

informações contidas no parecer da Comissão e mostrou-se agradecida pela atenção dispensada pela Comissão ao caso da EW.

A EW salientou, por fim, que todo este problema tinha mostrado que o Regulamento nº 429/90 nada indicava em relação a questões importantes que deveriam ser esclarecidas para o futuro.

## *A DECISÃO*

### **1 Falta de resposta**

1.1 A EW alegou que a Comissão não tinha respondido a vários pedidos feitos desde Maio de 1995, tanto pela EW como pela IBEA.

1.2 A Comissão salientou que tinha encetado vários contactos com as autoridades envolvidas, entre as quais a IBEA, mas pediu desculpa por não ter informado directamente a EW.

1.3 Afigurava-se que a Comissão tinha estado activa relativamente ao caso da EW. A EW foi informada sobre este facto através da investigação do Provedor de Justiça e agradeceu à Comissão os seus esforços. O Provedor de Justiça concluiu que não havia qualquer caso de má administração neste domínio.

### **2 Incapacidade de garantir que as autoridades italianas respeitassem os termos do Regulamento 429/90**

2.1 A EW alegou que, tendo tomado conhecimento do problema em Maio de 1995, a Comissão não tinha sido capaz de garantir que as autoridades italianas respeitassem os termos do Regulamento nº 429/90. A Itália não deveria ter efectuado controlos aos produtos aprovados no Reino Unido.

2.2 Segundo a Comissão, não havia nada que impedisse um Estado-Membro de efectuar controlos de rotina suplementares a produtos alimentares. A Itália não tinha infringido o regulamento supramencionado e não podia ser alvo de quaisquer objecções.

2.3 A explicação dada pela Comissão sobre este assunto afigura-se razoável. O Provedor de Justiça concluiu, portanto, que não havia qualquer caso de má administração neste domínio.

### **3 Conclusão**

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo decidido arquivar a queixa.

### 3.1.3 O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia

#### FALTA DE INFORMAÇÃO E NÃO REGISTO DE UMA PETIÇÃO

*Decisão sobre a queixa 287/99/ADB contra o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

A queixosa é uma funcionária pública que trabalha na empresa ferroviária nacional italiana. Considerou ter sido discriminada pelo facto de o seu empregador ter infringido o direito a igual vencimento para homens e mulheres. Levou o caso a tribunal em Itália, mas não teve sucesso.

Neste contexto, a queixosa dirigiu-se ao Gabinete EUROJUS da Comissão em Roma e perguntou se a sua reclamação, com base na igualdade de direitos entre homens e mulheres, estaria bem fundada em termos de direito comunitário. Esta informação destinava-se a apoiar um recurso contra os acórdãos italianos ou, se tal fosse adequado, a apresentar uma queixa a nível comunitário. Em 3 de Abril de 1998, o Gabinete EUROJUS limitou-se a enviar à queixosa um folheto sobre os programas comunitários.

Em 24 de Agosto de 1998, a queixosa dirigiu uma petição sobre a discriminação acima mencionada ao gabinete de informação do Parlamento Europeu em Roma, enviando uma cópia da mesma para o seguinte endereço de correio electrónico: *webmaster@europarl.eu.int*. Em 11 de Setembro de 1998, o Director do Gabinete de Roma informou a queixosa de que o Parlamento Europeu não tinha competência quanto a essa questão e disse-lhe que deveria dirigir o seu pedido à Comissão dos Direitos do Homem.

Em 15 de Março de 1999, considerando que a Comissão não a tinha informado devidamente e que o Parlamento não tinha registado a sua petição sobre um caso de discriminação entre homens e mulheres, a queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu.

#### O INQUÉRITO

##### Parecer da Comissão Europeia

A queixa foi transmitida à Comissão Europeia, cujo parecer sobre a queixa se pode resumir do seguinte modo:

Em 30 de Março de 1998, a queixosa enviou por fax um pedido de informações ao serviço EUROJUS em Roma. Explicou que tinha intentado uma acção num tribunal nacional contra o seu empregador e que tinha também apresentado uma queixa administrativa. No fax, a queixosa solicitava à Comissão que:

- 1 examinasse o seu caso;
- 2 lhe comunicasse um parecer sobre o assunto;
- 3 indicasse se a sua queixa administrativa era ou não fundada;
- 4 a informasse sobre a entidade a quem poderia dirigir o seu caso, talvez, em último caso, a nível comunitário.

O serviço EUROJUS enviou à queixosa uma publicação oficial da Comissão Europeia totalmente dedicada à igualdade de tratamento entre homens e mulheres, mencionando as referências relevantes do direito comunitário e os endereços das autoridades competentes a quem podia recorrer.

Dado que a missão do EUROJUS é a de dar aconselhamento jurídico gratuito sobre questões relacionadas com a cidadania europeia, não considerou adequado emitir um parecer sobre a decisão de um tribunal italiano.

### **Observações da queixosa sobre o parecer da Comissão Europeia**

O Provedor de Justiça Europeu transmitiu à queixosa o parecer da Comissão e convidou-a a formular observações. Na sua resposta, a queixosa salientou que o fax que tinha enviado à Comissão não era um pedido de informações, mas antes um relatório pormenorizado sobre um caso de discriminação entre homens e mulheres.

A queixosa incluiu uma cópia do fax enviado à Comissão e afirmou que o EUROJUS o poderia ter dirigido a um departamento competente para responder às suas reclamações.

### **Parecer do Parlamento Europeu**

O parecer do Parlamento Europeu sobre a queixa pode resumir-se do seguinte modo:

A queixosa tinha enviado uma carta ao gabinete de informação do Parlamento Europeu em Roma. Na sua resposta, o Director do gabinete sugeriu atenciosamente que a queixosa contactasse à Comissão dos Direitos do Homem. Consequentemente, interpretou de forma errada a intenção da queixosa de, na verdade, apresentar uma petição. Este erro pode ser explicado pelo facto de 5 anexos mencionados pela queixosa na sua carta não estarem, na realidade, anexados à mesma. No entanto, a carta da queixosa foi, por fim, registada como petição com a referência 230/99.

Por forma a evitar situações semelhantes no futuro, o chefe de divisão da Comissão das Petições enviou uma nota ao director-geral da Direcção-Geral de Informação e Relações Públicas do Parlamento Europeu. Esta nota foi também transmitida a todos os gabinetes de informação. Mencionava que os cidadãos deveriam ser informados sobre os procedimentos aplicáveis e sobre a possibilidade de apresentar uma petição ao Parlamento ou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, devendo ser fornecidas indicações específicas para as petições apresentadas por correio electrónico.

### **Observações da queixosa sobre o parecer do Parlamento Europeu**

O Provedor de Justiça Europeu transmitiu à queixosa o parecer do Parlamento e convidou-a a formular observações. Na sua resposta, a queixosa indicou que a carta enviada era claramente uma petição, contendo 6 anexos e não 5. Para além disso, está convicta de que esses anexos foram, de facto, enviados em conjunto com a carta.

Por fim, a queixosa solicitou que a sua petição fosse tratada como questão prioritária.

## ***INQUÉRITO COMPLEMENTAR***

Em 5 de Maio de 2000, a pedido do Provedor de Justiça, os serviços da Comissão das Petições informaram o Provedor de Justiça de que a Comissão das Petições do Parlamento Europeu tinha decidido encerrar a consideração da petição da queixosa na reunião de 23/24 de Fevereiro de 2000.

## ***A DECISÃO***

### **1 Falta de acção adequada da Comissão Europeia no seguimento do pedido da queixosa**

1.1 A queixosa alegou que a Comissão não tinha tomado a acção adequada no seguimento do seu pedido, que se baseava em alegados casos de discriminação sexual no local de trabalho. A Comissão indicou que tinha fornecido à queixosa informações pormenorizadas sobre a questão e que não se quis pronunciar sobre a decisão de um tribunal italiano.

1.2 Na sua carta à Comissão, a queixosa solicitava uma avaliação jurídica da sua reclamação e da alegada situação de discriminação de que era testemunha. Dado que o caso já



tinha sido tratado por dois tribunais italianos, o serviço EUROJUS da Comissão teria de comentar as decisões destes tribunais.

1.3 Para além disso, a queixosa solicitou à Comissão que a informasse acerca da entidade a quem poderia dirigir o seu caso. A Comissão forneceu à queixosa as informações solicitadas através da publicação que enviou. A queixosa decidiu então apresentar uma petição ao Parlamento Europeu, entidade competente para receber petições relacionadas com o igual tratamento de homens e mulheres.

1.4 Afigura-se que os serviços da Comissão agiram de forma razoável, não sendo provado qualquer caso de má administração.

## 2 Não registo da petição da queixosa pelo Parlamento Europeu

2.1 A queixosa alegou que tinha enviado uma petição ao Parlamento Europeu, que não a registou e que a aconselhou a apresentar o caso à Comissão dos Direitos do Homem. O Parlamento Europeu admitiu que os respectivos serviços tinham cometido um erro.

2.2 Quando tomou conhecimento da petição mencionada na queixa apresentada ao Provedor de Justiça, a Comissão das Petições do Parlamento Europeu registou a petição. Para evitar situações semelhantes no futuro, a Comissão das Petições tomou também medidas para melhorar o procedimento de apresentação de petições, em especial quando são enviadas por correio electrónico. O Provedor de Justiça não detectou nenhum caso de má administração neste domínio e, por conseguinte, considerou que o Parlamento Europeu tinha tomado as medidas necessárias para resolver a questão.

## 3 Conclusão

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia. Para além disso, o Parlamento Europeu tinha tomado medidas para resolver o assunto. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

### 3.1.4 O Instituto Universitário Europeu

#### RECUSA DE ADMIS- SÃO PELO INSTITU- TO UNIVERSITÁRIO EUROPEU

*Decisão sobre a quei-  
xa 659/2000/GG con-  
tra o Instituto  
Universitário Europeu*

#### A QUEIXA

##### Antecedentes

O Instituto Universitário Europeu (“IUE”), com sede em Florença, foi criado em 1972 pelos seis Estados-Membros originais das Comunidades Europeias, através da Convenção que cria um Instituto Universitário Europeu, tendo iniciado as suas actividades em 1976. Todos os outros países que aderiram à UE desde a fundação do IUE subscreveram esta Convenção.

O IUE é dirigido por um Presidente que é responsável pela sua administração. Um Conselho Superior, composto por representantes dos países que assinaram a Convenção, é responsável pela orientação principal do Instituto, dirige o seu funcionamento e zela pelo seu desenvolvimento. Um representante da UE participa nas sessões do Conselho Superior, mas sem direito de voto. Por fim, existe um Conselho Académico que tem competência geral em matéria de investigação e de ensino.

Inicialmente, o IUE era financiado exclusivamente pelos Estados Contratantes. Parece que, actualmente, parte do seu orçamento (cerca de 15,5% em 2000) é financiado pela UE.

O IUE figura numa lista de organizações dedicadas à promoção dos interesses das Comunidades, estabelecida em conformidade com o artigo 37º do Estatuto dos Funcionários<sup>51</sup>.

<sup>51</sup> Normas que determinam a lista de organizações dedicadas à promoção dos interesses das Comunidades, referidas no segundo travessão da alínea b) do n.º 1 do artigo 37º do Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias.



Todos os outros organismos presentes nessa lista parecem integrar-se no âmbito de competências do Provedor de Justiça. Para além disso, segundo o Relatório Explicativo sobre a Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia<sup>52</sup>, o IUE é abrangido pela definição da Convenção para organismos criados em conformidade com os Tratados. Posteriormente à Convenção que cria o IUE, a Comunidade adquiriu competências em matéria de educação, de cultura e de investigação (cf. pontos (n) e (q) do artigo 3º e artigos 149º, 151º e 163º do Tratado CE).

### O processo da queixosa

A queixosa, de nacionalidade sueca, candidatou-se ao Programa de Doutoramento do Departamento de Ciências Políticas e Sociais do IUE em Fevereiro de 2000. Este programa, com duração de três anos, faz a preparação para a apresentação e defesa de uma tese de doutoramento. Segundo a brochura relevante publicada pelo IUE, os candidatos são seleccionados em duas fases. A primeira consiste numa selecção feita com base nas informações fornecidas na candidatura. A segunda fase baseia-se numa entrevista de pré-selecção com o corpo docente do departamento escolhido.

Quando a candidatura da queixosa foi rejeitada, ela dirigiu-se ao Provedor de Justiça Europeu para obter ajuda (queixa n.º 428/2000). Alegou ter sido vítima de discriminação racial. Numa carta datada de 5 de Abril de 2000, o Provedor de Justiça rejeitou esta queixa visto não terem sido feitas as devidas diligências administrativas junto do IUE, tal como exigido pelo n.º 4 do artigo 2º do Estatuto do Provedor de Justiça Europeu<sup>53</sup>.

Em 7 de Abril de 2000, a queixosa escreveu ao IUE para perguntar as razões pelas quais a sua candidatura tinha sido rejeitada. Na sua resposta de 4 de Maio de 2000, o Dr. Frijdal, Chefe do Serviço Académico do IUE, informou a queixosa de que tinha presidido à reunião do comité de pré-selecção que tinha sido realizada com vista à selecção de candidatos suecos para uma entrevista. Acrescentou ter contactado o Departamento de Ciências Políticas e Sociais para averiguar as razões pelas quais a queixosa não tinha sido seleccionada. O Dr. Frijdal concluiu afirmando que o comité tinha chegado à conclusão que havia candidatos mais fortes com projectos de investigação mais interessantes para o departamento e mais estreitamente ligados com a experiência dos professores. Quanto à alegação da queixosa de que a sua candidatura tinha sido rejeitada por motivos raciais, o Dr. Frijdal salientou que a adequação académica tinha sido o único factor a ser tomado em consideração. Realçou também que a maioria dos candidatos tinha *curricula* impressionantes e que o facto de, apesar disso, muitos deles não terem sido admitidos comprovava a natureza altamente competitiva do programa.

Em 15 de Maio de 2000, a queixosa dirigiu-se novamente ao Provedor de Justiça para apresentar a presente queixa.

A queixosa alegou que parecia haver muita confusão relativamente ao comité de pré-selecção e às pessoas de facto responsáveis pela decisão. Salientou que o Dr. Frijdal tinha explicado ser o presidente desse comité, mas que depois constatou que este tinha tido necessidade de contactar o Departamento de Ciências Políticas e Sociais para averiguar as razões pelas quais a queixosa não tinha sido seleccionada.

A queixosa afirmou que a resposta do IUE era claramente insatisfatória. Neste contexto, apresentou três argumentos. Em primeiro lugar, o IUE tinha, na sua opinião, utilizado o critério menos objectivo para rejeitar a sua candidatura, ou seja, a adequação e a pertinência da proposta de investigação. Teria sido mais adequado basear a decisão em crité-

<sup>52</sup> Texto aprovado pelo Conselho em 3 de Dezembro de 1998, 1998 JO C 391, p. 1.

<sup>53</sup> Decisão 94/262 do Parlamento Europeu de 9 de Março de 1994 relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu, JO 1994 L 113, p. 15.

rios mais objectivos como os diplomas ou os resultados de exames obtidos, as referências académicas, o *curriculum vitae* e os conhecimentos de línguas. Em segundo lugar, a queixosa alegou que a sua proposta de investigação estava de facto relacionada com a experiência de, pelo menos, cinco professores individuais, cujos nomes indicou. Por fim, a queixosa afirmou que a qualidade e a pertinência da proposta de investigação eram algo que só se tornava importante na segunda fase do processo de selecção, ou seja, por ocasião da entrevista.

A queixosa concluiu afirmando que a sua candidatura não tinha sido sujeita a um procedimento justo e que o IUE não tinha sido capaz de dar uma explicação válida para a sua rejeição. Afigurava-se que a queixosa também continuava a crer ter sido vítima de discriminação racial.

### *O INQUÉRITO*

Nos termos do artigo 195º do Tratado CE, incumbe ao Provedor de Justiça Europeu examinar casos de má administração na actuação das instituições e organismos comunitários. Na sua carta ao IUE, o Provedor de Justiça expressou a opinião de que havia vários argumentos que pareciam permitir chegar à conclusão de que o IUE deveria ser considerado um organismo comunitário que se insere no âmbito das competências do Provedor de Justiça. Convidou o IUE a tecer comentários sobre este assunto. O Provedor de Justiça expressou também a sua esperança de que o IUE pudesse responder às alegações da queixosa.

### **Parecer do Instituto Universitário Europeu**

A queixa foi transmitida ao IUE. No seu parecer, o Presidente do IUE informou o Provedor de Justiça de que, no que dizia respeito à interessante questão de o IUE poder ser considerado um organismo comunitário que se insere no âmbito das competências do Provedor de Justiça, não desejava pronunciar-se na ausência de um parecer sobre o assunto por parte do organismo de direcção do Instituto, o Conselho Superior.

O Presidente do IUE confirmou o conteúdo da carta que havia sido enviada à queixosa em 4 de Maio de 2000. Citou também o enunciado de algumas regras do capítulo 2 (relativo à admissão) do documento “Academic Rules and Regulations for the Doctoral Programme” (regras e regulamentos académicos para o programa de doutoramento) do IUE. Nos termos do n.º 1 do artigo 2.5 destas regras, a selecção é da responsabilidade colectiva do corpo docente. O n.º 3 do artigo 2.5 prevê que cada departamento considere cuidadosamente a potencial supervisão do candidato, tomando em consideração o perfil do departamento e a distribuição da supervisão pelo seu corpo docente durante a totalidade do período em questão. Segundo o artigo 2.6, as reuniões dos comités de pré-selecção são presididas pelo Chefe do Serviço Académico. O artigo 2.6 prevê também que os departamentos preparem listas de pré-selecção dos potenciais candidatos.

O Presidente do IUE salientou que a decisão de não propor a queixosa para uma entrevista foi uma decisão académica, da responsabilidade do corpo docente, e que se tinha baseado numa avaliação comparativa do mérito académico, da tese proposta em relação ao perfil do departamento e da capacidade do departamento para supervisionar o tema proposto. Os procedimentos do IUE não previam um recurso de tal decisão.

O Presidente do IUE afirmou ainda que, nos 25 anos da sua existência, o IUE nunca tinha sido acusado de rejeitar uma candidatura por motivos raciais e que confiava plenamente no juízo académico do corpo docente nesta matéria. Na sua opinião, a candidatura da queixosa tinha sido tratada de acordo com os procedimentos do IUE, de boa fé, não tendo sido ignorada.

### Observações da queixosa

Nas suas observações, a queixosa manteve a sua queixa. Considerou a carta do IUE uma recusa insultuosa de revelar quaisquer factos. Na sua opinião, o IUE deveria ter citado o número de suecos de origem estrangeira admitidos nos 25 da sua existência, em vez de se basear na afirmação geral que tinha feito neste contexto.

### A DECISÃO

#### 1 Jurisdição do Provedor de Justiça

1.1 Nos termos do artigo 195º do Tratado CE, incumbe ao Provedor de Justiça Europeu examinar casos de má administração na actuação das instituições e organismos comunitários.

1.2 O Instituto Universitário Europeu (“IUE”) foi criado em 1972 pelos seis Estados-Membros originais das Comunidades Europeias, através da Convenção que cria um Instituto Universitário Europeu, tendo iniciado as suas actividades em 1976. Todos os outros países que aderiram à UE desde a fundação do IUE subscreveram esta Convenção. As actividades do IUE são dirigidas por um Conselho Superior, composto por representantes dos países que assinaram a Convenção. Um representante da UE participa nas sessões do Conselho Superior, mas sem direito de voto. A UE financia agora parte do orçamento do IUE.

1.3 Nenhum dos Tratados que instituem as Comunidades Europeias e a União Europeia define o termo “organismo comunitário”.

1.4 Existem, contudo, vários argumentos que militam a favor da proposta de que o Provedor de Justiça Europeu seja competente para receber queixas relativas a casos de má administração nas actividades do IUE.

1.5 O IUE figura numa lista de organizações dedicadas à promoção dos interesses das Comunidades, estabelecida em conformidade com o artigo 37º do Estatuto dos Funcionários<sup>54</sup>. Todos os outros organismos presentes nessa lista parecem integrar-se no âmbito de competências do Provedor de Justiça. Para além disso, segundo o Relatório Explicativo sobre a Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia<sup>55</sup>, o IUE é abrangido pela definição da Convenção de organismos criados em conformidade com os Tratados. Em relação a isto, dever-se-á também salientar que, posteriormente à Convenção que cria o IUE, a Comunidade adquiriu competências em matéria de educação, de cultura e de investigação (cf. pontos (n) e (q) do artigo 3º e artigos 149º, 151º e 163º do Tratado CE).

1.6 No seu parecer, o Presidente do IUE informou o Provedor de Justiça de que, no que dizia respeito à interessante questão de o IUE poder ser considerado um organismo comunitário abrangido pelo âmbito das competências do Provedor de Justiça, não desejava pronunciar-se na ausência de um parecer sobre o assunto por parte do organismo de direcção do Instituto, o Conselho Superior. O Provedor de Justiça não recebeu tal parecer do Conselho Superior.

1.7 Face ao anteriormente exposto, o Provedor de Justiça considerou não se poder excluir o facto de o IUE poder ser considerado um organismo comunitário abrangido pelo âmbito das suas competências.

<sup>54</sup> Normas que determinam a lista de organizações dedicadas à promoção dos interesses das Comunidades, referidas no segundo travessão da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias.

<sup>55</sup> Texto aprovado pelo Conselho em 3 de Dezembro de 1998, 1998 JO C 391 p. 1.

## 2 Ausência de procedimento justo

2.1 A queixosa, de nacionalidade sueca, candidatou-se ao Programa de Doutoramento no Departamento de Ciências Políticas e Sociais do IUE. Esta candidatura foi rejeitada. A queixosa alegou que a sua candidatura não tinha sido sujeita a um procedimento justo. Era, contudo, claro que esta alegação acarretava também um ataque relativamente aos méritos da decisão do IUE.

2.2 O Instituto Universitário Europeu expressou a opinião de que a candidatura da queixosa tinha sido tratada de acordo com os procedimentos do IUE, de boa fé, e que se tinha tratado de uma decisão académica da responsabilidade do corpo docente.

2.3 Dos comentários tecidos pela queixosa e pelo IUE e dos documentos apresentados por ambas as partes, afigurava-se que os candidatos para o programa em questão eram seleccionados em duas fases. A primeira consistia numa selecção feita com base nas informações fornecidas na candidatura. A segunda fase baseava-se numa entrevista de pré-selecção com o corpo docente do departamento escolhido em Florença.

2.4 Segundo o IUE, a candidatura da queixosa tinha sido examinada por um comité de pré-selecção, presidido pelo Chefe do Serviço Académico do IUE. O IUE alegou ainda que a decisão de não propor a queixosa para uma entrevista foi uma decisão académica, da responsabilidade do corpo docente, e que se tinha baseado numa avaliação comparativa do mérito académico, da tese proposta em relação ao perfil do departamento e da capacidade do departamento para supervisionar o tema proposto.

2.5 O Provedor de Justiça concordou com a opinião do IUE, segundo a qual a rejeição da candidatura da queixosa era uma decisão académica da responsabilidade do corpo docente. Os organismos académicos que tomam decisões quanto à admissão de candidatos dispõem, naturalmente, de um amplo poder de apreciação. Nessas circunstâncias, o Provedor de Justiça tem de limitar o seu exame à questão de saber se o organismo em questão terá ido além dos limites da sua autoridade legal e se as regras processuais em vigor terão sido cumpridas.

2.6 No que dizia respeito ao aspecto da alegação que se prendia com o procedimento, a queixosa salientou que, na carta que lhe dirigiu em 4 de Maio de 2000, o Chefe do Serviço Académico do IUE a tinha informado de que tinha presidido à reunião do comité de pré-selecção que tinha sido realizada com vista à selecção de candidatos suecos para uma entrevista, mas que tinha também acrescentado que tinha contactado o Departamento de Ciências Políticas e Sociais para averiguar as razões pelas quais a queixosa não tinha sido seleccionada. A queixosa considerou que parecia haver muita confusão relativamente ao comité de pré-selecção e às pessoas de facto responsáveis pela decisão.

2.7 Segundo o n.º 1 do artigo 2.5 do capítulo 2 (relativo à admissão) do documento “Academic Rules and Regulations for the Doctoral Programme” (regras e regulamentos académicos para o programa de doutoramento) do IUE, a selecção é da responsabilidade colectiva do corpo docente. O artigo 2.6 destas regras prevê que os departamentos preparem listas de pré-selecção dos potenciais candidatos. Por conseguinte, afigura-se que a decisão de convidar os candidatos para as entrevistas foi tomada pelo departamento e não pelo comité de pré-selecção. Pode-se contudo pressupor que os departamentos tomam a decisão quanto a quem devem convidar para uma entrevista com base no resultado do exame das candidaturas feito pelos comités de pré-selecção. Nestas circunstâncias, não era surpreendente que o Chefe do Serviço que tinha presidido à reunião do comité de pré-selecção em questão ainda tivesse de contactar o corpo docente por forma a averiguar as razões pelas quais a candidatura da queixosa tinha sido rejeitada. Consequentemente, o Provedor de Justiça concluiu não ter sido provado que o IUE não tenha cumprido as suas regras processuais ao tratar da candidatura da queixosa.

2.8 No que dizia respeito aos aspectos substanciais desta alegação, a queixosa argumentou que (1) o IUE tinha utilizado o critério menos objectivo (ou seja, a pertinência da sua proposta de investigação) para rejeitar a sua candidatura, que (2) a sua proposta de investigação, contrariamente ao afirmado pelo IUE, estava de facto relacionada com a perícia de professores individuais do IUE e que (3) a qualidade e a pertinência da sua proposta de investigação só se deviam ter tornado importantes na segunda fase do processo de selecção, ou seja, por ocasião da entrevista. O IUE considerou ter agido correctamente ao tomar a sua decisão, sendo esta uma decisão académica. Esta decisão tinha sido baseada numa avaliação comparativa do mérito académico, da tese proposta em relação ao perfil do departamento e da capacidade do departamento para supervisionar o tema proposto.

2.9 O Provedor de Justiça considerou que a perspectiva apresentada pelo IUE era razoável. No seu parecer, nenhum dos argumentos apresentados pela queixosa conseguia provar que o IUE tinha ido além dos limites da sua autoridade legal ao tratar da sua candidatura.

2.10 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte do IUE, no que se refere à primeira alegação apresentada pela queixosa.

### **3 Não fornecimento de uma explicação válida para a rejeição da candidatura**

3.1 A queixosa alegou que o IUE não tinha sido capaz de lhe dar uma explicação válida para a rejeição da sua candidatura.

3.2 No seu parecer, o IUE referiu a carta que tinha sido enviada à queixosa pelo respectivo Chefe do Serviço Académico em 4 de Maio de 2000 e confirmou o conteúdo desta carta.

3.3 O Provedor de Justiça considerou que as explicações fornecidas pelo IUE na sua carta de 4 de Maio de 2000 tinham permitido à queixosa compreender em que razões o IUE se tinha baseado para rejeitar a sua candidatura.

3.4 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte do IUE, no que se refere à segunda alegação apresentada pela queixosa.

### **4 Discriminação racial**

4.1 Na sua queixa original (queixa n.º 428/2000), a queixosa alegou ter sido vítima de discriminação racial. Esta alegação parecia estar também implícita na queixa em apelo. Todavia, a queixosa não tinha apresentado qualquer prova que apoiasse a sua alegação.

4.2 O Presidente do IUE salientou que, nos 25 anos da sua existência, o IUE nunca tinha sido acusado de rejeitar uma candidatura por motivos raciais e que confiava plenamente no juízo académico do corpo docente nesta matéria.

4.3 O Provedor de Justiça considerou que o inquérito não tinha revelado quaisquer elementos que pudessem confirmar a conclusão de que a candidatura da queixosa tinha sido rejeitada por outros motivos que não os académicos.

4.4 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte do IUE, no que se refere à terceira alegação apresentada pela queixosa.

### **5 Conclusão**

No âmbito do inquérito em relação a esta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte do Instituto Universitário Europeu, tendo decidido arquivar a queixa.

## 3.2 CASOS SOLUCIO- NADOS PELA INSTITUIÇÃO

### 3.2.1 O Parlamento Europeu

#### FALTA DE INFOR- MAÇÕES E ATRA- SOS EM PROCESSO DE CONCURSO

*Decisão sobre a quei-  
xa 78/99/OV contra o  
Parlamento Europeu*

#### A QUEIXA

A queixosa, uma firma neerlandesa, participou no processo de concurso aberto pelo Parlamento Europeu com vista ao fornecimento de mobiliário para os bares e restaurantes do edifício D3 do Espace Léopold em Bruxelas (ref. PE MOB 97/1). A queixa dizia respeito à forma como este processo de concurso foi levado a cabo.

A queixosa apresentou uma proposta em 31 de Maio de 1997. Em 19 de Junho de 1997, foi convidada a expor o seu mobiliário, até 26 de Junho de 1997, para que fosse avaliado pelo Colégio dos Questores do Parlamento. Em 25 de Junho de 1997, a queixosa foi informada de que o mobiliário deveria ser exposto até 11 de Julho de 1997. Em 22 de Agosto de 1997, a queixosa perguntou se já tinha sido tomada uma decisão relativa ao concurso e quando poderia levantar o mobiliário exposto. A queixosa só levantou o mobiliário em 28 de Agosto de 1997. Em 5 de Setembro de 1997, o Parlamento decidiu que a queixosa, juntamente com mais 19 candidatos, deveria apresentar novas propostas até 3 de Outubro de 1997.

Em 13 de Novembro de 1997, a queixosa recebeu um novo convite para expor o seu mobiliário a partir de 1 de Dezembro de 1997, por um período máximo de 3 a 5 semanas. Em 28 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1998, a queixosa enviou faxes ao Parlamento, de modo a saber quando poderia levantar o seu mobiliário. Foi solicitado à queixosa que deixasse o mobiliário em exposição durante mais algum tempo, na medida em que a decisão seria tomada em 16 de Março de 1998. Em Março de 1998, a empresa perguntou novamente qual tinha sido a decisão. O Parlamento respondeu que a decisão seria tomada mais tarde, em Abril de 1998. Por fim, o mobiliário ficou exposto durante 23 semanas e algumas peças de mobiliário desapareceram enquanto outras foram danificadas. A queixosa enviou ao Parlamento uma factura pelas peças danificadas, bem como pelas que tinham desaparecido. Todavia, o Parlamento não pagou a factura. Por consequência, a queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, alegando que:

- 1 não foi mantida informada sobre a evolução do processo de concurso e sobre o prolongamento do período durante o qual o mobiliário tinha de estar exposto (23 semanas em vez de 3-5 semanas);
- 2 a factura referente ao mobiliário danificado e desaparecido não tinha sido paga pelo Parlamento.

#### O INQUÉRITO

##### Parecer do Parlamento

No que diz respeito à primeira alegação, o Parlamento observou que o atraso no processo de concurso foi causado por vários factores: as amostras tinham de ser examinadas e aprovadas não só pelo comité de controlo interno, mas também pelo Colégio dos Questores, na medida em que o mobiliário em questão se destinava a ser utilizado por deputados. O calendário deste processo foi claramente exposto na resposta, dada por escrito, ao deputado do Parlamento Europeu Plooijs-Van Gorsel, com quem a queixosa tinha entrado em contacto.

Os complexos concursos em simultâneo gerados pela aquisição de dois novos edifícios em Bruxelas e Estrasburgo fizeram com que a divisão responsável pelo mobiliário estivesse sob grande pressão. Esta situação combinou-se com a ausência, por motivos de doença grave, do funcionário inicialmente responsável por este dossier. A consequência mais lamentável destas dificuldades prende-se com o facto de que as firmas, incluindo a queixosa, não foram mantidas informadas sobre os atrasos. O Parlamento desejava pedir desculpas à queixosa por este facto e pedir a sua compreensão.



Quanto ao alegado atraso no pagamento dos danos causados ao mobiliário, o Parlamento afirmou que o seu seguro não cobria os danos e, uma vez que o mobiliário estava na propriedade do Parlamento Europeu, não era coberto pelo seguro da queixosa. Todavia, em 27 de Janeiro de 1999, o gestor orçamental deu instruções para que a factura referente ao mobiliário danificado fosse paga, tendo o montante sido recebido pela queixosa em 29 de Janeiro de 1999. A divisão do Parlamento responsável pelo mobiliário esteve posteriormente em contacto telefónico com a queixosa, a qual confirmou a sua satisfação perante este facto.

Por fim, o Parlamento observou que, tendo criado as estruturas necessárias para garantir que todos os proponentes fossem mantidos informados por escrito em caso de qualquer atraso num concurso, tinha preparado salvaguardas suficientes para garantir que problemas semelhantes não ocorressem no futuro.

#### **Observações da queixosa**

A queixosa afirmou que a questão do pagamento do mobiliário danificado tinha sido solucionada satisfatoriamente. Todavia, observou que ainda não tinha sido informada pelo Parlamento se a sua proposta levaria a um contrato ou não.

### *INQUÉRITO COMPLEMENTAR*

Em 12 de Outubro de 1999, o Provedor de Justiça escreveu ao Parlamento solicitando um parecer complementar sobre a alegação de que a queixosa ainda não tinha sido informada acerca do resultado do processo de concurso, nomeadamente se a sua proposta tinha sido aceite ou não.

#### **Segundo parecer do Parlamento**

O Parlamento observou que os proponentes cuja proposta não tinha sido aceite não tinham sido informados sobre o resultado do processo de concurso. Desde então, foram tomadas medidas por forma a garantir que todos os proponentes sejam informados sobre o resultado da sua proposta. O Parlamento lamentou este facto e apresentou o seu pedido de desculpas à queixosa. Todavia, a queixosa já foi, entretanto, informada da decisão final.

#### **Observações complementares da queixosa**

Em 20 de Dezembro de 1999, a queixosa enviou a cópia de uma carta datada de 15 de Novembro de 1999 que recebeu da administração do Parlamento, através da qual este a informava de que a sua proposta não tinha sido aceite.

### *A DECISÃO*

#### **1 Alegada falta de informações sobre o processo de concurso e sobre o prolongamento da exposição do mobiliário**

1.1 A queixosa alegou não ter sido mantida informada sobre a evolução do processo de concurso e sobre o prolongamento do período durante o qual o mobiliário tinha de estar exposto (23 semanas em vez de 3-5 semanas). O Parlamento explicou que o atraso tinha sido causado pelo facto de que as amostras tinham de ser examinadas e aprovadas pelo comité de controlo interno e pelo Colégio dos Questores. Além disso, os complexos concursos em simultâneo para os dois novos edifícios em Bruxelas e Estrasburgo fizeram com que a divisão responsável pelo mobiliário estivesse sob grande pressão e o funcionário inicialmente responsável pelo dossier esteve ausente. Todavia, o Parlamento apresentou um pedido de desculpas à queixosa. Quanto à falta de informações sobre o resultado do processo de concurso, o Parlamento observou que os participantes não tinham, de facto, sido informados do resultado, mas que, desde então, tinham sido tomadas



medidas por forma a garantir que todos os participantes sejam informados. Também neste caso o Parlamento pediu desculpa à queixosa.

1.2 Os princípios da boa administração exigem que as instituições e os organismos da UE informem atempadamente os cidadãos interessados sobre as decisões e as medidas administrativas que tomam. Se, devido à complexidade da questão, esta não puder ser decidida num prazo razoável, a instituição ou organismo deverá disso informar o cidadão, com a maior brevidade possível.

1.3 No caso em apreço, afigura-se que a queixosa fez uma proposta em 31 de Maio de 1997, só tendo sido informada pelo Parlamento em 15 de Novembro de 1999, ou seja, mais de dois anos depois, de que a sua proposta não tinha sido aceite. O Parlamento não manteve a queixosa informada acerca dos atrasos que ocorreram neste processo de concurso, incluindo os relacionados com a exposição do mobiliário. Contudo, o Parlamento salientou que tinha criado as estruturas necessárias para garantir que todos os proponentes fossem informados por escrito em caso de qualquer atraso num concurso e que existem agora salvaguardas suficientes para garantir que problemas semelhantes não ocorram no futuro. Por conseguinte, o Provedor de Justiça considerou que, quanto a este aspecto da queixa, não eram necessários mais inquéritos.

## **2 Alegada falta de pagamento da factura referente ao mobiliário danificado e desaparecido**

2.1 A queixosa alegou que a factura pelo mobiliário danificado e desaparecido não tinha sido paga pelo Parlamento. O Parlamento observou que, em 27 de Janeiro de 1999, o gestor orçamental tinha dado instruções para pagar a factura referente ao mobiliário danificado, tendo o montante sido recebido pela queixosa em 29 de Janeiro de 1999. A divisão do Parlamento responsável pelo mobiliário tinha estado posteriormente em contacto telefónico com a queixosa, a qual confirmou a sua satisfação perante este facto.

2.2 Nas suas observações, a queixosa afirmou que esta questão tinha sido solucionada satisfatoriamente. Por conseguinte, o Provedor de Justiça observou que o Parlamento desenvolvera esforços no sentido de resolver a questão, satisfazendo a queixosa.

## **3 Conclusão**

No âmbito do inquérito em relação à primeira parte desta queixa, o Provedor de Justiça não detectou qualquer caso de má administração por parte do Parlamento Europeu.

Quanto à segunda alegação, depreendeu-se, do parecer do Parlamento e das observações da queixosa, que o Parlamento desenvolvera esforços no sentido de resolver a questão, satisfazendo, assim, a queixosa. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

### **REEMBOLSO EXACTO DAS DESPESAS DE VIAGEM DE CANDIDATOS A CONCURSO**

*Decisão sobre a queixa 6/2000/VK contra o Parlamento Europeu*

#### **A QUEIXA**

A queixosa expressou o seu interesse em participar no Concurso PE/210/LA do Parlamento Europeu em 1998, altura em que trabalhava e residia no Uganda. Por conseguinte, forneceu aos serviços do Parlamento o seu endereço no Uganda. Posteriormente, a queixosa recebeu, no seu endereço no Uganda, uma convocação para participar no concurso.

O local de residência da queixosa era no Uganda. A queixosa afirmou que nas suas cartas de 13 de Julho e 12 de Agosto de 1999, o Parlamento se recusou a reconhecer o seu local de residência como sendo no Uganda e a reembolsá-la correctamente pelas suas despesas de viagem.

A queixosa mencionou as regras de reembolso de despesas de viagem, anexas ao convite, segundo as quais:

- o reembolso das despesas de viagem dependia da distância entre o local de residência e o local de realização do concurso;
- o local de residência era definido como o local para onde o Parlamento tinha enviado a convocação para participar no concurso;
- quaisquer alterações do endereço posteriores ao envio desta convocação não poderiam ser tidas em consideração.

Consequentemente, a queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, na qual alegou não ter sido correctamente reembolsada.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer do Parlamento**

A queixa foi transmitida ao Parlamento. No seu parecer, o Parlamento mencionou as “disposições relativas à comparticipação nas despesas de viagem e de estadia dos candidatos convocados pelo Parlamento Europeu para as provas escritas dos concursos ou dos avisos de recrutamento”. O ponto 3 prevê que: “Para o cálculo da eventual comparticipação financeira do Parlamento Europeu relativa às despesas de viagem, o local de residência do candidato é considerado como sendo o local para onde a instituição enviou a convocação para o concurso. Para o cálculo das despesas de viagem, não será tida em consideração qualquer mudança de endereço posterior ao envio da convocação”.

O Parlamento afirmou que, como o endereço em questão era no Uganda, aceitava plenamente a sua obrigação de reembolsar a queixosa no valor de 180 euros. Uma vez que a queixosa já tinha recebido 60 euros, o saldo em dívida era de 120 euros. Foram dadas instruções aos serviços competentes para que este pagamento fosse efectuado.

O Parlamento explicou ainda que os seus funcionários empreendem todos os esforços para cumprir as normas aplicáveis às actividades da instituição relativamente ao princípio da boa gestão financeira exigido pelo artigo 2.º do Regulamento Financeiro. Neste caso em particular, o facto de se saber que a queixosa tinha viajado para Bruxelas proveniente de Helsínquia em vez do Uganda levou a algumas dificuldades na aprovação do pagamento no valor máximo. Mesmo assim, foram dadas instruções aos funcionários em questão por forma a garantir que as normas que regem o reembolso das despesas de viagem relativas à participação nas provas escritas de um concurso sejam aplicadas na sua totalidade.

#### **Observações da queixosa**

A Provedoria de Justiça contactou a queixosa telefonicamente em 4 de Outubro de 2000. Durante este telefonema, a queixosa declarou estar satisfeita com o resultado da queixa.

A queixosa enviou, em 24 de Outubro de 2000, uma nota por escrito, na qual afirmava que o montante reembolsado pelo Parlamento não cobria todas as despesas de viagem. Considerava também razoável que o Parlamento contribuísse para as despesas de estadia.

### *A DECISÃO*

#### **1 Reembolso total das despesas de viagem**

A queixosa alegou não ter sido correctamente reembolsada pelas suas despesas de viagem, dado que o seu local de residência e trabalho era no Uganda na altura em que foi convocada para o concurso. O Parlamento confirmou que, nos termos do ponto 3 da disposição

relevante que rege o reembolso de despesas de viagem, o local de residência dos candidatos é aquele para onde o Parlamento envia a convocação para o concurso, que, no caso da queixosa, era o Uganda. Por conseguinte, deu instruções para o pagamento máximo de 180 euros à queixosa.

## 2 Conclusão

O Provedor de Justiça considerou que o Parlamento desenvolvera esforços no sentido de resolver a questão, tendo decidido arquivar a queixa.

### 3.2.2 O Conselho da União Europeia

#### ACESSO A DOCUMENTOS

*Decisão sobre a queixa 1259/99/ME contra o Conselho da União Europeia*

#### A QUEIXA

Em Janeiro de 1999, o queixoso, agindo em nome de um jornal dinamarquês, solicitou o acesso a vários documentos do Conselho da União Europeia. Em Março de 1999, o queixoso enviou uma carta a relembrar o pedido. Em Abril e Maio de 1999, o Conselho informou o queixoso de que, devido a uma carga de trabalho invulgarmente excessiva, o pedido não tinha sido considerado dentro do prazo normal, pedindo desculpas pelo atraso. O Conselho afirmou que os documentos solicitados tinham sido elaborados pelos Ministros responsáveis pela imigração, não se tratando, por conseguinte, de documentos do Conselho. Contudo, o Conselho teria uma consulta informal com os Estados-Membros envolvidos, sendo o queixoso informado do resultado. Em Setembro de 1999, o queixoso enviou uma nova carta ao Conselho. Em Outubro de 1999, apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, alegando um atraso desnecessário por parte do Conselho no tratamento do seu pedido.

#### O INQUÉRITO

#### Parecer do Conselho

A queixa foi transmitida ao Conselho. No seu parecer, o Conselho afirmou que os documentos solicitados, uma série dos chamados documentos “TREVI”, não eram documentos do Conselho, pelo que o acesso aos mesmos não podia ser considerado segundo as normas do Conselho para o acesso do público a documentos<sup>56</sup>. No entanto, para facilitar o processo, o pedido tinha sido examinado informalmente pelos Estados-Membros em causa. Tratando-se de um caso invulgar, já que não era sequer possível encontrar os documentos solicitados no Conselho nem no respectivo Secretariado-Geral, o exame dos documentos e a consulta aos Estados-Membros tinham sido um processo moroso. Juntamente com o seu parecer, o Conselho anexou uma cópia de uma carta dirigida ao queixoso em Fevereiro de 2000, onde explicava o processo utilizado e pedia desculpas pelo atraso. O Conselho deu também acesso a 10 dos 12 documentos solicitados.

#### Observações do queixoso

O Provedor de Justiça transmitiu ao queixoso o parecer do Conselho e convidou-o a formular observações. Não foram recebidas observações por escrito do queixoso. Contudo, numa conversa telefónica com o secretariado do Provedor de Justiça, o queixoso expressou a sua satisfação pelo número de documentos que recebeu.

<sup>56</sup>

Decisão 93/731/CE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1993, relativa ao acesso do público aos documentos do Conselho, JO 1993 L 340/43.

## A DECISÃO

### 1 Tratamento do pedido de documentos

O queixoso alegou que o tratamento pelo Conselho de um pedido de vários documentos “TREVI” tinha sido desnecessariamente demorado. O Conselho apresentou um pedido de desculpas pelo atraso e explicou por que razão o processo tinha sido moroso. Depois da consulta aos Estados-Membros, foi concedido acesso a 10 dos 12 documentos solicitados. O queixoso expressou a sua satisfação pelos documentos que recebeu.

### 2 Conclusão

Do parecer do Conselho e das observações do queixoso, depreende-se que o Conselho desenvolveu esforços no sentido de resolver a questão e, por conseguinte, de satisfazer o queixoso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

### 3.2.3 A Comissão Europeia

#### REEMBOLSO TOTAL DE CUSTOS MARGINAIS EM CONTRATOS

*Decisão sobre a queixa 142/99/BB contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Fevereiro de 1999, o Sr. C. e o Sr. H. apresentaram uma queixa conjunta ao Provedor de Justiça por alegada má administração da Comissão Europeia no reembolso de custos marginais. Em 3 de Agosto de 1994, os queixosos tinham assinado um contrato de investigação na base de custos marginais, relacionado com o contrato STD 3 TS3-CT94-0343 “*Biotechnological Approaches to the Total Utilisation of Crustacean Shellfish and Shellfish waste (Abordagens Biotecnológicas da Utilização Total de Crustáceos e de Detritos Conquiliócos)*”, celebrado entre a Comissão Europeia e a Universidade de Nottingham. Os queixosos receberam, em 1995, o habitual pagamento antecipado no valor de 40% dos custos marginais (44.000 ecus). Os queixosos esperavam ser reembolsados em 100% dos custos marginais, no entanto, a DG XII enviou um fax em que comunicava que os queixosos seriam reembolsados apenas em 50%.

Em 1997, os queixosos reclamaram, por várias vezes, junto do coordenador do projecto e do gestor financeiro, sem obter qualquer resultado. Em 25 de Janeiro de 1998 e 19 de Fevereiro de 1998, apresentaram uma queixa à DG de Ciência, Investigação e Desenvolvimento da Comissão.

Os queixosos alegaram ter cumprido a 100% os compromissos assumidos no projecto, mas afirmaram que apenas 50% dos custos marginais haviam sido cobertos.

#### O INQUÉRITO

##### Antecedentes

O contrato foi negociado em finais de Dezembro de 1994 e assinado em 31 de Janeiro de 1995 pela Comissão e pela Universidade de Nottingham. A empresa dos queixosos era um contratante associado.

No seguimento dos pedidos dos queixosos e do fax enviado pela Universidade de Nottingham, a Comissão respondeu aos pedidos, preparando uma alteração em Março de 1998. Esta alteração confirmava a participação dos queixosos com base num custo adicional em substituição da base de custo total, a partir da data de início do projecto, satisfazendo, assim, o seu pedido.

Depois de a alteração ter sido confirmada, o funcionário da Comissão responsável pela gestão financeira do processo contactou, em várias ocasiões, a Universidade de Nottingham (através de correio electrónico, faxes e cartas) com o objectivo de clarificar

os custos apresentados e de solicitar o envio dos documentos em falta, bem como de informações adicionais para proceder ao pagamento final.

Os 44.000 ecus mencionados pelos queixosos, como despesa total prevista, eram uma estimativa. A contribuição da Comissão baseava-se nos custos reais do participante. A Comissão concedeu um pagamento antecipado de 40% à Universidade de Nottingham, em Março de 1995, por cada participante.

A Comissão recebeu, em 30 de Março de 1998, as declarações de despesas referentes ao período final e atribuídas à maioria dos parceiros. Estes formulários estavam incompletos, pelo que se entrou em contacto com o contratante, via fax, solicitando esclarecimentos sobre as declarações de despesas já apresentadas e o envio à Comissão de declarações referentes aos custos remanescentes.

### **Parecer da Comissão**

A Comissão recebeu, em 12 de Abril de 1999, todas as declarações financeiras solicitadas, tendo procedido, de imediato, ao pagamento final relativo a este contrato. Para os queixosos, este pagamento incluía os ajustamentos às despesas previamente declaradas, representando, assim, o montante total que deveria ter sido pago, para além daquele que o participante já recebera. Isto implicava que este participante já fora reembolsado em todas as despesas aceitáveis, como participante de custo marginal.

### *INQUÉRITOS COMPLEMENTARES*

Visto os queixosos não terem formulado quaisquer observações, o secretariado do Provedor de Justiça contactou-os por telefone no dia 3 de Março de 2000. Os queixosos manifestaram-se plenamente satisfeitos com o reembolso dos custos marginais.

### *A DECISÃO*

#### **1 Reembolso de custos marginais relativos ao Contrato STD 3 TS3-CT94-0343 “Biotechnological Approaches to the Total Utilisation of Crustacean Shellfish and Shellfish waste (Abordagens Biotecnológicas da Utilização Total de Crustáceos e de Detritos Conquílícoles)”**

1.1 Os queixosos alegaram ter cumprido a 100% os compromissos do projecto, mas afirmaram que apenas 50% dos seus custos marginais haviam sido cobertos.

1.2 A Comissão recebeu, em 12 de Abril de 1999, todas as declarações financeiras solicitadas tendo procedido, de imediato, ao pagamento final relativo a este contrato. Para os queixosos, este pagamento incluía os ajustamentos às despesas previamente declaradas e representava, assim o montante total que deveria ter sido pago para além do que o participante já recebera. Isto significava que este participante já fora reembolsado em todas as despesas consideradas aceites, como participante de custo marginal.

1.3 Os queixosos manifestaram a sua plena satisfação com o reembolso dos custos marginais

#### **2 Conclusão**

Do exame do parecer da Comissão e da resposta dos queixosos, depreende-se que a Comissão tomou medidas no sentido de resolver o assunto, satisfazendo, assim, os queixosos. Por conseguinte, o Provedor de Justiça Europeu decidiu arquivar a queixa.

## ATRASOS NO PAGAMENTO E CÁLCULO DE JUROS DE MORA

*Decisão sobre a queixa 521/99/GG contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

A queixosa, uma empresa alemã, realizara trabalhos para a Comissão com base em vários contratos assinados ao abrigo do programa Phare da UE (contratos n.º 95-1224.00, 97-0450.00 e 97.0647.00). Segundo a queixa apresentada em Maio de 1999, a Comissão não liquidara as seguintes facturas num total de aproximadamente 200.000 euros: 1) Contrato n.º 95-1224.00, facturas enviadas no dia 29 Junho de 1998 e que deveriam ser liquidadas em 29 de Agosto de 1998; 2) Contrato n.º 97-0450.00, facturas enviadas em 22 de Setembro de 1998 e que deveriam ser liquidadas em 22 de Novembro de 1998; 3) Contrato n.º 97-0647.00, facturas enviadas em 21 de Janeiro de 1999 e que deveriam ser liquidadas em 21 de Março de 1999; facturas enviadas em 15 de Abril 1999 e que deveriam ser liquidadas em 15 de Junho de 1999.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão formulou as seguintes observações:

1 Contrato n.º 95-1224-00: as facturas tinham dado entrada no dia 2 de Julho de 1998. Porém, uma vez que era reclamado o pagamento de vários montantes não abrangidos pelo contrato, as facturas foram inicialmente contestadas pela Comissão. Assim, foi necessário algum tempo para analisar a situação e negociar um acordo amigável relativamente aos montantes reclamados e contestados, tendo sido retidos os pagamentos do montante total, por razões políticas, até que fosse alcançado um acordo. Este acordo foi assinado em 26 de Julho de 1999 e o montante acordado liquidado em 29 de Julho de 1999.

2 Contrato n.º 97- 0450.00: as facturas recebidas em 23 de Outubro de 1998 só se encontravam a pagamento após a aprovação do relatório final. Devido, sobretudo, ao enorme volume de trabalho dos serviços da Comissão, o relatório final só foi aprovado em 27 de Abril de 1999. Os pagamentos foram, então, efectuados em 27 de Maio de 1999.

3 Contrato n.º 97-0647.00: as facturas de 21 de Janeiro de 1999 deram entrada no dia 10 de Fevereiro de 1999, foram consideradas conformes em 29 de Abril de 1999 e liquidadas em 25 de Maio de 1999. As facturas de 15 de Abril de 1999 deram entrada em 21 de Abril de 1999 e foram liquidadas em 15 de Junho de 1999.

#### Observações da queixosa

Nas suas observações, a queixosa alegou que os montantes reclamados e contestados pela Comissão relativamente ao Contrato n.º 95-1224.00 estavam relacionados apenas com uma pequena parte das facturas. A parte não contestada das facturas poderia ter sido liquidada. Além disso, a Comissão levantara essa questão mais de um mês após a expiração do prazo de pagamento, tendo a queixosa enviado, de imediato, os documentos que justificaram os montantes reclamados. Contudo, só foi alcançado um acordo aproximadamente oito meses depois. A queixosa afirmou que o atraso no pagamento ameaçara a sobrevivência da empresa e implicara despesas adicionais devidas a juros incorridos e a encargos administrativos. Alegou ainda que os juros a que tinha direito nas condições gerais aplicáveis aos contratos não eram suficientes para cobrir essas despesas adicionais.

A queixosa alegou, por conseguinte, que a Comissão deveria pagar-lhe juros de mora num montante total de 3.356,39 euros, respeitantes aos atrasos verificados:

1 Contrato n.º 95-1224.00: juros no valor de 1.431,17 euros, devido a um atraso de 275 dias.

2 Contrato n.º 97-0450.00: juros no valor de 529,13 euros, devido a um atraso de 187 dias.

3 Contrato n.º 97-0647.00: juros no valor de 1.396,09 euros, devido a um atraso de 85 dias.

### **Segundo parecer da Comissão**

No seu parecer relativamente às reclamações adicionais apresentadas pela queixosa, a Comissão explicou que não poderia utilizar outras taxas de juro que não as mencionadas nas condições gerais dos contratos aplicáveis (2,5 e 4,5%, respectivamente). Assinalou que, em seu entender, o total de 2.364,03 euros (do qual 1.117,78 euros já haviam sido liquidados) seria o apropriado. Relativamente aos contratos mencionados, a Comissão formulou as seguintes observações específicas:

1 Contrato n.º 95-1224.00: o montante não contestado das facturas (i.e., 30.812,94 euros) poderia ter sido pago no prazo legal de 60 dias. Por conseguinte, a Comissão calculou os juros sobre este montante, a uma taxa de 2,5%, com base num prazo de 359 dias, ou seja 757,66 euros.

2 Contrato n.º 97-0450.00: o prazo tinha início na data de recepção das facturas, o que dava um total de 175 e 176 dias. Em consequência, o montante dos juros ascendia a 488,59 euros.

3 Contrato n.º 97-0647.00: uma vez que a data de início do prazo era a data de recepção das facturas pela Comissão, o número de dias de atraso já havia totalizado os 69 dias, quando a Comissão efectuou um pagamento de 1.117,78 euros em 1 de Março de 2000. O prazo decorria até ao dia em que a conta da Comissão foi debitada, enquanto que a data em que a conta do contratante foi creditada não tem qualquer relevância.

### **Observações da queixosa**

Não foram formuladas quaisquer observações da parte da queixosa ao segundo parecer da Comissão.

## **A DECISÃO**

### **1 Não pagamento dos montantes devidos**

1.1 A queixosa alegou que a Comissão Europeia não pagara vários montantes no total de 200.000 euros, que deveriam ter sido liquidados a título dos contratos que o contratante mantinha com a Comissão.

1.2 A Comissão respondeu que pagara, posteriormente, todos os montantes devidos.

1.3 A Comissão empreendeu esforços no sentido de satisfazer a queixosa.

### **2 Não pagamento de juros de mora**

2.1 A queixosa alegou ainda que a Comissão deveria ter pago juros no valor de 3.356,39 euros, respeitante aos atrasos verificados.

2.2 A Comissão respondeu que, em seu entender, apenas deveriam ser pagos juros no total de 2.364,03 euros (do qual 1.117,78 euros já haviam sido pagos). Apresentou ainda ao Provedor de Justiça os motivos pelos quais considerava que apenas deveria pagar aquele valor mais baixo.

2.3 A queixosa não formulou quaisquer observações ao parecer da Comissão.



2.4 A presente alegação diz respeito às obrigações no âmbito de contratos celebrados entre a Comissão e a queixosa.

2.5 De acordo com o Artigo 195º do Tratado CE, o Provedor de Justiça tem poderes para receber queixas “respeitantes a casos de má administração na actuação das Instituições ou organismos comunitários.” O Provedor de Justiça considera que ocorre má administração quando um organismo público não actua em conformidade com uma regra ou princípio a que está vinculado<sup>57</sup>. Por conseguinte, pode ainda ocorrer má administração quando o que está em causa é o cumprimento das obrigações emanadas dos contratos assinados pelas instituições ou organismos comunitários.

2.6 No entanto, o Provedor de Justiça considera que o âmbito da revisão que poderá efectuar nesses casos é necessariamente limitado. Em particular, o Provedor de Justiça é da opinião que não deve procurar determinar se houve ou não uma violação do contrato por uma das partes, se for esse o assunto em questão. Esta questão só deve ser tratada por um tribunal competente na matéria, que teria a possibilidade de ouvir os argumentos de ambas as partes relativamente às leis nacionais relevantes e de avaliar as provas contraditórias relativamente às questões de fundo em litígio.

2.7 Por conseguinte, o Provedor de Justiça é da opinião que em queixas relacionadas com litígios contratuais se justifica que o seu inquérito se limite a analisar se a instituição ou órgão comunitário lhe forneceu uma justificação coerente e razoável da base jurídica para as suas acções e o motivo que fundamenta o seu parecer relativamente à posição contratual. Se for esse o caso, o Provedor de Justiça concluirá que o seu inquérito não revelou uma situação de má administração. Esta conclusão não afectará o direito de as partes solicitarem que o seu litígio contratual seja examinado e resolvido devidamente por um tribunal de jurisdição competente.

2.8 Relativamente à presente queixa, a Comissão apresentou uma justificação coerente e razoável dos motivos pelos quais acreditava que apenas o montante por si calculado devia ser pago à queixosa.

2.9 Nestas circunstâncias, depreende-se que não ocorreu má administração no que se refere a este aspecto da queixa.

### 3 Conclusão

No âmbito do inquérito não foi detectado qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

## JUROS DE MORA A QUEIXA

*Decisão sobre a queixa 601/99/IJH contra a Comissão Europeia*

Em Maio de 1999, o Sr. A. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça em nome da Fundação Europeia de Direitos Humanos (EHRF) contra a DG 1A da Comissão. Alegou que:

(i) os 172.535 ecus que devia ter recebido no âmbito do contrato Phare 97/0514 foram liquidados 101 dias após a recepção da factura, quando o prazo limite de pagamento especificado no contrato era de 60 dias;

(ii) a Comissão recusara, injustamente, pagar o montante de 1.551,63 ecus relativo a juros de mora, devidos ao abrigo do contrato.

O queixoso reclamou ainda juros adicionais aos juros por liquidar, que seriam cobrados a partir da data em que deveria ter sido efectuado o último pagamento.

<sup>57</sup> Consultar Relatório Anual 1997, pág. 22 e seg.

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

A Comissão explicou que a factura dera entrada no dia 20 de Janeiro de 1998, mas que não fora imediatamente liquidada, porque os serviços financeiros haviam solicitado à unidade operacional responsável pela gestão do projecto que obtivesse documentação adicional junto da EHRF, que foi fornecida por fax em 28 de Abril de 1998. Foi emitida uma ordem de pagamento no dia 9 de Junho de 1998, tendo a conta da Comissão sido debitada em 19 de Junho de 1998. Nestas circunstâncias, a Comissão contestou inicialmente a reclamação de juros de mora. Contudo, para solucionar a questão amigavelmente, a Comissão acabou por pagar o valor de 1.628,45 euros à EHRF em 17 de Junho de 1999, tendo a conta da Comissão sido debitada em 30 de Junho de 1999.

### **Observações do queixoso**

Antes de ter recebido o parecer da Comissão, o Provedor de Justiça foi informado pelo queixoso de que a Comissão concordara em pagar o montante reclamado.

Em Janeiro de 2000, a EHRF confirmou aos serviços do Provedor de Justiça, por telefone, que o pagamento havia sido liquidado e que, por conseguinte, o assunto fora resolvido de forma satisfatória.

## *A DECISÃO*

1 O queixoso alegou que a Comissão excedera o prazo limite de pagamento, estabelecido no âmbito de um contrato Phare para a liquidação de uma factura e que se recusara, injustamente, a pagar os juros devidos pelos atrasos no pagamento.

2 A Comissão afirmou que resolvera o assunto amigavelmente, liquidando o montante reclamado. O queixoso confirmou ter recebido o pagamento, pelo que o assunto foi resolvido de forma satisfatória.

### **3 Conclusão**

Da análise do parecer da Comissão e das observações do queixoso, depreendeu-se que a Comissão tomara medidas para resolver esta questão, satisfazendo, assim, o queixoso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## **AUXÍLIOS ESTATAIS: ALEGADA INCAPACIDADE DA COMISSÃO EM TRATAR DEVIDAMENTE UMA QUEIXA**

*Decisão sobre a queixa 879/99/IP contra a Comissão Europeia*

## *A QUEIXA*

Na qualidade de advogados da empresa “Terminal Rinfuse Genova s.p.a.” (TRG), os queixosos apresentaram, em Julho de 1999, uma queixa ao Provedor de Justiça contra a Comissão Europeia.

A TRG é uma operadora num terminal do porto de Savona (Itália), onde efectua cargas e descargas de carvão e outros materiais sólidos a granel, enquanto uma outra empresa, a Funiviaria Alto Tirreno s.p.a. (Funiviaria), que presta igualmente o mesmo tipo de serviços, gere todo um sistema de transporte por cabos para levar o carvão e o material a granel para armazéns no exterior do porto.

Em 8 de Fevereiro de 1996, os queixosos apresentaram uma queixa à Comissão Europeia, em nome da TGR, em que alegavam que o Governo italiano havia concedido auxílios estatais ilegais à Funiviaria, com o objectivo de cobrir determinados prejuízos da empresa. Manifestaram igualmente preocupação em relação ao projecto das autoridades italianas de financiar a construção de um novo terminal para a carga e descarga de grandes quantidades

de mercadorias a granel, no porto de Savona, uma vez que, na sua opinião, este projecto beneficiaria exclusivamente a Funiviaria.

Os queixosos solicitaram à Comissão que declarasse a decisão do Governo italiano, de conceder auxílios estatais à Funiviaria, incompatível com o direito comunitário e que determinasse se existiriam outros planos de auxílio a esta empresa para a construção de um novo terminal.

De Fevereiro de 1996 a Julho de 1999, os queixosos mantiveram uma correspondência regular com os serviços da Comissão, fornecendo informações adicionais à Comissão e sublinhando a urgência de ser tomada uma decisão sobre a sua queixa.

Os queixosos solicitaram a intervenção do Provedor de Justiça com vista a obterem uma decisão final por parte da Comissão. Consideraram excessivamente longo o período de tempo que a Comissão demorou a examinar o processo.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

No seu parecer, a Comissão explicou que, após uma apreciação preliminar de todos os elementos fornecidos pelos queixosos, solicitara informações adicionais ao Governo italiano, relativamente ao alegado auxílio para cobrir prejuízos da Funiviaria. A Comissão lembrou ainda às autoridades competentes a obrigação de notificar a Comissão antecipadamente, conforme dispõe o nº3 do Artigo 88º do Tratado CE.

Em Junho de 1997, os serviços da Comissão enviaram uma carta ao Governo italiano chamando novamente a atenção para a obrigação de notificação, o qual respondeu por carta de 11 de Junho de 1997. Posteriormente, tiveram lugar vários contactos entre a Comissão, os queixosos e as autoridades italianas, incluindo reuniões nos dias 11 de Dezembro de 1997 e 29 de Maio de 1998.

Em 28 de Julho de 1998, a Comissão foi informada pelo Governo italiano da existência de planos para vender a Funiviaria. Com base neste novo elemento, a instituição dirigiu uma nova carta às autoridades nacionais, solicitando ser informada acerca do projecto de um novo terminal no porto de Savona. Na ausência de uma resposta, foi enviada nova carta a relembrar o pedido de informações, em 13 de Janeiro de 1999.

Além disso, em Março de 1999, os queixosos exigiram ser informados dos últimos desenvolvimentos da queixa. Este pedido foi prontamente respondido através de uma conversa telefónica, mantida em 28 de Abril de 1999, de uma carta enviada em 30 de Abril de 1999 e de uma reunião que teve lugar em 20 de Maio de 1999.

No tocante ao facto de a Comissão ainda não ter tomado uma decisão final relativamente à queixa apresentada pelos queixosos em 1996, a Comissão evocou algumas normas processuais, susceptíveis de serem aplicadas em queixas sobre auxílios estatais. De acordo com as mesmas, depois de receber uma queixa, a Comissão escreve ao Estado-Membro em causa para o informar da alegação e, em certos casos, para solicitar informações adicionais. Neste caso, dada a complexidade de todos os aspectos envolvidos, foi necessário proceder a uma análise mais aprofundada.

Finalmente, a Comissão salientou que os seus serviços tinham fornecido regularmente explicações claras e pontuais aos queixosos relativamente ao andamento da queixa, mantendo-os informados dos desenvolvimentos e das dificuldades encontradas durante a análise.

### Observações dos queixosos

Nas suas observações sobre o parecer da Comissão, os queixosos afirmaram que, de forma a clarificar alguns pontos do parecer, consideravam necessário encontrar-se com os funcionários que estavam a tratar da queixa. Teve lugar uma reunião no edifício da Comissão, em Bruxelas, no dia 6 de Dezembro de 1999. Durante a reunião, os funcionários informaram os queixosos de que o projecto de decisão elaborado pelos serviços da Direcção-Geral dos Transportes (DG VII) já fora transmitido à Direcção-Geral dos Concursos e da Concorrência (DG IV) e ao Serviço Jurídico para ser examinado. Os queixosos agradeceram igualmente ao Provedor de Justiça os esforços desenvolvidos para a resolução da queixa.

### A DECISÃO

#### 1 A alegada incapacidade da Comissão em tratar devidamente uma queixa

1.1 Os queixosos, que apresentaram uma queixa à Comissão Europeia em Fevereiro de 1996, alegaram que esta instituição não a resolvera devidamente. Assinalaram que o período de três anos que a Comissão demorou para tomar uma decisão relativamente à sua queixa devia ser considerado excessivo e um caso de má administração.

1.2 No seu parecer, a Comissão forneceu uma explicação detalhada das acções empreendidas para analisar a queixa. A instituição sublinhou que os seus serviços haviam fornecido regularmente aos queixosos todas as explicações solicitadas acerca do andamento do processo. Salientou ainda que o tempo que demorara a tomar uma decisão se devia à complexidade da queixa e aos vários pedidos de informações enviados às autoridades italianas.

1.3 Uma vez que das observações dos queixosos se depreende que, durante a reunião de 6 de Dezembro de 1999 com os serviços da Comissão, eles foram informados de que a Direcção-Geral VII elaborara um projecto de decisão que transmitira à Direcção-Geral IV e ao Serviço Jurídico para ser examinado, o Provedor de Justiça contactou os queixosos para se assegurar de que estavam satisfeitos com o resultado do inquérito

1.4 Os queixosos confirmaram a informação precedente e acrescentaram que haviam sido informados pela Comissão de que, no dia 22 de Dezembro de 1999, fora tomada uma decisão final, a qual havia sido enviada aos serviços competentes para tradução, antes de ser transmitida às autoridades italianas e, posteriormente, comunicada aos queixosos. Agradeceram ainda ao Provedor de Justiça o esforço desenvolvido na resolução satisfatória da queixa.

#### 2 Conclusão

Com base na informação fornecida pelos queixosos e no parecer formulado pela Comissão Europeia, depreende-se que a queixa foi resolvida pela Comissão, a pleno contento dos queixosos. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## CONDIÇÕES PARA ADJUDICA- ÇÃO DE UM CON- TRATO AO ABRIGO DO INTERREG II

*Decisão sobre a quei-  
xa 1043/99/(IJH)/MM  
(confidencial) contra a  
Comissão Europeia*

Em 9 de Setembro de 1999, um queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça em nome de um grupo de defesa de interesses. A queixa dizia respeito ao facto de a Comissão insistir em receber cartas de compromisso independentes de cada uma das organizações que formavam o grupo em questão, como condição para adjudicar um contrato ao abrigo do Interreg II.

Em 23 de Novembro de 1999, o Provedor de Justiça Europeu enviou a queixa à Comissão Europeia para que esta emitisse um parecer, que foi transmitido ao queixoso em 21 de Fevereiro de 2000. A Comissão afirmou que, entretanto, tinham sido apresentadas as cinco cartas de compromisso exigidas e que o projecto em questão tinha sido subsidiado.

Em 18 de Setembro de 2000, o queixoso expressou por telefone a sua satisfação com o resultado da queixa.

O Provedor de Justiça verificou que o caso tinha sido resolvido de forma satisfatória para ambas as partes, tendo decidido arquivar a queixa.

## A COMISSÃO CON- CORDOU EM CAN- CELAR UMA ORDEM DE COBRANÇA

*Decisão sobre a quei-  
xa 1264/99/IP contra a  
Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Outubro de 1999, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça contra a Comissão Europeia, na sua qualidade de advogado da empresa espanhola “Zumos y Conservas de Almería, S.A.”. A queixa dizia respeito a uma decisão alegadamente injusta da Comissão de cancelar a sua contribuição financeira, prevista na decisão C(86) 2100/525.

A empresa espanhola “Zumos y Conservas de Almería, S.A.” participou na apresentação de propostas no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 355/77 do Conselho, de 15 de Fevereiro de 1977, relativo a uma acção comum para a melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas<sup>58</sup>. O seu projecto foi aceite e a Comissão decidiu conceder à empresa um apoio financeiro de 15.342,000 pesetas, no âmbito do FEOGA (Decisão da Comissão C(86) 2100/525).

Por Decisão C(94) 1181 de 6 de Junho de 1994, a Comissão decidiu retirar o apoio concedido e solicitou ao queixoso a devolução do pagamento antecipado no valor de 63.782,712 pesetas.

O queixoso solicitou à Comissão que reconsiderasse a Decisão adoptada, uma vez que a empresa já tinha agido em conformidade com o estipulado no programa.

Em 5 de Outubro de 1999, após uma análise do processo do queixoso, a Comissão respondeu que não existiam elementos que justificassem uma alteração da posição original, o que levou o queixoso a escrever ao Provedor de Justiça. Na sua queixa, aquele alegava que a Decisão da Comissão de solicitar a devolução do pagamento antecipado era injustificada e não suficientemente fundamentada. Segundo o queixoso, a Decisão deveria, por conseguinte, ser anulada.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

A queixa foi transmitida à Comissão. A Comissão transmitiu o seu parecer em 8 de Fevereiro de 2000, no qual informava o Provedor de Justiça de que, tendo em conta as alegações apresentadas pelo queixoso, os seus serviços estavam a analisar novamente a queixa.

<sup>58</sup> JO L 051 , 23/02/77 P. 0001-0006

Uma vez que a análise do processo não estava concluída, a Comissão comprometeu-se a chegar a uma conclusão o mais breve possível e a informar devidamente o Provedor de Justiça.

Em 25 de Abril de 2000, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que tomara finalmente uma decisão relativamente à queixa.

A Comissão explicou que foi exigida a devolução de 63.782,712 pesetas, no seguimento da Decisão da Comissão, adoptada em 6 de Junho de 1994, de cancelar o programa, devido ao beneficiário não ter iniciado ainda qualquer actividade.

Segundo o n.º 2 do Artigo 19º do Regulamento (CEE) do Conselho N.º 355/77:

*“Durante todo o período de intervenção do Fundo, a autoridade ou o organismo designado para este efeito pelo Estado-Membro interessado transmite à Comissão, a seu pedido, todos as peças justificativas e todos os documentos de natureza a garantir que as condições financeiras ou outras impostas para cada projecto sejam respeitadas. (...) A Comissão pode decidir suspender, reduzir, ou suprimir a participação do Fundo (...), se o beneficiário, contrariamente às informações contidas no seu pedido e retomadas na decisão de concessão da participação, não começar, num período de dois anos a contar da notificação desta decisão, a realizar os trabalhos e se não fornecer, antes de expirar este período, garantias suficientes para a execução do projecto. Da decisão é notificado o Estado-Membro interessado assim como o beneficiário.”*

Porém, a Comissão assinalou que, após uma análise cuidadosa da queixa, se depreendeu que a Decisão não pôde ser notificada ao beneficiário. Para ser aplicável, a Decisão devia ser notificada. Uma vez que isso não foi possível, a Comissão concordou em cancelar o pedido de devolução.

A Comissão sublinhou ainda que não previa proceder a uma nova notificação da Decisão C(94) 1181, de 6 de Junho de 1996, uma vez que, segundo as autoridades espanholas, o beneficiário retomara a actividade.

A Comissão informou que ainda estava a examinar a possibilidade de iniciar um novo procedimento no sentido de suspender ou reduzir o subsídio, com base no Regulamento (CEE) do Conselho n.º 4253/88. Nesse caso, os procedimentos seriam iniciados com o envio de uma carta da Comissão ao beneficiário, na qual lhe seria pedido que comentasse as queixas da Comissão.

#### **As observações do queixoso**

Nas suas observações ao parecer da Comissão, o queixoso congratulou-se com a Decisão da Comissão em concordar cancelar o pedido de devolução do pagamento antecipado no valor de 63.782,712 pesetas.

O queixoso agradeceu ainda ao Provedor de Justiça os esforços desenvolvidos no sentido da resolução da queixa e afirmou que considerava que os objectivos da queixa haviam sido plenamente satisfeitos.

#### **A DECISÃO**

Com base na informação fornecida pelo queixoso e no parecer formulado pela Comissão Europeia, depreende-se que a queixa foi resolvida pela Comissão a pleno contento do queixoso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## NÃO ADMISSÃO ÀS PROVAS ESCRITAS DE UM CONCURSO GERAL

*Decisão sobre a queixa 1478/99/OV contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Dezembro de 1999, o Sr. L. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu relativa à sua não admissão nas provas escritas do concurso geral COM/C/3/99, organizado pela Comissão Europeia para o recrutamento de um dactilógrafo(a)s de língua neerlandesa (C5/C4). Segundo o queixoso, os factos relevantes são os seguintes:

Os primeiros testes de selecção decorreram no dia 7 de Julho de 1999. Porém, em 15 de Outubro de 1999, o júri do concurso informou o queixoso de que este não possuía a experiência profissional exigida no ponto IV.B.2 do aviso e que, por conseguinte, não poderia participar nas respectivas provas escritas. No dia 20 de Outubro de 1999, o queixoso enviou uma carta ao júri do concurso, informando que possuía três anos de experiência profissional, adquirida durante o exercício de um cargo como secretário especializado em línguas. A respectiva prova constava dos documentos enviados juntamente com a candidatura.

Na sua carta, o queixoso solicitava o acesso aos resultados obtidos nos testes de selecção e aos motivos circunstanciados que haviam levado à sua exclusão das provas escritas. Porém, o júri do concurso não respondeu às primeiras cartas enviadas e a duas outras mensagens transmitidas por fax em 8 e 11 de Novembro de 1999.

### O INQUÉRITO

Com base na mensagem de correio electrónico, enviada pelo queixoso ao Provedor de Justiça no dia 8 de Dezembro de 1999, depreende-se que, em 6 de Dezembro de 1999, o júri do concurso decidira, por fim, admitir o queixoso às provas escritas, que teriam lugar em 21 de Janeiro de 2000. O queixoso informou o Provedor de Justiça de que estava satisfeito com o resultado.

### A DECISÃO

#### 1 Alegada não-admissão às provas escritas do concurso geral COM/C/3/99

1.1 O queixoso alega que, na sua decisão de 15 de Outubro de 1999, o júri do concurso geral COM/C/3/99 o excluiu das provas escritas por não possuir a experiência profissional exigida no respectivo aviso. O queixoso escreveu, assim, uma carta ao júri do concurso, contestando a referida decisão e solicitando que o informassem sobre os motivos que levaram à sua exclusão das provas escritas. No entanto, o júri não respondeu às cartas enviadas.

1.2 Em 8 de Dezembro de 1999, o queixoso informou o Provedor de Justiça de que o júri do concurso decidira finalmente admiti-lo às provas escritas, que decorreriam em 21 de Janeiro de 2000. O queixoso manifestou o seu contentamento com o resultado obtido.

#### 2 Conclusão

Com base na correspondência do queixoso, datada de 8 de Dezembro de 1999, depreende-se que a Comissão tomou medidas para resolver o assunto, satisfazendo, assim, o queixoso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça Europeu decidiu arquivar a queixa.



## PAGAMENTOS EM DÉBITO POR PARTE DA BIBLIOTECA CENTRAL

*Decisão sobre a queixa 1527/99/MM contra a Comissão Europeia*

Em nome de uma editora alemã, o Sr. P. apresentou, em Dezembro de 1999, uma queixa ao Provedor de Justiça acerca de alegados pagamentos em dívida por parte da biblioteca central da Comissão Europeia. De acordo com a queixa, a biblioteca central devolveu compilações de folhas soltas e livros encomendados mas posteriormente não desejados, mas apenas com um longo atraso e em mau estado, pelo que as devoluções não puderam ser creditadas. Em 10 de Dezembro de 1999, a Comissão Europeia ainda não tinha liquidado 12 facturas no montante de 1.161,59 marcos alemães.

A queixa foi transmitida à Comissão Europeia para que esta emitisse um parecer.

Por carta datada de 2 de Maio de 2000, a queixosa informou o Provedor de Justiça Europeu de que o problema estava resolvido, uma vez que, entretanto, a biblioteca central da Comissão tinha liquidado todos os pagamentos em dívida, permanecendo sua cliente.

O Provedor de Justiça verificou que o caso tinha sido resolvido de forma satisfatória para ambas as partes, tendo decidido arquivar a queixa.

## DISPOSIÇÕES RELATIVAS À RETENÇÃO DO VENCIMENTO DE FUNCIONÁRIOS DA COMISSÃO

*Decisão sobre a queixa 103/2000/GG (Confidencial) contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

A queixosa esteve casada com um funcionário da Comissão Europeia em Bruxelas. Após o divórcio, a queixosa tentou reivindicar o pagamento, por parte do ex-marido, de determinadas quantias em falta. Interpelou, assim, a Comissão com o objectivo de solicitar a retenção do vencimento do ex-marido. Porém, verificou-se que apenas uma pequena parte do vencimento era passível de retenção, uma vez que a Comissão fixara um montante mínimo, não passível de retenção, superior a 1.900 euros por mês. De acordo com a legislação belga, o montante não passível de retenção é 961,82 euros.

A queixosa contestou a abordagem feita pela Comissão.

### O INQUÉRITO

A queixa foi transmitida à Comissão para que esta emitisse o seu parecer.

### Parecer da Comissão

No seu parecer, a Comissão explicou que a sua actuação se devia a um erro cometido no passado, quando fixara um montante mínimo do vencimento de um funcionário comunitário, não passível de retenção, superior ao valor estabelecido pela legislação belga. A Comissão referiu que a queixosa tentara reivindicar os seus direitos na Bélgica e que, consequentemente, deveria ser aplicado o valor mínimo estabelecido pela legislação belga. A Comissão informou o Provedor de Justiça de que iria então tomar as medidas necessárias relativamente à queixa apresentada.

### Observações da queixosa

Nas suas observações, a queixosa agradeceu ao Provedor de Justiça os esforços desenvolvidos. Porém, reservou-se o direito de recorrer novamente ao Provedor de Justiça, caso a Comissão não agisse em conformidade com a legislação belga.

### A DECISÃO

#### 1 Não cumprimento da lei nacional

1.1 A queixosa alegou que a Comissão fixara um valor superior a 1.900 euros por mês como montante mínimo do vencimento dos seus funcionários em Bruxelas não passível de

retenção; em contrapartida, a legislação belga determina que o montante não passível de retenção é de 961,82 euros.

1.2 A Comissão respondeu que a sua actuação se devia a um erro cometido no passado, quando fixara um montante mínimo do vencimento dos seus funcionários, não passível de retenção, superior ao estabelecido pela legislação belga. Afirmou ainda que tomaria as medidas necessárias relativamente à queixa enviada pela queixosa.

1.3 Depreendeu-se que a Comissão realizara esforços no sentido de resolver a questão e de, assim, satisfazer a queixosa.

## 2 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça relativo à presente queixa, depreende-se que a Comissão desenvolveu esforços no sentido de resolver a questão, satisfazendo assim, a queixosa. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## ATRASOS NO PAGAMENTO

*Decisão sobre a queixa 171/2000/IJH contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Janeiro de 2000, o queixoso, Sr. I., alegou que a Comissão não lhe havia pago os honorários e as despesas devidas pelo trabalho que realizara em Bruxelas, em Julho de 1999, e relativamente ao qual enviou uma factura em 26 de Julho de 1999.

Segundo o queixoso, os serviços da Comissão informaram-no acerca dos motivos que originaram os atrasos no pagamento e que tinham a ver com dois elementos das despesas de viagem, que, no todo, representavam 1,25% da factura. O primeiro elemento dizia respeito a bilhetes de metropolitano. A Comissão pediu ao queixoso que devolvesse os bilhetes usados, o que ele fez. O segundo elemento dizia respeito ao percurso escolhido pelo queixoso na sua viagem da Finlândia para Bruxelas. O queixoso afirmou que a Comissão não havia compreendido que era normal os finlandeses residirem, em Julho, na sua casa de férias, o que explicaria o percurso da viagem até Bruxelas.

O queixoso referiu que o atraso no pagamento foi particularmente grave, uma vez que a quantia de 4.000 euros ou seja, 44,2% da factura representavam despesas pagas do seu próprio bolso.

O queixoso aludiu ainda ao inquérito que o Provedor de Justiça efectuou, por iniciativa própria, aos atrasos no pagamento por parte da Comissão (OI/5/99/IJH), e afirmou que, em seu entender, os problemas surgidos se deviam ao controlo financeiro da Comissão, razão pela qual deveria ser introduzido um sistema mais descentralizado para efectuar os pagamentos.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

O parecer da Comissão foi o seguinte:

*“A queixa relativa ao pagamento é justificada. O pagamento foi efectuado com um considerável atraso, tendo havido demoras em todas as fases do processamento, desde os serviços de recepção aos serviços financeiros centrais. Uma parte do atraso deveu-se ao facto de a operação de pagamento não se encontrar em conformidade com as regras de reembolso. O facto de ter sido necessário solicitar informações adicionais ao beneficiário apenas contribuiu para uma pequena parte do atraso e não serve de desculpa.*

*O pagamento foi efectuado em 29 de Fevereiro de 2000 e a data de entrada no banco, segundo a Sincom 2, foi 9 de Março de 2000. Uma carta com um pedido de desculpas foi enviada ao beneficiário, que receberá juros de mora pelos atrasos ocorridos.*

*Os funcionários envolvidos foram instruídos no sentido de procederem ao rápido processamento de operações de pagamentos, mesmo quando estes não estejam, formal ou substancialmente, em plena conformidade com o regulamento.”*

Na data em que deu entrada o parecer da Comissão, o queixoso já tinha informado o Provedor de Justiça de que a Comissão efectuara o pagamento devido. Por conseguinte, seria desnecessário convidar o queixoso a entregar as suas observações relativamente ao parecer da Comissão.

## **A DECISÃO**

### **1 Atrasos no pagamento de honorários e despesas**

1.1 O queixoso alegou que houve um atraso no pagamento dos seus honorários e despesa, por parte da Comissão, superior a sete meses. A Comissão admitiu que a queixa era justificada e efectuou o pagamento devido, acrescido dos juros de mora e de um pedido de desculpas ao queixoso. Por conseguinte, a Comissão tomou medidas no sentido de resolver a questão, satisfazendo assim o queixoso.

### **2 Causas dos problemas que estão na origem dos atrasos no pagamento**

2.1 O queixoso teceu igualmente comentários acerca das causas dos atrasos ocorridos com o pagamento. Considerou que os problemas se prendiam com o controlo financeiro da Comissão e que devia ser introduzido um sistema mais descentralizado de efectuar os pagamentos.

2.2 A Comissão declarou que o pagamento foi efectuado com um considerável atraso e que houve demoras em todas as etapas do processo, desde os serviços de recepção aos serviços financeiros centrais.

2.3 Os pareceres acima referidos serão tomados em consideração no inquérito que o Provedor de Justiça efectuou, por iniciativa própria, aos atrasos no pagamento por parte da Comissão (OI/5/99/IJH).

### **3 Conclusão**

Do parecer da Comissão e das observações do queixoso, depreende-se que a Comissão desenvolveu esforços no sentido de resolver a questão e, por conseguinte, de satisfazer o queixoso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## **ATRASOS NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE UM PERITO**

*Decisão sobre a queixa 269/2000/IJH contra a Comissão Europeia*

## **A QUEIXA**

Em Fevereiro de 2000, o professor A. apresentou uma queixa pelo facto de a Comissão não ter remunerado os seus serviços, prestados no âmbito da avaliação de propostas de financiamento, apresentadas ao abrigo do programa para aumentar o potencial humano, inscrito no quinto programa-quadro. O trabalho foi realizado em Bruxelas, em Setembro de 1999, e a respectiva factura foi enviada logo após o seu regresso à Suécia. Apesar de ter obtido várias garantias de que a sua reclamação seria analisada, o pagamento não foi efectuado até à data de apresentação da queixa. O queixoso reclamou o pagamento do montante em falta e dos respectivos juros.

No seu parecer, a Comissão explicou que o queixoso apresentara uma factura no valor de 2.032,52 euros, em 23 de Setembro de 1999. A factura não foi enviada ao departamento financeiro porque ainda não tinham dado entrada todas as facturas do painel de especialistas. De modo a acelerar o procedimento, esta prática foi recentemente alterada, sendo agora as facturas enviadas ao departamento financeiro logo após a sua recepção.

O departamento financeiro recebeu o processo no dia 15 de Novembro de 1999. Devido ao volume de trabalho no final do ano fiscal e à introdução de uma nova ferramenta para verificação e validação das entradas no livro de registos de terceiros da Comissão, o processo do queixoso apenas foi validado pelo departamento financeiro no dia 11 de Janeiro de 2000.

Este atraso foi agravado por atrasos adicionais de ordem técnica, devido à reabertura de contas no ano 2000. A ordem de pagamento foi finalmente aprovada em 10 de Fevereiro de 2000 e enviada ao banco em 22 de Março de 2000.

A Comissão expressou o seu pesar e apresentou um pedido de desculpas pelos atrasos. Um pagamento adicional de 24,33 euros referente a juros de mora foi autorizado em 21 de Março de 2000.

Na data em que deu entrada o parecer da Comissão, o queixoso já havia informado o Provedor de Justiça de que a Comissão efectuara o respectivo pagamento e de que a sua reclamação fora satisfeita. Por conseguinte, afigurou-se desnecessário convidar o queixoso a apresentar as suas observações relativas ao parecer.

### *A DECISÃO*

1 O queixoso alegou que a Comissão não havia pago os serviços prestados. Reclamou o pagamento, bem como os respectivos juros de mora pelo atraso ocorrido.

2 A Comissão efectuou o pagamento devido e concordou igualmente em pagar juros de mora. A Comissão exprimiu o seu pesar e apresentou um pedido de desculpas ao queixoso pelo atraso. Explicou ainda os motivos do atraso e as medidas tomadas para evitar, no futuro, a ocorrência de semelhantes situações.

3 A Comissão tomou medidas no sentido de resolver a questão e de satisfazer o queixoso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça Europeu decidiu arquivar a queixa.

### **ATRASO NO PAGAMENTO DE SUBSÍDIO**

*Decisão sobre a queixa 379/2000/OV contra a Comissão Europeia*

### *A QUEIXA*

Em Março de 2000, o Sr. J. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu em nome do Gemeentelijke Cultuurraad Waasmunster, relativa ao atraso no pagamento, por parte da Comissão, de um subsídio de 1.700 euros no âmbito de um programa de geminação de cidades.

Em 16 de Junho de 1999, o queixoso foi informado pela Comissão (DG X – Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual) de que receberia um subsídio de 3.100 euros para o município de Waasmunster, no âmbito de um programa de geminação de cidades. A Comissão informou ainda o queixoso de que concederia mais 1.700 euros para as despesas de deslocação do município convidado de Kranjska Gora. Quem pagou estas despesas de deslocação foi o município belga.

Em 30 de Agosto de 1999, o queixoso enviou à Comissão todos os documentos necessários. Segundo a nota explicativa relativa à concessão do subsídio, o pagamento deveria ter ocorrido a 60 dias, ou seja, em 30 de Outubro de 1999. O montante de 3.100 euros foi pago

a 30 de Novembro de 1999. Contudo, os 1.700 euros restantes ainda não tinham sido pagos.

O queixoso fez vários telefonemas para a Comissão. A DG X respondeu que o processo se tinha perdido, que o pagamento seria feito em breve, ou que tinha havido uma mudança de pessoal no departamento financeiro. Consequentemente, em 16 de Março de 2000, o queixoso apresentou a presente queixa ao Provedor de Justiça.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão observou que alguns documentos em falta (o relatório final e o formulário de aceitação do subsídio) tinham sido enviados à Comissão em 17 de Janeiro de 2000. Estes documentos tinham sido solicitados pela Comissão em 10 de Dezembro de 1999 e, entretanto, foi obviamente necessário suspender o pagamento.

A Comissão teve, contudo, o prazer de informar o Provedor de Justiça de que o montante solicitado pelo queixoso tinha sido entretanto pago. A ordem de pagamento foi dada em 2 de Maio de 2000 e o montante deveria já ter chegado à conta bancária do queixoso.

#### **Observações do queixoso**

Num telefonema de 29 de Agosto de 2000, o queixoso informou o gabinete do Provedor de Justiça de que considerava a questão resolvida.

### *A DECISÃO*

#### **1 Alegado atraso no pagamento de 1.700 euros por parte da Comissão**

1.1 O queixoso alegou que a Comissão ainda não tinha pago o subsídio de 1.700 euros relativo às despesas de deslocação do município convidado de Kranjska Gora, apesar de ter enviado, em 30 de Agosto de 1999, todos os documentos necessários e de, segundo a nota explicativa, o pagamento dever ter ocorrido a 60 dias da recepção desses documentos.

1.2 A Comissão afirmou que alguns documentos em falta (o relatório final e o formulário de aceitação do subsídio) só lhe tinham sido enviados em 17 de Janeiro de 2000. Todavia, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que o montante solicitado pelo queixoso tinha sido entretanto pago, tendo a ordem de pagamento sido dada em 2 de Maio de 2000. O queixoso informou o gabinete do Provedor de Justiça de que considerava a questão resolvida.

#### **2 Conclusão**

Do parecer da Comissão e das observações do queixoso, depreende-se que a Comissão pagou o montante de 1.700 euros em dívida, tendo, por conseguinte, desenvolvido esforços no sentido de resolver a questão, satisfazendo o queixoso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

**ACORDO NO  
SEGUIMENTO DE  
UM LITÍGIO  
RELATIVO A UM  
CONTRATO DE  
TRABALHO**

*Decisão sobre a queixa 491/2000/ADB contra a Comissão Europeia*

**A QUEIXA**

A queixosa, de nacionalidade francesa, tinha trabalhado como contabilista para a Delegação da Comissão Europeia no Chade, com um contrato de agente local, desde 1/11/1988. Em 1998, a queixosa recebeu, em primeiro lugar, uma advertência disciplinar, tendo sido posteriormente despedida em Março de 1999. Alegadamente, perdeu alguns documentos e os seus superiores suspeitavam que tivesse estreitas relações com uma empresa que participava em concursos para contratos do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

A queixosa discordou das razões e das condições do seu despedimento. Uma vez que as diligências administrativas e o processo de conciliação previstos pelo contrato de trabalho não tiveram sucesso, apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, tendo feito as seguintes alegações:

- 1 O Chefe da Delegação da Comissão Europeia no Chade abusou dos seus poderes.
- 2 A Comissão não seguiu o procedimento disciplinar adequado.
- 3 A queixosa foi discriminada e tratada injustamente.
- 4 A Comissão recusou-se a responder à queixosa no âmbito do processo de arbitragem previsto no seu contrato de trabalho, não tendo encontrado uma resolução amigável da questão.

A queixosa solicitou a sua reintegração no lugar que ocupava na Comissão, bem como a reclassificação do seu lugar. Para além disso, solicitou o pagamento dos salários correspondentes ao período de inactividade, bem como uma indemnização por danos. Para o caso da Comissão recusar a sua reintegração, propôs um acordo financeiro.

**O INQUÉRITO**

**Parecer da Comissão Europeia**

A Comissão informou o Provedor de Justiça Europeu de que tinha chegado a acordo com a queixosa. Ambas as partes fizeram concessões, tendo sido assinado um acordo formal em 1 de Junho de 2000. Este terminou todas as acções que derivaram do contrato de trabalho entre a queixosa e a Comissão.

**Observações da queixosa**

A queixosa não apresentou quaisquer observações.

**INQUÉRITO COMPLEMENTAR**

Em 22 de Novembro de 2000, a Provedoria de Justiça contactou o advogado da queixosa em Jamena. Este confirmou que tinha sido alcançado um acordo satisfatório entre a queixosa e a Comissão.

**A DECISÃO**

**1 Condições e seguimento do despedimento da queixosa**

1.1 A queixosa alegou que as condições do seu despedimento pela Delegação da Comissão Europeia no Chade eram injustas e que a Comissão não tinha aplicado os procedimentos adequados. Por conseguinte, solicitava uma indemnização.

1.2 A Comissão informou o Provedor de Justiça de que, em 1 de Junho de 2000, tinha chegado a acordo com a queixosa.

1.3 A Provedoria de Justiça contactou o advogado da queixosa que confirmou que esta considerava o caso solucionado.

## 2 Conclusão

Do parecer da Comissão Europeia e das indicações do advogado da queixosa, depreende-se que a Comissão empreendera esforços no sentido de resolver a questão, satisfazendo, assim, a queixosa. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

### 3.2.4 O Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia

#### ANTI-DUMPING: ALEGADO ATRASO EXCESSIVO E DISCRIMINAÇÃO

*Decisão sobre a queixa 1487/99/IJH contra o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Dezembro de 1999, o advogado Clifford Chance apresentou uma queixa em nome da firma N. Ltd contra o Conselho e a Comissão. N. Ltd, uma empresa com sede na União Europeia, é uma filial a 100% de uma empresa japonesa que exporta grandes condensadores electrolíticos de alumínio (GCEA).

De acordo com a queixosa, os factos relevantes foram os seguintes:

Em 1992, foram impostos direitos anti-dumping definitivos sobre as importações de GCEA do Japão, através do Regulamento nº 3482/92. Em 1997, a Comissão deu início a um processo anti-dumping contra as importações de GCEA dos EUA e da Tailândia. Simultaneamente, a Comissão iniciou um reexame dos direitos aduaneiros anti-dumping existente sobre os GCEA provenientes do Japão.

Em 26 de Janeiro de 1999, a Comissão propôs ao Conselho a imposição de direitos definitivos sobre os GCEA provenientes dos EUA e da Tailândia. O Conselho não aceitou a proposta e os direitos provisórios em vigor na altura caducaram em 28 de Fevereiro de 1999.

Em 21 de Maio de 1999, a Comissão avisou oficialmente a N. Ltd da sua intenção de propor ao Conselho o encerramento do processo de reexame do direito anti-dumping imposto pelo Regulamento nº 3482/92, sem criação de medidas. Isto levaria à revogação do direito sobre as exportações de GCEA provenientes do Japão. A Comissão concordou com o facto de que a manutenção dos direitos sobre as exportações de GCEA provenientes do Japão sem a existência de direitos correspondentes sobre os GCEA provenientes dos EUA e da Tailândia constituiria uma discriminação ilegal.

A Comissão reafirmou essa intenção numa carta datada de 27 de Outubro de 1999. Todavia, à data da queixa, a Comissão ainda não tinha apresentado ao Conselho a proposta de encerrar o processo de reexame. O Conselho também não tinha instado a Comissão a fazer qualquer proposta.

Na queixa ao Provedor de Justiça, a N. Ltd. alegou que a Comissão e o Conselho não tinham tomado as medidas necessárias e adequadas para encerrar o processo de reexame dos direitos anti-dumping sobre as importações de GCEA do Japão, o que tinha resultado num atraso excessivo e numa discriminação ilegal.

#### O INQUÉRITO

A queixa foi transmitida ao Conselho e à Comissão para que emitissem os respectivos pareceres.



### Parecer da Comissão

O parecer da Comissão realçou o facto de que, em 13 de Dezembro de 1999, a Comissão adoptou uma proposta de regulamento do Conselho que encerra o contestado processo de reexame das medidas de direito anti-dumping. Esta proposta foi formalmente apresentada ao Conselho no mesmo dia (Documento COM (1999) 668 final). Por carta datada de 13 de Dezembro de 1999, a N. Ltd foi informada deste facto e recebeu uma cópia da proposta. O reexame foi formalmente encerrado em 27 de Janeiro de 2000 pelo Regulamento (CE) n.º 173/2000 do Conselho<sup>59</sup> de 24 de Janeiro de 2000.

Segundo a Comissão, o reexame foi efectuado diligentemente e em estrita conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis. Para além disso, a N Ltd., tratando-se de uma parte interessada, foi mantida totalmente informada em todas as fases das conclusões das instituições e da acção proposta.

Em 21 de Maio de 1999, a Comissão informou as partes interessadas sobre a sua proposta de encerramento do processo de reexame com base na não discriminação. Em 31 de Maio e 22 de Junho de 1999, outro exportador japonês levantou a questão do encerramento retroactivo do processo anti-dumping a partir da data em que se iniciou a discriminação. Esta reclamação levantou novas e difíceis questões legais e políticas. A reclamação de retroactividade foi por fim aceite e as partes interessadas, incluindo a N. Ltd, foram devidamente informadas em 27 de Outubro de 1999.

Mesmo que a Comissão tivesse utilizado o documento de 21 de Maio de 1999 para a sua proposta ao Conselho, o contestado reexame poderia ter sido encerrado, na melhor das hipóteses, em Setembro de 1999 (tendo em conta os mecanismos internos de tomada de decisões da Comissão e do Conselho). Levando em linha de conta a reclamação de retroactividade, as instituições conseguiram encerrar o processo de reexame em Janeiro de 2000, mas com efeitos retroactivos a partir de 28 de Fevereiro de 1999. Tal permite que a N. Ltd. seja elegível para o reembolso de 10 meses de direitos anti-dumping pagos. Por outras palavras, o tempo suplementar que as instituições demoraram resultou numa decisão significativamente mais favorável para a N. Ltd. Para além disso, tendo em conta a complexidade das questões em causa, o processo de consulta imposto pelo regulamento de base e as traduções necessárias para a proposta da Comissão, numa altura de actividade política intensa (actualizações da Agenda 2000) e, consequentemente, o grande volume de outros documentos a traduzir, o tempo suplementar levado pela Comissão para a adopção da proposta (cerca de 3 meses) deveria ser considerado bastante reduzido.

Por conseguinte, a Comissão rejeitou as alegações da queixosa e considerou que, face à adopção de um Regulamento que encerra o processo de reexame, a queixa deixou de ter razão de ser.

### Parecer do Conselho

O parecer do Conselho continha as seguintes observações preliminares:

*“A presente queixa procura o reexame de uma acção do Conselho no domínio das medidas anti-dumping (e, por conseguinte, da política comercial ao abrigo do artigo 133º do Tratado CE). Ao adoptar um regulamento ao abrigo do regulamento de base anti-dumping<sup>60</sup> (com base numa proposta da Comissão), o Conselho não age no âmbito de uma capacidade administrativa, mas sim legislativa. Consequentemente, o Conselho é da opinião que o conteúdo da presente queixa é de natureza judicial, e não administrativa.*

*Sobre este aspecto, o Conselho gostaria de salientar que os queixosos inicialmente enviaram uma comunicação ao Conselho e à Comissão (datada de 18 de Outubro de*

<sup>59</sup> JO L de 22.01.2000.

<sup>60</sup> Regulamento (CE) N.º 384/96 do Conselho de 22 de Dezembro de 1995 relativo à defesa contra as importações objectivo de dumping de países não membros da Comunidade Europeia, 1996 JO L56/1.

1999) como etapa preliminar para um procedimento judicial ao abrigo do artigo 232º do Tratado CE.”

No que diz respeito ao conteúdo da queixa, o Conselho salientou que, embora seja verdade que ao abrigo do artigo 208º do Tratado CE, o Conselho pode solicitar à Comissão que efectue estudos e que submeta propostas adequadas, torna-se claro que o Conselho não tem qualquer obrigação de o fazer (“pode”). O Conselho sublinhou também que, mesmo que solicite à Comissão que apresente uma proposta ao abrigo desta disposição, a Comissão não tem qualquer obrigação legal de o fazer.

Em qualquer caso, ao abrigo do regulamento de base anti-dumping, que estabelece as condições e os procedimentos para a imposição de direitos anti-dumping, há uma clara separação de responsabilidades entre a Comissão e o Conselho. A Comissão tem a responsabilidade de iniciar e efectuar processos de reexame e de submeter propostas ao Conselho, quer se destinem a encerrar os processos de reexame quer a manter os direitos em vigor.

O Conselho só pode actuar com base numa proposta da Comissão, o que pressupõe que a Comissão tenha concluído o inquérito de reexame. Ainda sobre este aspecto, o Conselho salientou também que a continuação da imposição de direitos anti-dumping enquanto o inquérito de reexame está ainda em curso resulta directamente do primeiro parágrafo do nº 2 do artigo 11º do regulamento de base anti-dumping.

O Conselho salientou também que o contestado processo de reexame foi encerrado pelo Regulamento (CE) N.º 173/2000 do Conselho. Por conseguinte, o Conselho considerou ter tomado as medidas necessárias para remediar a situação da queixosa, pelo que a queixa desta deixa de ter razão de ser.

### Observações da queixosa

O parecer da Comissão, que chegou antes do Conselho, foi transmitido à queixosa. Nas suas observações ao parecer da Comissão, a queixosa reconheceu que o encerramento do processo de reexame dos direitos anti-dumping através do Regulamento (CE) N.º 173/2000 do Conselho tinha satisfeito as suas pretensões. Agradeceu também ao Provedor de Justiça o tratamento atempado da queixa e à Comissão o cuidado tido no seu parecer sobre a queixa.

Face às observações da queixosa sobre o parecer da Comissão, afigurou-se desnecessário transmitir à queixosa o parecer do Conselho para que formulasse possíveis observações.

## A DECISÃO

### 1 Competência do Provedor de Justiça para tratar a queixa

1.1 O Conselho e a Comissão não contestaram a competência do Provedor de Justiça Europeu para tratar a queixa. Contudo, o Conselho observou que “*ao adoptar um regulamento ao abrigo do regulamento de base anti-dumping<sup>61</sup>, o Conselho não age no âmbito de uma capacidade administrativa, mas sim legislativa. Consequentemente, o Conselho é da opinião que o conteúdo da presente queixa é de natureza judicial, e não administrativa.*” O Conselho salientou também que os queixosos tinham enviado uma comunicação ao Conselho e à Comissão como etapa preliminar para um procedimento ao abrigo do artigo 232º do Tratado CE.

1.2 Quanto ao comentário sobre a natureza legislativa da actividade do Conselho relativamente ao anti-dumping, o Provedor de Justiça salienta que é bem sabido que a catego-

<sup>61</sup> Regulamento (CE) N.º 384/96 do Conselho de 22 de Dezembro de 1995 relativo à defesa contra as importações objectivo de *dumping* de países não membros da Comunidade Europeia, 1996 JO L56/1.

rização formal de um acto comunitário como Regulamento ou Decisão não implica necessariamente que este tenha, respectivamente, características legislativas ou administrativas. O Provedor de Justiça não considera, portanto, que a possibilidade geral de um caso de má administração na actividade do Conselho relativamente ao anti-dumping possa ser excluída como questão de princípios.

1.3 No que diz respeito ao comentário sobre a natureza “judicial” da queixa, o Provedor de Justiça lembra que o artigo 195º do Tratado CE exclui a possibilidade de realização de um inquérito se os factos invocados forem ou tiverem sido objecto de processo jurisdicional. Se o processo jurisdicional tiver início após a abertura de um inquérito pelo Provedor de Justiça, este deverá pôr fim à sua análise da queixa e arquivar os resultados dos inquéritos a que tenha procedido até essa altura, sem tomar medidas adicionais, de acordo com o n.º 7 do artigo 2º do Estatuto do Provedor de Justiça. Nenhuma das disposições acima mencionadas se aplica ao caso em apreço.

1.4 Quanto ao comentário de que a queixosa teria enviado uma comunicação ao Conselho e à Comissão como etapa preliminar ao abrigo do artigo 232º do Tratado CE,<sup>62</sup> o Provedor de Justiça salienta que tal comunicação não constitui, por si só, o início de um processo judicial mas, pelo contrário, é um passo preliminar necessário para os processos judiciais. O Provedor de Justiça lembra também que, no âmbito do regime estabelecido pelo Tratado, a mera possibilidade de um queixoso poder intentar um processo judicial não impede o Provedor de Justiça de realizar um inquérito.

1.5 Dever-se-á também salientar que as condições de admissibilidade previstas pelo artigo 232.º se relacionam apenas com processos nos tribunais comunitários. A admissibilidade das queixas apresentadas ao Provedor de Justiça não é regida pelo artigo 232º, mas antes pelo artigo 195º do Tratado CE e pelo Estatuto do Provedor de Justiça.

1.6 Segundo o n.º 4 do artigo 2º do Estatuto, uma queixa deve ser precedida das diligências administrativas necessárias junto das instituições ou organismos em causa. Ao determinar se esta condição é cumprida, o Provedor de Justiça tem sempre em mente que a sua finalidade é a de garantir que a instituição ou o organismo em causa tenham a possibilidade de corrigir a sua conduta ou de, pelo menos, se explicar, antes da apresentação da queixa ao Provedor de Justiça. Ao decidir-se sobre a admissibilidade da queixa em apreço, o Provedor de Justiça considerou que esta condição teria sido cumprida, ainda que a queixosa não tivesse avisado as instituições em causa em conformidade com o artigo 232º do Tratado CE.

## 2 Alegação de atraso excessivo que levou a uma discriminação ilegal

2.1 A queixosa alegou que a Comissão e o Conselho não tinham tomado as medidas necessárias e adequadas para encerrar o processo de reexame das medidas anti-dumping sobre as importações de grandes condensadores electrolíticos de alumínio do Japão, o que tinha resultado num atraso excessivo e numa discriminação ilegal.

2.2 A Comissão e o Conselho responderam em pormenor às alegações da queixosa e consideraram que, face à adopção do Regulamento nº 173/2000<sup>63</sup> do Conselho, que encerra o processo de reexame, a queixa deixara de ter razão de ser.

---

<sup>62</sup> Cujo parágrafo relevante indica:

*“Este recurso só é admissível se a Instituição em causa tiver sido previamente convidada a agir. Se, decorrido um prazo de dois meses a contar da data do convite, a Instituição não tiver tomado posição, o recurso pode ser introduzido dentro de novo prazo de dois meses.”*

<sup>63</sup> JO L de 22.01.2000.

2.3 A queixosa reconheceu que o encerramento do processo de reexame do direito anti-dumping através do Regulamento supramencionado tinha satisfeito as suas pretensões.

### 3 Conclusão

Dos pareceres do Conselho e da Comissão e das observações da queixosa, depreende-se que as instituições desenvolveram esforços no sentido de resolver a questão e, por conseguinte, de satisfazer a queixosa. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## 3.3 SOLUÇÃO AMIGÁVEL ALCANÇADA PELO PROVEDOR DE JUSTIÇA

### A Comissão Europeia

#### PAGAMENTO DE JUROS DE MORA

*Decisão sobre a queixa 390/99/ADB contra a Comissão Europeia.*

#### A QUEIXA

A firma Popignon SARL levou a cabo um estudo por contrato celebrado com o Ministério da Agricultura de Marrocos, financiado por fundos comunitários. A factura relativa ao contrato foi enviada em Abril de 1998 ao adjudicatário mas só foi de facto paga pela Comissão em Abril de 1999. Consequentemente, os queixosos, proprietários da Popignon SARL, decidiram apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu, tendo em vista a obtenção do pagamento de juros de mora. Os queixosos solicitaram o pagamento de 10% (ou seja, € 1.706,57) da transferência bancária final feita pela Comissão Europeia.

#### O INQUÉRITO

##### Parecer da Comissão

A Comissão explicou que o atraso, em primeiro lugar, se deveu à decisão inicial do Ministério da Agricultura de Marrocos de contestar a factura. Posteriormente, o Ministério decidiu aceitar a factura e solicitou à Comissão Europeia o respectivo pagamento. Este pedido foi transmitido pela Delegação da Comissão em Rabat, tendo chegado a Bruxelas em 11 de Novembro de 1998.

Quando o pedido de pagamento estava prestes a ser processado pela Comissão Europeia, a rubrica orçamental correspondente já estava esgotada. As novas dotações provenientes do orçamento de 1999 só foram disponibilizadas no final de Fevereiro de 1999. O pedido de pagamento foi apresentado em 8 de Março de 1999, tendo os queixosos sido reembolsados em 6 de Abril de 1999.

A Comissão salientou que tem por política o pagamento de juros de mora. Contudo, considerou que no caso em apreço, a reclamação de juros resultou do contrato entre a Popignon SARL e o Ministério da Agricultura marroquino, pelo que deveria ser dirigida a essa entidade. Para além disso, a questão dos juros de mora não poderia ser discutida com base nas reivindicações apresentadas pelos queixosos.

#### Observações dos queixosos

Os queixosos consideraram a Comissão responsável pelo atraso ocorrido entre o dia da recepção do pedido de pagamento (11 de Novembro de 1998) e a data em que o pagamento foi efectuado (6 de Abril de 1999). Dado que a Comissão se comprometia a efectuar os pagamentos a 2 meses, os queixosos solicitaram o pagamento de juros de mora pelo período entre 11 de Janeiro de 1999 e 6 de Abril de 1999.

Os queixosos basearam o seu cálculo do montante a pagar (ou seja, 1% do preço global do contrato por semana de atraso) no contrato assinado com as autoridades marroquinas.

### Diligências do Provedor de Justiça para alcançar uma solução amigável

Após um exame atento do parecer e das observações, o Provedor de Justiça considerou que a Comissão não tinha respondido adequadamente à reclamação dos queixosos.

A Comissão comprometeu-se a efectuar os pagamentos num período de 60 dias. No caso em apreço, os queixosos não comprovaram que a Comissão devesse ser responsabilizada pelo atraso que surgiu devido às acções do Ministério marroquino. Todavia, a conclusão provisória do Provedor de Justiça era a de que a Comissão deveria ser responsabilizada pelo período de tempo decorrido após a recepção do pedido de pagamento. Consequentemente, o facto de a Comissão se ter recusado a pagar juros de mora pelo período de tempo que excedeu os 60 dias após a recepção do pedido de pagamento afigurou-se um caso de má administração.

A Comissão não estava vinculada pelos termos do contrato entre as autoridades marroquinas e os queixosos, pelo que o Provedor de Justiça propôs que os juros a pagar aos queixosos fossem calculados com base na proposta da Comissão contida na nota interna SEC(97)1205<sup>64</sup>, ou seja, em conformidade com as normas de execução de algumas disposições do Regulamento Financeiro, de 21 de Dezembro de 1977<sup>65</sup>.

A Comissão aceitou a proposta do Provedor de Justiça. Segundo os cálculos da Comissão, os juros a pagar ascendiam a 195,67 euros. Em 29 de Junho de 2000, os queixosos aceitaram a proposta da Comissão.

## A DECISÃO

### 1 Recusa por parte da Comissão em pagar juros de mora

1.1 Os queixosos decidiram apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu para obter o pagamento de juros de mora. Os queixosos solicitaram o pagamento de 10% da transferência bancária final feita pela Comissão Europeia.

1.2 A Comissão recusou-se a pagar os juros com base no cálculo efectuado pelos queixosos, que remetia para o contrato assinado entre os queixosos e as autoridades marroquinas.

1.3 Na perspectiva do Provedor de Justiça, a Comissão só poderia ser responsabilizada pelos atrasos causados pelas suas próprias acções. Para além disso, a Comissão não estava vinculada pelas penalizações contratuais por atrasos previstos no contrato supramencionado.

---

<sup>64</sup> “III., n° 9: A taxa de juro será determinada do mesmo modo que a taxa aplicada aos devedores da Comissão (artigo 94° do Regulamento que estabelece normas de execução de algumas disposições do Regulamento Financeiro (...))”

<sup>65</sup> Regulamento (Euratom, CECA, CE) n° 3418/93 da Comissão, de 9 de Dezembro de 1993, que estabelece normas de execução de algumas disposições do Regulamento Financeiro de 21 de Dezembro de 1977.

Artigo 94°

1. Qualquer crédito não reembolsado na respectiva data de vencimento vence juros segundo as seguintes disposições:

- no que se refere aos créditos expressos em ecus: à taxa de juro aplicada pelo Fundo Europeu de Cooperação Monetária para as suas operações em ecus (taxa publicada mensalmente no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, série C), acrescida de um ponto e meio,
- no que se refere aos créditos expressos em moeda nacional: à taxa de juro interbancária (IBOR) vencedora a três meses no mercado em causa, acrescida de um ponto e meio.

2. A taxa de juro aplicável é a vigente durante o mês correspondente ao da data de vencimento.

3. O montante dos juros é calculado a partir da data do vencimento, fixada na ordem de cobrança, até ao dia do reembolso integral da dívida.

1.4 Assim sendo, por forma a alcançar uma solução amigável, de acordo com o n.º 5 do artigo 3º do Estatuto, o Provedor de Justiça propôs que a Comissão calculasse os juros a pagar com base na sua própria nota interna sobre pagamentos em atraso (SEC(97)1205).

1.5 Subsequentemente, a Comissão aceitou a proposta do Provedor de Justiça e concordou em pagar os juros de mora. Os queixosos aceitaram receber o montante proposto pela Comissão.

## 2 Conclusão

Na sequência do inquérito do Provedor de Justiça, foi obtida uma solução amigável entre a Comissão e os queixosos, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### 3.4 QUEIXAS ARQUIVADAS QUE FORAM ACOMPANHADAS DE UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

#### 3.4.1 O Parlamento Europeu

#### FUNCIONÁRIOS - INFORMAÇÃO INCORRECTA RELATIVA A UM SUBSÍDIO DIÁRIO

*Decisão sobre a queixa 288/99/ME contra o Parlamento Europeu*

#### A QUEIXA

Em Março de 1999, a queixosa apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu. A queixosa trabalhava no serviço de tradução do Parlamento Europeu há já quase um ano quando abandonou o serviço. Na sua queixa, alegava principalmente o seguinte:

Por carta datada de 5 de Dezembro de 1997, a queixosa recebeu uma proposta de emprego do Parlamento, que aceitou. A carta afirmava que a queixosa receberia, ao abrigo das condições e limitações estabelecidas pelo artigo 69º do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades Europeias, um subsídio diário no valor de 2.206 francos belgas nos primeiros 15 dias e, daí em diante, no valor de 1.027 francos belgas. Todavia, segundo a queixosa, nunca recebeu o subsídio diário indicado na carta. A queixosa apresentou uma queixa ao Parlamento, ao abrigo do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários, mas sem sucesso. A queixosa anexou cópias da correspondência mantida com o Parlamento. A correspondência mostrava que o Parlamento se tinha referido à taxa do subsídio diário aplicável a um funcionário que tinha direito a subsídio familiar. Contudo, a queixosa não tinha direito a subsídio familiar, pelo que a administração do Parlamento aplicou uma taxa inferior. Segundo o Parlamento, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, as informações que não estejam de acordo com o Estatuto dos Funcionários não podem criar uma confiança legítima, à qual o Parlamento fique vinculado. O Parlamento lamentou o erro. A queixosa alegou agir de boa fé, pois não tinha recebido o documento sobre o regime aplicável aos outros agentes das Comunidades Europeias, pelo que não podia verificar as informações fornecidas na carta. A queixosa solicitou o pagamento do subsídio que lhe havia sido prometido.

#### O INQUÉRITO E AS DILIGÊNCIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA PARA ALCANÇAR UMA SOLUÇÃO AMIGÁVEL

Após um exame atento da queixa e dos documentos enviados pela queixosa em relação à mesma, o Provedor de Justiça considerou existir um caso *prima facie* de má administração. Concluiu, além disso, que ainda era possível remediar esta situação, pelo que, de acordo com o n.º 5 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça<sup>66</sup>, contactou o Parlamento, por escrito, no sentido de procurar uma solução amigável para a queixa. Uma vez que o Procurador de Justiça concluiu que a posição do Parlamento sobre a questão já estava claramente indicado na correspondência mantida com a queixosa, solicitou ao Parlamento que planeasse uma reunião para debater as possibilidades de uma solução amigável. Em 29 de Junho de 1999, realizou-se uma reunião entre os serviços do Provedor

<sup>66</sup>

“Na medida do possível, o Provedor de Justiça procurará encontrar, juntamente com a instituição ou organismo em causa, uma solução susceptível de eliminar os casos de má administração e de dar satisfação à queixa apresentada.”



em nome da queixosa. Concluiu-se que os representantes do Parlamento explorariam as possibilidades de uma solução amigável e informariam do facto o Provedor de Justiça.

### **Parecer do Parlamento**

Após a reunião em Junho de 1999, o Parlamento enviou o seu parecer ao Provedor de Justiça em Dezembro de 1999. No seu parecer, o Parlamento afirmou que estava ciente de que a queixosa tinha sido incorrectamente informada acerca do montante do subsídio diário relativo à oferta de emprego. Todavia, a carta referia também o facto de que o subsídio diário seria pago ao abrigo das limitações estabelecidas pelo artigo 69º do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades Europeias. Segundo a jurisprudência dos tribunais comunitários, as informações ou promessas incompatíveis com as disposições do Estatuto não podem criar confiança legítima. Assim sendo, o facto de ter sido fornecida informação incorrecta não poderia dar azo a indemnização por danos, em violação das disposições em vigor. Consequentemente, o Parlamento não entendia que a queixosa, de um ponto de vista jurídico, tivesse direito a receber um montante superior ao que já lhe havia sido pago. Na ausência de uma base jurídica, o Parlamento estaria a desrespeitar o Estado de direito se pagasse à queixosa um montante que não pudesse ser justificado por quaisquer disposições. Consequentemente, o Parlamento não podia propor uma solução amigável para a queixa. Todavia, assegurou ao Provedor de Justiça que tinha empreendido esforços no sentido de evitar a ocorrência de situações semelhantes no futuro.

### **Observações da queixosa**

Nas suas observações, a queixosa manteve a queixa. Salientou também que deveria poder confiar no facto de as informações fornecidas na proposta serem correctas e que não teve qualquer possibilidade de confirmar as informações fornecidas na carta, pois não recebeu uma cópia das disposições em causa.

## **A DECISÃO**

### **1 Recusa do Parlamento em pagar à queixosa os subsídios diários prometidos na proposta**

1.1 A queixosa afirmou que, na carta datada de 5 de Dezembro de 1997, lhe havia sido prometido um certo montante de subsídio diário ao assumir as suas funções na direcção de tradução do Parlamento. Contudo, afirmou que nunca recebeu o subsídio diário indicado na carta.

1.2 O Parlamento admitiu ter fornecido informações incorrectas sobre o subsídio diário da queixosa. Todavia, afirmou também que a queixosa tinha sido informada de que o subsídio diário seria pago ao abrigo das limitações estabelecidas no artigo 69.º do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades Europeias.

1.3 O Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância têm sistematicamente estabelecido que o princípio da confiança legítima não pode ser utilizado como base por uma entidade que tenha cometido uma infracção manifesta das normas em vigor; consequentemente, e também conforme é claramente expresso pelo Tribunal de Justiça, as promessas que não levam em linha de conta as disposições em vigor não podem suscitar confiança legítima da parte da pessoa em questão, mesmo que se prove que foram feitas<sup>67</sup>. Por conseguinte, a queixosa não tinha qualquer direito de exigir o pagamento do subsídio diário que lhe havia sido prometido pelo Parlamento, uma vez que o montante indicado pelo Parla-

<sup>67</sup>

Processo 67/84 *Sideradria contra Comissão* CJ 1985 p. 3983, parágrafo 21, Processo 162/84 *Vlachou contra Tribunal de Contas* CJ 1986 p. 481, parágrafo 6, Processo T-123/89 *Chomel contra Comissão* CJ 1990 p. II-131, parágrafo 28 e Processos apensos T-551/93, T-231/94, T-232/94, T-233/94, T-234/94 *Industrias Pesqueras Campos e outros contra Comissão* CJ 1996 p. II-247, parágrafo 76.



mento não estava em conformidade com o artigo 69.º do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades Europeias.

1.4 Apesar de a queixosa não ter direito a exigir o pagamento ao Parlamento, de harmonia com os princípios da boa prática administrativa, devem-se fornecer informações claras e compreensíveis. Naturalmente, isto significa que as informações fornecidas devem estar correctas. No caso em apreço, verificou-se que o Parlamento forneceu informações incorrectas à queixosa. Por conseguinte, o Parlamento não agiu em harmonia com os princípios da boa prática administrativa. Tal levou o Provedor de Justiça a fazer uma observação crítica ao Parlamento.

## 2 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça a esta queixa, considera-se pertinente a seguinte observação crítica:

*Apesar de a queixosa não ter direito a exigir o pagamento ao Parlamento, de harmonia com os princípios da boa prática administrativa, devem-se fornecer informações claras e compreensíveis. Naturalmente que tal significa que as informações fornecidas devem estar correctas. No caso em apreço, verificou-se que o Parlamento forneceu informações incorrectas à queixosa. Por conseguinte, o Parlamento não agiu em harmonia com os princípios da boa prática administrativa.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### RESPOSTAS- PADRÃO A RECUR- SOS INDIVIDUAIS INTERPOSTOS JUNTO DO JÚRI DE UM CONCURSO GERAL

*Decisão sobre as quei-  
xas conjuntas  
1260/98/(OV)BB e  
1305/98/(OV)BB con-  
tra o Parlamento  
Europeu*

### A QUEIXA

Em Novembro de 1998, o Sr. P. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu relativa ao concurso geral PE/83/A. Em Dezembro de 1998, o Sr. A. apresentou uma queixa semelhante, pelo que o Provedor de Justiça decidiu examiná-las em conjunto neste inquérito.

Os queixosos queixaram-se da recusa do Parlamento em permitir-lhes a participação no concurso geral PE/83/A (Administrador de língua grega para o Secretariado-Geral)<sup>68</sup> organizado pelo Parlamento e ao qual tinham concorrido. Em 9 de Outubro de 1998, o Parlamento informou os queixosos de que as suas candidaturas tinham sido excluídas na medida em que a experiência profissional não era considerada adequada para o exercício das funções mencionadas no aviso de concurso. Os queixosos escreveram cartas fundamentadas ao júri, solicitando um reexame das suas decisões; porém, nas cartas de 16 e 17 de Novembro de 1998, o júri respondeu com uma carta-padrão a ambos os queixosos, sem ter em conta os argumentos específicos apresentados nas cartas dos queixosos.

Os queixosos fizeram as seguintes alegações:

O júri rejeitou arbitrariamente as suas candidaturas, sem fornecer um motivo adequado e individual

- na queixa 1260/98/(OV)BB, o júri rejeitou a candidatura do queixoso porque lhe faltavam, pelo menos, dois anos de experiência profissional, adquirida após a obtenção do diploma universitário, numa categoria equivalente à das funções mencionadas na secção II do aviso de concurso (secção III.B.2.b do aviso). O queixoso alegou que o júri subestimou

<sup>68</sup>

JO C 77 A de 12 de Março de 1998.

os seus 10 anos de experiência profissional como funcionário da Comissão Europeia e tradutor no Serviço de Tradução;

- na queixa 1305/98/(OV)BB, o júri rejeitou a candidatura do queixoso por motivos semelhantes baseados na secção III.B.2.b do aviso. O queixoso alegou que o júri não tinha tido em consideração a sua experiência profissional como técnico de arquitectura. Segundo o queixoso, o júri não especificou exactamente em que consistia a sua falta de experiência profissional.

O júri respondeu como uma carta-padrão aos diferentes argumentos apresentados pelos queixosos nos seus recursos individuais datados de 14 de Outubro de 1998 e 2 de Novembro de 1998.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer do Parlamento**

A queixa foi transmitida ao Parlamento Europeu, o qual, no seu parecer, apresentou em resumo os seguintes pontos:

Como o Parlamento não tinha previsto provas de pré-selecção para o concurso, antes da organização das provas escritas, e de acordo com o artigo 5º do anexo III do Estatuto dos Funcionários, o júri considerou as candidaturas à luz dos requisitos previstos no aviso de concurso e, com base nisso, elaborou uma lista dos candidatos admitidos ao concurso geral PE/83/A.

No que diz respeito à queixa do Sr. P., o júri decidiu que a sua experiência profissional como tradutor, para a finalidade deste concurso, não poderia ser equiparada à experiência profissional da função descrita na secção II do aviso de concurso. Esta decisão foi aplicada uniformemente a todos os candidatos que apresentavam este perfil. Por conseguinte, a candidatura não foi rejeitada arbitrariamente.

Quanto à queixa do Sr. A., a resposta que lhe foi enviada no seguimento do recurso por ele interposto, que referia expressamente os requisitos relacionados com a experiência profissional mencionada na secção II do aviso de concurso, constituía a posição do júri relativamente aos pormenores fornecidos pelo queixoso.

O Parlamento salientou que só recentemente tinha recebido uma cópia da decisão do Provedor de Justiça sobre a queixa 850/3.9.96/IJH/FIN/KT/BB, que estabelecia que os júris deveriam fornecer explicações individuais aos candidatos que expressamente as solicitassem. Assegurou ainda ao Provedor de Justiça que esta posição seria levada à atenção dos futuros júris do Parlamento Europeu.

#### **Observações dos queixosos**

Os queixosos mantiveram as suas queixas.

### *A DECISÃO*

#### **1 No concurso geral PE/83/A, o júri rejeitou arbitrariamente as candidaturas dos queixosos, sem lhes fornecer um motivo adequado e individual.**

1.1 Os queixosos alegaram que o júri tinha rejeitado arbitrariamente as suas candidaturas, sem lhes fornecer qualquer motivo adequado e individual.

1.2 Tal como o Tribunal de Justiça tem sistematicamente estatuído, o júri designado para um concurso, baseado em qualificações e testes, tem capacidade para apreciar as qualificações e experiência prática dos candidatos, mas está vinculado ao texto do aviso de

concurso. De acordo com o Estatuto dos Funcionários, a função essencial de um aviso de concurso é fornecer aos interessados informações o mais exactas possível sobre as condições de elegibilidade para determinado cargo, para que aqueles possam decidir se devem ou não candidatar-se e saber quais os documentos relevantes para o júri do concurso, a fim de os incluir no processo de candidatura<sup>69</sup>.

Além disso, o júri do concurso deverá mencionar objectivamente quais os requisitos do aviso de concurso que não foram preenchidos pelo candidato sempre que decida não o admitir às provas<sup>70</sup>.

1.3 O aviso de concurso PE/83/A indicava todos os requisitos que deviam ser satisfeitos pelos candidatos. Um dos requisitos previstos na secção III.B.2.b do aviso era uma experiência profissional de, pelo menos, dois anos, adquirida após a obtenção do diploma universitário, numa categoria equivalente à das funções mencionadas na secção II do aviso de concurso.

1.4 O Provedor de Justiça notou que, das informações enviadas pelos queixosos e pelo Parlamento, se afigurava que o júri tinha agido de acordo com o aviso de concurso ao decidir que as candidaturas dos queixosos não podiam ser aceites por não preencherem o requisito mencionado.

1.5 No que diz respeito à obrigação do júri de indicar exactamente as condições mencionadas no aviso de concurso que considerava não serem preenchidas pelo candidato, o Provedor de Justiça verificou que nas cartas de 9 de Outubro de 1998 e de 16 e 17 de Novembro de 1998, o júri mencionou as funções descritas na secção II do aviso e forneceu aos queixosos o motivo da sua exclusão do concurso.

## **2 O júri respondeu com uma carta-padrão aos diferentes argumentos apresentados pelos queixosos nos seus recursos individuais interpostos junto do júri do concurso geral PE/83/A.**

2.1 Os queixosos alegaram que o júri não tinha respondido aos diferentes argumentos por eles apresentados nos recursos individuais interpostos junto do júri.

2.2 O júri tinha enviado aos queixosos cartas-padrão em 16 e 17 de Novembro 1998.

2.3 No contexto dos concursos, as decisões tomadas por um júri no sentido de rejeitar um candidato devem mencionar as condições do aviso de concurso que não foram preenchidas<sup>71</sup>. Se houver um grande número de candidatos, o júri pode inicialmente limitar-se à indicação dos motivos de recusa de forma resumida e à informação dos candidatos apenas sobre os critérios e o resultado da selecção<sup>72</sup>. Todavia, o júri deverá dar, subsequentemente, uma explicação individual aos candidatos que a solicitem expressamente<sup>73</sup>.

2.4 Nas cartas datadas de 14 de Outubro de 1998 e 2 de Novembro de 1998, os queixosos solicitaram expressamente que o júri reavaliasse a sua experiência profissional no âmbito do concurso geral PE/83/A. O júri respondeu em 16 e 17 de Novembro de 1998 através de cartas-padrão idênticas, afirmando apenas que tinha considerado a questão na sua reunião de 12 de Novembro de 1998 e que só podia confirmar a sua decisão inicial de não admitir os queixosos ao concurso geral PE/83/A, na medida em que a experiência profissional dos queixosos não correspondia à natureza das funções descritas na secção II do aviso de concurso.

<sup>69</sup> Processo T – 158/89 *Van Hecken contra Comité Económico e Social* CJ 1991 p. II-1341.

<sup>70</sup> Processos apensos 4, 19 e 28/78 *Salerno e outros contra Comissão* CJ 1978 p. 2403 e Processo T –108/84 *De Santis contra Tribunal de Contas* CJ 1985 p. 947.

<sup>71</sup> Processos apensos 4, 19 e 28/78 *Salerno contra Comissão* CJ 1978 p. 2403, par. 26-29.

<sup>72</sup> Processo 225/82 *Verzyck contra Comissão* CJ 1983 p. 1991.

<sup>73</sup> Processo T-55/91 *Olivier Fascilla contra Parlamento* CJ 1992 p. II-1757, parágrafo 34-35.

2.5 As respostas-padrão dadas pelo júri aos queixosos não continham pormenores suficientes que lhes permitissem identificar os factores em que se tinha baseado a decisão do júri em relação aos recursos individuais e que lhes permitissem um reexame dos motivos que levaram à decisão tomada. Consequentemente, a resposta não foi suficiente para fornecer aos queixosos razões individuais adequadas para a rejeição das respectivas candidaturas.

### 3 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça a esta queixa, considera-se pertinente a seguinte observação crítica:

*No contexto dos concursos, as decisões tomadas por um júri no sentido de rejeitar um candidato devem mencionar as condições do aviso de concurso que não foram preenchidas. Se houver um grande número de candidatos, o júri pode inicialmente limitar-se à indicação dos motivos de recusa de forma resumida e à informação dos candidatos apenas sobre os critérios e o resultado da selecção. Todavia, o júri deverá dar, subseqüentemente, uma explicação individual aos candidatos que a solicitem expressamente.*

*As respostas-padrão dadas pelo júri aos queixosos não continham pormenores suficientes que lhes permitissem identificar os factores em que se tinha baseado a decisão do júri em relação aos recursos individuais e que lhes permitissem um reexame dos motivos que levaram à decisão tomada. Consequentemente, a resposta não foi suficiente para fornecer aos queixosos razões individuais adequadas para a rejeição das respectivas candidaturas.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

#### 3.4.2 O Conselho da União Europeia

##### FALTA DE CONFORMIDADE ENTRE A ARGUMENTAÇÃO DO JÚRI E O AVISO DE CONCURSO

*Decisão sobre a queixa 1011/99/BB contra o Conselho da União Europeia*

#### A QUEIXA

O queixoso candidatou-se ao concurso geral Council/LA/385 (Tradutores de língua finlandesa)<sup>74</sup> organizado pelo Conselho. A candidatura do queixoso foi excluída do concurso na medida em que não cumpria a condição prevista no ponto III B, b do aviso de concurso, uma vez que não mostrava um conhecimento “*profundo*” da língua francesa nem um conhecimento “*muito bom*” da língua inglesa, nem o queixoso possuía experiência profissional suficiente em que a utilização da língua francesa fosse essencial. Esta avaliação baseou-se nos documentos comprovativos transmitidos pelo candidato em conjunto com a sua candidatura.

O queixoso solicitou um reexame da decisão do júri, alegando erros no tratamento da sua candidatura. O júri respondeu que, após a reavaliação, o queixoso parecia ter um conhecimento “*muito bom*” da língua inglesa, mas não um conhecimento “*profundo*” da língua francesa, mantendo a sua decisão anterior.

O queixoso alegou erros na avaliação das suas capacidades linguísticas, bem como da sua experiência profissional, com base na sua candidatura ao concurso geral Council/LA/385. Alegou ainda que a argumentação do júri na respectiva carta de recusa era ambígua e não estava em conformidade com o aviso de concurso.

<sup>74</sup> JO 302 C de 1 de Outubro de 1998.

## O INQUÉRITO

### Parecer do Conselho

A queixa foi transmitida ao Conselho para que este emitisse um parecer. O Conselho afirmou que as condições particulares de admissão ao concurso geral Council/LA/385 exigiam «*um domínio perfeito da língua finlandesa, um conhecimento profundo das línguas francesa e inglesa, um conhecimento muito bom da outra destas duas línguas e um conhecimento adequado de uma ou mais línguas oficiais da CE, ou seja, alemão, dinamarquês, espanhol, grego, italiano, neerlandês e português*». Para além disso, os candidatos deveriam apresentar documentos comprovativos do preenchimento destes requisitos.

Dos documentos comprovativos transmitidos pelo queixoso, verificou-se que não preenchia os requisitos. Tal como explicado pelo júri nas suas cartas datadas de 22 de Abril e, em maior pormenor, 31 de Maio de 1999, os documentos comprovativos submetidos pelo queixoso, embora fossem suficientes para mostrar um conhecimento «*muito bom*» da língua inglesa, não mostravam de forma suficiente um conhecimento profundo da língua francesa, língua escolhida pelo queixoso como primeira língua para a sua submissão a provas.

Para poder comprovar um conhecimento «*profundo*» da língua inglesa ou francesa, o júri considerava que um candidato a um lugar de linguista no Secretariado-Geral do Conselho deveria possuir formação escolar na língua relevante durante, pelo menos, o ensino secundário. Contudo, o queixoso não tinha estudado francês, nem mesmo ao nível do ensino secundário. A única ligação do queixoso com a língua francesa era estabelecida através do seu trabalho numa instituição de investigação científica em França entre Abril de 1993 e Julho de 1994. Afigurava-se, no entanto, que a língua francesa não tinha uma posição central no exercício desta função, como foi ilustrado, por exemplo, pelo facto de as publicações do queixoso terem sido elaboradas em inglês. O mesmo se aplicava à experiência profissional do candidato no Centro de Tradução no Luxemburgo. O júri considerou, por conseguinte, que a experiência profissional do candidato não era suficiente para comprovar o nível necessário de experiência em francês para a tradução para finlandês de textos difíceis em francês.

Segundo o Conselho, a avaliação da candidatura do queixoso não foi ambígua nem estava em contradição com o aviso publicado no Jornal Oficial.

Como observação geral, salientou-se que o júri age de forma totalmente independente. Consequentemente, o Secretário-Geral, na sua capacidade de autoridade investida do poder de nomeação, não está em posição para contestar as decisões tomadas pelo júri, excepto nos casos em que haja provas concludentes de uma decisão ilegal que afecte a legalidade do concurso como um todo. Segundo o Conselho, os critérios aplicados e os procedimentos seguidos no caso em apreço não mostraram qualquer prova deste género.

### Observações do queixoso

O queixoso manteve a sua queixa. Salientou que o Conselho, no seu parecer, indicou que as candidaturas tinham de mostrar uma formação escolar que incluísse o estudo de francês e inglês durante a escola secundária, no mínimo. Isto não era indicado no aviso de concurso. O júri deveria ter podido avaliar as capacidades linguísticas dos candidatos através de uma prova de línguas.

## A DECISÃO

### 1 Alegados erros na avaliação da candidatura do queixoso ao concurso geral Council/LA/385 e argumentação ambígua e não conforme com o aviso de concurso

1.1 O queixoso alegou erros na avaliação das suas capacidades linguísticas e da sua experiência profissional aquando da sua candidatura ao concurso geral Council/LA/385. Para além disso, alegou que a argumentação do júri tinha sido ambígua e que não estava em conformidade com o aviso de concurso.

1.2 As condições particulares de admissão ao concurso geral Council/LA/385 exigiam «um domínio perfeito da língua finlandesa, um conhecimento profundo das línguas francesa o inglesa, um conhecimento muito bom da outra destas duas línguas e um conhecimento adequado de uma ou mais línguas oficiais da CE, ou seja, alemão, dinamarquês, espanhol, grego, italiano, neerlandês e português». Para além disso, os candidatos deveriam apresentar documentos comprovativos do preenchimento destes requisitos.

1.3 Para poder comprovar um conhecimento «profundo» da língua inglesa ou francesa, o júri considerava que um candidato a um lugar de linguista no Secretariado-Geral do Conselho deveria mostrar formação escolar na língua relevante durante, pelo menos, o ensino secundário. Contudo, o queixoso não tinha estudado francês, nem mesmo ao nível do ensino secundário. Para além disso, o júri considerou que a experiência profissional do candidato não era suficiente para comprovar o nível necessário de conhecimentos de francês.

1.4 De acordo com a jurisprudência dos tribunais comunitários, os júris gozam de amplos poderes discricionários. No exercício destes poderes, os júris têm de respeitar o enquadramento jurídico das suas actividades indicado no aviso de concurso.

1.5 De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, deve-se fornecer aos interessados informações o mais exactas possível sobre as condições de elegibilidade para determinado lugar. Estas informações deverão permitir aos candidatos decidir se devem ou não candidatar-se e saber quais os documentos relevantes para o júri do concurso, a fim de os incluir no dossier de candidatura<sup>75</sup>. O aviso de concurso tem a função de informar devidamente o candidato ao concurso sobre os requisitos e as condições que devem ser preenchidas. No caso em apreço, o aviso de concurso não indicava explicitamente a necessidade de enviar documentos comprovativos de “*formação escolar durante, pelo menos, o ensino secundário*”. Nestas circunstâncias, o júri não forneceu informações claras e precisas sobre o facto de que os conhecimentos de francês ou de inglês deveriam ser comprovados pelo ensino secundário, no mínimo. Consequentemente, a decisão do júri deixou o candidato em dúvida sobre se as suas capacidades linguísticas e a experiência profissional teriam sido devidamente avaliadas de acordo com os critérios previstos no aviso de concurso e isto constitui um caso de má administração.

### 2 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça sobre esta queixa, considera-se pertinente a seguinte observação crítica:

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, deve-se fornecer aos interessados informações o mais exactas possível sobre as condições de elegibilidade para determinado lugar. Estas informações deverão permitir aos candidatos decidir se devem ou não candidatar-se e saber quais os documentos relevantes para o júri do concurso, a fim de os incluir no dossier de candidatura. O aviso de concurso tem a função de informar devidamente o candidato ao concurso sobre os requisitos e as condições que devem ser*

<sup>75</sup>

Processo T-158/89, Van Hecken contra Comité Económico e Social, CJ 1991 p. II-1341.



*preenchidas. No caso em apreço, o aviso de concurso não indicava explicitamente a necessidade de enviar documentos comprovativos de “formação escolar durante, pelo menos, o ensino secundário”. Nestas circunstâncias, o júri não forneceu informações claras e precisas sobre o facto de que os conhecimentos de francês ou de inglês deveriam ser comprovados pelo ensino secundário, no mínimo. Consequentemente, a decisão do júri deixou o candidato em dúvida sobre se as suas capacidades linguísticas e a experiência profissional teriam sido devidamente avaliadas de acordo com os critérios previstos no aviso de concurso e isto constitui um caso de má administração.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### 3.4.3 A Comissão Europeia

#### PAGAMENTO AO ABRIGO DE UM CONTRATO TACIS

*Decisão sobre a queixa 161/98/ME contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Fevereiro de 1998, uma empresa de consultoria apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça. O queixoso havia celebrado, com a Comissão Europeia, um contrato Tacis relativo à criação de uma unidade de consultoria em questões de política alimentar e agrícola na República do Uzbequistão. A conclusão do projecto estava prevista para o final de Agosto de 1997. No entanto, foi acordado que se emitiria uma adenda ao contrato, por forma a prolongar por três meses o prazo de conclusão. A Comissão emitiu a adenda ao contrato inicial em Julho de 1997. Assinou a adenda e enviou-a ao queixoso para que também a assinasse. No entanto, a adenda não contemplava qualquer referência a pagamentos adicionais, contrariamente ao solicitado pelo queixoso. Por esta razão, o queixoso encetou, via fax, vários contactos com a Comissão relativos ao assunto em apreço. Na sequência desses faxes, a Comissão contactou o queixoso por telefone. De acordo com o queixoso, o funcionário responsável da Comissão informou-o de que seria possível efectuar um pagamento adicional, comunicando-lhe que, devido ao pouco tempo que faltava para terminar o período de vigência do contrato inicial, elaborasse, por escrito, a respectiva emenda à adenda já existente e a enviasse, assinada, à Comissão. Com base nesta adenda, o queixoso procedeu ao envio das facturas em Setembro de 1997, solicitando a respectiva liquidação. Uma vez que o pagamento não foi efectuado durante os 60 dias conforme estipulado no contrato, o queixoso encetou uma série de contactos com a Comissão, pedindo o pagamento das facturas e que lhe informassem se estas haviam sido aceites. Só em Janeiro de 1998 (ou seja, cerca de 130 dias mais tarde), e após vários pedidos de pagamento e/ou de informações sobre o desenvolvimento do processo, é que a Comissão notificou o queixoso acerca da rejeição formal das facturas apresentadas em Setembro de 1997. A justificação apresentada para a rejeição das referidas facturas consistiu em que o queixoso apenas dispunha de uma oportunidade para proceder à apresentação das mesmas, i.e., no final do projecto, e que, por isso, as facturas referentes ao mês de Setembro deveriam voltar a ser enviadas aquando da sua conclusão.

Perante esta situação, o queixoso apresentou queixa ao Provedor de Justiça. Alegou não terem sido pagas quaisquer facturas relativas ao contrato durante o período de pré-aviso de 60 dias, conforme estabelecido, tendo apresentado uma cronologia dos atrasos verificados. Essa cronologia regista atrasos que iam até 223 dias. O queixoso alegou, ainda, que havia sido informado sobre o procedimento de reclamação de juros de forma não consistente, precária e pouco clara. No que se refere a este assunto, o queixoso anexou correspondência comprovadora de que, depois de não ter conseguido reaver os juros, a Comissão procurou clarificar a situação. Declarou, no entanto, que a Comissão lhe transmitiu diferentes opiniões, pelo que concluiu que havia sido indeferido o pedido de reembolso dos juros devidos pelos atrasos ocorridos nos pagamentos durante o período do contrato.



O queixoso requereu o pagamento de todos os honorários em atraso e dos juros de mora, bem como das indemnizações.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi enviada à Comissão Europeia. No parecer enviado ao Provedor de Justiça, a Comissão apresentou, resumidamente, os seguintes pontos:

No que se refere aos programas Tacis, os contratos são celebrados de acordo com um modelo normalizado, que inclui não só o contrato propriamente dito, mas também as “Condições Gerais” pelas quais se rege. Cada contrato inclui ainda linhas de orientação específicas para a apresentação de facturas.

Nos termos do artigo 13º do contrato, todas as emendas efectuadas, incluindo as alterações ao calendário previsto para os pagamentos, serão devidamente acordadas, por escrito. Nos termos do artigo 46º das Condições Gerais, tais emendas constituirão objecto de um acordo suplementar, assinado por ambas as partes.

O artigo 6º do contrato prevê um calendário específico para os pagamentos, em que o último pagamento só é devido após a aprovação do Relatório Final do adjudicatário. Os serviços da DG 1A têm instruções específicas para aceitar emendas às condições de pagamento inicialmente acordadas apenas em casos excepcionais e, além disso, a *Addenda aux Contrats* desta Direcção-Geral determina que as alterações ao calendário previsto para os pagamentos não podem acarretar um aumento do número de prestações inicialmente acordado. Por esta razão, a Direcção-Geral do Orçamento recusou efectuar pagamentos não previstos no respectivo calendário inicial.

No que se refere à factura enviada pelo queixoso em Setembro de 1997, a Comissão alegou que o contrato inicial expirou em 18 de Julho de 1997, tendo o seu período de vigência sido alargado, por duas vezes (adendas n.ºs 4 e 5), até 18 de Dezembro de 1997, por forma a assegurar o bom termo do projecto. No entanto, e de acordo com o determinado na *Addenda aux Contrats*, o pedido relativo ao pagamento adicional foi indeferido. A Comissão negou ter aconselhado o queixoso por telefone a alterar unilateralmente o texto da adenda n.º 4, e muito menos isso ter sido feito pelo funcionário mencionado, que estava de férias nessa altura.

Quanto ao pagamento de juros, a Comissão lembrou que o artigo 31º das Condições Gerais prevê um prazo de pagamento de 60 dias, contados a partir da recepção do pedido de pagamento. Caso tal limite seja ultrapassado, ao adjudicatário assistirá o direito de requerer o pagamento de juros de mora. No entanto, os juros de mora constituem obrigações contratuais, sujeitas ao calendário previsto para os pagamentos no contrato. Sempre que não seja devido qualquer pagamento relativo a facturas apresentadas fora dos prazos acordados não haverá lugar ao pagamento de qualquer juro de mora. O artigo 31º das Condições Gerais determina, além disso, que a Comissão não se responsabiliza pelos atrasos resultantes das omissões e deficiências reveladas pelo adjudicatário no âmbito da apresentação das facturas.

A Comissão declarou, ainda, que todos os honorários e despesas directas relativos ao projecto em apreço foram integralmente pagos e que uma das facturas, reenviada em Abril de 1998 após rectificação, se encontrava em fase de tratamento.

Quanto ao pedido de indemnização apresentado pelo adjudicatário, a Comissão não considerou esta questão relevante e, de qualquer forma, o queixoso não apresentou qualquer prova relativa a eventuais danos sofridos.

### Observações do queixoso

O queixoso afirmou, nas suas observações, que a emenda feita por ele, à mão, à adenda n.º 4 foi apenas uma consequência directa do conselho oral da própria Comissão. Declarou também que, caso não tivesse sido instruído nesse sentido por um representante da Comissão, não teria tomado tal iniciativa.

Relativamente aos pagamentos em atraso, referiu que a Comissão não fez qualquer menção a este assunto, tendo-se limitado a referir as suas omissões e deficiências no âmbito da apresentação das facturas. O facto de, posteriormente, a Comissão ter revelado interesse por tal assunto, demonstra que esta instituição reconheceu não ter cumprido as condições contratuais. Não obstante, a Comissão não forneceu qualquer justificação para os reiterados atrasos no pagamento dos juros.

O queixoso salientou o facto de a Comissão não ter respondido à sua afirmação de ter sido informado de forma não consistente, precária e pouco clara sobre o procedimento a adoptar para a reclamação de juros.

O queixoso considerou incorrecta a afirmação da Comissão de que todos os honorários e despesas directas haviam sido integralmente pagos, uma vez que a sua última factura ainda se encontrava por liquidar. A factura tornou a ser enviada devido ao incumprimento, por parte da Comissão, das alterações efectuadas, mediante acordo, à adenda anexada ao contrato.

No que se refere ao pedido de indemnização, o queixoso considerou que os prejuízos foram elevados, tendo em conta que a reclamação dos juros devidos pelo atraso nos pagamentos, apresentada em Setembro de 1997, foi recusada, devido à impossibilidade de o queixoso a apresentar durante os primeiros 18 meses do contrato, na sequência das informações pouco claras que recebera. Além disso, o pessoal ao seu serviço teve de despende bastante tempo a analisar os atrasos verificados com os pagamentos e a interpretar as informações contraditórias emanadas da Comissão.

### INQUÉRITOS COMPLEMENTARES

Após um exame atento do parecer da Comissão e das observações do queixoso, o Provedor de Justiça decidiu solicitar mais informações à Comissão, com o intuito de saber, em primeiro lugar, se esta fornecia informações por escrito aos funcionários responsáveis pelos contactos telefónicos com os adjudicatários e, em segundo lugar, se dispunha de algum modelo de ficha de informação, ou documento equivalente, para informar os adjudicatários sobre as condições aplicáveis ao pagamento de juros e os procedimentos a adoptar para os reclamar. O Provedor de Justiça convidou, ainda, a Comissão a pronunciar-se sobre as observações do queixoso.

Na sua resposta, a Comissão afirmou que as observações do queixoso se centraram no pedido de um pagamento adicional. A Comissão reafirmou não ter encontrado nenhuma prova de que o queixoso tivesse recebido quaisquer instruções, via telefone, no sentido de acrescentar, à mão, uma emenda à adenda n.º 4. Apresentou ainda uma carta do funcionário que terá contactado com o queixoso, em que este afirma não ter transmitido qualquer conselho nesse sentido. A Comissão informou que não fornece informações por escrito aos funcionários encarregues do contacto telefónico com os adjudicatários, mas que, no entanto, lhes transmite instruções específicas sobre como proceder em relação a pedidos de pagamentos adicionais. Quanto às informações a transmitir aos adjudicatários sobre o pagamento de juros, a Comissão remete para o artigo 31º das Condições Gerais (que são parte integrante do contrato) e artigo 30º da versão revista das condições gerais, afirmando que estes são inequívocos. Além disso, a Comissão remeteu para um modelo de ficha de informação sobre a modalidade de apresentação de facturas, que é fornecido aos adjudicatários.

O segundo parecer da Comissão foi enviado ao queixoso. Nas suas observações complementares, o queixoso voltou a afirmar que a emenda manuscrita resultou directamente do conselho transmitido por um funcionário da Comissão. No entanto, não conseguiu apresentar provas documentais, mas sublinhou que rejeitava as afirmações do funcionário da Comissão e que, além disso, uma nota interna da Comissão com instruções sobre o procedimento a adoptar no caso de pedidos de pagamentos suplementares não constituía prova de que o procedimento recomendado havia, de facto, sido respeitado. O queixoso sublinhou que os artigos relativos aos procedimentos a adoptar para reclamar juros não são conclusivos e sim pouco claros. A Comissão não fez qualquer menção a este caso de alegada má administração. A última factura apresentada pelo queixoso ainda estava por liquidar, sem que a Comissão tivesse respondido a qualquer dos pontos relativos aos danos daí resultantes.

Em Outubro de 1999, o queixoso confirmou aos serviços do Provedor de Justiça, através de um telefonema, que a Comissão havia procedido ao pagamento da última factura ainda por liquidar. No entanto, a Comissão não pagara o montante que havia confirmado por escrito em Março de 1998, mas sim uma quantia inferior, baseada em cálculos posteriores. O queixoso presumiu que este montante foi calculado de acordo com as regras da Comissão. Considerou, porém, inaceitável o facto de a Comissão o ter formalmente informado de que receberia determinada quantia e, posteriormente, a ter reduzido.

## *A DECISÃO*

### **1 Pedido de pagamento suplementar**

1.1 De acordo com o queixoso, a Comissão emitiu a adenda n.º 4 do contrato, assinou-a e enviou-lha para que também a assinasse. No entanto, dado que, contrariamente ao solicitado pelo queixoso, a adenda não incluía qualquer referência a um pagamento adicional, este contactou a Comissão. O queixoso declarou que foi instruído, por telefone, a acrescentar a necessária emenda manuscrita à adenda já existente, após o que deveria assiná-la e enviá-la à Comissão. Na sequência desta emenda manuscrita à adenda n.º 4, o queixoso submeteu uma factura à Comissão em Setembro de 1997.

1.2 A Comissão declinou o pagamento desta factura, justificando esta medida com a rejeição da emenda manuscrita. Além disso, negou ter transmitido ao queixoso, por telefone, que acrescentasse unilateralmente a emenda. A Comissão apresentou uma declaração do funcionário em questão, bem como uma nota da DG 1A, contendo regras relativas às alterações aos contratos.

1.3 O contrato celebrado entre a Comissão e o queixoso prevê, entre outros, o calendário previsto para os pagamentos, bem como o número de pagamentos a efectuar. Nos termos do artigo 13º do contrato, qualquer emenda efectuada será acordada por escrito. Nos termos do artigo 46º do Anexo E do contrato (Condições Gerais dos Contratos de Prestação de Serviços financiados ao abrigo do programa TACIS), as disposições constantes do contrato e os respectivos anexos só podem ser emendados mediante a assinatura de um acordo suplementar pelas duas partes.

1.4 A adenda n.º 4, que prolonga o período contratual e altera a distribuição dos pagamentos, foi emitida por forma a garantir a boa execução e termo do projecto. Foi assinada pela Comissão e, posteriormente, enviada ao queixoso para que este também a assinasse. No entanto, antes de a assinar, o queixoso acrescentou uma emenda manuscrita que previa o envio de uma factura provisória em Agosto de 1997.

1.5 No que se refere à emenda manuscrita, a Comissão apresentou uma nota do funcionário que contactou o queixoso, em que aquele declara não o ter aconselhado a acrescentar, unilateralmente, qualquer emenda à adenda. O queixoso rejeitou esta declaração. A Comissão apresentou, também, uma nota da DG 1A relativa à adenda ao contrato. Nessa

nota declara-se que as alterações ao calendário previsto para os pagamentos não podem acarretar o aumento do número de pagamentos inicialmente previstos. O queixoso alegou que uma nota interna não prova que o procedimento recomendado tenha, efectivamente, sido respeitado. Neste caso existe, portanto, um conflito de provas. À luz do exposto, e dado que, nos termos dos artigos estabelecidos no contrato, não foi feita qualquer emenda formal relativa a pagamentos suplementares, o queixoso não pôde provar que a Comissão o tenha aconselhado a acrescentar unilateralmente a emenda manuscrita à adenda n.º 4.

1.6 Por este motivo, o Provedor de Justiça considerou não ter existido má administração neste caso.

## **2 Atraso nos pagamentos**

2.1 O queixoso declarou que todos os pagamentos relativos ao contrato foram pagos com atraso, e sempre para além dos 60 dias contratuais, pelo que apresentou uma cronologia que registava atrasos até 223 dias. Posteriormente, o queixoso também alegou que a Comissão não tinha fornecido quaisquer explicações para os atrasos.

2.2 A Comissão não comentou, nem no primeiro nem no segundo parecer, esta alegação do queixoso, limitando-se a declarar que os pagamentos tinham, entretanto, sido efectuados.

2.3 De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, os contratos devem ser respeitados e os pagamentos efectuados dentro de um prazo razoável. No caso presente, a Comissão não comentou a alegação do queixoso relativa ao atraso nos pagamentos. O Provedor de Justiça considerou que as provas apresentadas pelo queixoso demonstraram claramente que ocorreram atrasos injustificados nos pagamentos, apesar de estes já terem sido efectuados. Esta circunstância constitui um caso de má administração. Isto levou o Provedor de Justiça a fazer uma observação crítica à Comissão.

## **3 Informação sobre o procedimento a adoptar para reclamar juros**

3.1 O queixoso alegou que a informação transmitida pela Comissão sobre o procedimento a adoptar para reclamar juros é inconsistente, precária e pouco clara, o que originou a sua dificuldade em reclamar juros de mora. A este respeito, anexou ao processo a sua correspondência com a Comissão.

3.2 A Comissão absteve-se de comentar detalhadamente as declarações do queixoso quanto à alegada inconsistência e falta de clareza da informação, mas remeteu para o artigo 31º das Condições Gerais (que são parte integrante do contrato) e o artigo 30º da versão revista das Condições Gerais, alegando que estes são inequívocos. Além disso, a Comissão referiu um modelo de ficha de informação sobre o modo de apresentação de facturas.

3.3 O artigo 31º das Condições Gerais regula o “calendário previsto para os pagamentos”. Este artigo determina que os pagamentos serão efectuados durante o período de 60 dias, contados a partir da recepção do pedido de pagamento. O número 5 do artigo 31º refere-se aos juros e determina que:

*Caso os prazos previstos para os pagamentos sejam ultrapassados, e não tenha surgido qualquer acção judicial no âmbito do contrato, o adjudicatário poderá cobrar, automaticamente e sem necessidade de pré-aviso, juros de mora, calculados de forma proporcional, com base no número de dias de atraso no pagamento, à taxa em vigor no país em que tenha requerido o pagamento.*

Nos termos do artigo 31º das Condições Gerais, ao adjudicatário, i.e., neste caso, ao queixoso, assiste o direito de receber juros, caso os prazos previstos para os pagamentos sejam ultrapassados.

3.4 De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, as informações devem ser fornecidas sempre que solicitadas. O queixoso procurou informar-se junto da Comissão sobre o procedimento a adoptar para reclamar juros e em, pelo menos, duas ocasiões diferentes a Comissão forneceu informações distintas. Nos pareceres relativos à queixa, enviados ao Provedor de Justiça, a Comissão absteve-se de fazer qualquer comentário a este assunto. O Provedor de Justiça considerou que o queixoso apresentou provas válidas em como, apesar de ter formulado um pedido razoável, a Comissão não lhe forneceu informações claras dentro de um prazo aceitável. Esta circunstância constituiu um caso de má administração. Isto levou o Provedor de Justiça a fazer uma observação crítica à Comissão.

#### 4 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça a esta queixa, consideram-se pertinentes as seguintes observações críticas:

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, os contratos devem ser respeitados e os pagamentos efectuados dentro de um prazo razoável. No caso presente, a Comissão não comentou a alegação do queixoso relativa ao atraso nos pagamentos. O Provedor de Justiça considerou que as provas apresentadas pelo queixoso demonstram claramente que ocorreram atrasos injustificados nos pagamentos, apesar de estes já terem sido efectuados. Esta circunstância constitui um caso de má administração.*

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, as informações devem ser fornecidas sempre que solicitadas. O queixoso procurou informar-se junto da Comissão sobre o procedimento a adoptar para reclamar juros e em, pelo menos duas ocasiões diferentes a Comissão forneceu informações distintas. Nos pareceres relativos à queixa enviados ao Provedor de Justiça, a Comissão absteve-se de fazer qualquer comentário a este assunto. O Provedor de Justiça considerou que o queixoso apresentou provas válidas em como, apesar de ter formulado um pedido razoável, a Comissão não lhe forneceu informações claras dentro de um prazo aceitável. Esta circunstância constituiu um caso de má administração.*

Tendo em conta que estes aspectos da queixa se reportavam a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## APROVAÇÃO DE UM CONTRATO E POSTERIOR RECUSA DE O FINANCIAR

*Decisão sobre a queixa 540/98/(XD)ADB contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

A queixosa, SYSTEMS EUROPE S.A. (de ora em diante designada “SE”), foi adjudicatária de um contrato de fornecimento SEM/03/608/010 assinado no âmbito de um programa de apoio à electricidade para a Síria, apoiado pela Comissão Europeia (referência do concurso IB/0028). Este contrato foi assinado em 11 de Setembro de 1997 pela SE e pelo Governo sírio e foi aprovado pela Delegação da Comissão na Síria (de ora em diante designada “a Delegação”) em 18 de Setembro de 1997.

Em 20 de Outubro de 1997, a Delegação informou a SE de que a Direcção-Geral 1B (de ora em diante designada “DG 1B”) da Comissão não podia aprovar o contrato nessa fase. A SE não deveria prosseguir os seus trabalhos até à recepção dessa aprovação. A empresa decidiu não suspender os trabalhos pelas seguintes razões:

- A SE já tinha começado os trabalhos e mobilizado grandes quantidades de recursos humanos.

- O calendário era particularmente limitado (as várias fases do projecto tinham de estar finalizadas, respectivamente, 4, 5 e 6 meses após a marca do contrato).
- Uma interrupção dos trabalhos implicaria contratempos consideráveis.
- As possíveis falhas no processo de concurso deveriam ter sido do conhecimento da Comissão antes da aprovação do contrato.

Em 12 de Janeiro de 1998, a Delegação informou, por escrito, a SE de que a Comissão não podia aprovar o financiamento do contrato e que solicitaria às autoridades sírias o seu cancelamento, o que aconteceu em 19 de Janeiro de 1998. Contudo, segundo o contrato, uma parte importante dos trabalhos teria de estar finalizada nessa data. A SE afirmou que a Comissão não apresentou quaisquer motivos para o pedido de cancelamento.

No seguimento do pedido de explicações da SE, um funcionário da Comissão explicou que a SE não tinha quaisquer responsabilidades pelas circunstâncias que levaram ao cancelamento. Aparentemente, esta situação derivava de erros internos na Instituição. A Comissão assegurou que a qualidade do trabalho da SE não estava em questão e que a empresa permaneceria na lista de potenciais fornecedores.

Tendo sofrido uma perda financeira considerável e dadas as consequências dramáticas sobre a sua imagem profissional, a SE tentou, sem sucesso, obter uma compensação, pelo que apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu.

A queixosa fez as seguintes alegações:

- 1 A SE alegou que a Comissão Europeia se tinha recusado a financiar um contrato, embora este tivesse sido incondicionalmente aprovado pela Delegação da Comissão na Síria.
- 2 A SE alegou que não tinha sido informada das razões pelas quais a Comissão solicitou o cancelamento do contrato, nem teve oportunidade de se defender.
- 3 A SE alegou que a Comissão se tinha recusado a responsabilizar-se pelo cancelamento do contrato, recusando-se a pagar os danos sofridos pela SE.

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão, cujo parecer se resumiu ao seguinte:

O concurso foi lançado pelas autoridades sírias no âmbito de um protocolo financeiro assinado entre a Síria e a CEE. Antes de financiar um contrato, a Comissão leva a cabo controlos sobre o processo de concurso.

A Comissão concluiu que o processo de concurso em questão estava viciado por grandes irregularidades. Os dois únicos proponentes (ÉLECTRICITÉ DE FRANCE e SE) participaram no projecto sírio como consultores. Dado que era provável que tivessem participado na concepção do concurso, a Comissão suspeitou de conflito de interesses.

Para além disso, o relatório efectuado pelas autoridades sírias não mencionava qualquer comparação de preços. Por fim, durante o processo de concurso, a SE tinha sido chamada duas vezes para negociações com as autoridades sírias, o que, na perspectiva da Comissão, poderia indicar um conflito de interesses.

Dadas estas circunstâncias, a Comissão informou as autoridades sírias de que não poderia financiar o contrato. As autoridades sírias decidiram cancelar o contrato, mas podiam tê-lo financiado com os seus próprios fundos, sem a ajuda da União. Depois de cancelado o



contrato, os directores da SE foram informados sobre os motivos do pedido de cancelamento.

A Comissão declinou qualquer responsabilidade, afirmando que as reclamações por danos deviam ser dirigidas ao co-contratante da SE, designadamente as autoridades sírias.

### **Observações da queixosa**

O Provedor de Justiça transmitiu à queixosa o parecer da Comissão e convidou-a a formular observações. Na sua resposta de 28 de Outubro de 1998, a SE afirmou que o parecer da Comissão continha erros jurídicos e factuais. As observações da queixosa podem resumir-se ao seguinte:

O contrato foi, de facto, assinado entre a SE e as autoridades sírias, mas tinha também sido aprovado pela Delegação, pelo que a Comissão era também uma parte contratante, tendo-se comprometido a financiar o contrato. Para além disso, as autoridades sírias decidiram cancelar o contrato a pedido expresso da Comissão e não, como é falsamente alegado pela Comissão, de sua própria iniciativa. Por conseguinte, a SE considerava-se prejudicada pela decisão unilateral da Comissão de faltar ao compromisso.

As circunstâncias factuais que envolvem o processo de concurso, consideradas como irregularidades pela Comissão, eram do conhecimento da Comissão antes da aprovação formal, pelo que não invalidaram o consentimento da Comissão para a concessão de assistência financeira.

A SE era, de facto, consultora do programa, mas nunca participou na parte do programa para a qual o contrato tinha sido adjudicado. A SE também não se encontrou com as autoridades sírias responsáveis pelo concurso para negociar com as mesmas, mas apenas para fornecer informações técnicas acerca da sua proposta.

### **Inquérito complementar**

1 O Provedor de Justiça solicitou à Comissão que o informasse sobre se tinha tomado conhecimento das alegadas irregularidades antes da aprovação.

### **Parecer complementar da Comissão**

A Comissão reafirmou que nunca tinha assinado ou cancelado um contrato com a SE. A Delegação tinha considerado que eram preenchidas as condições para assistência financeira. Em 18 de Setembro de 1997, aprovou provisoriamente o contrato embora já se suspeitasse de irregularidades. Posteriormente, o dossier foi transmitido à DG 1B da Comissão para a obtenção da decisão final. Em 20 de Outubro de 1997, solicitou-se à SE que não comesse os trabalhos antes da aprovação final. Tanto a SE como as autoridades sírias foram informadas, em 12 de Janeiro de 1998, sobre a recusa por parte da DG 1B de financiar o projecto.

### **Observações complementares da queixosa**

Foi concedida à SE a oportunidade de se pronunciar sobre o parecer complementar da Comissão. A SE afirmou que não tinha sido informada do alegado carácter provisório da aprovação da Delegação. Por conseguinte, acreditou, de boa fé, que a Delegação tinha poderes para vincular a Comissão. A falta de transparência na partilha de responsabilidades neste género de procedimento já tinha sido evidenciada pelo Tribunal de Contas em 1991<sup>76</sup>. A aprovação pela Delegação produziu efeitos legais em relação à SE, a sua retracção criou, por seu turno, uma situação que infringia o princípio geral da protecção da boa fé. Para além disso, a Comissão agiu de forma que afectou adversamente a SE, sem fornecer motivos para esse acto e sem dar à SE uma oportunidade de se defender.

---

<sup>76</sup> Relatório Especial nº 3/91 do Tribunal de Contas.



2 Para poder clarificar o processo de tomada de decisões neste caso e para determinar a autoridade que, na realidade, toma as decisões no seio da Comissão, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão informações suplementares sobre a base jurídica do procedimento seguido. Inquiriu também sobre o atraso neste procedimento.

#### **Parecer complementar da Comissão**

A Comissão informou o Provedor de Justiça de que, de acordo com o Regulamento Financeiro das Comunidades Europeias, sob o título IX, Ajudas externas, controlava todo o procedimento de adjudicação efectuado pelo contratante local (neste caso, o PEGTE<sup>77</sup>). O acordo de financiamento de um contrato é materializado pela sua “aprovação”. A responsabilidade por esta decisão divide-se entre a Delegação e a “Sede” em Bruxelas (ou seja, a DG 1B). No caso em apreço, conforme previsto nas instruções da DG 1B de 30 de Setembro de 1996<sup>78</sup>, para os contratos de fornecimento de valor superior a 137.000 ecus, a aprovação deveria ter sido feita pela Delegação, após a autorização expressa da “Sede”. Na realidade, a Delegação aprovou o contrato antes de enviar o dossier à DG 1B/E2 em Bruxelas e antes de receber a autorização de Bruxelas.

Quanto ao atraso no procedimento citado pelo Provedor de Justiça, a Comissão reafirmou que a SE tinha sido avisada para não prosseguir os trabalhos um mês após a aprovação do contrato. O período de tempo (4 meses) necessário para a análise de um caso tão complexo e para a decisão de não financiar o contrato não foi considerado excessivo pela Comissão.

Por fim, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que “[contestava] os argumentos da queixosa relativamente à sua responsabilidade financeira no âmbito da protecção da boa fé e que responderia aos mesmos na devida instância.”

#### **Observações complementares da queixosa**

A SE foi informada do parecer complementar da Comissão. Manteve a sua queixa e declarou que a recusa de financiar o contrato parecia arbitrária. A SE apoiou esta alegação mencionando o facto de que duas empresas em situação semelhante puderam participar num concurso no âmbito do mesmo programa. Apesar do seu anterior envolvimento no programa sírio, não se suspeitou de conflito de interesses.

3 A Comissão tinha-se recusado a responder, no âmbito do inquérito do Provedor de Justiça, aos argumentos da SE relativos à sua responsabilidade financeira. Por conseguinte, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão que reconsiderasse a sua posição ou que o informasse sobre as razões para essa recusa.

#### **Parecer final da Comissão**

A Comissão confirmou a sua posição em relação à queixa. Entregou uma explicação pormenorizada sobre as razões que levaram a DG 1B a considerar a existência de conflito de interesses. Para além disso, salientou que as empresas que participaram num segundo concurso, contrariamente às alegações da SE, estavam numa situação substancialmente diferente.

#### **Observações finais da queixosa**

Nas suas observações finais, a SE reafirmou que a Comissão se tinha recusado, uma vez mais, a responder aos seus argumentos relativos à responsabilidade financeira. A SE contestou também parte das explicações dadas pela Comissão no seu último parecer.

<sup>77</sup> Public Establishment for Generation and Transmission of Electrical Energy (PEGTE)

<sup>78</sup> Nota aos Srs. Anacoreta, Derfraise, Frossati, Rhein, Chefes de Serviço e Chefes de Delegação: “service, works and supply contracts, including local purchases, on behalf of the recipient in the framework of financing or grant agreements” – 30 de Setembro de 1996

## *A DECISÃO*

### **1 Recusa de financiamento de um contrato apesar da respectiva aprovação incondicional**

1.1 A SE alegou que a Comissão Europeia se tinha recusado a financiar um contrato, embora este tivesse sido incondicionalmente aprovado pela Delegação da Comissão na Síria.

1.2 A Comissão contrapôs, afirmando que o contrato não podia ser financiado devido a irregularidades encontradas no processo de concurso.

1.3 No decurso do inquérito realizado pelo Provedor de Justiça, a Comissão afirmou que as alegadas irregularidades, que motivaram a sua recusa de financiar o contrato, eram conhecidas antes da aprovação. Contudo, a Comissão afirmou que a aprovação era a título provisório. Por fim, no seu terceiro parecer, a Comissão admitiu que a Delegação não tinha agido em conformidade com o procedimento interno aplicável.

1.4 O Provedor de Justiça concluiu que o contrato aprovado não indicava que a aprovação pela Delegação era provisória. Um exame atento do procedimento interno aplicável<sup>79</sup>, entregue pela Comissão, revelou que, no caso em apreço, a responsabilidade de aprovar o contrato recaía sobre a DG IB-E/2<sup>80</sup>, e não a Delegação. O procedimento não prevê a possibilidade de uma aprovação provisória.

1.5 Durante o inquérito, a Comissão explicou que o acordo de financiamento de um contrato é materializado pela sua aprovação. No dossier, nada indica que a SE tinha conhecimento do procedimento interno de aprovação da Comissão, nem que a SE pudesse ter conhecimento do facto de a Delegação não ter cumprido esse procedimento.

1.6 A Comissão alegou que, em 20 de Outubro de 1997, a Delegação tinha solicitado à SE que não prosseguisse os trabalhos até à decisão formal pela DG IB. Todavia, dever-se-á notar que isto ocorreu após o contrato ter sido assinado em 11 de Setembro de 1997 e aprovado em 18 de Setembro de 1997 e quando a SE já estava vinculada por obrigações contratuais, nomeadamente por prazos reduzidos. A SE só foi informada sobre a recusa formal da Comissão em financiar o contrato em 12 de Janeiro de 1998.

1.7 Os princípios da boa administração exigem que a instituição actue de forma consistente. No caso em apreço, a Comissão não aplicou o seu próprio procedimento interno e, embora tivesse conhecimento de alegadas irregularidades, não efectuou todos os controlos relevantes antes de aprovar o contrato. No dossier, nada indica que a queixosa pudesse ter conhecimento de que a Comissão não tinha seguido o procedimento de aprovação correcto. Por conseguinte, a SE poderia ter legitimamente considerado que estava em posse de um contrato devidamente aprovado e financiado pela Comissão. Consequentemente, a acção da Comissão constitui um caso de má administração.

### **2 Incapacidade de informar a queixosa e de lhe dar a oportunidade de se defender**

2.1 A SE alegou que não foi informada das razões pelas quais a Comissão solicitou o cancelamento do contrato e que não lhe tinha sido dada a oportunidade de se defender.

<sup>79</sup> Anexo IV – Contratos de fornecimento – valor do contrato: superior a 137.000 ecus da nota aos Srs. Anacoreta, Defraigne, Frossati, Rhein, Chefes de Serviço e Chefes de Delegação: “service, works and supply contracts, including local purchases, on behalf of the recipient in the framework of financing or grant agreements” – 30 de Setembro de 1996

<sup>80</sup> “Procedimento(...) 7. A delegação envia o relatório de avaliação com comentários ao Serviço IB-E/2. 8. O Serviço IB-E/2 aprova a adjudicação de contrato. 9. O contrato é assinado pela autoridade adjudicante e pelo vencedor do concurso.

2.2 Segundo a Comissão, a SE tinha sido informada de que o pedido de cancelamento tinha sido originado por irregularidades no processo de concurso.

2.3 O Provedor de Justiça verificou que, quatro meses após a Delegação ter aprovado o contrato, a Comissão informou a SE de que iria solicitar o respectivo cancelamento, sem fundamentar essa decisão. Nessa fase, a SE foi informada de que não tinha qualquer responsabilidade sobre o processo que tinha levado a este pedido de cancelamento.

2.4 Afigura-se que a SE só foi informada das verdadeiras razões para o pedido de cancelamento do contrato pela Comissão (ou seja, um possível conflito de interesses) através do inquérito do Provedor de Justiça. Para além disso, embora a recusa por parte da Comissão tenha sido originada parcialmente pelas acções da SE (ou seja, alegadas negociações com as autoridades srias e conflito de interesses), não tinha sido dada à SE a oportunidade de se defender.

2.5 Os princípios da boa prática administrativa exigem que se actue de forma justa e que se respeite as expectativas legítimas originadas pelos actos da Instituição. No caso em apreço, a Comissão teve vários contactos directos com a SE. Agiu como interlocutora e, por conseguinte, deu azo a expectativas legítimas por parte da queixosa. Era legítimo que a SE esperasse ser informada das verdadeiras razões da decisão da Comissão. Para além disso, por uma questão de justiça, a SE deveria ter tido a oportunidade de se pronunciar sobre as alegadas irregularidades causadas pelas suas acções. O facto de a Comissão não lhe ter facultado constitui um caso de má administração.

### 3 Responsabilidade financeira da Comissão

3.1 A SE alegou que a Comissão se tinha recusado a responsabilizar-se pelo cancelamento do contrato, recusando-se a pagar os danos sofridos pela SE. No decurso do inquérito realizado pelo Provedor de Justiça, a queixosa levantou vários argumentos legais relacionados com a responsabilidade financeira da Comissão, derivada da aprovação do contrato. A Comissão recusou-se duas vezes a debater estes pontos e declarou que “responderia aos mesmos na devida instância”.

3.2 A Comissão recusou-se a debater os argumentos da queixosa relativos à responsabilidade financeira da Comissão. Por conseguinte, não forneceu ao Provedor de Justiça um relato coerente e razoável da base jurídica das suas acções nem do motivo por que acredita que o seu posicionamento quanto à questão da responsabilidade se justifica. A Comissão pareceu indicar que estaria disposta a apresentar os argumentos relevantes perante um tribunal.

3.3 Consequentemente, o Provedor de Justiça concluiu referindo o direito das partes de submeterem a um tribunal da jurisdição competente o estudo e a decisão vinculativa do seu litígio.

### 4 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça sobre esta queixa, consideram-se pertinentes as seguintes observações críticas:

*Os princípios da boa administração exigem que a instituição actue de forma coerente. No caso em apreço, a Comissão não aplicou o seu próprio procedimento interno e, embora tivesse conhecimento de alegadas irregularidades, não efectuou todos os controlos relevantes antes de aprovar o contrato. No dossier, nada indica que a queixosa tivesse conhecimento de que a Comissão não tinha seguido o procedimento de aprovação correcto. Por conseguinte, a SE poderia ter legitimamente considerado que estava em posse de um contrato devidamente aprovado e financiado pela Comissão. Consequentemente, a acção da Comissão constitui um caso de má administração.*

*Os princípios da boa prática administrativa exigem que se actue de forma justa e que se respeite as expectativas legítimas originadas pelos actos da Instituição. No caso em apreço, a Comissão teve vários contactos directos com a SE. Agiu como interlocutora e, por conseguinte, deu azo a expectativas legítimas por parte da queixosa. Era legítimo que a SE esperasse ser informada das verdadeiras razões da decisão da Comissão. Para além disso, por uma questão de justiça, a SE deveria ter tido a oportunidade de se pronunciar sobre as alegadas irregularidades causadas pelas suas acções. O facto de a Comissão não lha ter facultado constitui um caso de má administração.*

Tendo em conta que, no decurso do inquérito do Provedor de Justiça, a Comissão se recusou a debater a sua responsabilidade, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa com estas observações críticas.

## ALEGADA AUSÊNCIA DE RES- POSTA E RECUSA EM PERMITIR O ACESSO A ACTAS DE UM GRUPO DE PERITOS

*Decisão sobre a queixa 1346/98/OV contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em 1998, o Sr. G. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, alegando que desde 1997 não obtinha qualquer resposta da Comissão (Direcção-Geral dos Transportes (DG VII)) no que se refere à interpretação do Regulamento (CE) n.º 2812/94 da Comissão, de 18 de Novembro de 1994, relativo à navegação interior<sup>81</sup>. O queixoso contactou a Comissão, por escrito, em 30 de Julho e 8 de Setembro de 1997, a propósito da posição adoptada por esta instituição no que se refere à interpretação do Regulamento.

Em 27 de Outubro de 1998, após uma anterior intervenção do Provedor de Justiça, a Comissão respondeu à carta do queixoso de 2 de Setembro de 1998. Não obstante, a resposta não o satisfaz, uma vez que a Comissão fez referência a algumas actas de um grupo de peritos (sobre a reestruturação da navegação interior), cujo acesso lhe foi negado com base no princípio da confidencialidade. Em 6 de Novembro de 1998, o queixoso reuniu-se com funcionários responsáveis da DG VII da Comissão, que lhe forneceram alguns documentos (textos de regulamentos), mas não as actas do grupo de peritos neste domínio.

Apresentou, então, queixa aos serviços do Provedor de Justiça, alegando, em primeiro lugar, que não tinha obtido qualquer resposta da Comissão no que se refere à interpretação do Regulamento (CE) n.º 2812/94 da Comissão de 18 de Novembro de 1994 e, em segundo lugar, que lhe fora recusado o acesso às actas do grupo de peritos, dada a confidencialidade destes documentos.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

Quanto à alegada ausência de resposta à correspondência do queixoso sobre a interpretação do Regulamento (CE) n.º 2812/94 da Comissão de 18 de Novembro de 1994, a Comissão evocou os factos subjacentes à queixa e fez os seguintes comentários:

Em 10 de Março de 1997, o Dutch Breaker's Fund visitou a DG VII e informou os respectivos funcionários de que o queixoso havia apresentado uma queixa ao Provedor de Justiça neerlandês devido à má administração do seu caso pelo referido Fund, em 1994. Após essa reunião, o Ministério dos Transportes neerlandês interrogou a Comissão, por carta de 13 de Março de 1997, sobre a importância e o objectivo do período de transição de seis meses, previsto no artigo 2º do Regulamento.

<sup>81</sup> Regulamento (CE) n.º 2812/94 da Comissão de 18 de Novembro de 1994 que altera o Regulamento (CEE) n.º 1101/89 do Conselho, no que diz respeito às condições aplicáveis à entrada em serviço de novas embarcações de navegação interior.

A DG VII enviou, em 24 de Março de 1997, uma nota ao Serviço Jurídico da Comissão, solicitando esclarecimentos sobre a interpretação do Regulamento e o projecto de resposta às autoridades neerlandesas. O Serviço Jurídico respondeu, por nota de 10 de Abril de 1997, enviada pela DG VII ao Director do Dutch Breaker's Fund em 6 de Maio do mesmo ano.

Três meses mais tarde, em 30 de Julho de 1997, o queixoso enviou um fax à DG VII e duas novas cartas a relembrar o assunto, com data de 3 de Agosto e 8 de Setembro de 1997, respectivamente. Contudo, a DG VII acordara com as autoridades neerlandesas adiar o envio de uma resposta ao queixoso até à recepção do pedido oficial de informações emitido pelo Provedor de Justiça neerlandês, por forma a fornecer respostas completas e fundamentadas sobre a matéria.

Em 5 de Dezembro de 1997, a DG VII respondeu à carta do Provedor de Justiça datada de 24 de Outubro desse ano. Julgou ter, assim, respondido a todas as questões colocadas pelo queixoso a propósito da interpretação do Regulamento. No entanto, a DG VII recebeu uma nova carta do queixoso, com data de 30 de Julho de 1998, em que eram colocadas questões sobre a interpretação dada por esta Direcção-Geral ao Regulamento na carta enviada ao Provedor de Justiça neerlandês. A DG VII respondeu, em 13 de Agosto de 1998, às 5 questões colocadas pelo queixoso.

Em 2 de Setembro de 1998, o queixoso enviou nova carta à DG VII, colocando as mesmas questões. Em 26 de Outubro de 1998, o queixoso enviou, igualmente, um fax. Em 27 de Outubro de 1998, a DG VII respondeu a todas as perguntas que se referiam à interpretação do Regulamento.

Após o queixoso ter apresentado a queixa ao Provedor de Justiça, a DG VII continuou a receber cartas suas, às quais respondeu em 9 de Dezembro de 1998 e em 29 de Janeiro de 1999. Por esta razão, a Comissão concluiu que não havia dúvidas quanto ao facto de a DG VII ter respondido a todos os pedidos de esclarecimento sobre a interpretação do Regulamento.

No que se refere à recusa em permitir o acesso às actas do grupo de peritos no domínio da reestruturação da navegação interna, a Comissão fez os seguintes comentários:

O queixoso solicitou à DG VII, por fax enviado em 28 de Outubro de 1998, todas as actas das reuniões do grupo de peritos realizadas desde Dezembro de 1994, assim como de uma reunião a realizar nas instalações dessa Direcção-Geral.

Em 6 de Novembro de 1998, a DG VII reuniu-se com o queixoso em Bruxelas, tendo-lhe fornecido um dossier com todas as notas sobre a aplicação uniforme do Regulamento n.º 1101/89, bem como duas séries de actas do grupo de peritos, de onde constam as conclusões a que chegou o grupo de preparação do Regulamento (CE) n.º 2812/94. Esta Direcção-Geral também informou o queixoso de que, por razões que se prendem com o princípio da confidencialidade e após ter ponderado, por um lado, o interesse do queixoso nos referidos documentos e, por outro, o interesse da instituição em preservar a confidencialidade das suas deliberações, não foi possível facultar-lhe todas as actas do grupo de peritos, uma vez que o seu caso, tratado directamente com o Dutch Breaker's Fund, não foi apreciado em nenhuma das reuniões. Posteriormente, numa série de mensagens electrónicas trocadas entre o queixoso e a DG VII, a Comissão lembrou que, nos termos do Código sobre o acesso público aos documentos da Comissão, adoptado em 8 de Fevereiro de 1994, só pode permitir o acesso aos seus próprios documentos. Sempre que o pedido incida sobre um documento pertencente a terceiros, como é o caso de uma carta de um Estado-Membro, o requerente deverá apresentá-lo ao respectivo autor. No que se refere às actas do grupo de peritos, a DG VII, numa mensagem electrónica de 13 de Novembro de 1998, chamou a atenção do queixoso para os princípios e as referências que constam do referido Código (JO L 46/58 de 18 de Fevereiro de 1994; JO L 247/45 de 28 de Setembro de 1996).

Com base nas observações acima mencionadas, a Comissão concluiu que não pode permitir o acesso a todas as actas dos grupos de peritos, constituídos por organizações profissionais. A Comissão anexou ao processo cópias de todas as cartas, faxes e mensagens electrónicas enviadas ao queixoso.

### Observações do queixoso

O queixoso manteve a queixa. De acordo com o queixoso, a interpretação dada pela Comissão ao Regulamento era favorável às autoridades neerlandesas mas não a ele próprio. Observou, ainda, que a interpretação da Comissão carecia de fundamento jurídico e que os funcionários da Comissão tinham sido erradamente informados pelos funcionários do Dutch Breaker's Fund.

## A DECISÃO

### 1 Alegada ausência de resposta da DG VII da Comissão às várias questões colocadas pelo queixoso

1.1 O queixoso alegou que a Comissão não havia respondido às questões por si colocadas sobre a respectiva interpretação do Regulamento (CE) n.º 2812/94 da Comissão, de 18 de Novembro de 1994. A Comissão, com base nas diversas cartas enviadas ao queixoso e anexadas ao seu parecer, concluiu que era impossível subsistir qualquer dúvida quanto ao facto de a DG VII ter respondido a todos os pedidos de esclarecimento relativos à interpretação do Regulamento.

1.2 Através da leitura das diversas cartas que a Comissão anexou ao seu parecer, o Provedor de Justiça observou que a DG VII respondera repetidamente às inúmeras perguntas do queixoso. Esta Direcção-Geral havia respondido ao queixoso em 13 de Agosto e 27 de Outubro de 1998, assim como em 9 de Dezembro do mesmo ano e 29 de Janeiro de 1999, após a apresentação da queixa ao Provedor de Justiça.

1.3 Na sua resposta datada de 13 de Agosto de 1998, a DG VII respondeu a 5 perguntas do queixoso relativas à sua interpretação do Regulamento n.º 1101/89, alterado pelo Regulamento n.º 2812/94, transmitida na carta daquela DG à vice-Provedora de justiça neerlandesa L. De Bruin, em 5 de Dezembro de 1997.

1.4 O Regulamento n.º 2812/94 prevê uma medida de transição relativa à chamada regra do “velho por novo” e estabelece três condições<sup>82</sup>. Nos termos do artigo 2º do Regulamento, continua a aplicar-se o rácio 1:1 (em vez do rácio 1,5:1) aos navios cuja construção já atingiu uma determinada fase e que entram em serviço no prazo de seis meses após a entrada em vigor do Regulamento (i.e., em 9 de Junho de 1995). Na carta enviada ao queixoso em 13 de Agosto de 1998, a DG VII respondeu que, ao introduzir a medida de transição, o objectivo do legislador, ao impor um rácio de 1,5:1 durante a fase de construção, não foi prejudicar os armadores que tinham investido na construção de navios e previsto custos de construção baseados num rácio de 1:1, calculado de acordo com a regra do “velho por novo”. Esta Direcção-Geral informou o queixoso de que o Dutch Breaker's Fund só podia avaliar as fases de construção e de certificação até 9 de Junho de 1995.

<sup>82</sup> O artigo 2º do Regulamento 2812/94 determina que: “No caso das embarcações em relação às quais o proprietário prove:

- que a construção está em curso na data de publicação do presente regulamento,
- que os trabalhos já realizados na data de publicação do presente regulamento representam um mínimo de 20% da quantidade de aço necessária ou 50 toneladas e
- que a entrega e a entrada em serviço se processarão o mais tardar seis meses após a entrada em vigor do presente regulamento,

continuem a aplicar-se, mediante requerimento nesse sentido às autoridades do fundo em cujo âmbito está abrangida a embarcação, as condições previstas no n.º 1, alínea a) do artigo 8º do Regulamento (CEE) n.º 1101/89, tal como se aplicavam antes da entrada em vigor do presente regulamento “.



Informou ainda o queixoso de que os navios mantidos no estaleiro não seriam certificados antes daquela data, ficando assim por preencher um dos requisitos previstos na medida de transição.

1.5 Na sequência de uma nova carta do queixoso, datada de 2 de Setembro de 1998, a DG VII confirmou, em 27 de Outubro seguinte, a posição comunicada ao Provedor de Justiça neerlandês, por carta de 5 de Dezembro do mesmo ano, e ao queixoso, por carta de 13 de Agosto de 1998. A DG VII enviou duas outras cartas ao queixoso, com datas de 9 de Dezembro de 1998 e 29 de Janeiro de 1999, relativas às expressões “embarcação em construção” e “proprietário” do navio.

1.6 Com base no referido, o Provedor de Justiça concluiu que a Comissão, ao fornecer as informações subjacentes à sua interpretação do Regulamento ao queixoso, havia respondido de forma cabal aos pedidos de esclarecimento nesta matéria. Neste caso, o Provedor de Justiça não detectou qualquer indício de má administração.

1.7 Em relação à interpretação dada pela Comissão ao Regulamento, o queixoso alegou que esta carecia de base jurídica e era favorável às autoridades neerlandesas mas não a ele próprio. O Provedor de Justiça observou que, antes de responder ao Dutch Breaker's Fund, em 6 de Maio de 1997, a Comissão tinha consultado o Serviço Jurídico no que se refere à interpretação do Regulamento, ao solicitar o seu parecer no âmbito do projecto de resposta a enviar ao Dutch Breaker's Fund. O Provedor de Justiça gostaria, no entanto, de lembrar que o Tribunal de Justiça é a autoridade suprema em matéria de aplicação e interpretação do direito comunitário.

## **2 Alegada recusa em permitir o acesso às actas do grupo de peritos**

2.1 O queixoso alegou ter-lhe sido recusado o acesso às actas do grupo de peritos no domínio da reestruturação da navegação interna. A Comissão observou que o queixoso, que tinha solicitado o acesso a todas as actas do grupo de peritos desde Dezembro de 1994, se havia reunido, em 6 de Novembro de 1998, com a DG VII, que lhe forneceu um dossier com todas as notas sobre a aplicação uniforme do Regulamento n.º 1101/89, bem como duas séries de actas do grupo de peritos, de onde constam as conclusões do grupo de preparação do Regulamento (CE) n.º 2812/94.

2.2 Quanto às outras actas, a Comissão começou por afirmar que, por razões que se prendem com o princípio da confidencialidade e após ter ponderado, por um lado, o interesse do queixoso nos referidos documentos e, por outro, o interesse da instituição em preservar a confidencialidade das suas deliberações, não era possível facultar-lhe todas as actas do grupo de peritos, uma vez que o seu caso, tratado directamente com o Dutch Breaker's Fund, não fora apreciado em nenhuma das reuniões. Posteriormente, a Comissão lembrou que, nos termos do Código sobre o acesso público aos documentos da Comissão, só permite o acesso aos seus próprios documentos. Sempre que o pedido incida sobre um documento oriundo de terceiros, o requerente deverá contactar o respectivo autor.

2.3 Da apreciação da informação adicional que o queixoso enviou ao Provedor de Justiça em 19 de Janeiro de 1999, conclui-se que aquele teve, finalmente, acesso às actas do grupo de peritos. Na sua carta de 13 de Janeiro de 1999 enviada à Comissão, o queixoso informou a DG VII que, com base na lei neerlandesa sobre a transparência na administração, lhe foi facultado o acesso a todas as actas, lavradas desde 1994, que estavam na posse do Ministério dos Transportes Neerlandês. O Provedor de Justiça considerou que, quanto a este caso, não eram necessários mais inquéritos.

2.4 O Provedor de Justiça formulou, porém, as observações a seguir mencionadas, relativas aos motivos evocados pela Comissão para negar o acesso do queixoso às referidas actas. Os princípios da boa administração prevêm que qualquer decisão adversa seja fundamentada [*mencionando claramente os respectivos factos relevantes e bases jurí-*

dicas]<sup>83</sup>. O Provedor de Justiça observou no entanto, que, em diferentes ocasiões, a Comissão havia efectivamente apresentado várias razões para recusar o acesso do queixoso às actas.

2.5 A Comissão começou por referir que, por razões que se prendem com o princípio da confidencialidade, após ter ponderado, por um lado, o interesse do queixoso nos referidos documentos e, por outro, o interesse da instituição em preservar a confidencialidade das suas deliberações, e por o seu caso não ter sido apreciado em nenhuma das reuniões, não podia permitir o acesso às actas. Posteriormente, porém, a Comissão apresentou, na mensagem electrónica de 14 de Novembro de 1998, outro argumento para negar o acesso às actas, a saber que só podia permitir o acesso aos seus próprios documentos, pelo que, no que se refere a documentos de terceiros, o requerente deverá apresentar o seu pedido ao respectivo autor.

2.6 Assim, o Provedor de Justiça concluiu que, no seu conjunto, as razões apresentadas não justificavam o indeferimento do pedido de acesso às actas do grupo de peritos, formulado pelo queixoso. Isto levou o Provedor de Justiça a formular a observação crítica a seguir mencionada.

### 3 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça à segunda parte desta queixa, considera-se pertinente a seguinte observação crítica:

*Os princípios da boa administração prevêm que qualquer decisão adversa seja fundamentada [mencionando claramente os respectivos factos relevantes e bases jurídicas]<sup>84</sup>*

*O Provedor de Justiça observou no entanto, que, em diferentes ocasiões, a Comissão havia efectivamente apresentado razões diferentes para recusar o acesso do queixoso às actas.*

*A Comissão começou por referir que, por razões que se prendem com o princípio da confidencialidade, após ter ponderado, por um lado, o interesse do queixoso nos referidos documentos e, por outro, o interesse da instituição em preservar a confidencialidade das suas deliberações, e por a queixa não ter sido apreciada em nenhuma das reuniões, não podia permitir o acesso às actas. Porém, a Comissão apresentou, numa mensagem electrónica de 14 de Novembro de 1998, outro argumento para negar o acesso às actas, a saber, que só podia permitir o acesso aos seus próprios documentos, pelo que, no que se refere a documentos de terceiros, o requerente deverá dirigir-se ao respectivo autor.*

*O Provedor de Justiça concluiu, então, que fundamentar uma decisão de forma diferente em diversas ocasiões poderá confundir o cidadão comum e não explica as verdadeiras razões que motivaram a decisão. Esta circunstância constituiu, assim, um acto de má administração.*

No entanto, dado que o queixoso acabou por obter as informações solicitadas, não foram necessários mais inquéritos no que se refere a este caso. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

<sup>83</sup> Consultar o artigo 18º do Código de Boa Conduta Administrativa do Provedor de Justiça.

<sup>84</sup> Consultar o artigo 18º do Código de Boa Conduta Administrativa do Provedor de Justiça.

## CONCURSO GERAL: INFORMAÇÕES A APRESENTAR PELOS FUNCIONÁRIOS DAS COMUNIDADES EUROPEIAS PARA COMPROVAR O SEU ESTATUTO

*Decisão sobre a queixa 198/99/(PD) JMA contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

A queixosa candidatou-se ao concurso geral EUR/A/123, mas o júri recusou-se a admiti-la às provas. Numa carta dos serviços da Comissão, datada de 25 de Fevereiro de 1998, foi informada de que não satisfazia os critérios estabelecidos para a participação dos funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias no concurso. A carta explicava que, devido à não inclusão de qualquer documento comprovativo, a queixosa não tinha cumprido os requisitos dos pontos IV.3 e X.1 do aviso de concurso. Numa resposta complementar da instituição, com data de 16 de Abril de 1998, a Comissão explicou que a queixosa não tinha anexado nenhum documento à candidatura que comprovasse o seu estatuto de funcionária comunitária.

Em 12 de Março de 1998, a queixosa contestou a sua exclusão, salientando na sua carta que os pontos IV.3 e X.1 do aviso diziam respeito as condições aplicáveis a todos os candidatos, e que as condições específicas aplicáveis aos funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias constavam de um anexo ao aviso. A queixosa explicou que o limite de idade era a única condição que não satisfazia. Contudo, conforme indicado no ponto 1 do anexo ao aviso, os funcionários das Comunidades Europeias estavam excluídos desse requisito. Para além disso, alegou que a carta da Comissão não indicava de forma clara os motivos da rejeição da sua candidatura.

Na sua queixa, a queixosa acrescentou que outros candidatos em condições semelhantes tinham sido admitidos nas provas e que, por conseguinte, a sua exclusão constituía um caso de discriminação por parte da Comissão. Considerou ainda que não era razoável que a Comissão solicitasse informações profissionais dos seus próprios funcionários, especialmente na medida em que a instituição, como entidade empregadora, estava em melhor posição para obter essas informações.

A queixosa anexou à sua queixa uma cópia de uma carta da Comissão dirigida a outro candidato. A carta informava o candidato da sua admissão às provas do concurso e estabelecia outro prazo para a apresentação de documentos complementares que comprovassem o seu estatuto de funcionário das Comunidades Europeias. Anexou também uma cópia de um aviso de concurso (COM/A/11-12/98) publicado no JO C 97 A de 31 de Março de 1998, onde se inseriam disposições semelhantes para os funcionários das Comunidades Europeias. Contudo, o texto era mais preciso e pormenorizava as informações específicas que deveriam ser apresentadas pelos funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias para comprovar o seu estatuto.

A queixosa concluiu que a decisão da Comissão de a excluir do concurso era ilegal e discriminatória na medida em que:

- (i) o ponto 5 do anexo ao aviso de concurso não mencionava a necessidade de incluir documentos complementares, limitando-se a indicar que os funcionários ou agentes das Comunidades Europeias deveriam fornecer todas as informações necessárias;
- (ii) tinham sido admitidos ao concurso outros candidatos com o mesmo estatuto, tendo recebido um prazo complementar para o fornecimento de informações adicionais.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

No seu parecer, a Comissão esclareceu o contexto geral do caso. A queixosa tinha-se candidatado ao concurso geral EUR/A/123 organizado conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo Tribunal de Contas<sup>85</sup>.

<sup>85</sup>

JO C 288 A de 23.09.1997, p.1

O ponto III do aviso de concurso estabelecia as condições aplicáveis na generalidade a todos os candidatos: o ponto III A pormenorizava as condições gerais, o ponto III B algumas condições especiais, ao passo que o ponto III.C pormenorizava as condições aplicáveis especificamente aos funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias. Neste último caso, a disposição contemplava várias condições relativas ao limite de idade, à experiência profissional e aos diplomas. O ponto 5 do anexo indica que “*cabará aos funcionários e outros agentes [...], candidatos ao concurso, fornecer os elementos que permitam verificar se a condição de antiguidade mencionada nos pontos 1, 2 e 3 se encontra preenchida*”.

A Comissão explicou que o Guia para os candidatos ao concurso, publicado em conjunto com o aviso de concurso, indicava que os candidatos apenas seriam admitidos se anexassem à sua candidatura documentação comprovativa.

Embora a queixosa tivesse remetido ao júri, em 12 de Março de 1988, alguma documentação complementar relativa ao seu estatuto de funcionária das Comunidades Europeias, estes documentos não puderam ser tomados em consideração na medida em que foram enviados após a data-limite para a entrega das candidaturas, conforme estabelecido no ponto IV.3 do aviso.

Quanto ao prazo complementar concedido a outros funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias que também se tinham candidatado ao concurso, a Comissão explicou que esta possibilidade tinha sido concedida pelo júri apenas aos funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias que já tivessem apresentado uma prova *prima facie* do seu estatuto.

A Comissão concluiu, salientando que, na ausência de qualquer elemento anexo à candidatura que pudesse ter permitido ao júri verificar o estatuto da queixosa como funcionária das Comunidades Europeias, o critério geral relativo à idade não podia ser excluído, pelo que a sua candidatura teve de ser declarada inadmissível.

Numa página independente acrescentada ao parecer da Comissão e assinalada como confidencial, a Comissão incluiu algumas informações adicionais para o Provedor de Justiça. Essas informações diziam respeito ao número de candidatos e ao número de funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias entre os candidatos. Referia também o número de funcionários das Comunidades Europeias que não foram admitidos às provas por não incluírem provas suficientes do seu estatuto, aqueles que recorreram da decisão e o número de funcionários e outros agentes que foram inicialmente admitidos sob a condição de apresentarem à Comissão, elementos complementares que comprovassem o seu estatuto.

### **Observações da queixosa**

O Provedor de justiça enviou o parecer da Comissão à queixosa, convidando-a a apresentar as suas observações. Na sua resposta, a queixosa manteve, na generalidade, os argumentos já invocados na queixa original.

A queixosa salientou que tinha anexado à candidatura todas as informações pessoais necessárias, bem como as informações relativas ao seu estatuto de funcionária das Comunidades Europeias, tais como o seu número pessoal, o endereço administrativo e o número de telefone. Acrescentou que as informações apresentadas incluíam elementos suficientes para comprovar que preenchia as condições especificadas no anexo ao aviso de concurso. Quanto à referência ao Guia para os candidatos publicado conjuntamente com o aviso, a queixosa considerou que o Guia, ao contrário do aviso, era meramente um documento informativo isento de qualquer valor legal.

Na perspectiva da queixosa, o ponto 5 do parecer da Comissão era contraditório. A Comissão tinha salientado que apenas tinha aceite os funcionários e outros agentes das

Comunidades Europeias que tinham apresentado provas *prima facie* tais como cópias de “um certificado de serviço, cópia do documento de titularização, cópia do contrato, último recibo do vencimento ou cópia do cartão de identificação”. A queixosa salientou que estes eram os mesmos elementos que a Comissão tinha tomado em consideração para admitir provisoriamente ao concurso alguns funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias que deveriam fornecer, posteriormente, mais elementos relativos ao seu estatuto.

## A DECISÃO

### 1 Informações a apresentar por funcionários das Comunidades Europeias candidatos ao concurso EUR/A/123

1.1 A queixosa alegou ter sido indevidamente excluída do concurso geral EUR/A/123 na medida em que, como funcionária das Comunidades Europeias, tinha remetido as informações solicitadas pelo ponto 5 do anexo ao aviso de concurso. Na sua perspectiva, os dados anexos à candidatura, designadamente o seu número pessoal, endereço administrativo, lugar e serviço actual, eram suficientes para que a instituição verificasse que preenchia as condições de antiguidade exigidas.

1.2 De acordo com a interpretação da Comissão, quando o ponto 5 do anexo ao aviso referia “os elementos que permitam”, significava certos documentos que, pela sua natureza, constituem prova da antiguidade necessária. Estes documentos poderiam incluir, entre outros, um certificado de serviço, uma cópia do documento de titularização, uma cópia do contrato ou o último recibo de vencimento.

Para apoiar esta interpretação, a Comissão salientou que o Guia dos candidatos ao concurso, publicado em conjunto com o aviso de concurso, indicava que os candidatos só seriam admitidos se incluíssem na sua candidatura a documentação comprovativa.

1.3 Tal como os tribunais comunitários têm estatuído repetidamente, o aviso de concurso constitui a base jurídica e a base de avaliação do júri<sup>86</sup>. A função essencial de um aviso de concurso é fornecer aos interessados informações o mais exactas possível, sobre as condições de elegibilidade para determinado lugar, para que aqueles possam decidir, em primeiro lugar, se devem ou não candidatar-se e, em segundo lugar, saber quais os documentos relevantes para o júri do concurso, a fim de os incluir no dossier de candidatura.

1.4 As condições aplicáveis aos candidatos ao concurso geral EUR/A/123 eram indicadas no ponto III do aviso de concurso. As condições específicas aplicáveis aos funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias, eram indicadas no anexo ao aviso. Para se poder beneficiar das exclusões previstas neste anexo, o ponto 5 afirmava:

*“Caberá aos funcionários ou agentes, candidatos ao concurso, fornecer os elementos que permitam verificar se a condição de antiguidade mencionada nos pontos 1, 2 e 3 se encontra preenchida”.*

1.5 O Provedor de Justiça verificou que, conforme ilustrado pela queixosa e sem refutação por parte da Comissão, o enunciado de disposições semelhantes em concursos subsequentes foi modificado, sendo agora mais preciso quanto ao tipo de elementos que os funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias devem apresentar para comprovar o seu estatuto. Por conseguinte, a Comissão exige agora que os funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias anexem à respectiva candidatura determinados documentos, tais como uma cópia do documento de titularização, uma cópia do contrato ou o último recibo de vencimento.

<sup>86</sup>

Consultar T-158/89, *Van Hecken contra Comité Económico e Social* CJ 1991 p. II-1341 parágrafo 23; T-54/91, *Almeida Antunes contra Parlamento* CJ 1992 p. II-1739, parágrafo 39.

Em contrapartida, o aviso do concurso EUR/A/123, que constituía a única base jurídica para esse concurso, só solicitava aos funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias que fornecessem os elementos que permitissem verificar o preenchimento da condição de antiguidade mencionada no anexo. Elementos é um termo genérico que pode englobar documentos ou cópias destes, bem como factos narrados, ouvidos ou descobertos.

1.6 A queixosa enviou com a sua candidatura informações relativas à sua carreira como funcionária das Comunidades Europeias. Dada a natureza das informações apresentadas, os serviços competentes da Comissão poderiam ter facilmente verificado a sua antiguidade na instituição.

O Provedor de Justiça está ciente de que a função dos serviços de pessoal da Comissão não consiste em enviar aos júris dos concursos o dossier completo dos candidatos, uma vez que isto seria uma forte sobrecarga e, tal como instituído pelos tribunais comunitários, iria contra o princípio da boa administração<sup>87</sup>. Todavia, no caso em apreço, os serviços da Comissão poderiam simplesmente ter sido contactados para verificar determinadas informações, como indicado no aviso de concurso.

1.7 Por conseguinte, o Provedor de Justiça concluiu que, ao fornecer dados relativos ao seu número pessoal, endereço administrativo, cargo e serviço actual, a queixosa forneceu as informações mencionadas no anexo ao aviso de concurso.

A incapacidade da Comissão em assegurar que a queixosa fosse admitida ao concurso constitui, por conseguinte, um caso de má administração.

Tendo em vista a conclusão a que chegou o Provedor de Justiça quanto à questão anterior, não foi necessário avaliar a queixa adicional apresentada pela queixosa, designadamente de que teria sido alvo de discriminação relativamente a outros funcionários das Comunidades Europeias que foram admitidos ao concurso.

## 2 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça sobre esta queixa, consideram-se pertinentes as seguintes observações críticas:

A queixosa enviou com a sua candidatura informações relativas à sua carreira como funcionária das Comunidades Europeias. Os serviços competentes da Comissão poderiam facilmente ter verificado a sua antiguidade na instituição.

Por conseguinte, o Provedor de Justiça concluiu que, ao fornecer dados relativos ao seu número pessoal, endereço administrativo, lugar e serviço actual, a queixosa forneceu as informações mencionadas no anexo ao aviso de concurso.

A incapacidade da Comissão em assegurar que a queixosa fosse admitida ao concurso constitui, por conseguinte, um caso de má administração.

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

<sup>87</sup>

Processo T-133/89, *Jean-Louis Burban contra Parlamento* CJ 1990 p. II-245, parágrafo 31.



### OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Tendo avaliado as provas assinaladas como confidenciais no parecer da Comissão, o Provedor de Justiça concluiu que estes materiais não tinham uma relação directa com o assunto da queixa, pelo que não os tomou em consideração nas conclusões desta decisão.

À luz do conteúdo destes materiais, o Provedor de Justiça não conseguiu entender o raciocínio que terá levado a Comissão a classificá-los como confidenciais. O Provedor de Justiça não partilha a perspectiva da Comissão, segundo a qual a revelação pública de informações estatísticas sobre o número de candidatos aceites ao concurso, o número de funcionários e outros agentes das Comunidades Europeias não admitidos às provas por não apresentarem suficientes elementos comprovativos do seu estatuto ou o número de candidatos que recorreram dessa decisão, poderia, de alguma forma, violar o carácter secreto do trabalho do júri.

### NÃO ELEGIBILIDADE PARA UM EMPREGO PARA ESTUDANTES NA COMISSÃO

*Decisão sobre a queixa 890/99/BB contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Julho de 1999, o Sr. L. apresentou, em nome de sua filha, uma queixa ao Provedor de Justiça relativa a uma decisão da DG IX da Comissão Europeia (Pessoal e Administração). O queixoso alegou que o facto de só os filhos dos funcionários da Comissão poderem candidatar-se aos lugares para estudantes existentes naquela instituição durante as férias de Verão constitui um caso de má administração. Em Maio de 1999, a filha do queixoso tinha-se candidatado a um emprego na Comissão destinado a estudantes durante as férias de Verão, mas foi declarada não elegível, por os mesmos estarem reservados aos filhos dos funcionários da Comissão. O queixoso é funcionário do Parlamento Europeu.

O queixoso afirmou ainda que a DG IX não respondeu ao fax por ele enviado em 10 de Junho de 1999. Nesse fax, o queixoso solicitou àquela Direcção-Geral que investigasse o procedimento utilizado pela Comissão para recrutar estudantes para os empregos de Verão.

#### O INQUÉRITO

##### Parecer da Comissão

No seu parecer, a Comissão formulou as seguintes observações (aqui resumidas):

(i) Os empregos para estudantes foram anunciados aos funcionários da Comissão Europeia através de canais de informação internos.

Efectivamente, a Comissão reserva empregos para estudantes, durante o Verão, aos filhos dos seus funcionários e agentes. Lamenta que, desta forma, os filhos dos funcionários das outras instituições sejam excluídos. No entanto, de acordo com a Comissão, qualquer alteração a esta prática seria despropositada e contrária ao princípio da proporcionalidade e à relação custo-eficiência.

Considerando que o número de empregos é limitado (cerca de 60 em Julho e 60 em Agosto), o alargamento do processo de selecção aos filhos de todos os funcionários das instituições europeias acarretaria um elevado número de candidaturas, dando origem a situações desnecessárias de frustração para os candidatos.

O subsídio diário, no valor de 1.500 francos belgas, constitui uma regalia inferior às condições estabelecidas pelo mercado de Bruxelas, pelo que não pode ser entendido como uma vantagem atribuída aos funcionários e agentes da Comissão.

A restrição do acesso a estes empregos reduz os custos e os encargos administrativos relativos a esta operação. Tal não seria possível se o sistema fosse aberto a todos os estudantes da União Europeia.

Não é intenção da Comissão alterar o regulamento sobre as condições de acesso ao reduzido número de empregos existentes para estudantes nos seus serviços. Na opinião da Comissão, cabe a cada instituição decidir se deverá oferecer empregos para estudantes e como fazê-lo. A alternativa seria, provavelmente, abandonar este tipo de iniciativas.

(ii) Quanto ao fax de 10 de Junho de 1999, a Comissão lamentou que o queixoso não tenha recebido uma resposta formal, proveniente de instâncias superiores, confirmando a resposta negativa transmitida por telefone, no próprio dia.

### **Observações do queixoso**

O queixoso manteve a queixa, pois considerou que as explicações fornecidas pela Comissão eram contraditórias. Com efeito, se a remuneração fosse modesta, os únicos estudantes interessados nesses empregos seriam os que vivem na área de Bruxelas e não haveria necessidade de organizar uma grande campanha de recrutamento.

## **A DECISÃO**

### **1 Não elegibilidade para um emprego para estudantes na Comissão Europeia**

1.1 O queixoso alegou que o facto de os empregos para estudantes, a desempenhar durante as férias de Verão, na Comissão, só estarem disponíveis para os filhos dos funcionários desta instituição, constitui um caso de má administração.

1.2 No seu parecer, a Comissão afirmou ser verdade que reserva empregos para estudantes, durante as férias de Verão, para os filhos dos seus funcionários e agentes. Lamentou que, desta forma, os filhos dos funcionários das outras instituições sejam excluídos. No entanto, de acordo com a Comissão, qualquer alteração a esta prática seria despropositada e contrária ao princípio da proporcionalidade e à relação custo-eficiência.

1.3 De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, a Comissão deverá respeitar, nas suas actividades, o princípio da igualdade de tratamento. As pessoas que se encontrem em igualdade de circunstâncias deverão ser alvo do mesmo tratamento. Havendo diferenças ao nível do tratamento, a Comissão deverá assegurar-se de que as características objectivas pertinentes do caso específico as justificam. Fazer depender do parentesco o acesso a um trabalho remunerado num organismo público constitui uma violação do princípio da igualdade de tratamento.

1.4 No seu parecer, a Comissão referiu o princípio da proporcionalidade e a relação custo-eficiência. Porém, estes princípios não se aplicam a casos em que se verifiquem práticas discriminatórias, exercidas por um organismo público que utiliza fundos públicos.

1.5 O Provedor de Justiça concluiu, assim, que o facto de a Comissão, enquanto organismo público que utiliza fundos públicos, reservar, para os filhos dos seus funcionários e agentes, empregos para estudantes durante as férias de Verão constitui um caso de má administração.

### **2 Alegada falta de resposta**

2.1 O queixoso afirmou não ter recebido qualquer resposta dos serviços da Comissão ao seu fax de 10 de Junho de 1999.

2.2 No seu parecer, a Comissão lamentou o facto de o queixoso não ter recebido uma resposta formal proveniente de instâncias superiores, confirmando a resposta negativa transmitida por telefone, no próprio dia.

2.3 Os princípios da boa administração prevêm que a correspondência enviada pelos cidadãos à Comissão seja respondida num prazo razoável. No entanto, a Comissão respondeu no próprio dia, por telefone, ao fax enviado pelo queixoso em 10 de Junho de 1999 e lamentou que este não tenha recebido uma resposta formal, por escrito. Assim, o inquérito do Provedor de Justiça não revelou, neste caso, qualquer situação de má administração.

### 3 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça a esta queixa, consideram-se pertinentes as seguintes observações críticas:

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, a Comissão deverá respeitar, nas suas actividades, o princípio da igualdade de tratamento. As pessoas que se encontrem em igualdade de circunstâncias deverão ser alvo do mesmo tratamento. Havendo diferenças ao nível do tratamento, a Comissão deverá assegurar-se de que as características objectivas pertinentes do caso específico a justificam. Fazer depender do parentesco o acesso a um trabalho remunerado num organismo público constitui uma violação do princípio da igualdade de tratamento.*

*No seu parecer, a Comissão referiu o princípio da proporcionalidade e a relação custo-eficiência. Porém, estes princípios não se aplicam a casos em que se verifiquem práticas discriminatórias, exercidas por um organismo público que utiliza fundos públicos.*

*O Provedor de Justiça concluiu, assim, que o facto de a Comissão, enquanto organismo público que utiliza fundos públicos, reservar para os filhos dos seus funcionários e agentes, empregos para estudantes durante as férias de Verão constitui um caso de má administração.*

Dado que esta queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

N.B. Depois de o Provedor de Justiça ter criticado a Comissão Europeia por reservar empregos, durante o Verão, aos filhos dos seus funcionários, a Comissão decidiu abolir este sistema. Os funcionários afirmaram que o pessoal a tempo inteiro executaria o trabalho de forma mais eficiente e barata.

## NÃO ADMISSÃO A UM CONCURSO GERAL ORGANIZADO PELA COMISSÃO EUROPEIA

*Decisão sobre a queixa 1305/99/IP (confidencial) contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Novembro de 1999, o Sr. X apresentou uma queixa contra a Comissão Europeia junto do Provedor de Justiça, relativa à sua não admissão no concurso EUR/B/136, devido ao facto de a candidatura não preencher os requisitos previstos no aviso do referido concurso.

O queixoso apresentou a sua candidatura ao concurso EUR/B/136 (JO C 146 A/10 de 1998), organizado pela Comissão Europeia com vista à constituição de uma lista de reserva de assistentes-adjuntos (B5/B4) no domínio da Informática/Telecomunicações.

Em 14 de Junho de 1999, o queixoso foi notificado pelo júri de que, após a apreciação da candidatura, fora a mesma rejeitada por não preencher os requisitos fixados no aviso de concurso, principalmente no que se refere à “[...] formação complementar em informática e/ou telecomunicações, de duração mínima de dois anos [...]”, tal como previsto no ponto III.B.2.

Em Julho de 1999, o queixoso, considerando a sua não admissão injusta e discriminatória, requereu a reapreciação da sua candidatura ao júri do concurso. Afirmou ter concluído os estudos do ensino secundário (cinco anos) e obtido o *Diploma di Ragioniere perito*

*commerciale e programmatore*, que exige estudos aprofundados na área da Informática. O Sr. X pediu, por isso, à Comissão que tivesse em conta o facto de se poder considerar que o diploma em apreço equivalia a um diploma do ensino secundário geral, acrescido de dois anos de formação complementar.

O Presidente do júri informou o queixoso, por carta de 3 de Setembro de 1999, de que, após a reapreciação da sua candidatura, o júri do concurso não encontrara motivos para rever a sua decisão inicial.

Não satisfeito com o veredicto do júri, o queixoso enviou, em 14 de Setembro de 1999, uma nova carta à Comissão, em que pedia informações sobre todos os meios possíveis para apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça. O júri do concurso respondeu ao queixoso por carta de 20 de Setembro de 1999, reafirmando o conteúdo da correspondência anterior. Não foi feita qualquer referência ao pedido do queixoso, que apenas queria ser informado sobre como poderia recorrer da decisão do júri do concurso.

Em 8 e 28 de Outubro de 1999, o queixoso escreveu novamente à Comissão, sublinhando a urgência em obter a informação pedida, mas não recebeu qualquer resposta. O queixoso apresentou então uma queixa ao Provedor de Justiça, em que alegava que:

1 a sua exclusão do concurso EUR/B/136, organizado pela Comissão Europeia, tinha sido injusta;

2 o facto de a Comissão não o ter informado sobre os meios possíveis para recorrer da decisão final do júri do concurso, apesar dos vários pedidos nesse sentido, o tinha impedido de exercer os seus direitos.

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

A queixa foi enviada à Comissão Europeia. No seu parecer, a Comissão evocou os factos subjacentes à queixa, referindo a troca de correspondência entre os seus serviços e o queixoso.

Assinalou que o queixoso não possuía o diploma exigido no aviso de concurso e que, por essa razão, havia sido excluído.

No ponto III.B.2, o aviso de concurso prevê o seguinte:

*“2. Títulos ou diplomas e experiência exigidos*

*Os candidatos devem ter concluído os estudos do ensino secundário (12º ano ou equivalente), comprovado por um diploma de fim de estudos, bem como uma formação complementar em informática e/ou telecomunicações, de duração mínima de dois anos, comprovada por um diploma reconhecido por uma autoridade competente, bem como uma experiência profissional de, pelo menos, dois anos nos domínios do concurso.”*

Quanto à alegada impossibilidade de frequentar tais cursos em Itália, a Comissão referiu que era possível frequentá-los neste país e forneceu exemplos concretos a este respeito. Esta instituição incluiu ainda informações relativas ao número total de candidaturas recebidas para o concurso EUR/B/136 e o número de candidatos de cada nacionalidade admitidos aos testes. De um total de 1375 candidatos, 165 eram de nacionalidade italiana.

A Comissão destacou o facto de o júri ter respeitado inteiramente o aviso de concurso, do qual não se podia desviar. Além disso, a Comissão sublinhou que, mesmo que reconhecesse a experiência profissional do candidato nesta matéria, tal experiência nunca poderia substituir os diplomas exigidos.

### Observações do queixoso

O Provedor de justiça enviou o parecer da Comissão ao queixoso, convidando-o a apresentar as suas observações.

No que se refere à exclusão do concurso, o queixoso manifestou a sua preocupação pelo facto de ter sido inicialmente admitido a concurso e só ter sido excluído numa fase posterior.

O queixoso mencionou ainda que a Comissão só fez referência a uma parte da correspondência trocada. De facto, ao parecer enviado ao Provedor de Justiça, a Comissão apenas anexou as cópias de cartas endereçadas ao queixoso pelos seus serviços, omitindo os faxes e as cartas que lhe foram enviados pelo queixoso.

Além disso, o queixoso afirmou que, na carta que recebeu em 20 de Setembro de 1999, a Comissão não havia respondido a todas as questões por si colocadas na carta dirigida a esta instituição em 14 de Setembro de 1999. Com efeito, a Comissão só o informara sobre as possibilidades de recorrer de uma decisão desfavorável do júri na sua carta de 7 de Dezembro, isto é, após o Provedor de Justiça ter aberto o inquérito relativo a esta queixa. Nesta carta, a Comissão aludiu à carta enviada pelo queixoso em 8 de Outubro de 1999, informando-o de que o prazo para recorrer ao abrigo do artigo 90º do Estatuto ou interpor recurso junto do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias já tinha expirado.

O queixoso voltou a afirmar que, em 14 de Setembro, tinha pedido que o informassem sobre os meios à sua disposição para apresentar recurso e que, nessa altura, ainda teria sido possível recorrer. O queixoso considerou, portanto, que, devido à Comissão não ter fornecido as informações pedidas, não pôde exercer os seus direitos.

### A DECISÃO

#### 1 Alegada exclusão injusta do concurso

1.1 O queixoso alegou que a decisão do júri de não admitir a sua candidatura ao concurso EUR/B/136, com base no facto de não apresentar os diplomas exigidos no respectivo aviso, foi injusta.

1.2 A Comissão afirmou que o júri baseou a sua decisão exclusivamente nos requisitos mencionados no aviso de concurso. Uma vez que o queixoso não os preenchia, a sua candidatura não pôde ser aceite.

1.3 Tal como os Tribunais Comunitários têm estatuído repetidamente, o júri designado para um concurso, baseado em qualificações e testes, tem capacidade para apreciar as qualificações e experiência prática dos candidatos mas está vinculado ao texto do aviso de concurso. De acordo com o Estatuto dos funcionários, a função essencial de um aviso de concurso é fornecer aos interessados informações o mais exactas possível, sobre as condições de elegibilidade para determinado cargo, para que aqueles possam decidir se devem ou não candidatar-se e saber quais os documentos relevantes para o júri do concurso os incluir no dossier de candidatura<sup>88</sup>.

Além disso, o júri do concurso menciona objectivamente quais os requisitos do aviso de concurso que não foram preenchidos pelo candidato sempre que decida não o admitir nas provas<sup>89</sup>.

<sup>88</sup> Processo T – 158/89 *Van Hecken contra Comité Económico e Social*. Colectânea de Jurisprudência 1991 página II-1341

<sup>89</sup> Processos apensos 4, 19 e 28/78 *Salerno e outros contra Comissão* CJ 1978 p. 2403 Processo 108/84 *De Santis contra Tribunal de Contas*, CJ 1985 p. 947

1.4 O aviso de concurso geral EUR/B/136 indicava todos os requisitos a serem preenchidos pelos candidatos. Uma das condições previstas na rubrica III.B.2 do aviso de concurso era a conclusão de estudos do ensino secundário, bem como uma formação complementar de dois anos em Informática e/ou Telecomunicações e a obtenção de um diploma reconhecido por uma autoridade competente. O queixoso não apresentou quaisquer provas que atestassem estas qualificações.

1.5 Face às informações fornecidas pelo queixoso e pela Comissão, o Provedor de Justiça constatou que o júri parecia ter actuado de acordo com o estabelecido no aviso de concurso ao decidir não aceitar a candidatura do queixoso, uma vez que não estavam preenchidos os requisitos.

1.6 Quanto à obrigação do júri do concurso em especificar quais os requisitos do aviso de concurso que considerou não terem sido preenchidos pelo candidato, o Provedor de Justiça observou que, nas suas cartas de 14 de Junho, 3 e 20 de Setembro e 7 de Dezembro de 1999, aquela entidade tinha-se referido especificamente ao ponto III.B.2, apresentando ao queixoso as razões pelas quais não fora admitido no concurso.

1.7 Além disso, há que ter presente que os candidatos podem ser excluídos durante qualquer fase de um concurso, nos termos do ponto 6 da rubrica IV do aviso de concurso geral EUR/B/136: *“Se, em fase posterior dos seus trabalhos, o júri verificar que as informações prestadas no acto de candidatura são inexactas ou não são comprovadas pelos documentos exigidos em complemento do mesmo, declarará a admissão nula e sem efeito.”*

1.8 Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça considerou não ter existido má administração por parte da Comissão Europeia em relação a este aspecto da queixa.

## **2 Não comunicação de informações ao queixoso, por parte da Comissão, sobre as possibilidades de interposição de recurso**

2.1 O queixoso afirmou que, na sua carta de 14 de Setembro de 1999, tinha pedido à Comissão que o informasse sobre as possibilidades de recorrer da decisão do júri de o excluir do concurso EUR/B/136. No entanto, na carta recebida em 20 de Setembro de 1999, a Comissão apenas confirmou que o queixoso havia sido excluído, abstendo-se de fazer qualquer referência ao seu pedido de informações.

2.2 A Comissão não fez referência a este pedido no seu parecer.

2.3 O Provedor de Justiça examinou minuciosamente toda a correspondência trocada entre a Comissão e o queixoso. De acordo com os documentos fornecidos, o queixoso pedira à Comissão, em carta de 14 de Setembro de 1999 (enviada por fax e correio normal), que o informasse sobre os meios possíveis para recorrer da decisão do júri do concurso, tendo em vista a apresentação de uma queixa às autoridades competentes:

*“... declara que é sua intenção recorrer às autoridades competentes para deliberar sobre o objecto da presente queixa. Tendo em vista tal objectivo, X vem, por este meio, rogar a Vs. Ex.as. se dignem enviar, com a maior brevidade possível, informações concretas sobre o organismo a que se deve endereçar a queixa, assim como sobre o procedimento a adoptar e o respectivo prazo para apresentação da queixa.”*

2.4 Dado que, na sua carta de 20 de Setembro de 1999, a Comissão não respondeu ao pedido do queixoso, este enviou, nesse mesmo dia, outra carta a esta instituição (enviada por fax e correio normal), sendo que, nessa altura, ainda era possível, na opinião do queixoso, apresentar queixa à autoridade competente. Conforme indicado mais tarde pela Comissão em carta de 7 de Dezembro de 1999, o prazo expirara em 28 de Setembro anterior.

2.5 De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, a administração pública deverá responder convenientemente aos pedidos dos cidadãos e fornecer-lhes



informações exactas. Neste caso, não restam dúvidas de que a Comissão não respondeu a um pedido específico feito pelo queixoso nas suas cartas datadas de 14 de Setembro e 8 de Outubro de 1999, o que deveria ter acontecido.

*Ao informar o queixoso sobre as possibilidades de interposição de recurso apenas quando o prazo já tinha expirado (apesar de este pedido ter sido formulado duas vezes), a Comissão retirou-lhe a possibilidade de recorrer da decisão do júri, se assim o desejasse. Esta atitude da Comissão constituiu, portanto, um caso de má administração.*

### 3 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça à queixa em apreço, consideram-se pertinentes as seguintes observações críticas:

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, a administração pública deverá responder convenientemente aos pedidos dos cidadãos e fornecer-lhes informações exactas. Neste caso, não restam dúvidas de que a Comissão não respondeu ao pedido específico feito pelo queixoso nas suas cartas datadas de 14 de Setembro e 8 de Outubro de 1999, apesar de o dever fazer.*

*Ao informar o queixoso sobre as possibilidades de interposição de recurso apenas quando o prazo já tinha expirado (apesar de este pedido ter sido formulado duas vezes), a Comissão retirou-lhe a possibilidade de recorrer da decisão do júri, se assim o desejasse. Esta atitude da Comissão constituiu, portanto, um caso de má administração.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

N.B. Em 29 de Junho de 2000, a Comissão Europeia enviou comentários adicionais às observações críticas do Provedor de Justiça. Esta instituição informou o Provedor de Justiça de que tinha decidido incluir, no seu Guia do candidato, informações importantes sobre como recorrer das decisões dos júris de concursos no âmbito de concursos internos e externos.

## AUSÊNCIA DE RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO PELO QUEIXOSO NOS TERMOS DO ARTIGO 90.º DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS

*Decisão sobre a queixa 1479/99/(OV)/MM contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Outubro de 1999, o Sr. S. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça relativa à ausência de resposta por parte da Comissão Europeia ao recurso que interpôs nos termos do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão afirmou não ter violado os direitos do queixoso nem qualquer regulamento. Nos termos do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários, a ausência de resposta constitui uma decisão implícita de rejeição do recurso. Por conseguinte, a Comissão não poderia ser considerada responsável por má administração em relação ao queixoso.

## *A DECISÃO*

### **1 Atraso injustificado na progressão da carreira do queixoso**

1.1 O queixoso alegou que, apesar de todo o seu mérito, a sua situação se mantinha inalterada desde 1994 e que ele era a pessoa mais antiga neste grau no Instituto do Ambiente (IA).

1.2 A Comissão informou que o queixoso beneficiou de um avanço adicional na carreira em 1996 e que, por conseguinte, era incorrecto afirmar que a sua situação se mantinha inalterada desde 1994. Além disso, a antiguidade média no grau B3 no seio do Centro Comum de Investigação (CCI) era de 5,37 anos, pelo que o atraso na sua carreira não podia ser considerado como excepcional. Por outro lado, ele havia sido proposto para promoção em 1999, facto que, afinal, não tinha sido tomado em consideração.

1.3 O Provedor de Justiça considerou que o queixoso não tinha fornecido as provas necessárias para fundamentar a sua alegação. Na sua opinião, a Comissão apresentou as razões pelas quais não considerava excepcional o atraso na carreira do queixoso. Do acima exposto, infere-se não ter havido má administração por parte da Comissão no que diz respeito à primeira alegação apresentada pelo queixoso.

### **2 Ausência de resposta ao recurso interposto pelo queixoso nos termos do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários**

2.1 O queixoso alegou não ter recebido qualquer resposta ao recurso que interpôs em 19 de Agosto de 1998, nos termos do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários.

2.2 A Comissão considerou que a ausência de resposta não constituía um acto de má administração, pois nos termos do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários, a ausência de resposta quatro meses após a apresentação de uma queixa significa que esta foi rejeitada. A Comissão era da opinião que uma ausência explícita de resposta está prevista no Estatuto dos Funcionários, pelo que não violou os direitos do queixoso nem qualquer regulamento.

2.3 Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários, a autoridade deverá notificar a pessoa interessada da sua decisão fundamentada no prazo de quatro meses, o que está em consonância com os princípios da boa administração. Se a autoridade não agir desta forma, ou seja, se não seguir os princípios da boa administração, a pessoa em questão fica protegida de atrasos subsequentes pela regra segundo a qual a ausência de resposta constitui uma decisão negativa. Esta regra destina-se a permitir que o cidadão recorra a uma solução jurídica, mesmo quando uma autoridade não cumpre as suas obrigações jurídicas. Não concede à autoridade, de forma alguma, o direito de se desobrigar dos princípios da boa conduta administrativa.

2.4 Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça concluiu que a ausência de reacção da Comissão ao recurso interposto pelo queixoso nos termos do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários, com data de 19 de Agosto de 1998, constituiu um caso de má administração. No seu parecer, a Comissão revelou os fundamentos da rejeição do recurso interposto pelo queixoso, mas não pediu desculpa por não ter respondido numa fase anterior. Por conseguinte, o Provedor de Justiça julgou necessário tecer uma observação crítica sobre este aspecto.

### **3 Conclusão**

Com base no inquérito do Provedor de Justiça sobre esta queixa, considera-se pertinente a seguinte observação crítica:

*Nos termos do artigo 90.º do Estatuto dos Funcionários, a autoridade deverá notificar a pessoa interessada da sua decisão fundamentada no prazo de quatro meses, o que está em*

*consonância com os princípios da boa administração. Se a autoridade não agir desta forma, ou seja, se não seguir os princípios da boa administração, a pessoa em questão fica protegida de atrasos subsequentes pela regra segundo a qual a ausência de resposta constitui uma decisão negativa. Esta regra destina-se a permitir que o cidadão recorra a uma solução jurídica, mesmo quando uma autoridade não cumpre as suas obrigações jurídicas. Não concede à autoridade, de forma alguma, o direito de se desobrigar dos princípios da boa conduta administrativa.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

#### FALTA DE INFORMAÇÕES SOBRE UM SUBSÍDIO CONCEDIDO PELA COMISSÃO

*Decisão sobre a queixa 422/2000/GG contra a Comissão Europeia*

#### A QUEIXA

Em Junho/Julho de 1997, a queixosa, uma federação que defende os interesses de pessoas com uma determinada deficiência, candidatou-se a um subsídio para um seminário e dois cursos para pessoas com deficiência (projecto 97/E3/II/047). Segundo o orçamento apresentado pela queixosa, os custos do seminário ascendiam a 14.300 euros enquanto que os custos dos dois cursos seriam de 50.560 euros. A queixosa solicitou um subsídio de 45.400 euros, ou seja, 70% do total de despesas previstas. Segundo a queixosa, este pedido foi deferido pela Comissão.

No início de 1998, a queixosa recebeu 22.700 euros, ou seja, metade do subsídio total de 45.400 euros. A queixosa informou posteriormente a Comissão de que os custos reais tinham sido inferiores ao previsto, ascendendo apenas a 36.323 euros. Consequentemente, a queixosa esperava receber um pagamento final de 2.726 euros por parte da Comissão (ou seja, 70% de 36.323 euros menos os 22.700 euros já recebidos). Em vez disso, no início de 1999, a queixosa recebeu uma factura sem data, em língua francesa, que não continha qualquer referência ao projecto. A factura mencionava uma ‘quota real’ de 21.078,30 euros (que representava 89,7943% dos ‘custos reais’) e deduzia esta quantia do montante já pago pela Comissão. Era solicitado à queixosa que procedesse ao pagamento do saldo em dívida no valor de 1.621,69 euros.

Após a queixosa ter indagado sobre esta factura, a Comissão explicou, por uma carta datada de 16 de Março de 1999, que o cálculo estava correcto. Segundo a Comissão, aquando da assinatura do contrato, tinha sido acordado ignorar as despesas de 14.300 euros relativas à organização do seminário. Consequentemente, as palavras “montant rejeté” tinham sido acrescentadas para esse item, tendo a representante da queixosa assinado nessa altura essa página do contrato.

A queixosa devolveu posteriormente o montante em questão mas perguntou em várias ocasiões (designadamente numa carta datada de 15 de Junho de 1999) por que motivo tinha sido utilizada a descrição ‘Cursos de formação e seminário para pessoas com deficiência’, por que razão a primeira prestação do subsídio se tinha baseado no custo total previsto para o projecto e por que razão teria a Comissão, posteriormente, levantado uma questão quanto ao seminário, se esse seminário nunca tinha feito parte do projecto. A queixosa solicitou também uma cópia da página que tinha sido mencionada na carta da Comissão datada de 16 de Março de 1999.

Numa carta sucinta datada de 11 de Janeiro de 2000, a Comissão confirmou a sua posição, salientando que só tinha aceite os custos previstos para os dois cursos, no valor de 50.560 euros, para a finalidade de calcular o subsídio.

Na queixa apresentada ao Provedor de Justiça, a queixosa fez as seguintes alegações:

1 A Comissão deveria ter feito à queixosa um pagamento adicional no valor de 2.726 euros em vez de reclamar a devolução de 1.621,69 euros.

2 A Comissão não tinha fornecido explicações suficientes sobre o motivo pelo qual tinha reclamado a devolução do montante de 1.621,69 euros.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão. No seu parecer, a Comissão afirmou que tinha concordado em conceder um subsídio no montante máximo de 45.400 euros, sendo os custos do projecto calculados em 50.560 euros. Tinha sido feito um primeiro pagamento de 50% desse montante, nos termos do artigo 4º do acordo. Esse acordo, assinado por ambas as partes, abrangia o período compreendido entre 16 de Junho de 1997 e 16 de Maio de 1998. Ao determinar o total dos custos, só seriam consideradas as despesas incorridas durante esse período. O seminário tinha sido planeado para 30/31 de Maio de 1997, ou seja, fora do período abrangido. Consequentemente, os custos do seminário tinham sido deduzidos dos custos a considerar.

A Comissão salientou ainda que os cálculos orçamentais previstos no anexo II do acordo formavam parte integrante do mesmo. Na página em questão, os custos do seminário tinham sido excluídos através do acréscimo das palavras ‘montant rejeté’ nesse item. A representante da queixosa tinha assinado na altura essa página do contrato.

A Comissão forneceu uma cópia do acordo, mencionando que o original se encontrava na sua posse.

A Comissão alegou ter explicado estes factos à queixosa em várias ocasiões.

#### **Observações da queixosa**

Nas suas observações, a queixosa manteve a sua queixa e salientou que a cópia do acordo fornecida pela Comissão não provava que o acordo tivesse sido assinado pela sua representante.

#### **Inquérito complementar**

Tendo em vista o facto de que a cópia do acordo fornecida pela Comissão não mostrava a assinatura da representante da queixosa, o Provedor de Justiça procedeu à inspecção do dossier. Nessa altura, foi exibido aos agentes do Provedor de Justiça o acordo original a que a Comissão se tinha referido.

### *A DECISÃO*

#### **1 Não pagamento por parte da Comissão do montante adicional de 2.726 euros**

1.1 A queixosa era da opinião que a Comissão deveria ter efectuado um pagamento adicional no valor de 2.726 euros em vez de reclamar a devolução de 1.621,69 euros.

1.2 A Comissão alegou que tinha concordado em conceder um subsídio no montante máximo de 45.400 euros, sendo os custos do projecto calculados em 50.560 euros. Segundo a Comissão, os custos do seminário não seriam considerados na medida em que este seminário tinha sido programado para 30/31 de Maio de 1997, enquanto que no acordo, que abrangia o período compreendido entre 16 de Junho de 1997 e 16 de Maio de 1998, só eram consideradas as despesas incorridas durante esse período. Por fim, a Comissão afirmou que os custos do seminário tinham sido excluídos na medida em que as

palavras ‘montant rejeté’ tinham sido acrescentadas à página relevante do contrato, tendo a representante da queixosa assinado essa página.

1.3 Um exame ao acordo original entre a queixosa e a Comissão, levou o Provedor de Justiça a concluir que a posição da Comissão era aparentemente correcta. Este acordo era datado de 27 de Novembro de 1997 e tinha sido assinado pela Sra. C. W., em nome da queixosa. Todas as páginas do acordo e os respectivos anexos tinham sido rubricados com iniciais, sendo essas iniciais “CW”.

1.4 Segundo o artigo 3º do acordo, a Comissão concordava em conceder um subsídio no montante máximo de 45.400 euros, sendo os custos do projecto calculados em 50.560 euros. O montante do subsídio era proporcional aos custos calculados para o projecto, pelo que deveria ser reduzido proporcionalmente se os custos reais fossem inferiores aos custos previstos. O artigo 2º do acordo estabelecia que apenas as despesas incorridas durante o período de vigência do acordo (de 16 de Junho de 1997 até 16 de Maio de 1998) seriam consideradas para determinar os custos. Todavia, segundo o calendário contido no anexo I do acordo, o seminário deveria ocorrer em 30/31 de Maio de 1997.

1.5 Os cálculos orçamentais estavam indicados no anexo II do acordo, que fazia parte integrante do mesmo (cf. artigo 3º do acordo). Na segunda página deste anexo, as palavras “*éléments considérés*” tinham sido acrescentadas junto ao montante de 50.560 euros relativo aos dois cursos e as palavras “*éléments rejetés*” junto ao montante de 14.300 euros relativo ao seminário. A página em questão, na cópia do acordo examinada pelo Provedor de Justiça, era aparentemente uma fotocópia. Esta página (bem como todas as outras páginas do acordo e dos respectivos anexos) tinha sido rubricada a esferográfica. Consequentemente, afigurava-se que as palavras acima mencionadas tinham sido acrescentadas antes da página ser rubricada.

1.6 Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça concluiu que a posição assumida pela Comissão estaria em conformidade com os termos do acordo.

1.7 Face ao anteriormente exposto, afigura-se que não houve má administração por parte da Comissão, no que se refere à primeira alegação apresentada pela queixosa.

## **2 Não fornecimento de explicações suficientes**

2.1 A queixosa alegou que a Comissão não tinha fornecido explicações suficientes quanto ao motivo pelo qual reclamava a devolução do montante de 1.621,69 euros.

2.2 A Comissão respondeu que tinha explicado à queixosa os factos relevantes em várias ocasiões.

2.3 O Provedor de Justiça verificou que a Comissão tinha, de facto, fornecido o principal motivo pelo qual solicitava à queixosa a devolução de parte do subsídio numa carta datada de 16 de Março de 1999. Esta carta indicava que, quando o contrato foi assinado, tinha sido acordado ignorar as despesas no valor de 14.300 euros relativas à organização do seminário e que, consequentemente, as palavras “montant rejeté” tinham sido acrescentadas a esse item. A Comissão explicou ainda que a representante da queixosa tinha assinado na altura essa página do contrato.

2.4 Era importante ter-se verificado, todavia, que a queixosa tinha posteriormente enviado várias questões quanto aos motivos para a decisão da Comissão na sua carta de 15 de Junho de 1999, solicitando nomeadamente que lhe fosse enviada uma cópia da página do acordo a que a Comissão se referia. Afigura-se que a única resposta escrita a esta carta foi uma carta sucinta enviada em 11 de Janeiro de 2000, na qual a Comissão simplesmente confirmava a sua posição. Não era abordada qualquer das questões feitas pela queixosa na carta datada de 15 de Junho de 1999. Afigura-se ainda que a queixosa nunca recebeu a cópia da página que solicitou nessa carta.

2.5 De harmonia com os princípios da boa prática administrativa, a administração deve responder à correspondência que recebe num período razoável e de forma adequada. Na perspectiva do Provedor de Justiça, esta norma não foi cumprida no caso em apreço, na medida em que a Comissão apenas respondeu por escrito à carta da queixosa mais de seis meses após esta ter sido enviada, não respondendo às questões nela contidas nem fornecendo um documento solicitado pela queixosa.

2.6 Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça concluiu que a forma como a Comissão tinha tratado a carta da queixosa datada de 15 de Junho de 1999 constituiu um caso de má administração. Por conseguinte, o Provedor de Justiça julgou necessário tecer uma observação crítica sobre este aspecto.

### 3 Conclusão

Com base no inquérito do Provedor de Justiça sobre esta queixa, considera-se pertinente a seguinte observação crítica:

*De harmonia com os princípios da boa prática administrativa, a administração deve responder à correspondência que recebe num período razoável e de forma adequada. Na perspectiva do Provedor de Justiça, esta norma não foi cumprida no caso em apreço, na medida em que a Comissão apenas respondeu por escrito à carta da queixosa mais de seis meses após esta ter sido enviada, não respondendo às questões nela contidas nem fornecendo um documento solicitado pela queixosa.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

## NÃO TRATAMENTO DO PEDIDO DE UM CANDIDATO

*Decisão sobre a queixa 500/2000/IP (confidencial) contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

A Business Cooperation Network (de ora em diante designada BC-NET) foi criada por uma Resolução do Conselho de 3 de Novembro de 1986<sup>90</sup>, com a finalidade de ajudar pequenas e médias empresas a tornarem-se mais fortes através de acordos de cooperação transnacionais. Os membros da rede são consultores privados, câmaras de comércio e indústria, organizações profissionais, grupos de consultores, bancos ou membros de outras redes.

Em 13 de Janeiro de 2000, o queixoso, um advogado italiano, enviou um fax ao secretariado da BC-NET, solicitando um formulário para se candidatar na sequência do concurso publicado no Jornal Oficial de 3 de Julho de 1999<sup>91</sup>. O prazo previsto no Jornal Oficial, que deveria ter sido aplicado, era 31 de Dezembro de 2001. No entanto, na sua resposta datada de 25 de Fevereiro de 2000, a Comissão informou o queixoso de que o concurso para a BC-NET em questão tinha sido fechado.

Uma vez que na sua resposta, a Comissão não indicou qual a disposição jurídica subjacente à decisão de antecipar o prazo, o queixoso escreveu à instituição em 21 de Março de 2000. Em 22 de Março de 2000, recebeu uma resposta com o mesmo conteúdo que a de 25 de Fevereiro de 2000.

Consequentemente, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça, na qual alegou que: (i) a decisão da Comissão de fixar um prazo anterior ao inicialmente previsto no Jornal Oficial de 3 de Julho de 1999 deveria ter sido dada a conhecer aos potenciais

<sup>90</sup> J.O. C 287 de 14.11.1986

<sup>91</sup> J.O. S 127 de 03.07.1999



candidatos através de uma publicação no Jornal Oficial; (ii) a Comissão não tratou devidamente do seu pedido de 13 de Janeiro de 2000.

### *O INQUÉRITO*

#### **Parecer da Comissão**

A queixa foi transmitida à Comissão para que esta emitisse um parecer. A Comissão salientou que o fax enviado pelo queixoso em 13 de Janeiro de 2000, no qual solicitava o formulário de candidatura à BC-NET, foi registado em 24 de Janeiro de 2000.

Em 25 de Fevereiro, os serviços da Direcção-Geral “Empresa” responderam ao queixoso. A Comissão explicou que estava nesse momento num processo de reformulação da estrutura e do funcionamento do BRE (Bureau de rapprochement des entreprises) e da BC-NET. O objectivo era analisar de que seria possível obter uma relação mais estreita entre o BRE, a BC-NET e os Eurogabinetes, bem como outras redes comunitárias que trabalham a favor das pequenas e médias empresas. Uma vez que, durante o ano 2000, a estrutura e a organização do BRE e das redes BC-NET teriam sido consideravelmente modificadas, a Comissão explicou que, por esse motivo, não examinaria novas candidaturas de adesão à rede e que o programa estava encerrado.

Quanto à alegação do queixoso de que a decisão de fixar um prazo anterior para a candidatura ao programa BC-NET deveria ter sido notificada, a Comissão salientou que essa decisão fora publicada no Jornal Oficial de 18 de Fevereiro de 2000<sup>92</sup>. A instituição salientou também que, se o queixoso tivesse perguntado, teria sido disso informado.

Quanto aos motivos de encerramento do programa, a Comissão explicou que a resposta dada ao queixoso era a mesma carta-padrão que fora enviada a todos os candidatos que manifestaram o seu interesse (“...*qui se sont manifestés après...*”) após o encerramento do programa.

#### **Observações do queixoso**

O Provedor de Justiça enviou o parecer da Comissão ao queixoso, convidando-o a apresentar as suas observações.

O queixoso salientou que a Comissão nunca tinha referido o Jornal Oficial de 18 de Fevereiro de 2000 em toda a correspondência mantida consigo, mas apenas na sua resposta ao Provedor de Justiça.

No que dizia respeito à explicação da Comissão segundo a qual a resposta dada ao queixoso em 25 de Fevereiro de 2000 era a mesma carta-padrão que fora enviada a todos os candidatos que manifestaram o seu interesse (“...*qui se sont manifestés après...*”) após o encerramento do programa, o queixoso afirmou que tinha manifestado o seu interesse mais de um mês antes do novo prazo ter sido definido, pelo que a afirmação da Comissão não se aplicava ao seu caso. Pelo contrário, devido à negligência da Comissão, o queixoso perdeu a oportunidade de enviar a sua candidatura a tempo e de, possivelmente, ter sido seleccionado.

---

<sup>92</sup>

J.O. S 34 de 18.02.2000

## *A DECISÃO*

### **1 Decisão da Comissão de fixar um novo prazo**

1.1 O queixoso afirmou que, quando a Comissão tomou a decisão de fixar um prazo anterior ao inicialmente previsto no Jornal Oficial de 3 de Julho de 1999, deveria ter notificado esse facto através da sua publicação no Jornal Oficial.

1.2 A Comissão explicou que a decisão em questão fora publicada no Jornal Oficial de 18 de Fevereiro de 2000. Reconheceu que, na sua resposta ao queixoso datada de 25 de Fevereiro de 2000, não indicara que a decisão tinha sido publicada. Todavia, a instituição salientou que, na sua correspondência subsequente, o queixoso não solicitou explicitamente este tipo de informação.

1.3 Uma vez que se verificou que a Comissão tinha publicado a sua decisão no Jornal Oficial de 18 de Fevereiro de 2000, disponibilizando essa decisão a todos os potenciais candidatos, o Provedor de Justiça considerou não ter havido má administração por parte da Comissão Europeia relativamente a este aspecto da queixa.

### **2 Tratamento do pedido do queixoso pela Comissão**

2.1 Em 13 de Janeiro de 2000, o queixoso solicitou à Comissão que lhe enviasse o formulário para se candidatar ao programa BC-NET publicado no Jornal Oficial de 3 de Julho de 1999, com o prazo de 31 de Dezembro de 2001.

2.2 No seu parecer, a Comissão explicou que a resposta transmitida ao queixoso em 25 de Fevereiro de 2000, era a mesma carta-padrão que fora enviada a todos os candidatos que manifestaram o seu interesse após o encerramento do programa.

2.3 Nas suas observações, o queixoso afirmou que, quando solicitou o formulário de candidatura aos serviços da Comissão, o prazo ainda não tinha expirado. Na realidade, a decisão de encerrar o programa foi tomada mais de um mês depois.

2.4 Os princípios da boa prática administrativa exigem que as administrações públicas respondam adequadamente aos pedidos dos cidadãos em tempo útil. A Comissão só respondeu ao pedido feito pelo queixoso em 13 de Janeiro quando o programa a que o queixoso se pretendia candidatar já tinha sido encerrado, em 25 de Fevereiro de 2000.

2.5 O Provedor de Justiça considerou que, quando o queixoso fez o seu pedido, o programa estava ainda aberto, pelo que deveria ter tido a oportunidade de apresentar a sua candidatura.

2.6 Como medida de boa administração, a Comissão deveria ter tratado o pedido de tal forma que permitisse ao queixoso ter apresentado a sua candidatura. O Provedor de Justiça considerou que a acção da Comissão relativamente a este aspecto da queixa constituiu um caso de má administração.

### **3 Conclusão**

Com base no inquérito do Provedor de Justiça Europeu sobre esta queixa, considera-se pertinente a seguinte observação crítica:

*Como medida de boa administração, a Comissão deveria ter tratado o pedido de tal forma que permitisse ao queixoso ter apresentado a sua candidatura.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### 3.4.4 O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias

#### ALEGADA DECISÃO INJUSTA E DISCRIMINATÓRIA DO JÚRI EM RELAÇÃO À EQUIVALÊNCIA DOS DIPLOMAS DE DIREITO

*Decisão sobre a queixa 408/99/VK contra o Tribunal de Justiça*

#### A QUEIXA

Em Abril de 1999, o Sr. S. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu contra o Tribunal de Justiça, relativa à sua exclusão do concurso CJ/LA/30 para a constituição de uma lista de reserva de juristas linguistas de língua grega. O concurso foi anunciado no Jornal Oficial (C303 A de 2 de Outubro de 1998) e no jornal grego “To Vima”. No que dizia respeito à formação dos candidatos, as condições exigiam “uma formação jurídica completa comprovada por um diploma universitário grego ou por diploma de direito equivalente”.

O concurso realizou-se em 2 fases. A primeira fase envolvia um processo de selecção com base nas habilitações. Os candidatos aprovados nesta fase poderiam participar na fase subsequente, constituída por uma prova escrita. O queixoso afirmou ter entregue a sua candidatura juntamente com as cópias dos certificados relevantes. Em 5 de Fevereiro de 1999, recebeu uma carta do departamento de pessoal do Tribunal de Justiça, onde lhe era solicitado que enviasse um certificado do DI.KA.TSA (centro interuniversitário grego para o reconhecimento de diplomas universitários estrangeiros) antes de 24 de Fevereiro de 1999. O certificado que reconhecia o diploma de direito estrangeiro do queixoso como equivalente a um grego deveria ser emitido antes de 13 de Novembro de 1998.

O queixoso contestou esta decisão por carta datada de 15 de Fevereiro de 1999. Nesta carta, afirmou que, embora os seus diplomas universitários fossem de universidades públicas de Estados-Membros da União, ainda não tinha procurado obter o reconhecimento da equivalência pelo DI.KA.TSA.. Uma vez que, na altura, estava a frequentar um programa de pós-graduação na Universidade de Amsterdão, não tinha tido necessidade de o fazer.

O departamento de pessoal do Tribunal de Justiça respondeu por carta datada de 8 de Março de 1999. Nesta carta, o Tribunal afirmava que o queixoso não poderia ser admitido porque não tinha enviado o certificado do DI.KA.TSA solicitado.

O queixoso requereu então o reexame da sua candidatura. Na sua carta, afirmou que, por decisão do Tribunal de Justiça, a Grécia foi condenada por se ter recusado a implementar a Directiva 89/48 relativa ao reconhecimento de diplomas da UE<sup>93</sup>. O queixoso alegou que o Tribunal não agiu em conformidade com as suas próprias decisões quando necessitou de empregar a sua própria mão-de-obra. Afirmou ainda que nem as condições gerais do concurso nem as específicas exigiam a apresentação de um certificado de equivalência para os candidatos de outros Estados-Membros, embora este requisito fosse expressamente mencionado para candidatos educados em países terceiros.

Segundo o queixoso, esta carta não foi alvo de resposta por parte do Tribunal.

Subsequentemente, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça.

No que diz respeito aos “termos e condições” do concurso, publicado no Jornal Oficial, o queixoso alegou na sua queixa ao Provedor de Justiça que, de facto, constava do mesmo o requisito de que os diplomas estrangeiros fossem equivalentes aos diplomas de direito gregos, mas não havia qualquer requisito que indicasse a necessidade de *realmente apresentar* um certificado de equivalência do DI.KA.TSA. Para além disso, afirmou que, segundo o parágrafo B.3. a e b do Guia para os candidatos, o anúncio de concurso destinava-se a cidadãos de todos os 15 Estados-Membros, devendo abranger a totalidade dos sistemas educativos de todos os Estados-Membros. O queixoso considerou a conduta do Tribunal injusta e discriminatória.

<sup>93</sup>

Processo C-365/93, *Comissão contra República Helénica*, CJ 1995 p. I-499.

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer do Tribunal**

No seu parecer, o Tribunal teceu os seguintes comentários relativamente aos aspectos da queixa:

Segundo o artigo 22º do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça, o Tribunal organizará um serviço linguístico integrado por especialistas com a adequada formação jurídica e um conhecimento aprofundado de diversas línguas oficiais do Tribunal.

O Tribunal verificou que as suas necessidades relativamente a este aspecto são melhor satisfeitas por pessoas com um conhecimento profundo do sistema jurídico de um Estado-Membro, bem como da terminologia relacionada com esse sistema jurídico.

Por conseguinte, o aviso de concurso exigia que os candidatos possuísem uma formação jurídica completa comprovada pelo “ptychion”, um diploma grego, ou um diploma de direito equivalente.

No exame comparativo de diplomas diferentes do “ptychion”, o júri tinha de avaliar se os conhecimentos e habilitações certificados por estes diplomas correspondiam aos necessários para a atribuição do “ptychion”.

O júri considerou que o critério mais objectivo e fiável seria um certificado fornecido pela autoridade grega competente pelo reconhecimento de diplomas estrangeiros, o DI.KA.TSA.

Por consequência, o departamento de pessoal convidou o queixoso, por carta datada de 5 de Fevereiro de 1999, a apresentar um certificado fornecido pelo DI.KA.TSA. O júri rejeitou a candidatura do queixoso por não ter recebido este documento.

Contudo, o aviso de concurso em questão não exigia expressamente a apresentação de tal certificado por forma a permitir que o júri avaliasse se os diplomas de direito diferentes do “ptychion” poderiam ser considerados equivalentes a este. Consequentemente, o júri deveria ter examinado se os diplomas apresentados pelo queixoso poderiam ou não ser considerados equivalentes ao “ptychion” com base noutros critérios.

Por fim, o Tribunal mencionou que os candidatos que não são admitidos a um concurso podem recorrer desta decisão ao Tribunal de Primeira Instância, nos termos do parágrafo 1 do artigo 91º do Estatuto dos Funcionários ou apresentar uma queixa nos termos do parágrafo 2 do artigo 90º do referido Estatuto.

### **Observações do queixoso**

Nas suas observações, o queixoso manteve a queixa.

## *A DECISÃO*

### **1 Alegada decisão injusta e discriminatória do júri ao não aceitar os diplomas do queixoso como equivalentes ao diploma de direito grego**

1.1 O queixoso considerou que não deveria ter sido excluído do concurso pelo facto de não possuir um certificado DI.KA.TSA. da autoridade grega competente para o reconhecimento de diplomas estrangeiros. Uma vez que este critério não era mencionado nas condições gerais nem nas condições específicas do concurso, o queixoso alegou que a decisão tinha sido injusta e discriminatória.

1.2 O Tribunal confirmou que o concurso se destinava a cidadãos de todos os 15 Estados-Membros e que os diplomas destes tinham de ser tomados em consideração. Uma vez que

o concurso se destinava a juristas linguistas de língua grega, o júri tinha de avaliar se os conhecimentos e as habilitações certificadas por estes diplomas correspondiam aos exigidos pelo diploma grego relevante. Por forma a ter um critério de comparação mais objectivo e fiável, o júri decidiu convidar os candidatos com diplomas de outros Estados-Membros a apresentar o certificado DI.KA.TSA. Como não o recebeu, o júri excluiu o queixoso do concurso.

1.3 No seu parecer, o Tribunal aceitou o facto de que o aviso de concurso em questão não exigia expressamente que os candidatos apresentassem tal certificado do DI.KA.TSA e que, consequentemente, o júri deveria ter examinado se o diploma apresentado pelo queixoso poderia ter sido considerado equivalente ao diploma grego utilizando outros critérios. Por conseguinte, o júri não tratou a candidatura do queixoso de forma adequada, constituindo isto um caso de má administração.

## **2 Ausência de resposta à carta do queixoso**

2.1 O queixoso alegou que a sua carta dirigida ao tribunal, solicitando o reexame da sua candidatura, não foi objecto de resposta.

2.2 No seu parecer, o Tribunal não explicou por que motivo não tinha respondido à carta do queixoso. O Tribunal mencionou também a possibilidade de o queixoso apresentar uma queixa ao abrigo do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários. Todavia, não explicou por que motivo não considerou a carta do queixoso como uma queixa. Por conseguinte, o Tribunal não tratou devidamente a carta do queixoso, constituindo isto um caso de má administração.

## **3 Conclusão**

Com base no inquérito do Provedor de Justiça sobre esta queixa, consideram-se pertinentes as seguintes observações críticas:

*O júri deveria ter verificado se o diploma apresentado pelo queixoso poderia ter sido considerado equivalente ao diploma de direito grego utilizando outros critérios. A incapacidade do júri em tratar devidamente a candidatura da queixosa constituiu um caso de má administração.*

*O Tribunal não explicou por que motivo não tinha respondido à carta do queixoso. O Tribunal mencionou também a possibilidade de o queixoso apresentar uma queixa ao abrigo do artigo 90º do Estatuto dos Funcionários. Todavia, não explicou por que motivo não considerou a carta do queixoso como uma queixa. A incapacidade de tratar devidamente a carta do queixoso constitui um caso de má administração.*

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### 3.4.5 A Agência Europeia do Ambiente

#### TRATAMENTO DE UM PROCESSO DE CONCURSO

*Decisão sobre a queixa 608/98/ME contra a Agência Europeia do Ambiente*

#### A QUEIXA

Em Junho de 1998, o queixoso apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu. Segundo o queixoso, em 1996 participou num concurso público organizado pela Agência Europeia do Ambiente (AEA), tendo sido informado telefonicamente de que tinha ganho o mesmo. A AEA solicitou esclarecimentos sobre o seu domicílio fiscal, que se situava nas ilhas anglo-normandas, bem como o número da segurança social, por forma a redigir o contrato. Mais tarde nesse ano, o queixoso foi informado por uma carta da AEA de que o concurso tinha sido adjudicado a outra pessoa. O queixoso tentou, sem sucesso, obter uma explicação. Por fim, foi-lhe oferecido, como compensação, um outro contrato para elaboração de um relatório para a AEA. Todavia, este nunca se materializou. Tentou também obter documentos relevantes para o processo de concurso, mas os documentos enviados pela AEA não eram relevantes para os pontos em questão.

Na sua queixa ao Provedor de Justiça, o queixoso apresentou três alegações. Em primeiro lugar, alegou ter sido informado pela AEA, em Setembro de 1996, de que tinha ganho o concurso, sendo posteriormente informado de que o contrato tinha sido adjudicado a outra pessoa. Em segundo lugar, a AEA afirmou de que ofereceria em compensação um contrato menor, mas este nunca se materializou. Por fim, a AEA tinha rejeitado injustamente um pedido de acesso aos documentos relativos ao concurso.

#### O INQUÉRITO

##### Parecer da Agência Europeia do Ambiente

A queixa foi transmitida à AEA. No seu parecer, a AEA afirmou que a candidatura do queixoso tinha sido devidamente tomada em consideração. Todavia, contrariamente ao afirmado pelo queixoso, ele não tinha sido informado de que tinha ganho o concurso. Numa fase inicial do processo de selecção, considerou-se que poderia ser atribuído um contrato ao queixoso. Contudo, depois de efectuado um controlo de qualidade adicional relativamente ao queixoso, a AEA decidiu adjudicar o contrato a outra pessoa. Para além disso, a localização da firma do queixoso era confusa devido ao seu registo nas ilhas anglo-normandas. Quanto à segunda alegação, a AEA afirmou que nunca se tinha comprometido a oferecer ao queixoso um contrato mais pequeno. Relativamente à terceira alegação, a AEA salientou que, em duas ocasiões, tinha fornecido informações ao queixoso.

##### Observações do queixoso

Nas suas observações, o queixoso manteve a queixa.

##### Inquérito complementar

Após um exame atento do parecer da AEA e das observações do queixoso, o Provedor de Justiça realizou um inquérito complementar. As principais informações reveladas durante o inquérito complementar mostraram que a AEA tinha contactado o queixoso para verificar a base jurídica da empresa do mesmo e para obter todos os elementos necessários para completar o dossier, caso fosse realizado um contrato com o queixoso. A AEA estava também confusa quanto à residência do queixoso nas ilhas anglo-normandas, conhecidas como um “paraíso fiscal”. Os motivos para não adjudicar o concurso ao queixoso deviam-se aos contactos estabelecidos pela AEA com a Comissão, principalmente a DG XII e a DG XIII, que mostraram que o tipo de serviços que o queixoso tinha prestado no passado não eram, na realidade, aqueles que a AEA pretendia. Os contactos com a Comissão tinham sido estabelecidos apenas telefonicamente.

Relativamente ao parecer complementar da AEA, o queixoso continuou a manter a sua queixa. Realçou principalmente o facto de que a AEA não o poderia ter contactado



excepto se lhe tivesse adjudicado o contrato e que o seu registo nas ilhas anglo-normandas nunca tinha constituído um problema nos seus contratos anteriores com a Comissão Europeia. No que dizia respeito à DG XII, o queixoso não mais lá voltou a trabalhar desde que fora seu funcionário em 1982. Nessa altura, o director para quem trabalhava, que era agora membro do Conselho de Administração da AEA, não gostava do queixoso. Depois de enviar as suas observações, o queixoso continuou a enviar informações relativas, principalmente, às suas tentativas de obter, desde Janeiro de 2000, alguns documentos novos da AEA.

## A DECISÃO

### 1 A selecção no seguimento do processo de concurso; a alegada notificação do queixoso e os fundamentos da decisão

No que diz respeito a esta alegação, o Provedor de Justiça considerou pertinente dirigir as seguintes observações críticas à AEA:

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, devem ser fornecidas informações claras e compreensíveis. No caso em apreço, a AEA contactou o queixoso e levou-o a acreditar que lhe tinha sido adjudicado o contrato embora, na realidade, ainda não tivesse sido tomada uma decisão final. Por conseguinte, a AEA não agiu de harmonia com os princípios da boa conduta administrativa.*

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, as decisões devem ser fundamentadas. A fundamentação deve ser adequada, clara e suficiente, devendo ainda indicar os principais factos, argumentos e provas. No caso em apreço, a AEA apresentou uma argumentação diferente em três ocasiões. É também evidente que a AEA baseou a sua decisão em informações recolhidas após a apresentação das propostas. A AEA não foi capaz de fornecer qualquer registo das informações recolhidas ou dos seus contactos, embora essas informações fossem de grande importância para a sua decisão final. Afigura-se que a AEA não fundamentou claramente a sua decisão, baseando-a em factos dos quais não possuía qualquer registo visível. Por conseguinte, a AEA não agiu de harmonia com os princípios da boa conduta administrativa.*

### 2 Alegada oferta de um contrato menor como compensação

No que diz respeito a esta alegação, o Provedor de Justiça verificou que o queixoso não forneceu provas suficientes para apoiar a sua alegação.

### 3 Pedido de acesso a documentos

No que diz respeito a esta alegação, o Provedor de Justiça considerou pertinente dirigir a seguinte observação crítica à AEA:

*De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, deve-se agir em conformidade com a lei e aplicar as regras e processos estabelecidos pela legislação comunitária. O direito de acesso aos documentos da AEA é regido pela Decisão de 21 de Março de 1997 sobre o acesso público aos documentos da Agência Europeia do Ambiente<sup>94</sup>. A AEA não forneceu ao Provedor de Justiça quaisquer provas de ter, de facto, seguido as suas próprias regras para o acesso aos documentos.*

*O queixoso chamou também a atenção do Provedor de Justiça para o facto de ter tentado obter alguns documentos novos desde Janeiro de 2000, tendo o Provedor de Justiça feito notar que a questão do acesso a estes documentos saía do âmbito do inquérito em questão, pelo que não tratou dela nesta decisão. Fez notar ainda que a AEA deveria aplicar as suas regras sobre o acesso a documentos e comunicar o resultado ao queixoso.*

<sup>94</sup>

JO [1997] C 282/5.

Tendo em conta que este aspecto da queixa se reportava a procedimentos relacionados com factos específicos ocorridos no passado, não era pertinente procurar encontrar uma solução amigável para esta questão, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

*Observação: o texto integral da decisão sobre esta queixa (12 p.) pode ser obtido no website do Provedor de Justiça Europeu (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>) ou do secretariado do Provedor de Justiça.*

### 3.5 PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES ACEITES PELA INSTITUIÇÃO

#### 3.5.1 O Parlamento Europeu

#### NÃO COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES, POR PARTE DO PARLAMENTO EUROPEU, SOBRE UM CONCURSO DE IDEIAS

*Decisão sobre as queixas conjuntas 507/98/OV, 515/98/OV, 576/98/OV e 818/98/OV contra o Parlamento Europeu.*

#### AS QUEIXAS

Em Maio e Julho de 1998, o Sr. W apresentou uma queixa (507/98/OV) ao Provedor de Justiça Europeu relativa à não comunicação de informações, por parte do Parlamento Europeu, relacionadas com um concurso de ideias (ref. 96/S 195-116670) para o arranjo e decoração do Espaço Léopold do Parlamento Europeu, em Bruxelas. Em 13 de Maio de 1998 (515/98/OV), 1 de Junho de 1998 (576/98/OV) e 29 de Abril de 1998 (818/98/OV), outras pessoas apresentaram queixas semelhantes. O Provedor de Justiça decidiu examiná-las em conjunto.

#### O PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO

O Relatório Anual do Provedor de Justiça de 1999 contém informações detalhadas sobre as decisões e o projecto de recomendação enviado ao Parlamento Europeu em 17 de Dezembro de 1999, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça<sup>95</sup>. O projecto de recomendação refere que:

*“Em aplicação dos princípios da boa conduta administrativa, o Parlamento deveria apresentar desculpas aos queixosos pelo atraso injustificado na notificação dos resultados do concurso, e pelo facto de não ter dado resposta às diversas cartas dos queixosos nas quais solicitavam explicitamente informações sobre os resultados do concurso.”*

O Provedor de Justiça informou que, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto, o Parlamento deveria enviar um parecer circunstanciado antes de 31 de Março de 2000, o qual poderia consistir na aceitação do projecto de recomendação, emitido por aquela instituição, e numa descrição das medidas tomadas para pôr em prática as recomendações.

#### Parecer circunstanciado do Parlamento

O Presidente do Parlamento enviou um parecer circunstanciado em 9 de Março de 2000. O Presidente informou o Provedor de Justiça de que o Parlamento havia aceite o projecto de recomendação e que tinha enviado uma carta com um pedido de desculpas aos queixosos. Essa carta tem o seguinte teor:

*“Na sequência da queixa, apresentada ao Provedor de Justiça, relativa ao concurso de ideias para a entrada VIP do edifício D1 e à entrada no edifício D1 a partir do edifício D3, o Parlamento Europeu informa que, de harmonia com os princípios da boa gestão financeira, o júri do concurso, após ter declarado, em 17 de Abril de 1997, que nenhum dos projectos apresentados era adequado, decidiu rever a sua posição. Em Fevereiro de 1998 foi efectuada uma segunda apreciação, cujo resultado consta de uma declaração oficial publicada em 29 de Maio de 1998. Esse documento foi enviado aos candidatos em 17 de Junho e 4 de Agosto de 1998.*

*No entanto, e respeitando a recomendação emitida pelo Provedor de Justiça em 17 de Dezembro de 1999, o Parlamento Europeu reconhece que o período de duração do*

<sup>95</sup> Relatório Anual de 1999, página 220.

*concurso foi demasiado longo, não sendo aceitável o atraso verificado com o envio das notificações dos resultados. Imbuído deste espírito, o Parlamento Europeu apresenta as suas mais sinceras desculpas.*

*Reconhece, além disso, que os telefonemas efectuados pelos departamentos envolvidos, em resposta aos pedidos apresentados por escrito pelos candidatos, não constituíram um meio de resposta adequado e que, dada a excessiva demora do processo, o facto de não ter acusado, por escrito, a recepção das cartas em que eram expressamente solicitadas informações sobre os resultados do concurso, demonstrou falta de profissionalismo da sua parte.”*

Após um exame atento do parecer circunstanciado do Parlamento, o Provedor de Justiça considerou satisfatórias as medidas adoptadas para pôr em prática o projecto de recomendação.

Os queixosos não fizeram qualquer observação ao parecer circunstanciado do Parlamento.

### A DECISÃO

1 Em 17 de Dezembro de 1999, o Provedor de Justiça enviou, ao abrigo do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto, o seguinte projecto de recomendação ao Parlamento Europeu:

*“Em aplicação dos princípios da boa conduta administrativa, o Parlamento deveria apresentar desculpas aos queixosos pelo atraso injustificado na notificação dos resultados do concurso, e pelo facto de não ter dado resposta às diversas cartas dos queixosos, nas quais solicitavam explicitamente informações sobre os resultados do concurso.”*

2 Em 9 de Março de 2000, o Presidente do Parlamento Europeu informou o Provedor de Justiça de que tinha aceite o projecto de recomendação, tendo anexado cópias das cartas em que apresentou pedidos de desculpas aos queixosos. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

## 3.5.2 A Comissão Europeia

### A QUEIXA

Os factos mais importantes alegados pelo queixoso na queixa apresentada em Maio de 1997 podem resumir-se ao seguinte:

#### SITUAÇÃO DE EMPREGO ILEGAL DE PESSOAL EXTERNO

*Decisão sobre a queixa 398/97/(VK)/GG contra a Comissão Europeia*

O queixoso candidatou-se a um emprego na Comissão, tendo-lhe sido oferecido um lugar na Direcção-Geral V, sediada no Luxemburgo. A Comissão disse ao queixoso que, por questões orçamentais, teria de ser remunerado por uma empresa privada que tinha um contrato com a Comissão e que, inicialmente, a duração do contrato seria limitada até ao final do ano. O contrato foi transmitido ao queixoso pela empresa privada nas instalações da Comissão. Neste contrato, a empresa figurava como entidade patronal. Não era especificado o tipo de trabalho nem o local onde este deveria ser desempenhado, mas indicava-se que as tarefas do funcionário seriam directamente determinadas pela Comissão. O queixoso começou a trabalhar em Abril de 1994. Alguns meses mais tarde, no seguimento de uma reestruturação dos serviços em causa, o queixoso foi encarregue do trabalho de controlo da transposição da Directiva 92/29/CE para a legislação nacional e do tratamento de questões jurídicas e outras relacionadas.

Em Dezembro de 1994, o queixoso recebeu um novo contrato, limitado a três meses (de Janeiro a Março de 1995). O contrato correspondia ao que tinha assinado anteriormente. Contudo, o contrato indicava como entidade patronal uma outra firma com a qual o queixoso ainda não tinha tido qualquer contacto. Três meses mais tarde, a mesma firma enviou ao queixoso um contrato idêntico por mais nove meses.

No início de 1996, o queixoso recebeu um novo contrato. Pela primeira vez, este contrato não fazia menção da Comissão e mencionava a sede da firma (Senningerberg no Luxemburgo) como sendo o local de trabalho. Todavia, o queixoso manteve o seu gabinete na Comissão.

O queixoso recebia as instruções relativas ao seu trabalho exclusivamente da Comissão. O seu trabalho estava integrado no trabalho regular da unidade. O papel das firmas com as quais tinha celebrado os contratos acima mencionados limitava-se à transmissão do seu salário mensal, ao pagamento das contribuições fiscais e da segurança social e à recepção das listas de férias enviadas por correio.

Após o queixoso ter levantado o problema da legalidade do seu emprego na Direcção, foi informado de que o contrato não seria prorrogado. O queixoso dirigiu-se ao Director-Geral da DG V e ao Presidente da Comissão, mas sem sucesso.

Face ao anteriormente exposto, o queixoso fez as seguintes alegações:

A sua situação laboral deveria ser considerada ilegal, pelo menos, a partir de Novembro de 1994. Enquanto trabalhava oficialmente como funcionário de uma empresa, que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a Comissão, o queixoso realizava tarefas que, na realidade, deveriam ser realizadas pelo pessoal da Comissão. A situação utilizada para o seu emprego tinha sido escolhida pela Comissão, com o propósito de evitar a aplicação do Estatuto dos Funcionários ou do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades Europeias. Por conseguinte, a Comissão tinha infringido o direito comunitário relativamente à sua situação laboral. A Comissão tinha infringido também o direito do trabalho luxemburguês.

## *O INQUÉRITO*

### **Parecer da Comissão**

No seu parecer, a Comissão alegou que o queixoso tinha recebido vários contratos a termo certo por firmas exteriores à Comissão, com a finalidade de fornecer à Comissão “experiência técnica específica complementar”, por forma a ajudá-la a desempenhar as tarefas em conformidade com as disposições do respectivo “Código de Conduta”<sup>96</sup>. O queixoso não tinha sido empregado pela Comissão.

### **Observações do queixoso**

Nas suas observações, o queixoso manteve a queixa. Aceitou o facto de que o “Código de Conduta” da Comissão continha disposições muito válidas, mas insistiu que estas não tinham sido respeitadas no seu caso. Não tinha trabalhado “independentemente”, tendo, de facto, a posição de funcionário da Comissão. Na sua perspectiva, a resposta da Comissão não abordava as questões relevantes.

## *INQUÉRITO COMPLEMENTAR*

Face ao anteriormente exposto, o Provedor de Justiça concluiu que necessitava de informações complementares por parte da Comissão de modo a analisar este caso. Estas informações foram solicitadas em Janeiro de 1999.

---

<sup>96</sup> “Code of Conduct containing General Rules Governing Relations between Commission Departments and Certain Categories of Staff” (Código de conduta contendo regras gerais para as relações entre os departamentos da Comissão e certas categorias de funcionários), adoptado em Outubro de 1994.

### **Resposta da Comissão ao primeiro pedido de informações complementares do Provedor de Justiça**

Na sua resposta ao pedido de informações complementares, a Comissão teceu os seguintes comentários:

Segundo o acórdão do Tribunal de Justiça no Processo *Mulfinger*<sup>97</sup>, o critério para julgar a legalidade de um contrato directo ao abrigo da legislação nacional foi determinar se as tarefas atribuídas ao funcionário se tratavam ou não de tarefas permanentes, essenciais para o funcionamento do serviço civil da Comunidade. Todavia, o queixoso só prestava “assistência pontual”<sup>98</sup>. No que dizia respeito às disposições gerais sobre as relações entre a Comissão e determinadas categorias de funcionários, as tarefas executadas pelo queixoso exigiam uma experiência temporária e específica, em consonância total com as secções II e III do Código de Conduta de Outubro de 1994. As condições de trabalho previstas no contrato eram *extra muros*. Não havia qualquer relação de entidade patronal/empregado entre a Comissão e o queixoso. As disposições relevantes da legislação luxemburguesa sobre o trabalho aplicavam-se à empresa empregadora do queixoso e não à Comissão.

### **Observações do queixoso sobre a resposta da Comissão ao primeiro pedido de informações complementares**

Nas suas observações à carta da Comissão, o queixoso manteve a alegação de que a Comissão tinha utilizado empresas privadas para evitar a aplicação do Estatuto dos Funcionários. Era da opinião que o controlo da transposição das directivas não era uma tarefa de carácter temporário. O queixoso insistiu no facto de que as suas condições de trabalho nunca tinham sido *extra muros*.

O queixoso apresentou também cópias de vários documentos.

O Provedor de Justiça decidiu subsequentemente enviar um segundo pedido de informações complementares à Comissão. Este pedido foi enviado em Junho de 1999.

### **Resposta da Comissão ao segundo pedido de informações complementares do Provedor de Justiça**

Na sua resposta ao segundo pedido de informações complementares, a Comissão teceu os seguintes comentários:

Os documentos relacionados com o caso, incluindo aqueles fornecidos pelo queixoso, apoiavam totalmente a posição da Comissão. A responsabilidade pela supervisão da implementação de directivas pelos Estados-Membros cabia aos funcionários da Comissão e não podia ser delegada. Os factos apresentados pelo queixoso não provavam que algo semelhante tivesse acontecido neste caso. O queixoso prestou assistência técnica aos funcionários responsáveis. Os consultores externos eram contratados precisamente porque possuíam experiência, que não existia sistematicamente no seio do serviço público da Comunidade.

### **Observações do queixoso à resposta da Comissão ao segundo pedido de informações complementares**

Nas suas observações, o queixoso expressou esperança de que o novo Presidente da Comissão fizesse o seu melhor para que fosse assumida a responsabilidade, política ou outra, em todos os níveis da Comissão. Lamentou a forma como a Comissão continuava a “jogar ping-pong” com ele. Reiterou a sua opinião de que a Comissão tinha infringido o seu próprio Código de Conduta, que salientava que a Comissão devia respeitar as disposições relevantes da legislação nacional. O queixoso salientou que discordava da interpre-

<sup>97</sup> Processo C-249/87 *Mulfinger e outros contra Comissão* CJ 1989 p. 4127.

<sup>98</sup> No original em francês, “une assistance ponctuelle”.

tação dada pela Comissão ao significado jurídico do termo “controlo”. Por fim, expressou a opinião de que não existiam obstáculos jurídicos que impedissem que a Comissão emitisse referências sobre o seu trabalho para a Comissão.

### *O PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO*

Por decisão de 4 de Novembro de 1999, o Provedor de Justiça enviou à Comissão um projecto de recomendação ao abrigo do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça<sup>99</sup>. A base para o projecto de recomendação foi a seguinte:

O queixoso alegou que a sua situação laboral (ou seja, o facto de ter trabalhado para a Comissão ao abrigo de um contrato celebrado com uma empresa privada que, por sua vez, tinha celebrado um contrato com a Comissão) tinha sido ilegal do ponto de vista do direito comunitário. Alegou que o trabalho por si desempenhado deveria ter sido efectuado por pessoal da Comissão.

A Comissão respondeu que o queixoso só tinha prestado uma assistência técnica “pontual” aos funcionários responsáveis, tinha trabalhado sob a supervisão destes e nunca tinha estado envolvido nas decisões resultantes relacionadas com a conformidade do direito nacional com o direito comunitário. A Comissão alegou ainda que, no caso em apreço, tinha actuado em plena conformidade com as disposições do seu Código de Conduta, adoptado em Outubro de 1994.

O Código de Conduta da Comissão prevê que as tarefas do serviço público da Comunidade sejam desempenhadas exclusivamente por funcionários ou membros do pessoal temporário das Comunidades. Segundo este Código, as ‘tarefas de serviço público’ são aquelas relacionadas com as funções da Instituição e que derivam dos poderes que lhe são conferidos pelos Tratados ou por legislação secundária. Ainda segundo o Código, incluem tarefas que envolvem o controlo (nomeadamente o controlo da conformidade com o direito comunitário)<sup>100</sup>. O critério decisivo que permite uma conclusão quanto ao facto de estar ou não em questão uma tarefa de serviço público era, por conseguinte, representado pela natureza dos serviços em causa.

O dever imposto à Comissão pelo artigo 211º (antigo artigo 155º) do Tratado CE de garantir que as disposições deste Tratado e as medidas tomadas pelas Instituições de acordo com o mesmo fossem aplicadas, constituiu uma das funções atribuídas à Comissão, devendo ser executadas pelos agentes da Comissão, ou seja, o pessoal recrutado ao abrigo do Estatuto dos Funcionários e do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades Europeias. Por outro lado, a Comissão alegou que, mesmo nesta área, poderia recorrer a outros meios para obter serviços especializados que não se encontram disponíveis no seio do serviço público da Comunidade.

A Comissão alegou que o queixoso tinha desempenhado as suas funções sob o controlo de funcionários da Comissão e que o seu trabalho não podia, por conseguinte, ser considerado parte de uma tarefa de serviço público. Todavia, o facto de o queixoso ter trabalhado sob o controlo ou supervisão de funcionários da Comissão não parecia ser incompatível com a sua alegação de que tinha participado numa função atribuída à Comissão pelo Tratado CE. Dado que a Comissão era hierarquicamente estruturada, o controlo era inerente ao processo que levava à adopção de uma posição ou decisão. Um funcionário da Comissão a trabalhar no controlo da implementação de uma determinada directiva tinha certamente que trabalhar também sob a supervisão dos seus superiores. A questão de as tarefas do queixoso serem de natureza “permanente” ou se o queixoso prestava aquilo a

<sup>99</sup> Decisão 94/262/CECA, CE, Euratom do Parlamento Europeu de 9 de Março de 1994 relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu (JO L 113 página 15).

<sup>100</sup> Código de Conduta, secção II.



que a Comissão se referia como “assistência pontual” também não parecia ser relevante. A jurisprudência dos tribunais comunitários refere como critério decisivo a *natureza* da tarefa e não a sua duração<sup>101</sup>. Este pareceu ser também o ponto de vista que a própria Comissão tinha adoptado no seu Código de Conduta, onde fazia a distinção entre “tarefas de serviço público” (reservadas ao pessoal da Comissão) e “tarefas não permanentes”, tornando claro que as últimas eram tarefas *diferentes* das “tarefas de serviço público”<sup>102</sup>.

Por conseguinte, era importante verificar a natureza do trabalho executado pelo queixoso no contexto do controlo da implementação da Directiva 92/29. A Comissão tinha salientado em várias ocasiões que o queixoso apenas prestava “assistência técnica” aos funcionários da Comissão. A secção III C 3 a) do Código de Conduta da Comissão estabelece que a Comissão pode celebrar um contrato com terceiros para a prestação de serviços de concepção ou aconselhamento caso as tarefas em questão não possam ser executadas por pessoal da Comissão devido à sua natureza técnica. Contudo, a Comissão não tinha especificado a natureza exacta da “assistência técnica” a ser prestada pelo queixoso (ou pela empresa que o empregava) nem tinha explicado por que motivo esta assistência não podia ser prestada por pessoal da Comissão. A alegação do queixoso de que tinha verificado a implementação da Directiva 92/29 através da comparação dos textos das legislações nacionais em línguas que nem ele nem ninguém na sua hierarquia dominavam, em estreita cooperação com os serviços de tradução, não tinha sido contestada pela Comissão. Não parecia existir qualquer prova clara de que o trabalho do queixoso neste contexto diferisse materialmente do trabalho de um funcionário público responsável pelo controlo da implementação de uma directiva pelos Estados-Membros. Por conseguinte, o Provedor de Justiça concluiu que as provas relativas à natureza do trabalho do queixoso fundamentavam aparentemente a alegação deste, segundo a qual tinha desempenhado tarefas que deveriam ter sido reservadas ao pessoal da Comissão, em conformidade com o Código de Conduta.

Esta conclusão foi confirmada por vários factores circunstanciais.

Em primeiro lugar, vários dos documentos apresentados pelo queixoso permitiram chegar à conclusão de que as instruções relativas ao trabalho do queixoso tinham sido dadas directamente pela Comissão e não pelas empresas com que o queixoso tinha celebrado contratos de trabalho. A Comissão não tinha sido capaz de explicar esta discrepância entre a posição jurídica formal e a realidade prática.

Em segundo lugar, o queixoso tinha feito uma descrição pormenorizada da forma como começou a trabalhar para a Comissão. A Comissão não tinha formulado qualquer comentário substancial sobre estas alegações.

Em terceiro lugar, as provas disponíveis sugeriam de forma clara que a situação laboral do queixoso não tinha sido *extra muros*, conforme indicado pela Comissão. Embora este factor não tivesse importância para determinar se o queixoso desempenhava ou não tarefas que deveriam ter sido reservadas ao pessoal da Comissão, o facto é que, segundo as alegações do queixoso, a Comissão parecia ter mesmo tomado medidas para camuflar a presença de pessoal externo nas suas instalações. A Comissão tinha-se absterido de tecer comentários substanciais a estas alegações que pareciam ser confirmadas pelos documentos apresentados pelo queixoso.

Por fim, a alegação da Comissão segundo a qual as suas acções tinham estado totalmente em consonância com as secções II e III do Código de Conduta de Outubro de 1994 não parecia estar bem fundada. Existiam neste Código pelo menos duas disposições que não parecem ter sido respeitadas no caso em apreço. Em primeiro lugar, segundo o Código, as condições de execução de contratos com terceiros não podem levar à distorção destes

<sup>101</sup> Cf. acórdão *Mulfinger* loc. cit., parágrafo 14.

<sup>102</sup> Código de Conduta, secção II.

contratos nem à possibilidade de poderem ser qualificados como contratos para empréstimo de pessoal ou de mão-de-obra<sup>103</sup>. Em segundo lugar, o Código estabelece que o pessoal externo deve executar o seu trabalho fora das instalações da Comissão e que a presença de tais pessoas nas instalações da Comissão deve ser estritamente limitada e justificada pela impossibilidade material de executar esse trabalho noutro lugar<sup>104</sup>.

Face ao anteriormente exposto, o Provedor de Justiça concluiu que o emprego do queixoso com base num contrato de trabalho com uma empresa privada que, por sua vez, tinha celebrado um contrato com a Comissão, não era compatível com os princípios que se podem deduzir do Código de Conduta da própria Comissão, constituindo, por conseguinte, um caso de má administração. Dado que, devido às posições opostas da Comissão e do queixoso, não era possível encontrar uma solução amigável entre as partes relativamente a este ponto, o Provedor de Justiça fez o projecto de recomendação que a seguir se indica.

Nos termos do n.º 6 do artigo 3.º do Estatuto do Provedor de Justiça Europeu, o Provedor de Justiça enviou à Comissão o seguinte projecto de recomendação:

*A Comissão deverá tomar as medidas necessárias para solucionar a ilegalidade da situação laboral do queixoso. Por conseguinte, deverá emitir uma carta de referência pelo período de tempo em que este trabalhou para a Comissão.*

#### **PARECER CIRCUNSTANCIADO DA COMISSÃO**

O Provedor de Justiça informou que, nos termos do n.º 6 do artigo 3.º do Estatuto, a Comissão deveria enviar um parecer circunstanciado antes de 29 de Fevereiro de 2000, que poderia consistir na aceitação do projecto de recomendação e numa descrição das medidas tomadas para pôr em prática as recomendações.

Em 23 de Fevereiro de 2000, a Comissão enviou ao Provedor de Justiça o seguinte parecer circunstanciado:

*“Em conformidade com a recomendação de V.Exa., o Sr. Coleman, director-geral da Direcção-Geral da Política e Protecção da Saúde dos Consumidores já enviou ao Sr. M uma carta de referência relativa ao período em que prestou assistência técnica à Comissão.*

*Esta carta de referência baseia-se na situação factual do Sr. M e no seu próprio relatório de actividades (de Novembro de 1994 a Junho de 1996). Corresponde também aos termos dos contratos que a Comissão tinha com as empresas que empregaram o Sr. M.”*

A Comissão enviou uma cópia de uma carta datada de 31 de Janeiro de 2000 enviada pelo Sr. Coleman ao queixoso, bem como da carta de referência anexada a essa carta.

Em 19 de Fevereiro de 2000, o queixoso escreveu ao Provedor de Justiça para salientar que a carta de referência não ostentava o timbre da Comissão nem tinha sido assinada. Criticou ainda que o período mencionado na carta estava errado, dado que tinha trabalhado para a Comissão desde 18 de Abril de 1994 até 30 de Junho de 1996.

Em 23 de Fevereiro de 2000, o Provedor de Justiça escreveu à Comissão expressando a sua satisfação pelo facto de esta ter tomado medidas para pôr em prática o projecto de recomendação. Todavia, à luz dos comentários tecidos pelo queixoso na sua carta de 19 de Fevereiro de 2000, convidou a Comissão a verificar se as datas mencionadas na carta de

<sup>103</sup> “The conditions under which service contracts are performed must not be such as to alter the nature of the contract and possibly result in its being reclassified as a manpower supply contract or an employment contract” (secção III C 2 do Código de Boa Conduta).

<sup>104</sup> “The presence of the staff concerned on Commission premises must be strictly limited to cases where it is physically impossible for the work to be performed elsewhere” (Secção III C 3 a do Código).

referência estariam correctas e a considerar se não teria sido adequado assinar este documento, de acordo com a prática comum.

Em 4 de Abril de 2000, a Comissão enviou uma carta complementar ao Provedor de Justiça, onde afirmava:

*“De acordo com a recomendação de V.Exa., o Sr. Coleman, director-geral da Direcção-Geral da Política e Protecção da Saúde dos Consumidores, enviou ao Sr. M uma carta de referência revista, tomando em consideração os comentários tecidos pelo queixoso na sua carta de 19 de Fevereiro de 2000.”*

Anexa a esta carta estava uma cópia da carta de referência revista, com data de 20 de Março de 2000 e assinada pelo Sr. Coleman. Esta carta referia o período entre 18 de Abril de 1994 e 30 de Junho de 1996.

A carta da Comissão datada de 4 de Abril de 2000 foi transmitida ao queixoso em 10 de Abril de 2000, sendo este convidado a formular observações, caso o desejasse, até 31 de Maio de 2000. Até essa data, o Provedor de Justiça não recebeu quaisquer observações.

### A DECISÃO

Em 4 de Novembro de 1999, o Provedor de Justiça enviou à Comissão o seguinte projecto de recomendação, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça:

*A Comissão deverá tomar as medidas necessárias para solucionar a ilegalidade da situação laboral do queixoso. Por conseguinte, deverá emitir uma carta de referência pelo período de tempo em que este trabalhou para a Comissão.*

Em 23 de Fevereiro e 4 de Abril de 2000, a Comissão informou o Provedor de Justiça sobre a sua aceitação do projecto de recomendação por este elaborado e sobre as medidas tomadas para a sua implementação. As medidas descritas pela Comissão na sua carta de 4 de Abril de 2000 mostraram ser satisfatórias, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

## DISCRIMINAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO DE INSPECTORES DE PESCAS

*Decisão sobre a queixa 109/98/ME contra a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em 9 de Janeiro de 1998, três agentes temporários que trabalhavam para a Comissão Europeia apresentaram uma queixa ao Provedor de Justiça, relacionada com a sua classificação enquanto inspectores de pescas daquela instituição. Após a sua entrada em funções, notaram que todos os outros inspectores de pescas, tanto os recrutados antes como os recrutados depois deles, haviam sido colocados em lugares de grau superior. Uma vez que não lhes foi dada qualquer justificação satisfatória para esta circunstância, concluíram tratar-se de um caso injustificado de desigualdade de tratamento, pelo que apresentaram uma reclamação administrativa a nível interno, junto da Comissão. No decurso deste procedimento, tornou-se claro que o facto de estes lugares terem sido anunciados como lugares de grau B4/B5 se devia a um erro administrativo. No entanto, uma vez que a Comissão não procedeu à sua reclassificação, os queixosos apresentaram queixa ao Provedor de Justiça.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

A queixa foi enviada à Comissão. No seu parecer, a Comissão afirmou que os queixosos não tinham sido alvo de qualquer discriminação. A Comissão alegou que o processo de

recrutamento dos queixosos não havia sido igual ao dos inspectores colocados em lugares hierarquicamente superiores. Afirmou ainda que:

*“Uma vez que o aviso de concurso determinava que o vencimento previsto correspondia ao estabelecido para lugares de categoria B4/B5, é evidente que as pessoas envolvidas se tinham candidatado a lugares desta categoria na Comissão, não podendo negar este facto, pois se tinham candidatado voluntariamente.”*

### **Observações dos queixosos**

Nas suas observações, os queixosos mantiveram a queixa. Afirmaram ainda que o facto de o aviso de concurso se referir aos graus B4/B5, não libertava a Comissão da obrigação de explicar os motivos concretos que conduziram à aplicação de um tratamento desigual para pessoas com as mesmas qualificações e experiência e desempenhando as mesmas funções.

### ***DILIGÊNCIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA PARA ALCANÇAR UMA SOLUÇÃO AMIGÁVEL***

Após um exame atento da queixa, o Provedor de Justiça considerou existir um caso *prima facie* de má administração. Concluiu, além disso, que ainda era possível remediar esta situação, pelo que, de acordo com o n.º 5 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça<sup>105</sup>, contactou a Comissão, por escrito, no sentido de procurar uma solução amigável para a queixa.

Referindo-se às observações dos queixosos, o Provedor de Justiça assinalou, com base nas provas produzidas, que a Comissão não procurou rebater as alegações dos queixosos, nem fundamentar as alterações ao nível dos graus atribuídos. Segundo o Provedor de Justiça, a Comissão não actuou, neste caso, em conformidade com os elevados padrões de exigência que é lícito esperar-se das instituições comunitárias. O Provedor de Justiça sugeriu, por isso, que a Comissão revisse a sua posição em relação à queixa.

Na sua resposta, a Comissão aludiu à sua nova política de recrutamento, adoptada em Novembro de 1996, segundo a qual os concursos já não permitiam o acesso a todos os graus de uma categoria, como ocorrera no passado, passando os graus a serem especificados no aviso de concurso, de acordo com as necessidades expressas por cada serviço. Sempre que o serviço em questão não determinasse nada em contrário, o concurso referir-se-ia ao grau mais baixo. Partindo deste princípio, o concurso 25/T/XIV/95 foi planeado para os graus B5/B4, sendo o grau de recrutamento o mais elevado possível para o recrutamento dos queixosos, o grau B4. Um dos princípios básicos desta nova política de recrutamento assenta no pressuposto de que os concursos devem afetar os graus intermédios, i.e., B3/B2. O concurso posterior, 7/T/XIV/97 para inspectores de pescas foi, assim, organizado de acordo com estas condições. A Comissão sublinhou ainda que tinha de respeitar o grau indicado no aviso de concurso e que qualquer desvio significaria o não cumprimento dos princípios da boa gestão financeira. Tal procedimento seria criticado pelo controlo financeiro e poderia ser criticado pelo Tribunal de Contas. Assim, a Comissão lamentou não poder aceitar uma solução amigável, tal como sugeriu o Provedor de Justiça.

<sup>105</sup> “Na medida do possível, o Provedor de Justiça procurará encontrar, juntamente com a instituição ou organismo em causa, uma solução susceptível de eliminar os casos de má administração e de dar satisfação à queixa apresentada”.

### PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO

Por decisão de 18 de Janeiro de 2000, o Provedor de Justiça enviou um projecto de recomendação à Comissão, no âmbito do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto<sup>106</sup>. O fundamento do projecto de recomendação foi o seguinte:

1 De harmonia com os princípios da boa conduta administrativa, deve assegurar-se que o princípio da igualdade de tratamento seja respeitado e a discriminação, evitada. O Tribunal de Justiça defendeu, em numerosas ocasiões, que o princípio da igualdade de tratamento assume uma importância fundamental em matéria de emprego<sup>107</sup>. Apesar de a maior parte da jurisprudência do Tribunal se basear no n.º 3 do artigo 5º do Estatuto dos funcionários, não aplicável aos agentes temporários, o Tribunal determinou que o princípio da igualdade de tratamento também se aplica aos agentes<sup>108</sup>. Caso se verifiquem diferenças de tratamento, as instituições comunitárias deverão certificar-se de que as mesmas se justificam por características concretas importantes do caso em questão.

2 No caso em apreço, os queixosos foram recrutados como inspectores de pescas pela Comissão Europeia para lugares de grau B5/B4. Os inspectores de pescas que já se encontravam ao serviço da Comissão, com qualificações idênticas ou inferiores, foram, no entanto, colocados em lugares de grau superior, nomeadamente B3, B2 e B1. Após o recrutamento dos queixosos, teve lugar um outro concurso para inspectores de pescas dos graus B3/B2. Os queixosos alegam que a sua colocação em lugares de grau inferior foi o resultado de um erro administrativo.

3 A Comissão atribuiu a diferença de tratamento ao facto de os queixosos terem sido recrutados com base na sua aprovação no concurso 25/T/XIV/95. O respectivo aviso de concurso especificava que os lugares anunciados dariam acesso aos graus B5/B4. A Comissão explicou, ainda, que esta diferença de tratamento se inseria no âmbito da sua nova política de recrutamento, com a qual se pretende que os futuros concursos abranjam os graus intermédios, i.e., B3/B2. No entanto, sempre que o serviço em questão não haja determinado nada em contrário, como aconteceu neste caso, o concurso referir-se-á ao grau mais baixo. A Comissão alegou ainda que se arriscava a ser criticada pelo seu auditor financeiro e pelo Tribunal de Contas, caso agisse de outra forma.

4 Perante esta situação, o Provedor de Justiça concluiu o seguinte:

*O princípio da igualdade de tratamento é fundamental em matéria de emprego. Qualquer diferença de tratamento terá que ser justificada com base em factos concretos e relevantes. No caso em apreço, a Comissão não contestou que o facto de os lugares anunciados corresponderem aos graus mais baixos se devia a um erro administrativo. O motivo do recrutamento dos queixosos nos graus mais baixos parece, portanto, ter sido um erro administrativo cometido pela Comissão. Dado que este facto não constituiu um motivo válido para justificar a diferença de tratamento, verificou-se uma violação do princípio da igualdade de tratamento e, portanto, um caso de má administração.*

5 Nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto, o Provedor de Justiça apresentou um projecto de recomendação à Comissão com o seguinte teor:

A Comissão deverá tomar as medidas necessárias para pôr termo à discriminação verificada no recrutamento dos queixosos.

<sup>106</sup> Decisão do Parlamento Europeu de 9 de Março de 1994 relativa ao Estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu (94/262/CECA,CE, Euratom) (JOCE L 113 página 15).

<sup>107</sup> Consultar, por exemplo: Processo 119/83, *Appelbaum contra Comissão*, CJ 1985 p. 2423, processos apensos 129 e 274/82, *Charles Lux contra Tribunal de Contas*, CJ 1984 p. 4127 e Processo 92/85, *Hamai contra Tribunal de Justiça*, CJ 1986 p. 3157.

<sup>108</sup> Consultar, por exemplo: Processo T-207/95, *Ibarra Gil contra Comissão*, CJ 1997 1A-0013, p. II-0031 e T-211/95, *Petite-Laurent v. Commission*, CJ 1997 1A-0021, p. II-0057.

### Parecer circunstanciado da Comissão

O Provedor de Justiça informou a Comissão de que, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto, deveria enviar um parecer circunstanciado antes de 30 de Abril de 2000, o qual poderia consistir na aceitação do projecto de recomendação e numa descrição das medidas tomadas para o pôr em prática.

Em 12 de Maio de 2000, a Comissão enviou ao Provedor de Justiça o seguinte parecer circunstanciado:

*“De harmonia com os princípios da justiça e da equidade, e tomando em consideração as circunstâncias excepcionais verificadas no caso vertente, bem como a longa experiência dos três inspectores de pescas envolvidos, a administração aceita as recomendações do Provedor de Justiça.*

*Como medida excepcional, poderá, assim, ser considerada a possibilidade de reapreciar os processos dos três queixosos como se o concurso 25T/XIV/95, em que foram aprovados, tivesse sido aberto para os graus B3/B2, e de, nesta base, reconsiderar o respectivo grau aquando da sua entrada em serviço.”*

O parecer circunstanciado da Comissão foi enviado aos queixosos, que, em 6 de Junho de 2000, informaram o Provedor de Justiça por telefone de que estavam satisfeitos com o resultado do processo e agradeceram a sua intervenção.

### A DECISÃO

Em 18 de Janeiro de 2000, o Provedor de Justiça enviou o seguinte projecto de recomendação à Comissão, de acordo com o n.º 6 do artigo 3º do Estatuto:

*A Comissão deverá tomar as medidas necessárias para pôr termo à discriminação verificada no recrutamento dos queixosos.*

Em 12 de Maio de 2000, a Comissão informou o Provedor de Justiça da aceitação do seu projecto de recomendação, bem como das medidas tomadas para o pôr em prática. As medidas descritas pela Comissão revelaram-se satisfatórias e o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

### A QUEIXA

Em Abril de 1998, o Sr. P. apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu relativa ao facto de a Comissão não o ter reintegrado após o termo de uma licença sem vencimento e se recusar a pagar-lhe uma indemnização por perda de vencimento e redução da pensão.

### O PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO

O Relatório Anual do Provedor de Justiça de 1999 contém informações detalhadas sobre a decisão e o projecto de recomendação enviado à Comissão em 4 de Novembro de 1999, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do seu Estatuto<sup>109</sup>. Do projecto de recomendação constava que:

*A Comissão deveria compensar o queixoso pelo prejuízo pecuniário sofrido directamente em resultado da falta de serviço cometida pela Comissão ao não empreender um exame*

## NÃO REINTEGRAÇÃO DE UM FUNCIONÁRIO NO FINAL DE UMA LICENÇA SEM VENCIMENTO

*Decisão sobre a queixa 489/98/OV contra a Comissão Europeia*

<sup>109</sup> Relatório Anual de 1999, página 224.



*circunstanciado das aptidões do queixoso relativamente aos lugares vagos no final da sua licença sem vencimento.*

O Provedor de Justiça informou a Comissão de que, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto, deveria enviar um parecer circunstanciado antes de 29 de Fevereiro de 2000, o qual poderia consistir na aceitação do projecto de recomendação e uma descrição das medidas tomadas para o pôr em prática.

#### **Parecer circunstanciado da Comissão**

Em 13 de Março de 2000, o Secretariado-Geral da Comissão enviou o seguinte parecer circunstanciado ao Provedor de Justiça:

*“A Comissão lamenta que as habilitações profissionais do Sr. P. para todos os lugares vagos, correspondentes ao seu grau, não tenham sido apreciadas na devida altura e que, por isso não se tenha procedido à verificação da adequação das suas habilitações aos lugares disponíveis.*

*O Tribunal de Justiça tem repetidamente estatuído que a não verificação sistemática, pela administração, das habilitações dos funcionários para cada lugar vago em que podiam ter sido reintegrados, constitui uma falta de serviço que lhe poderá ser imputada se, após tal verificação, ainda que posterior, se verificar que existiam tais lugares. Nesse caso, a Comissão deverá compensar os funcionários pelos danos materiais sofridos por não terem sido reintegrados nos devidos lugares.*

*No caso em apreço, e nesta fase do processo, nada permite concluir que uma tal verificação tivesse levado à identificação de um lugar em que o Sr. P. pudesse ter sido reintegrado. No entanto, também não dispomos de dados que nos permitam determinar que o Sr. P. não satisfazia os requisitos exigidos para cada um dos 25 lugares vagos que permitiriam a sua reintegração.*

*Com base no que precede, bem como na recomendação do Provedor de Justiça, a autoridade competente para proceder a nomeações concordou em indemnizar o Sr. P. pelos danos sofridos, num montante equivalente a dois meses de vencimento, sujeitos a dedução de todos os montantes líquidos por aquele auferidos no período, quando desempenhava outras tarefas.”*

Após um exame atento do parecer circunstanciado da Comissão, o Provedor de Justiça considerou satisfatória a medida adoptada com vista à implementação do projecto de recomendação.

#### **Observações do queixoso**

Em 6 de Abril de 2000, o queixoso enviou as suas observações sobre o parecer circunstanciado da Comissão. Observou que a indemnização por danos materiais que a Comissão concordou em pagar e que é corroborada pela jurisprudência, parecia adequada e justa.

O queixoso sublinhou, no entanto, que ainda não tinha recebido qualquer informação da Comissão sobre o efectivo pagamento da indemnização, sendo o serviço do Provedor de Justiça o seu único meio de comunicação com aquela instituição.

#### **A DECISÃO**

1 Em 4 de Novembro de 1999, o Provedor de Justiça, dando cumprimento ao n.º 6 do artigo 3º do Estatuto, enviou o seguinte projecto de recomendação à Comissão:

*“A Comissão deveria compensar o queixoso pelo prejuízo pecuniário sofrido directamente em resultado da falta de serviço cometida pela Comissão ao não empreender um exame*

*circunstanciado das aptidões do queixoso relativamente aos lugares vagos no final da sua licença sem vencimento.”*

2 Em 13 de Março de 2000, a Comissão informou o Provedor de Justiça da aceitação do projecto de recomendação e das medidas previstas para a sua execução. As medidas, que consistiram em indemnizar o queixoso num montante equivalente a dois meses de vencimento pelos danos sofridos, revelaram-se satisfatórias, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

## ATRASOS NA ADOPÇÃO DE ORIENTAÇÕES INTERNAS RELATI- VAMENTE A SEVÍ- CIAS CONTRA CRIANÇAS

*Decisão sobre a quei-  
xa 521/98/ADB contra  
a Comissão Europeia*

### A QUEIXA

Em Setembro de 1995, a Comissão Europeia encarregou uma empresa belga, a ESEDRA s.p.r.l., da gestão do “*Centro da Primeira Infância Clovis*” (de ora em diante designado CPI Clovis) em Bruxelas, uma creche criada para os filhos dos funcionários das instituições comunitárias, entre os quais se encontravam os filhos dos queixosos.

Em Outubro de 1997, os pais de crianças que frequentavam o CPI Clovis ouviram rumores sobre uma alegada investigação de um caso de pedofilia na creche. Durante a segunda metade de Outubro de 1997, estes rumores foram confirmados pela Comissão Europeia através de comunicações escritas e de reuniões com os pais.

Segundo as informações reveladas, a investigação realizada pelas autoridades belgas tinha tido a sua origem numa queixa apresentada pelos pais de uma criança que frequentava o CPI Clovis, o que os tinha levado a suspeitar de membros do pessoal empregue na creche. O director da creche foi informado do problema no final de Maio de 1997, tendo a Comissão Europeia sido informada no início de Junho de 1997.

(i) Resumindo, os queixosos alegaram que, durante todo o processo, a Comissão não tinha agido de forma eficaz, transparente e atempada, não tendo informado os pais. Outras instituições comunitárias, o pediatra da creche e o Comité de Gestão do Centro da Primeira Infância só foram informados meses após a Comissão ter tido conhecimento do assunto, quando o caso já tinha sido tornado público. Segundo os queixosos, as informações reveladas foram insuficientes e inadequadas, para além de que a Comissão não tinha solicitado informações importantes às autoridades belgas responsáveis pelas investigações. Na perspectiva dos queixosos, a Comissão poderia ter revelado informações sem infringir a confidencialidade dos processos ou o direito das vítimas à privacidade.

Relativamente a esta primeira alegação, os queixosos consideraram que a Comissão deveria adoptar um código que contivesse disposições claras por forma a evitar falhas semelhantes em casos de suspeita de sevícias. Para além disso, instaram a Comissão a revelar as informações que tinha ocultado até então.

(ii) A segunda alegação feita pelos queixosos dizia respeito à supervisão da ESEDRA s.p.r.l., empresa responsável pela gestão do CPI Clovis. Os queixosos manifestaram a opinião de que os serviços da Comissão, devido à falta de pessoal, não tinham utilizado todas as possibilidades de controlo previstas no contrato com a ESEDRA s.p.r.l..

Os queixosos solicitaram à Comissão que empreendesse os esforços necessários para resolver o problema relativo ao processo e a questão da falta de pessoal.

### O INQUÉRITO

#### Parecer da Comissão

A queixa foi transmitida à Comissão, cujo parecer se pode resumir do seguinte modo:

Como questão preliminar, a Comissão salientou que os alegados casos de sevícias contra crianças estavam a ser alvo de preparação para um possível julgamento pelas autoridades belgas, pelo que as informações directamente relacionadas com os casos eram confidenciais. Para além disso, a Comissão salientou que tinha tomado todas as medidas possíveis com vista à segurança das crianças nas creches.

(i) As informações disponíveis tinham sido transmitidas a todos os níveis, mas sempre tendo em consideração a privacidade das vítimas e a confidencialidade do processo judicial. Foram organizadas reuniões com os pais, os funcionários da creche, o Comité de Gestão do Centro da Primeira Infância e com instituições belgas externas. Foram organizadas conferências e sessões de formação e sensibilização específicas para os funcionários. Só se suspeitou dos funcionários da creche numa fase tardia do processo, tendo o caso vindo a público em Outubro de 1997.

Relativamente à segurança, o Serviço de Segurança da Comissão tinha tomado permanentemente medidas para reforçar a segurança. Investigou meticulosamente o caso entrando regularmente em contacto com os pais, os funcionários e as autoridades belgas.

(ii) Quanto ao controlo do contratante, a Comissão tinha efectuado regularmente uma série de controlos, nomeadamente sob a forma de visitas ao local.

A Comissão explicou que para além das medidas que já havia tomado, tinha a intenção de tomar medidas preventivas contra as sevícias nas creches, as quais foram implementadas através de formação específica, contactos com organizações locais especializadas como a ONE, "*Office de la Naissance et de l'Enfance*" e com vários Estados-Membros.

Todas as medidas supramencionadas foram tomadas no decurso da investigação e em conformidade com os requisitos impostos pelo procedimento judicial.

### Observações dos queixosos

O Provedor de Justiça Europeu transmitiu o parecer da Comissão Europeia aos queixosos, convidando-os a formularem observações. Na sua resposta de 25 de Janeiro de 1999, os queixosos teceram as seguintes observações.

(i) Embora a Comissão tivesse conhecimento dos problemas desde o início de Junho de 1997, as medidas informativas mencionadas no parecer da Comissão foram todas tomadas em Outubro de 1997. As informações poderiam ter sido reveladas mais cedo, sem infringir a confidencialidade do processo judicial.

As informações em si eram de fraca qualidade. A Comissão não as tinha obtido da fonte principal, ou seja, das autoridades belgas. Para além disso, a Comissão recusou-se a iniciar uma acção cível, embora, dessa forma, pudesse ter obtido informações mais pormenorizadas. Adicionalmente, o Serviço de Segurança recusou-se persistentemente a revelar os relatórios que tinha preparado.

Os queixosos lamentavam que a Comissão não se tivesse empenhado em adoptar um código de conduta, que definisse claramente o procedimento a seguir em casos semelhantes.

(ii) Quanto ao controlo efectuado sobre o contratante, os queixosos mencionaram o anexo a um relatório apresentado por um Comité de Acompanhamento responsável pelo caso Clovis. Este Comité concluiu que não tinha qualquer conhecimento de investigações efectuadas no local pela Comissão, que, na sua opinião, deveriam ter sido efectuadas de surpresa. Resumindo, os controlos foram considerados inadequados. Por fim, o trabalho do contratante foi posto em causa.

### *INQUÉRITO COMPLEMENTAR*

#### **Pedido de informações complementares**

O Provedor de Justiça solicitou à Comissão que comentasse os pontos apresentados pelos queixosos nas suas observações.

A Comissão confirmou que, quando foi informada do caso, só teve conhecimento de alguns elementos relativos aos alegados acontecimentos. Para além disso, os pais das vítimas tinham solicitado discrição e não pretendiam que a Administração interviesse. Os desejos dos pais, bem como a confidencialidade judicial, convenceram a Comissão de que não se deveriam informar todos os pais até que se conseguisse reunir uma quantidade mínima de provas.

Quanto à qualidade das informações, a Comissão afirmou ter sido informada dos progressos obtidos no caso pelo Ministério Público de Bruxelas. Se a Comissão tivesse iniciado uma acção cível, esse facto não teria melhorado as informações fornecidas aos pais das vítimas que tinham iniciado elas próprias uma acção cível, nem teria sido concebível revelar as informações que pudesse ter obtido, dado que, por sua vez, a Comissão estaria limitada pela confidencialidade do processo.

A Comissão afirmou que planeava estabelecer um procedimento interno específico para os casos de maus tratos, em colaboração com instituições especializadas como a ONE.

A Comissão elaborou uma lista dos controlos já efectuados e de medidas de seguimento relativas ao controlo da empresa responsável, envolvendo a Administração, o Comité de Gestão do Centro da Primeira Infância, o departamento médico, os pais e a própria empresa. Existe um funcionário em particular responsável pela supervisão do contrato.

A Comissão salientou também que tinha entrado em contacto com a associação belga ONE para estabelecer uma cooperação com vista ao controlo da qualidade das creches da Comissão e à formação do respectivo pessoal em casos de maus tratos.

#### **Observações complementares dos queixosos**

Os queixosos lamentaram que, dois anos decorridos sobre os acontecimentos, a Comissão só “*planeasse*” adoptar um procedimento interno.

Quanto ao controlo do contratante, os queixosos informaram o Provedor de Justiça sobre um parecer adoptado pelo Comité de Gestão do Centro da Primeira Infância, no qual se solicitava à Comissão Europeia que não renovasse o contrato com a ESEDRA s.p.r.l. Para além disso, os queixosos manifestaram o desejo de serem informados de todas as responsabilidades do funcionário encarregue do controlo e perguntaram se uma só pessoa seria suficiente para desempenhar esta tarefa nos restaurantes e creches.

### *DILIGÊNCIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA PARA ALCANÇAR UMA SOLUÇÃO AMIGÁVEL*

Após um exame das informações obtidas durante o inquérito, o Provedor de Justiça Europeu considerou existir uma prova *prima facie* de má administração. Os princípios da boa administração requerem que as decisões sejam tomadas num período de tempo razoável. Mais de dois anos após os acontecimentos, a Comissão não tinha ainda adoptado um procedimento interno para tratar de alegados casos de sevícias nas suas creches.

Nos termos do n.º 5 do artigo 3º do seu Estatuto<sup>110</sup>, o Provedor de Justiça dirigiu-se ao Presidente da Comissão Europeia, solicitando que a Comissão se empenhasse em elaborar um procedimento interno para satisfazer os pedidos dos queixosos. Para além disso, o Provedor de Justiça solicitou à Comissão que considerasse os receios dos queixosos relativamente aos recursos humanos disponíveis para a supervisão dos cuidados prestados às crianças pela empresa contratada pela Comissão.

Em 23 de Novembro de 1999, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que tinha preparado um conjunto de orientações internas que tinham sido apresentadas à ONE para consulta. A resposta da última estava iminente. O procedimento era, todavia, muito complexo, delicado e, em particular, afectava os direitos sociais dos trabalhadores, a segurança e as disposições legislativas. No primeiro trimestre de 2000, seria concluído um programa de formação específico para os funcionários da creche. A Comissão informou também o Provedor de Justiça de que estava prestes a estabelecer uma colaboração contratual com a ONE e com a sua equivalente flamenga, a Kind & Gezin, com vista a criar um controlo externo das creches da Comissão. Relativamente ao funcionário responsável pelo controlo, a Comissão Europeia verificou que este trabalhava a tempo inteiro na supervisão do contrato da ESEDRA s.p.r.l. O novo contrato, para o qual tinha sido lançado por duas vezes um processo de concurso, prevê um controlo reforçado.

Os queixosos manifestaram a sua satisfação pelas medidas tomadas pela Comissão mas lamentaram que nenhuma delas tivesse sido completada até então. Reiteraram a sua preocupação pela carga de trabalho do funcionário responsável pelo controlo na Comissão e salientaram que esta deveria encontrar o modo adequado para estabelecer um controlo eficiente. Em conclusão, os queixosos afirmaram que confiavam na intenção expressa pela Comissão de realizar aquilo a que se tinha proposto, mas solicitaram ao Provedor de Justiça que, antes de arquivar a queixa, se certificasse de que a Comissão respeitaria os seus compromissos.

## O PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO

### 1 Tratamento do caso de sevícias contra crianças e adopção de um procedimento interno

1.1 Os queixosos consideraram que a Comissão não tinha tomado as medidas necessárias relativamente à suspeita de casos de sevícias numa das suas creches. Em particular, não tinha agido de forma eficaz, transparente e atempada. Por conseguinte, os queixosos instaram a Comissão a adoptar um código que contivesse disposições claras relativamente ao procedimento a seguir em casos semelhantes. A Comissão argumentou que tinha tomado todas as medidas possíveis e que tinha agido tendo em consideração a privacidade das vítimas e a confidencialidade dos processos judiciais.

1.2 Os inquéritos do Provedor de Justiça no âmbito desta queixa revelaram que a Comissão estava ciente da necessidade de estabelecer um procedimento interno específico, o qual, todavia, mais de dois anos após os acontecimentos, não tinha ainda sido adoptado.

1.3 Por conseguinte, nos termos do n.º 5 do artigo 3º<sup>111</sup> do seu Estatuto, o Provedor de Justiça dirigiu-se ao Presidente da Comissão Europeia com vista a encontrar uma solução amigável. O Provedor de Justiça solicitou à Comissão que se empenhasse em adoptar um procedimento interno.

<sup>110</sup> N.º 5 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça Europeu: “Na medida do possível, o Provedor de Justiça procurará encontrar, juntamente com a instituição ou organismo em causa, uma solução susceptível de eliminar os casos de má administração e de dar satisfação à queixa apresentada.”

<sup>111</sup> N.º 5 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça Europeu: “Na medida do possível, o Provedor de Justiça procurará encontrar, juntamente com a instituição ou organismo em causa, uma solução susceptível de eliminar os casos de má administração e de dar satisfação à queixa apresentada.”

1.4 Em 23 de Novembro de 1999, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que a adopção de um procedimento interno estava iminente. Todavia, em 31 de Janeiro de 2000, um pedido informal feito pelo Provedor de Justiça Europeu revelou não ter havido um progresso significativo na adopção de um procedimento. Os princípios da boa administração requerem que as decisões sejam tomadas num período de tempo razoável. O Provedor de Justiça decidiu enviar à Comissão um projecto de recomendação.

## 2 Supervisão do contrato

2.1 Os queixosos consideraram que a Comissão não tinha supervisionado devidamente o contratante responsável pela gestão do CPI Clovis. Os queixosos questionaram também a possibilidade de o pessoal responsável por esse controlo conseguir fazer face à carga de trabalho. A Comissão declarou que tinha efectuado várias séries de controlos e que havia um funcionário dedicado a tempo inteiro à supervisão do contratante.

2.2 O Provedor de Justiça verificou que a Comissão tinha tomado medidas para melhorar e reforçar os procedimentos de controlo internos e externos a exercer sobre o próximo contratante responsável pela gestão do CPI Clovis, a partir de Agosto de 2000. Dadas as mudanças previstas para o procedimento de controlo, o Provedor de Justiça considerou não ser necessário efectuar uma investigação complementar sobre a carga de trabalho do departamento responsável pela supervisão do presente contrato. Contudo, o Provedor de Justiça esperava que a Comissão se certificaria de que as novas tarefas atribuídas ao seu departamento fossem acompanhadas por medidas organizacionais que permitissem uma execução adequada e eficiente do trabalho adicional.

Face ao anteriormente exposto, e nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto<sup>112</sup>, o Provedor de Justiça apresentou à Comissão um projecto de recomendação com o seguinte teor:

*A Comissão deveria adoptar um procedimento interno com vista a garantir que os casos de alegadas sevícias contra crianças nas suas creches fossem tratados de forma eficaz, transparente e atempada. Este procedimento deveria ser adoptado antes de 31 de Julho de 2000.*

A Comissão e os queixosos foram informados deste projecto de recomendação. O Provedor de Justiça informou que, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto, a Comissão deveria enviar um parecer circunstanciado antes de 31 de Julho de 2000, que poderia consistir na aceitação do projecto de recomendação e numa descrição das medidas tomadas para pôr em prática as recomendações.

### Parecer circunstanciado da Comissão

Em 28 de Julho de 2000, a Comissão transmitiu ao Provedor de Justiça o seu parecer circunstanciado. Explicou ter adoptado, em 30 de Junho de 2000, um procedimento interno contendo regras a aplicar em caso de suspeitas de sevícias contra crianças nas suas creches. Anexou uma cópia deste procedimento e salientou que este tinha resultado de um processo exaustivo de consulta interna e externa. O texto tinha sido transmitido a todas as partes interessadas.

O parecer circunstanciado da Comissão foi transmitido aos queixosos em 31 de Agosto de 2000.

---

<sup>112</sup> Decisão 94/262 do Parlamento Europeu de 9 de Março 1994 relativa ao estatuto e às condições gerais de exercício das funções de Provedor de Justiça Europeu, JO 1994 L 113 p. 15.



### A DECISÃO

1 Em 15 de Março de 2000, o Provedor de Justiça enviou à Comissão o seguinte projecto de recomendação:

*A Comissão deveria adoptar um procedimento interno com vista a garantir que os casos de alegadas sevícias contra crianças nas suas creches fossem tratados de forma eficaz, transparente e atempada. Este procedimento deveria ser adoptado antes de 31 de Julho de 2000.*

2 Em 28 de Julho de 2000, a Comissão informou o Provedor de Justiça sobre a sua aceitação do projecto de recomendação por este elaborado e sobre as medidas tomadas para a sua implementação. As medidas descritas pela Comissão mostraram ser satisfatórias, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

### 3.5.3 Europol

#### REGRAS SOBRE O ACESSO AOS DOCUMENTOS NA POSSE DA EUROPOL

*Decisão de arquivar o inquérito de iniciativa própria OI/1/99/IJH no que se refere à Europol*

Em Abril de 1999, o Provedor de Justiça iniciou um inquérito de iniciativa própria sobre o acesso do público aos documentos na posse de quatro entidades, incluindo a Europol, que foram estabelecidas ou ficaram operacionais depois do arquivamento do inquérito de iniciativa própria anterior sobre o mesmo assunto<sup>113</sup>.

O Relatório Anual de 1999 do Provedor de Justiça contém pormenores sobre as decisões relativas a três das entidades visadas pelo inquérito de iniciativa própria e os projectos de recomendações feitos à Europol em 13 de Dezembro de 1999, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça<sup>114</sup>. Os projectos de recomendações foram os seguintes:

- 1 A Europol deveria adoptar regras relativas ao acesso do público aos documentos no prazo de três meses. As regras poderiam basear-se nas já adoptadas pelo Conselho, incluindo as excepções nelas previstas.
- 2 As regras deverão aplicar-se a todos os documentos que não sejam já abrangidos pelas disposições legais existentes autorizando o acesso ou exigindo confidencialidade.
- 3 As regras deverão ser facilmente acessíveis ao público.

Foi solicitado à Europol que enviasse um parecer circunstanciado no prazo de três meses, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça.

Em 7 de Março de 2000, o Director da Europol enviou ao Provedor de Justiça uma carta reafirmando o seu empenho em garantir a adopção de regras adequadas na Europol relativamente ao acesso do público aos documentos. Afirmou que, a este respeito, aceitava plenamente os projectos de recomendações. Todavia, afirmou também que não podia garantir a adopção de regras no prazo de três meses porque o Conselho de Administração, na sua reunião de 22 de Fevereiro de 2000, não conseguiu chegar a acordo sobre os projectos de regras apresentados pela Europol, necessitando assim de um exame complementar da questão antes de tomar uma decisão final.

Na sua resposta, o Provedor de Justiça solicitou o parecer circunstanciado da Europol até 31 de Maio de 2000. Em 16 de Junho de 2000, foi enviada uma nova carta à Europol, estabelecendo um novo prazo até 31 de Julho de 2000 e mencionando que, em caso de ausência de resposta ou de resposta insatisfatória, o Provedor de Justiça seria obrigado a apresentar um relatório especial ao Parlamento Europeu sobre o assunto, nos termos do n.º 7 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça.

<sup>113</sup> 616/PUBAC/F/IJH

<sup>114</sup> Relatório Anual de 1999, página 261.

Num parecer circunstanciado enviado em 6 de Julho de 2000, a Europol informou o Provedor de Justiça de que o Conselho de Administração desejava retomar as discussões sobre a questão do acesso do público aos documentos da Europol, assim que as discussões sobre as propostas recentes da Comissão levassem a novos regulamentos concretos para outros organismos europeus. Como medida provisória, a Europol tratará dos pedidos de acesso do público a documentos da Europol através da aplicação, por analogia, do Regulamento 93/731 do Conselho. O público será informado deste facto através da sua publicação no website da Europol: <http://www.europol.eu.int>.

O Provedor de Justiça considerou que o parecer circunstanciado da Europol mostrava que esta tinha aceite os projectos de recomendações e que tinha tomado medidas satisfatórias para os pôr em prática. Por conseguinte, o Provedor de Justiça decidiu arquivar a queixa.

### 3.6 CONSULTAS DOS PROVEDORES DE JUSTIÇA NACIONAIS E REGIONAIS

#### REQUISITOS ADMI- NISTRATIVOS PARA REGISTAR EM ESPA- NHA CARROS EM SEGUNDA MÃO IMPORTADOS

*Consulta do Provedor  
de Justiça Regional das  
Províncias Bascas  
Q1/2000/MM*

Em Fevereiro de 2000, o Provedor de Justiça das Províncias Bascas (Ararteko) consultou o Provedor de Justiça Europeu, relativamente à conformidade dos requisitos administrativos com o princípio da livre circulação de mercadorias. Num dos seus casos, um cidadão basco queixou-se de que, para registar o seu carro em segunda mão importado de outro Estado-Membro da UE, foi obrigado, pela administração espanhola, a fornecer, para além da aprovação normal prevista na legislação nacional, uma ficha técnica indicando a potência fiscal do carro em Espanha. Para além disso, o cidadão foi obrigado a suportar os custos do documento.

Ao consultar o Provedor de Justiça Europeu, o *Ararteko* pretendia obter uma opinião abalizada de uma instituição europeia. Dado que a questão se inseria no domínio específico do mercado interno, o Provedor de Justiça Europeu decidiu consultar a Comissão Europeia sobre este assunto.

Na sua resposta ao Provedor de Justiça Europeu, que foi transmitida ao *Ararteko*, a Comissão Europeia manifestou a opinião de que o requisito administrativo se afigurava como não estando em conformidade com a legislação nacional nem, possivelmente, com os artigos 28º e 30º do Tratado CE. A Comissão trataria do assunto como se de uma queixa se tratasse e propôs-se entrar em contacto com o *Ararteko* por forma a obter informações complementares e a encontrar uma solução rápida para o problema, com a ajuda das autoridades que, ao nível nacional, são responsáveis pelas questões relativas ao mercado interno.

#### LIVRE MOVIMENTO DE TRABALHADO- RES NA TOSCANA

*Consulta do Provedor  
de Justiça Regional da  
Toscana Q2/2000/ADB*

Em 15 de Março de 2000, o Provedor de Justiça Regional da Toscana (Itália), Romano FANTAPPIÉ, consultou o Provedor de Justiça Europeu. No âmbito de um dos casos que tinha de analisar, Romano FANTAPPIÉ foi informado de que o Município de Siena só concedia licenças de táxi a pessoas que residissem, de facto, em Siena. As mesmas condições eram aplicadas para outros lugares ou cargos públicos, como por exemplo, os quadros superiores do banco *Monte dei Paschi di Siena*. Perguntou se este requisito não infringiam as disposições do direito comunitário relativas à livre circulação de trabalhadores. Por conseguinte, solicitou que a sua consulta fosse transmitida à Comissão Europeia para obter uma opinião abalizada.

A Comissão informou o Provedor de Justiça de que o caso tinha de ser analisado à luz do direito à liberdade de estabelecimento, previsto no artigo 43.º *et seq.* do Tratado das Comunidades Europeias. As medidas discriminatórias ou restritivas só podem ser justificadas pelo interesse geral (como a segurança pública, a saúde pública ou a política pública). Na opinião da Comissão, os requisitos impostos para a concessão de licenças de táxi em Siena poderiam ser considerados desnecessariamente restritivos. Todavia, a situação não parecia constituir uma medida discriminatória com base na nacionalidade.

Para além disso, o caso não revelava uma dimensão comunitária suficiente (o caso tinha sido apresentado por italianos a residir em Itália) para que fosse investigado pela Comissão Europeia. O parecer da Comissão foi transmitido ao Provedor de Justiça da Toscana.

**O PROVIDOR DE  
JUSTIÇA NÃO  
ENCONTROU  
FUNDAMENTOS  
PARA QUESTIONAR  
A ACÇÃO DA  
COMISSÃO**

*Consulta Q3/2000/ME  
(confidencial) do  
Provedor de Justiça  
irlandês*

Em Setembro de 2000, o Provedor de Justiça Europeu foi consultado pelo Provedor de Justiça irlandês. A consulta referia-se a uma carta de um cidadão da UE dirigida à Comissão Europeia em Outubro de 1998, cujo conteúdo estava relacionado com a consulta Q2/97/IJH arquivada pelo Provedor de Justiça Europeu em 23 de Abril de 1999.

O cidadão tinha informado o Provedor de Justiça irlandês de que não tinha recebido qualquer resposta da Comissão em relação à carta. Por conseguinte, a Provedoria de Justiça irlandesa solicitou ao Provedor de Justiça Europeu que investigasse esse assunto junto da Comissão.

Uma vez que a carta estava relacionada com a consulta Q2/97/IJH, o Provedor de Justiça Europeu examinou o processo Q2/97/IJH e verificou que a Comissão tinha enviado uma resposta em 15 de Setembro de 1999. A resposta da Comissão foi transmitida ao Provedor de Justiça irlandês que, por sua vez, a transmitiu ao cidadão para que este formulasse observações. O Provedor de Justiça Europeu foi posteriormente informado pelo Provedor de Justiça irlandês de que o cidadão não estava satisfeito com o conteúdo da carta.

O Provedor de Justiça Europeu verificou que o conteúdo da carta estava relacionado com a consulta Q2/97/IJH.

Em primeiro lugar, o Provedor de Justiça Europeu verificou que a consulta Q2/97/IJH tinha sido arquivada em 23 de Abril de 1999. Relativamente à consulta Q3/2000/ME, o Provedor de Justiça Europeu reportou-se à resposta enviada pela Comissão ao cidadão em 15 de Setembro de 1999 e verificou que não havia qualquer fundamento para continuar a investigar esta questão.

## 3.7 A CONSULTA

## INQUÉRITOS DE INICIATIVA PRÓPRIA DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

## INQUÉRITO DE INICIATIVA PRÓPRIA SOBRE A DISPOSIÇÃO QUE PREVÊ QUE SE IGNOREM ERROS EM FORMULÁRIOS PARA AJUDAS AGRÍCOLAS INCORRECTAMENTE PREENCHIDOS

*Decisão sobre o inquérito de iniciativa própria OI/3/99/(IJH)/PB contra a Comissão Europeia, com base na consulta Q5/98/IJH do Provedor de Justiça irlandês*

Em Outubro de 1998, o Provedor de Justiça irlandês consultou o Provedor de Justiça Europeu sobre os pedidos de ajudas agrícolas da CE de vários agricultores irlandeses. Os agricultores irlandeses tinham-se candidatado, junto do Ministério da Agricultura irlandês, a ajudas ao abrigo dos regimes de prémio à extensificação e de prémio especial por bovino em 1993 e 1994. O Ministério rejeitou as candidaturas ou limitou o seu pagamento, na medida em que os agricultores tinham feito declarações imprecisas em determinados formulários para pedidos de ajuda “superfícies”. Estes formulários eram uma parte essencial do processo de candidatura.

Os agricultores não contestaram terem feito declarações imprecisas, mas, apesar disso, consideravam ter sido tratados de forma injusta. A sua alegação baseava-se no facto de terem, em boa fé, confiado nos conselhos prestados por uma agência especializada, a Teagasc, para preencher os formulários de pedidos de ajudas “superfícies”. A Teagasc é um organismo público nacional criado com a finalidade de prestar serviços de aconselhamento, investigação, educação e formação independentes à indústria agro-alimentar na Irlanda; é financiada principalmente através do orçamento do Ministério da Agricultura e a sua administração é nomeada pelo Ministro da Agricultura, ficando fora da jurisdição do Provedor de Justiça irlandês.

Na sua consulta ao Provedor de Justiça Europeu, o Provedor de Justiça irlandês considerou que a alegação dos agricultores estava correcta. Mais especificamente, o Provedor de Justiça irlandês afirmou que o Ministério da Agricultura deveria ter aplicado uma disposição jurídica da CE que prevê que as sanções decorrentes de erros nos pedidos de ajudas “superfícies”:

*“não serão aplicadas se, relativamente à determinação da área, o agricultor provar que se baseou correctamente em informações reconhecidas pela autoridade competente”<sup>115</sup>.*

O Provedor de Justiça irlandês já tinha solicitado ao Ministério da Agricultura que reconsiderasse as suas decisões sobre as candidaturas dos agricultores. O Ministério informou o Provedor de Justiça irlandês de que tinha perguntado à Comissão Europeia se a disposição supramencionada se poderia aplicar. A Comissão tinha respondido que, no seu parecer, a disposição não se aplica:

*“aos serviços prestados por agências semi-estatais na sua função de aconselhar os agricultores a preencher formulários de candidatura. O benefício da dúvida concedido ao agricultor por este artigo limita-se a informações fornecidas pela Ordnance Survey ou por autoridades semelhantes. Por conseguinte, sou da opinião que a abordagem do Ministério assumida até agora neste contexto não deve ser sujeita a quaisquer alterações.”*

O Provedor de Justiça irlandês considerou que esta interpretação era desnecessariamente restritiva, indevidamente rígida na sua aplicação e injusta. Salientou também que, desde que o Ministério da Agricultura agisse em conformidade com os conselhos dados pela Comissão Europeia, não poderia investigar mais a questão junto do Ministério. Por conseguinte, o Provedor de Justiça irlandês solicitou ao Provedor de Justiça Europeu que examinasse a interpretação dada pela Comissão à disposição supramencionada (de ora em diante designada “a disposição contestada”).

<sup>115</sup> Regulamento (CEE) N.º 3887/92 da Comissão de 23 de Dezembro de 1992 que estabelece as normas de execução do sistema integrado de gestão e de controlo relativo a determinados regimes de ajudas comunitárias; JO L 391, 31.12.1992, p. 36, n.º 2 do artigo 9.º.

### *OBSERVAÇÕES PRÉVIAS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU*

O procedimento de consulta foi definido no seminário dos Provedores de Justiça nacionais e órgãos homólogos realizado em Estrasburgo em Setembro de 1996.

*“Os Provedores de Justiça nacionais podem submeter consultas ao Provedor de Justiça Europeu relacionadas com o direito comunitário. Este poderá responder directamente ou canalizar a consulta para a instituição ou organismo comunitário adequado.”*

O procedimento da consulta não é equivalente ao processo previsto no artigo 234º do Tratado CE (ex-artigo 177º), nos termos do qual o Tribunal de Justiça é competente para decidir, a título prejudicial, sobre questões de direito comunitário suscitadas em processo pendente num órgão jurisdicional nacional. O Estatuto do Provedor de Justiça Europeu estipula explicitamente que as únicas autoridades que se inserem no seu âmbito de competências são as instituições e organismos comunitários. Embora se possa afirmar que nada o impede de dar uma interpretação abstracta de uma questão de direito comunitário no âmbito de uma queixa apresentada a um Provedor de Justiça nacional, na realidade essa interpretação seria a favor ou contra a autoridade nacional em questão.

Não é de excluir a possibilidade de o procedimento de consulta dar azo a um inquérito do Provedor de Justiça Europeu, por iniciativa própria ou com base numa queixa, sobre um eventual caso de má administração na acção de uma instituição ou organismo comunitário, incluindo a instituição ou o organismo para o qual foi canalizada a consulta.

Em conformidade com o procedimento supramencionado, o Provedor de Justiça Europeu aceitou a consulta do Provedor de Justiça irlandês, tendo canalizado a mesma para o Presidente da Comissão Europeia, solicitando uma resposta.

### *RESPOSTA DA COMISSÃO*

No seu parecer datado de 10 de Fevereiro de 1999, a Comissão manteve a opinião de que a disposição contestada não se deveria aplicar aos serviços prestados por agências semi-estatais na sua função de aconselhar os agricultores no preenchimento de formulários de pedidos de ajudas. Mais especificamente, a Comissão afirmou que:

*“Não se afigura que a agência TEAGASC forneça informações oficiais, pois a sua função é descrita como a de prestar serviços de aconselhamento, investigação, educação e formação à indústria agro-alimentar.”*

A resposta da Comissão foi transmitida ao Provedor de Justiça irlandês.

### *OBSERVAÇÕES DO PROVIDOR DE JUSTIÇA IRLANDÊS*

Em 31 de Março de 1999, o Provedor de Justiça irlandês apresentou as suas observações à resposta da Comissão. O Provedor de Justiça irlandês manteve a sua opinião de que a interpretação dada pela Comissão à disposição contestada era injusta. Afirmou que as informações fornecidas pela Teagasc aos agricultores deveriam ser consideradas “informações reconhecidas pela autoridade competente”, nos termos da disposição contestada, e que não poderiam existir muitas dúvidas de que as informações fornecidas pela Teagasc sejam “reconhecidas” pelo Ministério da Agricultura (a “autoridade competente”).

O Provedor de Justiça irlandês discordava também da conclusão da Comissão segundo a qual as informações fornecidas pela Teagasc não eram informações “oficiais”, dado que a agência trabalha sob a égide do Ministério da Agricultura.

### *DECISÃO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA EUROPEU NO SENTIDO DE INICIAR UM INQUÉRITO DE INICIATIVA PRÓPRIA*

Em 24 de Abril de 1999, o Provedor de Justiça Europeu decidiu iniciar um inquérito de iniciativa própria, nos termos do artigo 195.º do Tratado CE (ex-artigo 138.º-E), sobre um eventual caso de má administração por parte da Comissão relativamente à orientação dada ao Ministério da Agricultura irlandês sobre a aplicação do Regulamento N.º 3887/92 da Comissão aos casos suscitados pelas queixas apresentadas ao Provedor de Justiça irlandês.

O motivo do inquérito foi que a interpretação dada pela Comissão à disposição contestada, ou seja, o n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento (CEE) N.º 3887/92 da Comissão, parecia mais restrita do que o significado literal da disposição, tendo causado um resultado injusto na medida em que sancionava os candidatos às ajudas que tinham agido em boa fé com base em conselhos oficiais. Além disso, a interpretação da Comissão parecia depender em parte da classificação da Teagasc como organismo “semi-estatal”. Todavia, não era evidente por que motivo o estatuto jurídico conferido pelo Estado-Membro a esse organismo deveria ser relevante neste contexto. Por fim, o Provedor de Justiça Europeu não tinha conhecimento de qualquer jurisprudência dos tribunais comunitários que confirmasse a interpretação dada pela Comissão às disposições em questão.

Foi solicitado à Comissão que emitisse o seu parecer sobre estes pontos.

#### **Primeiro parecer da Comissão sobre o inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça Europeu**

Em 7 de Junho de 1999, a Comissão emitiu o seu parecer sobre o inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça Europeu. Em primeiro lugar, o parecer fazia referência ao pedido de parecer feito pelo Provedor de Justiça, nos seguintes termos:

*“Na sua carta de 29.04.1999, o Provedor de Justiça Europeu requer que a Comissão altere a sua interpretação de parte do n.º 2 do artigo 9º do Regulamento N.º 3887/92 da Comissão...”*

O parecer da Comissão afirmava, de seguida, que:

*“A Comissão faz notar que, nos termos do n.º 2 do artigo 1º do seu Estatuto, ‘o Provedor de Justiça desempenhará as suas funções respeitando as atribuições conferidas pelos Tratados às instituições e organismos comunitários.*

*A Comissão considera que a interpretação jurídica de um artigo de um regulamento não constitui um caso de má administração. Nos termos do artigo 220º (ex-artigo 164º) do Tratado, compete ao Tribunal de Justiça decidir esta questão.”*

A Comissão afirmou ainda que tentaria, contudo, reexaminar a sua posição quanto à interpretação da disposição contestada.

Os comentários da Comissão sobre a competência do Provedor de Justiça Europeu são abordados numa observação complementar a esta decisão.

#### **Parecer final da Comissão sobre o inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça**

No seu parecer final, a Comissão começou por salientar que parte da finalidade de adotar a legislação que contém as disposições contestadas, ou seja, o Regulamento N.º 3887/92, era a de evitar e sancionar de forma eficaz as irregularidades e a fraude. Acrescentou que a gestão correcta dos regimes de ajuda é um dos requisitos essenciais da administração da política agrícola, tendo em vista *inter alia* evitar despesas excessivas no orçamento da UE.

Quanto ao mérito do inquérito do Provedor de Justiça Europeu, a Comissão observou que o ponto de partida é que os agricultores que se candidatam a ajudas são responsáveis pela



exactidão dos dados inseridos nos formulários relevantes. Isto também se aplica no caso de os agricultores receberem ajuda e apoio para o preenchimento dos formulários. Se os agricultores tiverem recebido conselhos incorrectos, possuem meios jurídicos de recurso contra quem os aconselhou. O estatuto jurídico da organização ou do organismo que fornece as informações é, contudo, irrelevante.

A disposição contestada, ou seja, o n.º 2 do artigo 9º do Regulamento N.º 3887/92, contém uma excepção ao princípio de aplicação de sanções em caso de erros nos formulários de pedido de ajudas “superfícies”. Segundo a jurisprudência dos tribunais comunitários, as excepções têm de ser consideradas de uma forma restritiva. Uma vez que o n.º 2 do artigo 9º diz respeito a erros na “determinação da área”, as “informações reconhecidas pela autoridade competente” são aquelas relacionadas com a medição de parcelas. Tais informações são fornecidas pelo Ordnance Survey (Serviço Oficial de Topografia), pelo Cadastre ou por órgãos homólogos. A Comissão não considera que a Teagasc, embora funcionando sob a égide do Ministério da Agricultura, possa ser considerada uma autoridade deste género. É mais provável que actue como consultora independente, que tira partido de algum tipo de informação oficial, enquanto presta um serviço mais alargado aos agricultores.

A Comissão observou ainda que o Regulamento N.º 3887/92 prevê que os Estados-Membros permitam que os pedidos de ajudas “superfícies” sejam ajustados sem sanções em caso de erros genuínos que têm de ser reconhecidos como tal pela autoridade competente do Estado-Membro, que é a autoridade que tem o direito de receber e verificar os pedidos de ajudas (artigo 5ºA, aditado pelo Regulamento (CE) N.º 229/95, JO L 27 de 4.2.1995, p. 3<sup>116</sup>). A responsabilidade pelo reconhecimento dos erros recai sobre os Estados-Membros.

A Comissão salientou também que tinha alterado o Regulamento (CEE) N.º 3887/92 através da introdução de uma cláusula que concede aos agricultores a possibilidade, sob determinadas condições, de corrigir as informações nos seus pedidos que possam originar, ou tenham originado, a imposição de sanções (número 1A do artigo 11º, em versão alterada pelo Regulamento (CE) N.º 1678/98, JO L 212 de 30.7.1998, p. 23<sup>117</sup>). As autoridades competentes dos Estados-Membros têm agora à sua disposição mecanismos para evitar a imposição de sanções em circunstâncias que considerem injustas.

Nestas circunstâncias, a Comissão não viu qualquer motivo para alterar a sua posição expressa na sua comunicação ao Ministério da Agricultura irlandês.

### **Observações do Provedor de Justiça irlandês sobre o parecer da Comissão**

O Provedor de Justiça irlandês reiterou a sua opinião de que as informações fornecidas pela Teagasc deveriam ser consideradas “informações reconhecidas pela autoridade competente” nos termos do Regulamento N.º 3887/92. Mencionou o estatuto jurídico da Teagasc e os seus conhecimentos no domínio da legislação agrícola da UE.

O Provedor de Justiça irlandês abordou também a referência feita pela Comissão ao artigo 5ºA do Regulamento N.º 3887/92, aditado pelo Regulamento (CE) N.º 229/95. Solicitou à Comissão que esclarecesse se esta disposição poderia ser aplicada pelo Ministério da Agricultura irlandês para reavaliar o mérito dos casos individuais que estavam a ser investigados pelo Provedor de Justiça irlandês.

<sup>116</sup> “Sem prejuízo das disposições previstas nos artigos 4º e 5º, em caso de erro manifesto reconhecido pela autoridade competente, um pedido de ajudas pode ser adaptado em qualquer momento após a sua apresentação.”

<sup>117</sup> “As sanções aplicáveis em conformidade com os artigos 9º e 10º não serão aplicadas se o agricultor, tendo verificado que o pedido por si apresentado contém, excluídos os cometidos intencionalmente ou por negligência grave, erros susceptíveis de determinar a aplicação de uma ou várias das sanções supramencionadas, deles tenha dado conhecimento por escrito, nos dez dias úteis seguintes à sua detecção, à autoridade competente, desde que esta não tenha notificado o agricultor da sua intenção de efectuar um controlo no local ou o agricultor não tenha podido ter conhecimento dessa intenção por outro meio ou a autoridade competente não tenha já informado o agricultor da irregularidade detectada no seu pedido de ajuda.”

Por fim, o Provedor de Justiça irlandês observou que a referência feita pela Comissão ao número 1A do artigo 11.º do Regulamento N.º 3887/92, aditado pelo Regulamento (CE) N.º 1678/98, era irrelevante na medida em que essa disposição não existia na altura em que os agricultores em questão receberam as decisões do Ministério da Agricultura.

## A DECISÃO

### 1 Fundamentos para o inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça Europeu

1.1 A decisão do Provedor de Justiça Europeu de realizar o inquérito de iniciativa própria foi suscitada por uma consulta do Provedor de Justiça irlandês, apresentada nos termos do procedimento de consulta entre Provedores de Justiça nacionais e o Provedor de Justiça Europeu. A consulta revelou factos que poderiam sugerir ter havido má administração nos conselhos jurídicos dados pela Comissão Europeia ao Ministério da Agricultura irlandês.

1.2 A eventual má administração dizia respeito à interpretação dada pela Comissão ao n.º 2 do artigo 9º do Regulamento (CEE) N.º 3887/92. Este artigo prevê que as sanções decorrentes de erros nos pedidos de ajudas “superfícies”

*“não serão aplicadas se, relativamente à determinação da área, o agricultor provar que se baseou correctamente em informações reconhecidas pela autoridade competente”.*

1.3 A Comissão informou o Ministério da Agricultura irlandês de que o n.º 2 do artigo 9º não era aplicável a casos em que os agricultores tivessem preenchido incorrectamente os seus formulários de pedidos de ajudas em resultado de informações incorrectas fornecidas pelo organismo irlandês “Teagasc”, uma agência descrita como agência “semi-estatal”. O conselho dado pela Comissão fez com que o Ministério da Agricultura irlandês mantivesse as suas decisões de rejeitar pedidos de ajudas apresentados por vários agricultores irlandeses ou de impor sanções aos mesmos.

1.4 O conselho dado pela Comissão ao Ministério da Agricultura sugeria uma interpretação mais restrita do que o significado literal da disposição e teve como consequência um resultado injusto, na medida em que sancionava os candidatos às ajudas que tinham agido de boa fé com base em conselhos oficiais. Para além disso, a interpretação da Comissão parecia depender em parte da classificação da Teagasc como organismo “semi-estatal”. Todavia, não era evidente o motivo pelo qual o estatuto jurídico conferido pelo Estado-Membro a tal organismo deveria ser relevante neste contexto.

### 2 Reexame da Comissão à sua interpretação

2.1 O Provedor de Justiça Europeu solicitou à Comissão que reexaminasse a sua interpretação do n.º 2 do artigo 9º do Regulamento N.º 3887/92. No seu parecer final, a Comissão afirmou que aplicara o princípio da jurisprudência dos Tribunais comunitários, segundo o qual as excepções deverão ser interpretadas de forma restrita. Consequentemente, a Comissão interpretou o n.º 2 do artigo 9º como referindo-se apenas às informações relativas à “determinação da área”. Por conseguinte, as informações deveriam ser produzidas por organismos especificamente relacionados com a determinação da área, tais como o Ordnance Survey (Serviço Oficial de Topografia) irlandês ou órgãos homólogos. Segundo as informações na posse da Comissão, a agência Teagasc não produz tais informações, tendo principalmente uma função consultiva. A Comissão concluiu também que o estatuto jurídico do organismo que produz as informações mencionadas no n.º 2 do artigo 9º era irrelevante.

2.2 O Provedor de Justiça Europeu reconheceu a aplicabilidade a este caso do princípio jurídico segundo o qual as excepções deverão ser interpretadas de forma restrita. Observou

também o facto de que a Comissão parecia ter alterado a sua posição quanto à relevância do estatuto jurídico da agência Teagasc.

2.3 A Comissão parecia ter aplicado razoavelmente o princípio de que as excepções deverão ser interpretadas de forma restrita. Por conseguinte, o Provedor de Justiça não encontrou qualquer fundamento para concluir ter havido má administração na interpretação dada pela Comissão ao n.º 2 do artigo 9º do Regulamento N.º 3887/92.

2.4 Relativamente ao estatuto da agência Teagasc, o Provedor de Justiça congratulou-se com o esclarecimento da posição da Comissão em relação ao estatuto do organismo que produz as informações mencionadas no n.º 2 do artigo 9º. Embora a formulação inicial da Comissão parecesse confirmar a opinião de que o estatuto da Teagasc como agência “semi-estatal” era um factor determinante para a aplicação da excepção prevista no n.º 2 do artigo 9º, o parecer final da Comissão sobre o presente inquérito revelou não ser este o caso. Por conseguinte, a interpretação da Comissão não dava a entender que a criação de organismos quase públicos reduzisse a protecção dos cidadãos no âmbito do Regulamento N.º 3887/92. O facto de a agência Teagasc estar fora da jurisdição do Provedor de Justiça irlandês era uma questão nacional, sobre a qual o Provedor de Justiça Europeu não era competente para se pronunciar.

### 3 Informações e conselhos jurídicos complementares da Comissão

3.1 Para além do seu reexame da interpretação dada ao n.º 2 do artigo 9º do Regulamento N.º 3887/92, a Comissão forneceu informações sobre outras disposições jurídicas que podem permitir às autoridades nacionais evitar ou solucionar as injustiças decorrentes da sua aplicação dos regimes de ajudas comunitárias. Mencionou o artigo 5.ºA do Regulamento N.º 3887/92, aditado pelo Regulamento (CE) N.º 229/95, e o número 1A do artigo 11º, alterado pelo Regulamento N.º 1678/98. A Comissão parecia sugerir que o artigo 5.ºA era uma base sobre a qual o Ministério da Agricultura irlandês poderia, possivelmente, solucionar de alguma forma o problema dos agricultores irlandeses. O n.º 1A do artigo 11º, tal como verificado pelo Provedor de Justiça irlandês, não era directamente pertinente para os agricultores em questão, na medida em que essa disposição não existia na altura do litígio dos agricultores com o Ministério.

3.2 Embora seja lamentável que a Comissão não tenha chamado a atenção para o artigo 5ºA na sua resposta inicial ao pedido de informações do Ministério irlandês sobre o n.º 2 do artigo 9º, e embora o n.º 1A do artigo 11º não tenha uma relevância directa para os agricultores em questão, o Provedor de Justiça congratulou-se com o facto de a Comissão ter empreendido esforços para fornecer informações sobre outros meios possíveis para evitar ou reparar injustiças.

3.3 No que diz respeito ao pedido de clarificação feito pelo Provedor de Justiça irlandês relativamente à posição da Comissão quanto à aplicabilidade do artigo 5ºA, o Provedor de Justiça Europeu verificou que este pedido ia além do âmbito do inquérito.

### 4 Conclusão

No âmbito do inquérito de iniciativa própria do Provedor de Justiça, iniciado com base numa consulta do Provedor de Justiça irlandês, não foi detectado qualquer caso de má administração, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar o processo.

### OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

#### Parecer da Comissão sobre a competência do Provedor de Justiça

O Provedor de Justiça Europeu considerou que dois pontos do primeiro parecer da Comissão sobre o seu inquérito de iniciativa própria suscitavam um comentário, na

medida em que pareciam basear-se em equívocos sobre os procedimentos e as competências do Provedor de Justiça Europeu.

O primeiro ponto dizia respeito à afirmação da Comissão de que “o *Provedor de Justiça Europeu requer que a Comissão altere a sua interpretação*”. Esta não é uma descrição exacta da abertura de um inquérito pelo Provedor de Justiça, que consiste num pedido feito à instituição ou organismo abrangido pelo inquerito para que emitisse o seu parecer sobre um eventual caso de má administração.

O segundo ponto estava relacionado com a afirmação da Comissão de que

*“... a interpretação jurídica de um artigo de um regulamento não constitui um caso de má administração. Nos termos do artigo 220º (ex-artigo 164º) do Tratado, compete ao Tribunal de Justiça decidir esta questão.”*

O Provedor de Justiça Europeu está plenamente consciente de que o Tribunal de Justiça é a autoridade suprema em matéria de interpretação e aplicação do direito comunitário. Além disso, nos termos do artigo 195º do Tratado CE, o Provedor de Justiça não pode proceder a inquéritos se os factos invocados *forem ou tiverem sido* objecto de processo jurisdicional. Na prática, porém, tanto o Provedor de Justiça irlandês como os cidadãos irlandeses que apresentaram a queixa não intentaram, ou não podiam facilmente intentar, uma acção judicial relacionada com esta questão.

O Provedor de Justiça sublinhou, igualmente, que o significado do termo “má administração” reveste uma importância crucial para o trabalho do Provedor de Justiça e, por esta razão, examinou a questão no seu primeiro relatório anual, apresentado em 1995, que estipula o seguinte:

*“Nem o Tratado nem o estatuto definem o termo ‘má administração’. Naturalmente dar-se-á um caso de má administração sempre que uma instituição ou organismo da Comunidade deixar de agir em consonância com os tratados e com os actos comunitários de carácter vinculativo, ou ainda no caso de não observar as regras e os princípios de direito estabelecidos pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Primeira Instância.”*

O relatório anual de 1995 foi examinado pela comissão competente do Parlamento Europeu, que aceitou a interpretação acima referida. Em 20 de Junho de 1996, realizou-se um debate em sessão plenária do Parlamento Europeu no qual participou o Comissário Marín. A interpretação do conceito de má administração foi igualmente evocada, de forma aprovativa, na reunião dos Provedores de Justiça nacionais europeus realizada em Setembro de 1997.

No decurso do debate do Parlamento sobre o relatório anual de 1996, o Provedor de Justiça foi exortado a clarificar o significado atribuído à noção de “má administração”, tendo-se comprometido no debate em sessão plenária a apresentar essa definição. Para o efeito, o Provedor de Justiça convidou os Provedores de Justiça nacionais e seus congéneres a comunicar-lhe o significado atribuído à noção de “má administração” nos respectivos Estados-Membros. De acordo com as respostas recebidas, a noção fundamental de má administração pode ser definida do seguinte modo:

*A má administração ocorre quando um organismo público não actua em conformidade com uma regra ou princípio a que está vinculado.*

Esta definição foi incluída no relatório anual de 1997, juntamente com um comentário que sublinha que “quando o Provedor de Justiça Europeu procede a um inquérito para apurar se uma instituição ou organismo comunitário actuou em conformidade com as normas e princípios a que está vinculado, a sua tarefa fundamental consiste em determinar se actuou de harmonia com o direito comunitário”.

Na sequência de um debate em sessão plenária realizado em 14 de Julho de 1998, no qual o Comissário Gradin se congratulou com o facto de o termo “má administração” ter sido claramente definido, em 16 de Julho de 1998 o Parlamento adoptou uma resolução na qual acolhe favoravelmente a definição e declara que tanto esta como os exemplos apresentados no relatório anual de 1997 dão uma ideia clara da esfera de competências do Provedor de Justiça Europeu<sup>118</sup>. A definição foi apresentada novamente no relatório anual de 1998, que foi debatido pelo Parlamento Europeu, em 15 de Abril de 1999, na presença do Comissário Monti.

Atendendo ao que precede, o Provedor de Justiça Europeu mostrou-se surpreendido com o facto de a Comissão desejar retomar um assunto que já tinha sido tratado no âmbito de um procedimento em que a instituição teve oportunidade de exprimir a sua opinião.

Caso a Comissão considere que os interesses dos cidadãos europeus seriam melhor defendidos se o âmbito de competências do Provedor de Justiça fosse reduzido, tem a possibilidade de propor uma alteração do Tratado que permita excluir os casos em que o queixoso tem a possibilidade de recorrer aos tribunais. Esta restrição seria bastante insólita, atendendo a que na definição das funções do Provedor de Justiça dada pelo Conselho da Europa se inclui a verificação da legalidade dos actos administrativos<sup>119</sup>. Contudo, esta restrição figura na legislação que institui a função de Comissário Parlamentar do Reino Unido. A menos que o Tratado seja alterado de forma a impor uma restrição semelhante às funções do Provedor de Justiça Europeu, este continuará a exercer as suas competências em conformidade com o Tratado em vigor, que o habilita a proceder a inquéritos salvo se os factos invocados “*forem ou tiverem sido objecto de processo jurisdicional*”.

O Provedor de Justiça Europeu informou a Comissão de que, para além de receber os resultados do reexame da sua posição relativamente à disposição contestada no presente inquérito, agradeceria também que a Comissão lhe comunicasse se aceitava a definição de má administração incluída no seu relatório anual de 1997 e acolhida favoravelmente pelo Parlamento Europeu na resolução adoptada em 16 de Julho de 1998, na sequência da proposta da Comissão das Petições<sup>120</sup>.

### Resposta da Comissão datada de 15 de Julho de 1999

Em resposta às observações do Provedor de Justiça Europeu sobre as suas competências, a Comissão enviou uma resposta onde tentava clarificar a sua posição. Referiu-se à definição de “má administração”, segundo a qual “*a má administração ocorre quando um organismo público não actua em conformidade com uma regra ou princípio a que está vinculado*”, e afirmou que:

*“Em 14 de Julho de 1998, o Comissário Gradin, em nome da Comissão, aceitou a definição perante o Parlamento Europeu e sublinhou que era muito útil que esta definição tivesse sido agora clarificada”.*

A Comissão acrescentou que concordava com o Provedor de Justiça relativamente ao facto de este poder investigar interpretações que produzem resultados possivelmente injustos.

O Provedor de Justiça verificou que a questão das suas competências tinha sido resolvida e solicitou ao Presidente da Comissão Europeia que garantisse que os serviços competentes da Comissão tomassem em consideração estas observações complementares, bem como a resposta da Comissão às mesmas, ao prepararem as respostas da Comissão ao Provedor de Justiça.

<sup>118</sup> JO 1998 C 292, p. 168.

<sup>119</sup> The Administration and You: a handbook, 1996 p. 44.

<sup>120</sup> A4-0258/98.

## INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZO PECUNIÁRIO SOFRIDO

*Decisão que arquiva o  
inquérito de iniciativa  
própria OI/1/2000/OV  
contra a Comissão  
Europeia*

### CONTEXTO DO INQUÉRITO

Em Setembro de 2000, o Provedor de Justiça iniciou um inquérito de iniciativa própria sobre o atraso da Comissão em pôr em prática o projecto de recomendação que formulara relativamente à queixa 489/98/OV, sobre a não reintegração do queixoso no fim da sua licença sem vencimento por motivos pessoais (1 de Outubro de 1996) e a sua recusa em lhe pagar uma indemnização pela privação dos seus vencimentos e redução da pensão.

Por decisão datada de 4 de Novembro de 1999<sup>121</sup>, na sequência de um inquérito sobre a queixa e visto não ser possível encontrar uma solução amigável entre as partes, o Provedor de Justiça enviou à Comissão o seguinte projecto de recomendação, nos termos do n.º 6 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça:

*A Comissão deveria compensar o queixoso pelo prejuízo pecuniário sofrido directamente em resultado da falta de serviço cometida pela Comissão ao não empreender um exame circunstanciado das aptidões do queixoso relativamente aos lugares vagos no final da sua licença sem vencimento.*

Por carta datada de 13 de Março de 2000, a Comissão informou o Provedor de Justiça da sua aceitação do projecto de recomendação e da medida que tinha tomado para o pôr em prática, designadamente a atribuição ao queixoso de uma indemnização equivalente a dois meses de vencimento pelo prejuízo sofrido. Considerando que esta medida parecia ser satisfatória, o Provedor de Justiça arquivou a queixa, através da decisão de 12 de Abril de 2000.

### O INQUÉRITO

Todavia, depreende-se das cartas que o queixoso enviou à Comissão em 30 de Junho e 17 de Agosto de 2000, uma cópia das quais foi enviada ao Provedor de Justiça, que, após um período de 6 meses, a Comissão ainda não tinha pago ao queixoso os dois meses de vencimentos referidos na sua carta de 13 de Março de 2000.

Nos termos do n.º 1 do artigo 3º do Estatuto, o Provedor de Justiça iniciou este inquérito de iniciativa própria e solicitou à Comissão que apresentasse um parecer sobre o mesmo.

### Parecer da Comissão

A Comissão informou o Provedor de Justiça de que o pedido de pagamento tinha sido apresentado em 11 de Setembro de 2000, ou seja, um dia antes do início do inquérito de iniciativa própria, e que o montante em dívida ao queixoso tinha sido transferido para a respectiva conta bancária em 20 de Setembro de 2000.

### Observações do queixoso

Nas suas observações, o queixoso reconheceu que, em 22 de Setembro de 2000, tinham sido creditadas 8.820,55 libras esterlinas (597.116 francos belgas ou 14.802,12 euros) na sua conta, provenientes da Comissão. Porém, o queixoso observou que a Comissão não tinha fornecido qualquer cálculo do montante e que a este faltavam os dois meses de vencimento que a Comissão tinha acordado pagar como indemnização.

O queixoso indicou que o montante correspondia a cerca de dois meses de pensão e não a dois meses de vencimento para um lugar A4 (8) e que deveria ser aumentado num factor de 100:52, na medida em que só recebe uma pensão de 52%. Além disso, deveria ter havido um pagamento de juros de mora (4 anos) e o abono de lar deveria ter sido incluído no cálculo, na medida em que o queixoso tinha contraído matrimónio em 25 de Outubro

<sup>121</sup> Consultar o Relatório Anual de 1999 do Provedor de Justiça Europeu, página 238.



de 1996. O queixoso indicou, por fim, que o factor de conversão de francos belgas para libras esterlinas não estava correcto e que se tratava de uma taxa arbitrária utilizada pelo banco. Com base nos seus próprios cálculos, o queixoso concluiu que a indemnização deveria ter sido de 18.560 (ou 18.263) em vez de 8.820,55 libras esterlinas. Por conseguinte, solicitou que fossem efectuados os acertos necessários.

## A DECISÃO

### 1 Atraso por parte da Comissão no pagamento de uma indemnização ao queixoso

1.1 Depreende-se das cartas enviadas à Comissão em 30 de Junho e 17 de Agosto de 2000, com uma cópia para o Provedor de Justiça, que, após um período de 6 meses, a Comissão ainda não tinha pago ao queixoso os dois meses de vencimento referidos pela instituição na sua carta de 13 de Março de 2000, através da qual aceitou o projecto de recomendação do Provedor de Justiça relativamente à queixa 489/98/OV.

1.2 Em 10 de Novembro de 2000, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que, em 20 de Setembro de 2000, tinha creditado a conta bancária do queixoso. Depreende-se das observações do queixoso que este recebeu uma indemnização no valor de 8.820,55 libras esterlinas (597.116 francos belgas ou 14.802,12 euros). O queixoso observou que a indemnização concedida pela Comissão não tinha em consideração vários elementos e que o montante deveria ser ajustado para 18.560 libras esterlinas.

1.3 O Provedor de Justiça verificou que, em 13 de Março de 2000, quando a Comissão aceitou o projecto de recomendação para indemnizar o queixoso pelo prejuízo pecuniário que tinha sofrido directamente em resultado da falta cometida pelos seus serviços, a Comissão propôs *“atribuir ao queixoso uma indemnização equivalente a dois meses de vencimentos pelo prejuízo que sofrera, sujeita a dedução de qualquer rendimento líquido por ele recebido durante o período em que se envolveu noutras actividades”*.

1.4 O Provedor de Justiça considerou que o montante creditado na conta bancária do queixoso em 22 de Setembro de 2000 correspondia ao compromisso assumido pela Comissão em 13 de Março de 2000 de indemnizar o queixoso pelo prejuízo sofrido. Por conseguinte, a Comissão executou devidamente o projecto de recomendação.

### 2 Conclusão

No âmbito da investigação do Provedor de Justiça sobre este inquérito de iniciativa própria, não foi detectado qualquer caso de má administração por parte da Comissão Europeia, tendo o Provedor de Justiça decidido arquivar a queixa.

N.B.: Este inquérito de iniciativa própria constitui o seguimento da decisão sobre a queixa 489/98/OV, que se pode encontrar na secção “Projectos de recomendações aceites pela instituição”.

### 3.8 RELATÓRIOS ESPECIAIS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

#### ABERTURA NOS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO DA UE

*Relatório especial do Provedor de Justiça Europeu ao Parlamento Europeu na sequência do inquérito de iniciativa própria sobre a confidencialidade nos processos de recrutamento da Comissão (1004/97/(PD)/GG)*

Em 1997, o Provedor de Justiça Europeu iniciou, de sua própria iniciativa, um inquérito sobre a confidencialidade nos processos de recrutamento da Comissão. Neste inquérito, o Provedor de Justiça perguntou à Comissão se estaria disposta a:

- permitir que, após a realização de provas escritas, os candidatos levassem consigo o questionário;
- comunicar os critérios de avaliação aos candidatos que o solicitassem;
- divulgar aos candidatos os nomes dos membros do júri; e
- permitir aos candidatos que participam em provas escritas a consulta da cópia corrigida da respectiva prova.

A Comissão reagiu positivamente às primeiras duas sugestões. Depois de o Provedor de Justiça ter recomendado que as duas sugestões restantes fossem igualmente implementadas, a Comissão informou o Provedor de Justiça de que, de futuro, informaria os candidatos sobre os nomes dos membros do júri.

A Comissão continuou, todavia, a recusar-se a facultar o acesso dos candidatos às cópias corrigidas das respectivas provas. Afirmou que o artigo 6º do Anexo III do Estatuto dos Funcionários, que determina que os “trabalhos do júri serão secretos”, a impedia de o fazer.

Nestas circunstâncias, o Provedor de Justiça apresentou um relatório especial ao Parlamento Europeu em 18 de Outubro de 1999. Neste relatório especial, o Provedor de Justiça recomendou que a Comissão, em futuros processos de recrutamento, no máximo a partir de 1 de Julho de 2000, facultasse, aos candidatos que o solicitassem, o acesso às respectivas provas escritas corrigidas. Esta recomendação foi feita nos termos do n.º 7 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça, para solucionar o caso de má administração detetado pelo Provedor de Justiça.

Em 7 de Dezembro de 1999, o Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, escreveu ao Provedor de Justiça para o informar de que a Comissão acolhia favoravelmente a sua recomendação e que tomaria as medidas necessárias para a cumprir a partir de 1 de Julho de 2000.

Em 12 de Outubro de 2000, a Comissão das Petições do Parlamento Europeu adoptou um relatório no qual aprovava o relatório especial do Provedor de Justiça e apresentou um projecto de resolução para esse efeito. O relatório foi elaborado pelo deputado do Parlamento Europeu Herbert Bösch.

Em 17 de Novembro de 2000, o Parlamento Europeu realizou uma votação para aprovar a resolução relativa ao relatório especial do Provedor de Justiça. Na sua resolução, o PE recomendou que os candidatos deviam ter acesso às provas escritas corrigidas e instou todas as instituições e organismos da UE a seguir o exemplo dado pela Comissão Europeia. O PE recomendou também algumas medidas complementares, como por exemplo que os candidatos fossem informados da possibilidade de apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça Europeu.

O Provedor de Justiça Europeu considerou que o resultado deste caso constituía um passo decisivo no sentido de uma maior transparência nos processos de recrutamento da UE. Ficou satisfeito por verificar que a Comissão tinha actuado rapidamente para aceitar a sua recomendação e que o Parlamento Europeu tinha apoiado fortemente a sua posição.

## O PROVIDOR DE JUSTIÇA RECOMENDA A PROMULGAÇÃO DE UMA REGULAMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA EUROPEIA

*Relatório especial ao Parlamento Europeu na sequência do inquérito de iniciativa própria sobre a existência, nas diferentes instituições e organismos comunitários, de um código de boa conduta administrativa OI/1/98/OV e a sua acessibilidade por parte do público*

O presente relatório especial foi apresentado ao Parlamento Europeu em Abril de 2000 e diz respeito ao inquérito da própria iniciativa do Provedor de Justiça Europeu sobre a existência, nas diferentes instituições e organismos comunitários, de um código de boa conduta administrativa e a sua acessibilidade por parte do público.

O inquérito foi iniciado em Novembro de 1998. Em Julho e Setembro de 1999, o Provedor de Justiça apresentou projectos de recomendações às 18 instituições e organismos comunitários, no sentido da adopção de normas relativas às boas práticas administrativas dos funcionários nas suas relações com o público. O Provedor de Justiça referiu que, para a adopção dessas normas, as instituições e os organismos comunitários poderiam inspirar-se nas disposições contidas no código de boa conduta administrativa do Provedor de Justiça. O Provedor de Justiça sublinhou que, para que as normas sejam eficazes e acessíveis aos cidadãos, deveriam ser publicadas sob a forma de decisão no *Jornal Oficial*.

Depreende-se das respostas aos projectos de recomendações que só dois organismos descentralizados, a saber a Agência Europeia de Avaliação dos Medicamentos e o Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia adoptaram, respectivamente em 1 de Dezembro de 1999 e 10 de Fevereiro de 2000, o código de boa conduta administrativa proposto pelo Provedor de Justiça. Os dois organismos aplicaram correctamente os projectos de recomendações.

A Comissão Europeia apresentou um projecto de código, mas ainda não o adoptou. Tanto o Parlamento Europeu como o Conselho não adoptaram um código de boa conduta administrativa. À data de 1 de Março de 2000, nenhuma instituição ou organismo tinha adoptado esse código.

O Parlamento Europeu sublinhou a importância de se elaborar o mais rapidamente possível um código de boa conduta administrativa e a importância de que semelhante código seja o mais idêntico possível em todas as instituições e organismos comunitários.<sup>122</sup> Contudo, só duas das 18 instituições comunitárias e, organismos abrangidos pelo inquérito aplicaram os projectos de recomendações do Provedor de Justiça. Por esse motivo, o Provedor de Justiça apresenta o presente relatório especial, com a seguinte recomendação:

*Tendo em vista a adopção de normas de boa conduta administrativa aplicáveis indistintamente a todas as instituições e organismos comunitários nas suas relações com o público, o Provedor de Justiça recomenda a promulgação de uma regulamentação administrativa europeia, aplicável a todas as instituições e organismos comunitários. Esta regulamentação poderia revestir a forma de um regulamento.*

O Parlamento Europeu, na sua capacidade de única instituição europeia que representa democraticamente todos os cidadãos europeus, poderia considerar a utilização do processo a que se refere o segundo parágrafo do artigo 192º do Tratado CE para dar início à adopção de uma regulamentação administrativa europeia sob esta forma.

<sup>122</sup> Resolução sobre o relatório anual de actividades (1997) do Provedor de Justiça Europeu (C4 - 0270/98) JO 1998 c 292/168

**O PROVIDOR DE JUSTIÇA SOLICITA AO PARLAMENTO QUE ACTUE APÓS A COMISSÃO RECUSAR O ACESSO A INFORMAÇÕES NO CASO RELATIVO À CERVEJA BRITÂNICA**

*Relatório especial do Provedor de Justiça Europeu ao Parlamento Europeu na sequência do projecto de recomendação apresentado à Comissão Europeia relativamente à queixa 713/98/IJH*

Este relatório especial ao Parlamento Europeu vem na sequência de uma investigação realizada pelo Provedor de Justiça depois de a Comissão Europeia ter recusado fornecer a um cidadão do Reino Unido as informações que este solicitara.

Em Julho de 1998, o queixoso contactou o Provedor de Justiça em nome da Bavarian Lager Company, que se dedica à importação de cerveja alemã para o Reino Unido. No exercício da sua actividade, o queixoso deparou-se com dificuldades na venda do seu produto, uma vez que existem contratos de compra exclusiva que obrigam muitos *pubs* no Reino Unido a abastecer-se junto de determinadas fábricas de cerveja britânicas; estes acordos são regulamentados por uma lei do Reino Unido conhecida por “Guest Beer Provision”. Em Abril de 1993, o queixoso apresentou esta questão à Comissão Europeia, alegando que a regulamentação em causa infringia o direito comunitário. A Comissão registou a queixa com o nº P/93/4490 UK e iniciou a sua investigação ao abrigo do artigo 169º (actual artigo 226º) do Tratado CE. O queixoso tinha estado em contacto com a Comissão sobre este assunto e tinha-lhe solicitado que o informasse dos nomes das pessoas que tinham prestado depoimentos relativamente à sua queixa contra a “Guest Beer Provision” bem como dos representantes da “Confédération des brasseurs du marché commun” que tinham participado numa reunião organizada pela Comissão no contexto da sua investigação sobre a alegação do queixoso e uma eventual violação do direito comunitário pelo Reino Unido. A Comissão recusou o pedido de informações.

A Comissão alegou que a Directiva da UE relativa à protecção de dados exigia que esta mantivesse em segredo os nomes solicitados, excepto se as pessoas em questão concordassem em revelar as suas identidades. O Provedor de Justiça rejeitou este argumento por dois motivos principais: em primeiro lugar, a Directiva está redigida de tal forma que apoia a abertura do processo de tomada de decisões da UE. Em segundo lugar, a Directiva relativa à protecção de dados destina-se a proteger direitos fundamentais. Facultar informações confidenciais a um organismo administrativo não constitui um direito fundamental.

O Provedor de Justiça apresentou, por conseguinte, um projecto de recomendação à Comissão, que indicava que o queixoso deveria ter acesso às informações solicitadas.

Embora a Comissão tivesse acabado por facultar a maior parte dos nomes solicitados, ocultou aqueles para a revelação dos quais as pessoas em questão tinham recusado a autorização. Por conseguinte, o Provedor de Justiça julgou ser necessário apresentar um relatório especial ao Parlamento Europeu, no qual fez a seguinte recomendação:

*A Comissão deveria revelar ao queixoso os nomes dos delegados da Confederação dos Produtores de Cerveja do Mercado Comum que participaram numa reunião organizada pela Comissão em 11 de Outubro de 1996, bem como informá-lo sobre as empresas e pessoas nas 14 categorias, identificadas pelo queixoso no seu primeiro pedido de acesso a documentos, que submeteram propostas à Comissão no processo com a referência P/93/4490/UK.*

O Parlamento Europeu poderia considerar a adopção da recomendação sob a forma de resolução.

**Observação:** Os textos integrais dos relatórios especiais encontram-se disponíveis, em 11 línguas, na página do Provedor de Justiça Europeu na Internet (<http://www.euro-ombudsman.eu.int>).









## 4 RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

### 4.1 PARLAMENTO EUROPEU

#### *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*

Em 2 de Fevereiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu um discurso na Convenção para a elaboração da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, presidida por o Sr. Roman HERZOG, presidente. O Sr. Jacob SÖDERMAN manifestou o seu agrado pela iniciativa de elaboração da Carta, que irá reforçar a protecção dos direitos dos cidadãos europeus. Salientou a importância da existência de uma supervisão eficaz, tanto por parte dos tribunais da Comunidade como através do sistema, há muito institucionalizado, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. o Sr. Jacob SÖDERMAN também solicitou que a Carta consagrasse o direito dos cidadãos a uma administração aberta, responsável e orientada para o serviço público como um direito fundamental.

Em 19 de Janeiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN apresentou o seu trabalho e iniciativas mais recentes durante um pequeno-almoço em Estrasburgo que reuniu deputados nórdicos do PE. O evento foi organizado pelo deputado do PE Sr. Karl Erik OLSSON e teve a participação de vários membros dinamarqueses e suecos. Depois da comunicação do Sr. Jacob SÖDERMAN, os deputados apresentaram perguntas pertinentes.

Em 11 de Abril, o Sr. Jacob Söderman reuniu-se com a Presidente do Parlamento Europeu, Deputada Nicole FONTAINE, para apresentar o seu relatório anual de 1999.



*O Sr. Jacob Söderman entrega o seu Relatório Anual 1999 à Presidente do Parlamento Europeu, Sra. Nicole Fontaine, em 11 de Abril.*

Em 13 de Abril, o Sr. Jacob SÖDERMAN foi convidado a proferir uma alocução na Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu, sob a presidência da Sra. Nicole FONTAINE, Presidente do Parlamento Europeu. O Sr. Jacob Söderman, que era acompanhado por o Sr. Ian HARDEN e o Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN, explicou o seu projecto “três etapas para os cidadãos”.

Em 17 de Abril, o Sr. Jacob SÖDERMAN apresentou à Comissão das Petições do Parlamento Europeu o seu relatório anual de 1999, assim como os relatórios especiais sobre o código de boa conduta administrativa e os procedimentos de recrutamento da Comissão.

Em 17 de Maio, reuniu com a Deputada ALMEIDA GARRETT, da Comissão dos Assuntos Institucionais e com o Sr. BOUMANS e a Sra. CAMISÃO. Estavam também presentes o Sr. Ian HARDEN e o Sr. João SANT’ANNA, respectivamente, chefes do Departamento Jurídico e do Departamento Administrativo e Financeiro do Gabinete do

Provedor de Justiça. O Sr. Jacob SÖDERMAN e a Deputada ALMEIDA GARRETT trocaram impressões sobre a possível revisão das disposições do Estatuto do Provedor de Justiça relativas ao exame de processos durante a fase de inquérito e à audição de testemunhas.

Em 18 de Maio, o Sr. Roderich WEISSENFELS, administrador da divisão do Parlamento Europeu “O correio dos cidadãos”, visitou o Provedor de Justiça.

Em 24 de Maio, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu um discurso numa reunião da Comissão dos Assuntos Constitucionais, na qual se procedia à análise do nº 2 do artigo 3º do Estatuto do Provedor de Justiça, com o objectivo de eliminar as restrições actuais às suas competências no que respeita à audição de testemunhas e à análise de processos das instituições da Comunidade e dos seus organismos durante a fase de inquérito. A reunião foi presidida pelo presidente da Comissão, Deputado NAPOLITANO. Durante o debate, o Deputado José María GIL-ROBLES GIL-DELGADO descreveu o historial das negociações que conduziram às restrições actuais e, conjuntamente com outros oradores, incluindo a relatora, Deputada ALMEIDA GARRETT, e os Deputados Andrew DUFF, Monica FRASSONI e Sylvia-Yvonne KAUFMANN, apoiou a proposta de eliminar as restrições actuais.

Em 5 de Junho, o Sr. Jacob SÖDERMAN e o Sr. João SANT’ANNA reuniram com o deputado Markus FERBER, relator do parecer sobre o orçamento de 2001 para o Provedor de Justiça.

Umás horas depois, participaram ambos numa reunião da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, presidida pelo Deputado Terence WYNN. A comunicação do Sr. Jacob SÖDERMAN, versando as previsões para o ano 2001 relativas ao serviço do Provedor de Justiça, foi seguida de perguntas apresentadas pelos membros da comissão.

Em 15 de Junho, o Sr. Jacob SÖDERMAN reuniu com o director-geral da Administração do Parlamento Europeu, Sr. Nicolas RIEFFEL. O Sr. João SANT’ANNA, chefe do Departamento Administrativo e Financeiro do Provedor de Justiça, e o Sr. Roger GLASS, chefe da “Division des bâtiments” (Divisão de edifícios), também assistiram à reunião em que se tratou da questão das instalações do Provedor de Justiça em Bruxelas e em Estrasburgo.

Em 16 de Junho, o Sr. SÖDERMAN reuniu em Estrasburgo com o Sr. Julian PRIESTLEY, Secretário-Geral do Parlamento Europeu, para discutir a cooperação administrativa entre o Provedor de Justiça Europeu e o Parlamento Europeu. O Sr. João SANT’ANNA e o Sr. Constantin STRATIGAKIS, director do gabinete do Secretário-Geral, também assistiram à reunião.

Em 30 de Junho, a convite do Sr. Manfred PETER, Director da Direcção do Pessoal e dos Assuntos Sociais, e da Sra. Laura VIQUEIRA, Chefe da Divisão da Formação profissional e do Aconselhamento na Carreira, o Sr. Jacob SÖDERMAN dissertou sobre a sua missão e o seu trabalho numa conferência organizada para os funcionários do Parlamento no Luxemburgo.

Em 18 de Setembro, o Sr. Jacob SÖDERMAN participou num seminário intitulado “Acesso aos documentos das instituições da UE: a chave para uma União mais democrática e eficaz”, em Bruxelas. Esta sessão de trabalho foi organizada pela Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos e pela Comissão dos Assuntos Constitucionais, no quadro do processo legislativo respeitante à proposta de regulamento relativo ao acesso do público aos documentos, nos termos do artigo 255º do Tratado CE. Este seminário foi presidido pelos relatores das comissões, respectivamente, Deputados Michael CASHMAN e Hanja MAIJ-WEGGEN. O Sr. Jacob SÖDERMAN discursou sobre o tema “Transparência e boa administração: o impacto no funcionamento interno das instituições”. O Sr. David O’SULLIVAN, Secretário-Geral da Comissão, e o Sr. Hans BRUNMAYR, director-geral adjunto do Conselho, foram também oradores neste seminário.

Em 9 de Outubro, o Sr. Olivier VERHEECKE proferiu um discurso sobre o Provedor de Justiça no âmbito de um seminário intitulado “Informação Parlamentar e Relações com os Cidadãos”, organizado pelo Parlamento Europeu para os membros dos Paramentos dos países candidatos.

Em 9 de Outubro, o Sr. SÖDERMAN esteve presente na reunião da Comissão das Petições e exprimiu os seus pontos de vista sobre o projecto de relatório da comissão (relatório Bösch) respeitante à recomendação feita pelo Provedor de Justiça no seu relatório especial ao Parlamento Europeu sobre a confidencialidade nos processos de recrutamento da Comissão. Este relatório especial destinado ao Parlamento seguiu-se ao inquérito de iniciativa do próprio Provedor de Justiça nesta matéria. O objetivo da recomendação feita pelo Provedor era que os candidatos que participassem em concursos organizados pelas instituições tivessem acesso, a pedido, aos seus próprios documentos classificados. O Sr. Jacob SÖDERMAN era acompanhado por o Sr. João SANT’ANNA.

## 4.2 COMISSÃO EUROPEIA

Em 13 de Janeiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN, acompanhado por o Sr. Olivier VERHEECKE, reuniu com o Sr. David O’SULLIVAN, chefe de Gabinete do Presidente Romano PRODI e com a Sra. Sarah EVANS, membro do Gabinete. Foi discutido o projecto de código de boa conduta administrativa da Comissão, no quadro do projecto de recomendações do Provedor da Justiça contido no inquérito de sua própria iniciativa sobre esta matéria.

Em 19 de Janeiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN acompanhado por o Sr. Ian HARDEN, reuniu com Janet ROYALL, membro do Gabinete do Vice-Presidente Neil KINNOCK. Os assuntos discutidos incluíram o código de boa conduta administrativa, o acesso do público aos documentos e o processo de reforma da Comissão.

Em 7 de Abril, a Sra. Hedwig EBERT, mediadora do pessoal da Comissão Europeia, visitou o Gabinete do Provedor de Justiça para uma troca de pontos de vista e de informação.

Em 12 de Abril, o Sr. Jacob SÖDERMAN reuniu com o Presidente da Comissão Europeia, Romano PRODI, para um pequeno-almoço de trabalho. Discutiram o tema da transparência na União Europeia, e o Provedor de Justiça europeu esclareceu Romano PRODI acerca do seu projecto “três etapas para o cidadão”. O Sr. David O’SULLIVAN, o Sr. Ricardo LEVI e a Sra. Sarah EVANS do Gabinete de Romano Prodi e o Sr. Ian HARDEN, chefe do Serviço Jurídico do Provedor de Justiça, também estiveram presentes neste pequeno-almoço.

Em 17 de Maio, o Sr. Jacob SÖDERMAN recebeu a visita do Comissário Philippe BUSQUIN e da sua assistente, Sra. RUSSO.

Em 24 de Maio, o Sr. Jacob SÖDERMAN, acompanhado por o Sr. Ian HARDEN, reuniu com o Presidente e com outros membros da Comissão Europeia. O Presidente da Comissão, Romano PRODI, deu as boas vindas ao Provedor da Justiça e afirmou esperar que a apresentação das conclusões do relatório anual do Provedor da Justiça à Comissão viesse a constituir uma prática anual. O Sr. SÖDERMAN expôs os resultados do seu trabalho no ano de 1999, salientando a prontidão e a cooperação habituais da Comissão na resposta aos pedidos de informação do Provedor de Justiça; afirmou que os princípios abrangidos pelo modelo do código de boa conduta administrativa do Provedor de Justiça deveriam ser considerados um elemento chave de qualquer programa que tenha em vista a melhoria da governação europeia; e, em conclusão, descreveu os esforços desenvolvidos pelo Provedor de Justiça para reforçar a eficácia da rede de ligação com os Provedores de Justiça e órgãos homólogos nacionais. O Sr. Jacob SÖDERMAN exortou a Comissão a explorar a possibilidade de essa rede vir a encarregar-se de algumas queixas, dirigidas à Comissão por cidadãos, relativas a violações da legislação comunitária por parte dos

Estados-Membros. Em seguida houve uma troca de pontos de vista na qual participaram os Comissários Loyola DE PALACIO, Antonio VITORINO e Margot WALLSTRÖM. Após a reunião com o colégio de Comissários, seguiu-se um almoço com que o Presidente da Comissão homenageou o Provedor de Justiça.



*O Sr. Romano Prodi, Presidente da Comissão Europeia, cumprimenta Jacob Söderman, em 24 de Maio.*

Em 26 de Outubro, o Sr. Jacob SÖDERMAN e o Sr. João SANT'ANNA reuniram com o Sr. Horst REICHENBACH, director-geral do Pessoal e Administração da Comissão Europeia, e com o Sr. Matthias OEL, administrador responsável pelas relações com outras instituições. O objectivo fundamental da reunião foi a avaliação do processo de reforma da Comissão em curso. Foram também abordados alguns aspectos gerais dos dossiers relativos à aplicação pela Comissão Europeia de recomendações anteriores do Provedor de Justiça.

### **4.3 CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA**

Em 5 de Maio, o Sr. Jacob SÖDERMAN reuniu com o Secretário-Geral do Conselho e Alto Representante, o Sr. Javier SOLANA, informando-o sobre o código de boa conduta administrativa do Provedor de Justiça e sobre o pedido que apresentou ao Parlamento Europeu para alterar o Estatuto do Provedor de forma a reforçar e clarificar as suas competências em matéria de realização de inquéritos.

### **4.4 BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO**

Em 21 de Junho, teve lugar uma reunião entre os serviços jurídicos do Banco Europeu de Investimento e do Provedor de Justiça Europeu, no gabinete do Provedor em Estrasburgo. O Banco era representado por o Sr. Luigi La MARCA, e o Provedor de Justiça por o Sr. Ian HARDEN, a Sra. Ida PALUMBO e a Sra. Maria ENGLESON. Foram discutidos assuntos de âmbito geral relacionados com questões processuais e com a cooperação entre instituições.







## 5 RELAÇÕES COM OS PROVIDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS

### 5.1 RELAÇÕES COM OS PROVIDORES DE JUSTIÇA NACIONAIS

Em 14 de Janeiro, o Provedor de Justiça recebeu uma delegação conjunta do *Ministère de la Ville* e do Secretariado do *Médiateur de la République* franceses. O *Médiateur de la République* era representado por o Sr. Robert DEVILLE, *délégué général adjoint*, e pelo Sr. LEROY, *chargé de mission*. A Sra. Isabelle PASSET representava o *Ministère de la Ville*. O objectivo desta visita foi a apresentação de um projecto conjunto com a finalidade de alargar a rede dos “délégués du Médiateur ” (de 123 para 423, nos próximos três anos), em especial nos bairros mais problemáticos das grandes cidades, e estabelecer uma forma de cooperação mais profunda com o Provedor de Justiça.

O Provedor de Justiça congratulou-se com a iniciativa de aproximar a administração dos cidadãos e salientou a importância do papel preventivo dos “délégués”. O Sr. Ian HARDEN descreveu o mandato do Provedor de Justiça e apresentou o código de boa conduta administrativa que foi elaborado após consulta dos Provedores nacionais dos Estados-Membros. O Sr. MARTÍNEZ ARAGÓN passou a resumir as actividades do Provedor de Justiça no contexto da actual cooperação com os Provedores de Justiça nacionais e regionais, em especial no que respeita aos *links* na Internet entre os respectivos *sites* e ao estabelecimento de uma ligação por correio electrónico (EUOMB).

Em 3 de Fevereiro, o Provedor de Justiça grego, Sr. DIAMANDOUROS, visitou o Gabinete do Provedor de Justiça Europeu em Estrasburgo e trocou impressões com o Sr. Jacob SÖDERMAN.

Em 7 de Fevereiro, a Sra. Benita BROMS participou na festa do 80º aniversário da instituição do Provedor de Justiça Parlamentar da Finlândia. (ver 6.2)

Em 24 de Novembro, a presidente da Comissão das Petições do Bundestag alemão, Heidemarie LUTH, acompanhada de três colaboradores, visitou o Gabinete do Provedor de Justiça em Bruxelas. A delegação foi recebida pelo Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro do Provedor de Justiça, Sr. João SANT’ANNA, e pela chefe de Gabinete de Bruxelas, Sra. Benita BROMS. Foram debatidas questões de âmbito geral relacionadas com as petições e com os procedimentos de queixa, assim como a evolução recente e casos concretos.

### 5.2 A REDE DE LIGAÇÃO

A rede de ligação foi criada em 1996, com a finalidade de promover um fluxo de livre informação sobre a legislação comunitária e a sua aplicação e de permitir a transferência de queixas para as entidades mais aptas a dar-lhes seguimento.

O terceiro seminário destinado aos agentes de ligação teve lugar em Estrasburgo, nos dias 22 e 23 de Setembro de 2000. Todas as Provedorias de Justiça ou órgãos homólogos nacionais dos Estados-Membros da UE estiveram representados. (ver 6.1)

### 5.3 RELAÇÕES COM OS PROVIDORES DE JUSTIÇA E ÓRGÃOS HOMÓLOGOS NACIONAIS

Em 28 de Fevereiro, o Provedor de Justiça Europeu foi convidado a participar no 15º aniversário da instituição regional do Provedor de Justiça do País Basco. (ver 6.2).

Em 15 de Março, o Provedor de Justiça regional da Catalunha, Sr. Anton CAÑELLAS, visitou o Provedor de Justiça.

A convite do Provedor de Justiça da Galiza (*Valedor do Pobo*), Sr. José CORA RODRÍGUEZ, o Provedor de Justiça Europeu efectuou uma visita oficial à Galiza, Espanha, de 22 a 24 de Março. (ver 6.2).

Em 20 de Novembro de 2000, o Sr. Jacob SÖDERMAN visitou oficialmente Namur, a convite do Provedor de Justiça regional da Valónia, Sr. Frédéric BOVESSE. (ver 6.2)

#### 5.4 RELAÇÕES COM OS PROVEDORES DE JUSTIÇA LOCAIS

Em 6 de Abril, o Sr. MARTÍNEZ ARAGÓN participou na cerimónia de abertura do Prémio Nacional de Qualidade no Sector Público, organizada por o Sr. Antoni PALLICER, Provedor de Justiça local da cidade de Calvià, Maiorca. O Sr. MARTÍNEZ ARAGÓN falou sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu numa administração mais aberta e responsável.

#### 5.5 COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DO TRATAMEN- TO DAS QUEIXAS

Durante o ano 2000, o Provedor de Justiça Europeu recebeu três consultas. Uma delas foi enviada pelo Provedor de Justiça irlandês e dizia respeito ao processo Q2/97, que foi encerrado em 1999. A segunda consulta, enviada pelo Provedor de Justiça regional da Toscana, relacionava-se com a livre circulação de trabalhadores. A terceira consulta era dirigida ao Provedor de Justiça Europeu pelo Provedor das Províncias Bascas (*Ararteko*) e dizia respeito à conformidade dos procedimentos administrativos com a livre circulação de mercadorias.

#### 5.6 RELAÇÕES COM OS PROVE- DORES DE JUSTI- ÇA NACIONAIS NOS ESTADOS CANDIDATOS À ADESÃO

Em 16 de Março, o Provedor de Justiça da Eslovénia, Sr. Ivan BIZJAK, visitou o Provedor de Justiça europeu.

Em 17 de Março, a Sra. Ruxandra SABĂREĂNU, Adjunta do Provedor de Justiça da Roménia, visitou o Gabinete do Provedor de Justiça em Estrasburgo e trocou impressões com o Sr. Jacob SÖDERMAN e com o Sr. Ian HARDEN.



*O Sr. Jacob Söderman dá as boas-vindas a Sra. Ruxandra Sabăreănu, Provedora de Justiça Adjunta da Roménia, em 17 de Março.*





## 6 RELAÇÕES PÚBLICAS

### 6.1 ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE OCORRIDOS EM 2000

#### *JORNADA DE PORTAS ABERTAS EM BRUXELAS E ESTRASBURGO*

No âmbito do Dia da Europa, o Provedor de Justiça Europeu participou na jornada de portas abertas organizada anualmente pelo Parlamento Europeu. O evento teve lugar em Bruxelas, no dia 6 de Maio, e em Estrasburgo, nos dias 7 e 8 de Maio. O número de visitantes em Bruxelas foi ligeiramente inferior ao do ano anterior, mas Estrasburgo acolheu mais de 50 000 pessoas, das quais um grande número visitou o *stand* do Provedor de Justiça. Os funcionários dos gabinetes de Bruxelas e Estrasburgo forneceram informações de carácter geral acerca do trabalho do Provedor de Justiça e distribuíram brochuras e relatórios anuais.

#### *RELATÓRIO ANUAL DE 1999*

O relatório anual do Provedor de Justiça Europeu relativo ao ano de 1999 foi apresentado ao Parlamento Europeu na sessão plenária de 6 de Julho de 2000. A sessão foi presidida pelo Vice-Presidente Guido PODESTÀ.



*O Sr. Jacob Söderman apresenta o seu Relatório Anual 1999 ao Parlamento Europeu, em 6 de Julho, na presença da Comissária Loyola de Palacio.*

O discurso que o Sr. Jacob SÖDERMAN dirigiu ao plenário focou, em especial, o número crescente de queixas recebidas pelo seu Gabinete e os resultados positivos para os cidadãos. Foi dada ênfase à cooperação construtiva por parte das instituições e organismos comunitários nos esforços para encontrar soluções para as queixas.

Em nome da Comissão das Petições, o Deputado Jean LAMBERT congratulou-se com o relatório do Provedor de Justiça. Outros oradores, incluindo os deputados Astrid THORS, relatora para o relatório do Provedor de Justiça, Roy PERRY e Nino GEMELLI, respectivamente vice-presidente e presidente da Comissão das Petições, felicitaram o Provedor de Justiça pelo seu trabalho e pelas suas realizações. A Sra. Loyola de PALACIO, membro da Comissão responsável por este domínio, também prestou homenagem ao trabalho do Provedor de Justiça.



### SEMINÁRIO PARA OS AGENTES DE LIGAÇÃO

O terceiro seminário para os agentes de ligação teve lugar em Estrasburgo nos dias 22 e 23 de Setembro de 2000. Todas as Provedorias de Justiça nacionais dos Estados-Membros estavam representadas. Assistiram também ao evento agentes de ligação da Noruega e da Islândia, recém-integrados na rede de ligação. O seminário abordou questões ligadas aos direitos do Homem e ao Tratado de Amesterdão.



*Participantes no seminário para agentes de ligação que tomaram parte no programa social, em 23 de Setembro. Da esquerda para a direita: Sra. Andersen, Sr. Jon Andersen (Dinamarca), Sr. Sten Foy (Noruega), Sr. Robert Spano (Islândia) e Sra. Marianne von der Esch (Suécia)*

Foram oradores: o Sr. Jacob SÖDERMAN, Provedor de Justiça Europeu (O projecto de Carta Europeia dos Direitos Fundamentais); o Sr. Álvaro GIL ROBLES, comissário responsável pelas questões dos direitos do Homem (O comissário para os direitos do Homem e os Provedores de Justiça nacionais); a Sra. Françoise TULKENS, juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (Comunicação do Tribunal dos Direitos do Homem); a Sra. Anne-Marie DESCÔTES, consultora técnica do Gabinete do Ministro francês dos Assuntos Europeus (Evolução recente em matéria de liberdade, segurança e justiça após Tratado de Amesterdão).

No final do seminário, teve lugar uma reunião da rede de ligação. O Sr. Xavier DENOËL, administrador, do Secretariado do Provedor de Justiça Europeu, apresentou uma comunicação sobre o futuro da rede, e o Sr. Ben HAGARD, responsável pelas comunicações na Internet, apresentou o projecto EUOMB nacional, que incluirá um *website* e um fórum na Internet para serem utilizados pelos Provedores de Justiça e por órgãos homólogos nacionais e respectivos funcionários.

### REUNIÃO NO ÂMBITO DA PRESIDÊNCIA FRANCESA

Em 27 de Setembro, o Provedor de Justiça Europeu, acompanhado por o Sr. João SANT'ANNA, foi recebido no Quai d'Orsay pelo ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Sr. Pierre MOSCOVICI. Os temas debatidos incluíram a iniciativa do Provedor de Justiça Europeu relativa ao código de boa conduta administrativa, a proposta em curso de alteração do estatuto do Provedor de Justiça e a aprovação do orçamento para 2001. Na agenda estava também incluída a análise de uma possível cooperação com as autoridades francesas no sentido de uma maior divulgação junto dos cidadãos franceses do mandato do Provedor de Justiça Europeu.

## 6.2 CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

### FINLÂNDIA

#### *Turku*

Em 21 de Janeiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN foi convidado a participar numa conferência sobre o tema “O significado do Provedor de Justiça Europeu para o cidadão da União Europeia”. A conferência fazia parte do seminário incluído no Programa de Formação Robert Schuman, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Turku, pelo Tribunal Regional de Turku e pelo ministro da Justiça finlandês. O ministro da Justiça, Sr. Johannes KOSKINEN, e o reitor da Universidade, Sr. Ari SAARNILEHTO, foram também oradores na conferência.

#### *Helsínquia*

Em 10 e 11 de Janeiro, o Sr. SÖDERMAN assistiu a um seminário dedicado ao tema da boa conduta administrativa na região do Mar Báltico. O seminário foi organizado pelo grupo de trabalho sobre a assistência às instituições democráticas, do Conselho dos Estados do Mar Báltico (CEMB), em cooperação com a Universidade de Helsínquia e os ministros da Justiça e dos Negócios Estrangeiros da Finlândia. Entre os restantes oradores da reunião contaram-se o Sr. Staffan SYNNESTRÖM, do SIGMA da OCDE, o Sr. Bertrand De SPEVILLE, perito científico do Conselho da Europa, o Dr. Pekka HALLBERG, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo da Finlândia, o Professor Ole ESPERSEN, Comissário do CEMB, o Professor Eivind SMITH, da Universidade de Oslo, e Olli MÄENPÄÄ, Reitor da Universidade de Helsínquia. A reunião teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Helsínquia.

A Sra. Benita BROMS participou no Simpósio Internacional subordinado ao tema “O Provedor de Justiça ao serviço dos direitos do Homem: desafios para o novo milénio”. O Simpósio realizou-se em Helsínquia, no dia 7 de Fevereiro, por ocasião do 80º aniversário da instituição do Provedor de Justiça Parlamentar da Finlândia. Foram debatidos três temas: a função do Provedor de Justiça – passado, presente e futuro; os Provedores de Justiça como defensores da democracia e da lei; o Provedor de Justiça Parlamentar da Finlândia como guardião dos direitos humanos e dos direitos constitucionais.

Em 13 de Novembro, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu um discurso dirigida aos finalistas do curso de Ciências Políticas da Universidade de Helsínquia. Esta conferência, sobre o tema “O que acontece à Europa dos cidadãos”, fazia parte do programa daquela universidade dedicado à UE, que visa tornar-se um programa multidisciplinar, aberto a todas as faculdades, a partir do ano 2001. O evento foi coordenado por a Sra. Teija TIILIKAINEN, Investigadora da Universidade de Helsínquia, e teve lugar nas instalações da Faculdade de Ciências Políticas.

No mesmo dia, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu uma preleção dirigida aos funcionários dos gabinetes do Chanceler da Justiça e do Provedor de Justiça Parlamentar da Finlândia. O Provedor de Justiça Europeu falou sobre o artigo referente à boa administração incluído na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e sobre o código de boa conduta administrativa.

A preleção realizou-se na sala da Grande Comissão do Parlamento finlandês e foi organizada pelos gabinetes do Chanceler da Justiça e do Provedor de Justiça. Após a comunicação do Sr. Jacob SÖDERMAN, seguiu-se um animado debate sobre as aplicações práticas dos bons princípios de administração.

#### *O Congresso FIDE do ano 2000*

Entre 1 e 3 de Junho, o Sr. Jacob SÖDERMAN, a Sra. Benita BROMS, a Sra. Maria ENGLESON, a Sra. Vicky KLOPPENBURG e a Sra. Ida PALUMBO participaram no XIX Congresso FIDE, em Helsínquia, Finlândia. Do programa do congresso, que foi presidido pelo Professor Zacharias SUNDSTRÖM, constavam três temas e uma sessão especial.

A Sra. Benita BROMS e a Sra. Ida PALUMBO, do Secretariado do Provedor de Justiça, participaram no Tema I, “*Dever de cooperação das autoridades nacionais, dos tribunais e das instituições comunitárias, nos termos do artigo 10º do Tratado CE*”. Era relator-geral o Dr. John TEMPLE LANG. A Sra. Maria ENGLESON assistiu ao Tema II, “*Legislação comunitária (incluindo regras de concorrência) com impacto sobre as “redes” (telecom, energia e tecnologias de informação) e as suas consequências para os Estados-Membros*”. O relator-geral foi o Sr. Piet-Jan SLOT. A Sra. Vicky KLOPPENBURG participou no Tema III, “*Consequências jurídicas da moeda única*”, de que era relator-geral o Sr. Antonio SÁINZ de VICUÑA. Todos os funcionários do Secretariado do Provedor de Justiça participaram na sessão especial “*A ‘arquitectura’ do Tribunal de Justiça Europeu*”.

O Congresso FIDE teve uma assistência de perto de 500 delegados, das instituições europeias, de todos os Estados-Membros da União Europeia e de Chipre, Estónia, Hungria, Japão, Lituânia, Malta, Noruega, Polónia, Eslovénia e Suíça.

O Congresso foi inaugurado por a Sra. Tarja HALONEN, Presidente da República da Finlândia. De seguida, o Professor Zacharias, presidente do Congresso FIDE, deu as boas vindas aos participantes. O Sr. Jean-Louis DEWOST, director-geral do Serviço Jurídico da Comissão Europeia, discursou em nome do Presidente da Comissão Europeia, Romano PRODI. No final dos dois primeiros dias de sessões de trabalho, os debates foram encerrados com uma sessão plenária durante a qual os relatores-gerais dos três temas resumiram as sessões de trabalho e apresentaram as respectivas conclusões.

A sessão especial dedicada à arquitectura do Tribunal de Justiça abriu com uma introdução da autoria do Sr. Gil Carlos RODRÍGUEZ IGLESIAS, Presidente do Tribunal de Justiça. Seguiram-se comentários do Sr. Bo VESTERDORF, Presidente do Tribunal de Primeira Instância e do Sr. Ole DUE, ex-Presidente do Tribunal de Justiça. Seguiram-se o discurso do Sr. Johannes KOSKINEN, ministro da Justiça da Finlândia, e comentários do Sr. Pekka HALLBERG, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo da Finlândia.

Durante a sessão de trabalho da sessão especial, foram apresentadas declarações pela Deputada Ana PALACIO, por o Sr. Nicholas FORWOOD, juiz do Tribunal de Primeira Instância, e o Sr. Onno BROUWER, presidente da Comissão Permanente do CCBE para o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância. Seguiu-se um debate geral. Entre os participantes no debate, há que salientar o Professor Neville March HUNNINGS, relator nacional sobre o Reino Unido, o Sr. Leif SEVÓN, juiz do Tribunal de Justiça, o Professor Robert MOK, juiz do Supremo Tribunal de Justiça da Holanda, e o Professor Jürgen SCHWARZE, da Albert-Ludwigs-Universität de Friburgo.

Na sessão de encerramento, o Sr. Francis G. JACOBS, Advogado-Geral do Tribunal de Justiça, resumiu o debate. A alocução de encerramento esteve a cargo do Professor Zacharias SUNDSTRÖM.

## BÉLGICA

### Bruxelas

Em 31 de Janeiro, a Sra. Maria ENGLESON participou numa mesa redonda que debateu o tema “*Banco Europeu de Investimento: responsável apenas perante o mercado?*”, promovida pela *CEE Bankwatch Network* e pela Fundação Heinrich Böll em Bruxelas. Durante o debate foram abordados temas como a transparência, o acesso à informação, a participação do público e a responsabilidade do Banco Europeu de Investimento e foi apresentado um relatório sobre a política do Banco. Nesta mesa redonda participaram, entre outros, os Deputados Bashir KHANBHAI, o Sr. Alexander de ROO e Heide RÜHLE. O BEI foi representado por o Sr. Max MESSNER.

Em 29 de Novembro, o Sr. Olivier VERHEECKE proferiu um discurso sobre as actividades do Provedor de Justiça Europeu no domínio da abertura e da transparência, no

Simpósio “Pescar às Escuras” organizado pelo WWF e pelo Centro de Política Europeia, em Bruxelas, nos dias 28 e 29 de Novembro de 2000.

Em 1 de Dezembro, o Provedor de Justiça Europeu foi convidado a assistir a uma reunião do comité de gestão da Plataforma Europeia das ONG do Domínio Social, que teve lugar no edifício Altiero Spinelli, em Bruxelas. Participaram também na reunião o Sr. Dick JARRÉ, do Conselho Internacional da Segurança Social, o Sr. Guampiero ALHADEFF, presidente da Solidar, a Sra. Josée VAN REMOORTEL, da Federação Mundial de Saúde Mental, a Sra. Clarisse DELORME, do Lobby das Mulheres Europeias, a Sra. Katy ORR, do Fórum da Juventude das Comunidades Europeias e o Sr. James BRIDGE, da organização “Save the Children”.

### *FÓRUM: o mercado interno ao serviço dos cidadãos e das pequenas e médias empresas*

A Comissão Europeia, em colaboração com o Parlamento Europeu e a Presidência francesa, organizou, pela primeira vez, um Fórum versando a temática do mercado interno, que teve lugar em Bruxelas nos dias 28 e 29 de Novembro de 2000.

O principal objectivo do Fórum era centrar a discussão nos problemas e nas barreiras diárias enfrentadas pelas PME e pelos cidadãos, incluindo os que vivem, trabalham ou estudam noutro Estado-Membro, assim como os consumidores que adquirem bens e serviços fora das fronteiras, no espaço do mercado interno.

O Fórum não se ficou apenas pela definição dos problemas, mas avançou para as soluções disponíveis, tendo como objectivo criar segurança no funcionamento do mercado interno.

A Deputada Ana PALACIO, presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno do Parlamento Europeu, o sr. François PATRIAT, Secretário de Estado das PME, do Comércio, do Artesanato e do Consumo de França, e o Sr. David BYRNE, comissário europeu responsável na área da protecção do consumidor, da saúde pública e do ambiente, abriram os trabalhos do Fórum.

O programa foi dividido em duas mesas redondas de debate e 6 *workshops*, cujas conclusões foram apresentadas ao plenário. Os *workshops* distribuíram-se por três grupos: cidadãos, consumidores/serviços e serviços/PME.

A Sra. Benita BROMS, do Secretariado do Provedor de Justiça Europeu, foi relatora do *workshop 4 – Cidadãos* que analisou os recursos de que dispõem os cidadãos para garantirem as suas liberdades noutros Estados-Membros e o papel das administrações nacionais. Este *workshop* foi presidido por o Sr. Antoine FOBE da ECAS – Euro Cidadão Acção e Serviço.

A alocação de encerramento foi proferida por a Sra. Nicole FONTAINE, Presidente do Parlamento Europeu.

A Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e a Presidência Francesa vão elaborar um relatório dos trabalhos do Fórum, que estará disponível no seguinte *website*: .

### *Gante*

Em 16 e 17 de Março, o Sr. Olivier VERHEECKE participou na Conferência Internacional dos Provedores de Justiça, que teve lugar em Gante, por ocasião do 500º aniversário do nascimento de Carlos V. Este evento foi organizado pela Provedora de Justiça de Gante, a Sra. Rita PASSEMIERS, e pela ONG “Keizer Karel”. O tema da conferência era “Em busca de um modelo de Provedoria de Justiça”. Participaram Provedores de Justiça nacionais, regionais, municipais e sectoriais dos Estados-Membros, da Europa Central e Oriental, da América Latina, de África e das Filipinas..

O Sr. Frank BEKE, Presidente da Câmara de Gante, o Professor Ludo VENY, da Universidade de Gante (presidente da Conferência), o Sr. Gérard DELBAUFFE, do Secretariado do *Médiateur de la République*, o Sr. Roy GREGORY, do Centro de Estudos do Provedor de Justiça da Universidade de Reading, e o Professor Herman BALTHAZAR, governador da província do Leste da Flandres, foram oradores na Conferência. O Sr. Olivier VERHEECKE presidiu ao *workshop* intitulado “Em busca de um modelo de Provedoria de Justiça a nível federal, nacional, europeu e internacional” e introduziu o debate com base na iniciativa do Provedor de Justiça relativa ao código de boa conduta administrativa.

### Namur

Em 20 de Novembro, o Sr. SÖDERMAN, acompanhado pela Sra. RICHARDSON, fez uma visita oficial a Namur, a convite do Provedor de Justiça regional da Valónia, Sr. Frédéric BOVESSE.



*O Provedor de Justiça Regional da Valónia, Sr. Bovesse, dá as boas-vindas a Jacob Söderman em Namur, em 20 de Novembro.*

Em primeiro lugar, o Sr. Jacob SÖDERMAN trocou impressões com o Sr. Frédéric BOVESSE e com os seus consultores jurídicos. Teve, depois, oportunidade de discursar sobre o seu trabalho no Parlamento Regional da Valónia, onde o presidente Robert COLLIGNON, e alguns membros da Mesa lhe deram as boas vindas. A esta reunião, seguiu-se uma conferência de imprensa, na qual estavam representados todos os meios de comunicação social regionais e locais.

Durante a tarde, o Sr. Jacob SÖDERMAN visitou o “Bureau économique de la Province de Namur” e reuniu com o respectivo director-geral, Renaud DEGUELDRE, e com os representantes do EuroInfoCentro.

Ainda na mesma tarde, o Sr. Jacob SÖDERMAN foi recebido pelo Ministro-Presidente da Valónia, Sr. Jean-Claude VAN CAUWENBERGHE. O Sr. SÖDERMAN fez uma curta apresentação do seu trabalho, a que se seguiu uma troca de pontos de vista. O Sr. VAN CAUWENBERGHE evidenciou um interesse especial pelo código de boa conduta administrativa do Provedor de Justiça e pelo direito a uma boa administração, previsto na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais.



*ITÁLIA**São Vicente*

Em 8 de Fevereiro, o Sr. Alessandro DEL BON representou o Provedor de Justiça Europeu numa conferência sobre o tema “O Provedor de Justiça e as pessoas sujeitas a relações de autoridade especiais”. A conferência foi organizada em São Vicente (Itália) pelo Instituto do Provedor de Justiça Europeu, sendo anfitriã a Provedora de Justiça do Vale de Aosta, Sra. Maria Grazia VACCHINA. Foram apresentados relatórios pelo Professor Giovanni CONSO e o Dr. Thomas WALZEL VON WIESENTREU. A Conferência foi imediatamente seguida pela assembleia geral do Instituto dos Provedores de Justiça Europeus, a qual elegeu presidente o Sr. Anton CAÑELLAS, Provedor de Justiça regional da Catalunha (Espanha).

*Universidade de Urbino*

O Provedor SÖDERMAN, acompanhado por a Sra. Ida PALUMBO, funcionário do Serviço Jurídico, visitou a Itália nos dias 6 e 7 de Abril de 2000. Em 6 de Abril, o Sr. Jacob SÖDERMAN participou no seminário “A cidadania e os valores da nova Europa”, organizado pela rede “Imagine Europe” na Universidade de Urbino. Antes do seminário, o Sr. SÖDERMAN reuniu com o Professor Luigi MARI, que, com o professor Giuseppe GILIBERTI, presidiu seguidamente ao seminário. O Sr. SÖDERMAN falou aos alunos e professores sobre a sua missão como Provedor de Justiça Europeu. O Sr. Fabrizio GRILLENZONI, da Representação da Comissão Europeia em Roma, também participou neste seminário.



*Professor Giliberti e o Sr. Jacob Söderman em Monteveglio, em 7 de Abril.*

A convite do professor Giuseppe GILIBERTI, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu um discurso sobre a sua missão e actividades perante um grupo de estudantes da posgraduação “Direitos do Homem e Ajuda Humanitária”, em Monteveglio, em 7 de Abril. O Sr. Jacob SÖDERMAN também reuniu com a Sra. Teresa LAPIS, Provedora de Justiça da província de Veneza.



### *Roma*

Em 4 de Outubro, na sequência do convite feito pelo Provedor de Justiça de Roma, Alessandro LICHERI, o Provedor de Justiça participou no congresso internacional *“Defesa cívica e participação democrática”*, e apresentou as suas actividades e fez reflexões sobre o projecto de Carta Europeia dos Direitos Fundamentais. Foram oradores o Sr. Anton CAÑELLAS, Provedor de Justiça regional da Catalunha e Presidente do Instituto Europeu do Provedor de Justiça (*European Ombudsman Institute - EOI*), o Sr. Daniel JACOBY, Provedor de Justiça do Quebec, a Sra. Maria Grazia VACCHINA, Provedora de Justiça regional do Vale de Aosta, e o Sr. Giorgio LOMBARDI, professor da Universidade de Turim. Ao evento assistiram cerca de 200 pessoas, encontrando-se entre os participantes Provedores de Justiça locais, representantes de associações e estudantes.

Em 5 de Outubro, o Sr. Jacob SÖDERMAN visitou os serviços do Parlamento Europeu em Roma, onde se encontrou com o Sr. Giovanni SALIMBENI, Director dos serviços, e com o Sr. Roberto PISTACCHI. O Provedor de Justiça Europeu proferiu um discurso perante um grupo de representantes de organizações de consumidores e jornalistas. Visitou também as novas instalações da representação da Comissão em Roma, onde teve oportunidade de trocar opiniões com o Sr. Fabrizio GRILLENZONI.

### *Parma*

Em 6 de Outubro, o Sr. SÖDERMAN deslocou-se a Parma, a convite da Sra. Mirella MAGNANI, Provedora de Justiça da cidade. Teve uma reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Parma, Sr. Elvio UBALDI, e com um grupo de Provedores de Justiça da região de Emilia-Romagna.



*O Sr. Jacob Söderman fala a estudantes da Universidade de Parma, na presença de Mirella Magnani, Provedora de Justiça da cidade.*

*(Photo: © Pier Luigi Vasini)*

O principal evento da visita foi a reunião com estudantes da Universidade de Parma. O Presidente da Câmara abriu a sessão e o Professor Fausto CAPELLI, Director do Colégio

Europeu de Parma apresentou o Sr. Jacob SÖDERMAN, que discursou perante cerca de 300 participantes.

### *Catanzaro*

Em 21 de Outubro, o Sr. SÖDERMAN assistiu a uma reunião em Catanzaro, Itália, dedicada ao tema “Promover a Justiça: o direito de petição e o Provedor de Justiça”. O programa e o convite foram da responsabilidade do Deputado Nino GEMELLI, presidente da Comissão das Petições do Parlamento Europeu. Para além das intervenções do Deputado GEMELLI e do Sr. Jacob SÖDERMAN, participaram no debate: o Sr. Mario TASSONE, membro do Gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados; o Dr. Corrado PARACONE, da Fundação Piaggio; a Sra. Sabrina RISOLA, presidente da Euromedia; o Sr. Sergio ABRAMO, Presidente da Câmara de Catanzaro; o Sr. Michele TRAVERSA, da Present Amnesty de Catanzaro; o Sr. Antonio SGROMO, assessor para assuntos gerais da Câmara Municipal de Catanzaro; o Sr. Nuncio RAIMONDI, representante do Governo e consultor para os assuntos administrativos da Universidade Magna Graecia; o Sr. Alvaro COSTA, Vice-Presidente da Câmara de Catanzaro; o Sr. Adolfo LARUSSA, a Sra. Antonella Prestia e a Sra. Manuela Rubio, do Fórum de Catanzaro.

### *A Conferência do IICA*

O Sr. Olivier VERHEECKE assistiu à Primeira Conferência Regional Internacional que teve lugar em Bolonha, de 19 a 21 de Junho de 2000, e na República de San Marino em 22 de Junho de 2000, promovida pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas (IICA) sobre o tema “*Administração pública e globalização: administrações internacionais e supranacionais*”.

A Conferência foi oficialmente inaugurada em 19 de Junho de 2000. Foram oradores o Sr. Fabio ROVERSI-MONACO, presidente da Secção Nacional Italiana, Reitor da Universidade de Bologna; o Sr. Vasco ERRANI, presidente da Região Emilia-Romana; o Sr. Franco BASSANINI, ministro da Função Pública de Itália; o Sr. Domenico GASPERONI, presidente da Secção Nacional do IICA de San Marino; o Sr. Ignacio PICHARDO PAGAZA, presidente do IICA; o Sr. Giancarlo VILELLA, director-geral do Instituto Nacional de Ciências Administrativas; e o professor Carol HARLOW (London School of Economics and Political Science), relator-geral da Conferência.

O Sr. Olivier VERHEECKE assistiu ao *workshop* 1 que tinha por tema “Globalização e actividade administrativa: rumo a novos princípios e a uma via de acção”, e assistiu aos painéis denominados “Códigos e códigos de conduta em organizações internacionais” e “Controlo das finanças públicas internacionais”. Forneceu informações respeitantes ao código de boa conduta administrativa do Provedor de Justiça e ao seu relatório especial elaborado no seguimento do inquérito da própria iniciativa nesta matéria.

### *FRANÇA*

#### *Conselho da Europa*

Em 22 de Fevereiro, o Sr. Ian HARDEN proferiu uma comunicação na 5ª Reunião do Grupo de Especialistas Europeus do Conselho da Europa sobre “Acesso à informação oficial”, presidido por a Sra. Helena JÄDERBLUM. O Sr. Ian HARDEN apresentou o trabalho do Provedor no domínio do acesso à informação oficial, incluindo: os inquéritos de iniciativa própria sobre o acesso do público aos documentos; o tratamento das queixas abrangidas pelo âmbito do Código de Consulta da Comissão e do Conselho em matéria de acesso aos documentos; e o dever de fornecer informação aos cidadãos, em conformidade com o artigo 22º do código de boa conduta administrativa do Provedor de Justiça.

Em 16 e 17 de Março, o Sr. Gerhard GRILL assistiu à “Primeira mesa redonda do Conselho da Europa com instituições nacionais de defesa dos direitos humanos /Terceiro encontro europeu de instituições nacionais”, que teve lugar em Estrasburgo. O evento teve cerca de 80 participantes.

Em debate estiveram três temas fundamentais: a protecção e a promoção dos direitos económicos e sociais, a luta contra o racismo e a discriminação a ele associada e a cooperação entre as organizações de defesa dos direitos humanos nacionais e entre estas e o Conselho da Europa.

Em Dezembro de 2000, o Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN representou o Provedor SÖDERMAN numa reunião entre Provedores de Justiça da Europa Ocidental e o Comissário para os Direitos do Homem do Conselho da Europa. A reunião tinha em vista a melhoria da coordenação entre o Comissário para os Direitos do Homem do Conselho da Europa, os Provedores de Justiça da Europa Ocidental e o Provedor de Justiça Europeu.

Como resultado deste encontro, ficou acordado reforçar a cooperação mútua, especialmente no que respeita às iniciativas em curso para o reforço do respeito dos direitos humanos na Europa Central e Oriental.

#### *O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*

Em 1 e 2 de Março, a Sra. Vicky KLOPPENBURG assistiu à conferência realizada em Estrasburgo sobre os novos processos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A conferência foi organizada pela Academia de Direito Europeu de Trier e incidiu sobre a nova responsabilidade do Tribunal no controlo da observância dos direitos e liberdades cívicos e políticos.

#### *O Fórum ECAS*

Em 30 de Outubro de 2000, o Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN participou no Primeiro Fórum da Cidadania Europeia, um seminário com a duração de um dia, organizado em Paris pelo Euro *Citizen Action Service* (ECAS) e dedicado ao tema “Assistência jurídica aos cidadãos fora das fronteiras nacionais”. O objectivo desta reunião era analisar a viabilidade de uma rede europeia de ONG para fornecer assistência jurídica e apoio a emigrantes, mais especificamente aos cidadãos envolvidos em litígios noutros países.

Uma das áreas de interesse deste seminário focava os meios de recurso de que dispõem os cidadãos para defenderem os seus direitos e exigirem que os mesmos sejam respeitados. O tema foi discutido num painel representativo das instituições da UE, que incluía, entre outros, o Deputado Roy PERRY, vice-presidente da Comissão das Petições. O Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN referiu o papel do Provedor de Justiça e as suas iniciativas mais importantes, em especial, as relacionadas com a transparência e com o código de boa conduta administrativa.

#### *Seminário sobre Protecção de Dados e Abertura*

Em 14 de Dezembro, foi promovido um encontro sobre Protecção dos Dados e Abertura, no Secretariado do Provedor de Justiça, no seguimento de uma proposta de regulamento sobre a protecção das pessoas no que respeita ao processamento de dados pessoais pelas instituições e organismos da Comunidade. O Sr. Jacob SÖDERMAN deu as boas vindas aos participantes na abertura do encontro, que foi presidido por o Sr. Ian HARDEN. O Sr.



*Participantes no seminário sobre a Protecção de Dados e a Transparência, 14 de Dezembro.*

Kjell SWANSTRÖM, Secretário-Geral da Provedoria de Justiça sueca, e o Sr. Jon ANDERSEN, Secretário-Geral da Provedoria de Justiça dinamarquesa, abriram o debate sobre o equilíbrio entre a protecção das pessoas no que respeita aos processamento de dados pessoais e o acesso do público aos documentos. Após o debate, seguiram-se os comentários do Sr. César ALONSO IRIARTE, da Comissão Europeia, e do Sr. Giovanni BUTARELLI, presidente do comité regulador para a directiva europeia relativa à protecção de dados. O Sr. Roel FERNHOUT, Provedor de Justiça dinamarquês, o Sr. Emilio de CAPITANI e o Sr. Ramón MARTÍNEZ SANCHEZ, da Comissão das Liberdades dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos, também participaram na reunião. Do Secretariado do Provedor de Justiça, estiveram presentes o Sr. João SANT'ANNA, o Sr. Gerhard GRILL, o Sr. Alessandro DEL BON e a Sra. Maria ENGLESON.

## *REINO UNIDO*

### *Londres*

Em 31 de Março, o Sr. Ian HARDEN assistiu a um seminário sobre a modernização da governação na Europa, no Civil Service College em Londres. O seminário foi orientado por o Sr. David BEARFIELD, do gabinete do Comissário KINNOCK.

### *Escócia*

O Provedor de Justiça visitou Glasgow e Edimburgo, na Escócia, nos dias 1 a 4 de Maio, acompanhado por o Sr. Ian HARDEN e o Sr. Ben HAGARD. Durante a visita, o Provedor de Justiça reuniu com membros e funcionários do Parlamento e do executivo escoceses, incluindo o Sr. Tom MCCABE, ministro do Parlamento, o Sr. Jack MCCONNELL, ministro das Finanças, o Sr. George REID, vice-presidente da Mesa da Assembleia, o Sr. John MCALLION, presidente da Comissão das Petições e a Sra. Roseanna CUNNINGHAM, presidente da Comissão da Justiça e dos Assuntos Internos. Nos temas discutidos incluíram-se as disposições respeitantes à informação sobre o trabalho do Provedor de Justiça, o desenvolvimento futuro do sistema do Provedor de Justiça na Escócia e o funcionamento do Parlamento escocês. Jacob Söderman falou do seu trabalho aos funcionários do executivo escocês.

Em 2 de Maio, o Sr. Jacob SÖDERMAN visitou a Faculdade de Direito da Universidade de Glasgow, a convite do professor Tony PROSSER, e deu um seminário, destinado a funcionários e estudantes, sobre “O Provedor de Justiça Europeu e os direitos dos cidadãos europeus”. Em 4 de Maio, o Provedor de Justiça, o chefe do Serviço Jurídico, o Sr. Ian

HARDEN, e o Deputado Roy PERRY, primeiro vice-presidente da Comissão das Petições do Parlamento Europeu, foram oradores numa conferência organizada pelo Professor John USHER no Europa Institute da Universidade de Edimburgo.

## ESPAÑA

### Ararteko

Em 28 de Fevereiro, o Provedor de Justiça Europeu foi convidado a participar na comemoração do 15º aniversário da celebração do “Ararteko” (instituição do Provedor de Justiça Regional do País Basco, Espanha). As comemorações realizaram-se no Parlamento, em Vitoria-Gastéiz, sob o patrocínio conjunto do Provedor de Justiça regional, Sr. Xabier MARKIEGI, e do Parlamento basco. Entre as personalidades presentes nas cerimónias, encontravam-se o Presidente do Governo Autónomo do País Basco Sr. José IBARRETXE; o presidente do Parlamento basco, Sr. Juan María ATUTXA; o primeiro Provedor de Justiça do Estado espanhol, Sr. Joaquín RUIZ-JIMÉNEZ e um grande número de juristas e figuras públicas.

### Galiza

A convite do Provedor de Justiça da Galiza (*Valedor do Pobo*), Sr. José CORA RODRÍGUEZ, o Provedor de Justiça Europeu realizou uma visita oficial à Galiza, Espanha, em 22- 24 de Março.



*O Sr. Jacob Söderman, o Presidente do Parlamento da Galiza, Sr. Garcia Leira, e o sr. José Cora Rodríguez, Provedor de Justiça Regional da Galiza, em Santiago de Compostela, em Março de 2000. (Photo: © Mónica Couso Boán)*

O Sr. Jacob SÖDERMAN teve várias reuniões com o Sr. José CORA e seus colaboradores, com o objectivo de reforçar a boa cooperação entre as duas instituições. O Deputado Daniel VARELA, membro suplente da Comissão das Petições do Parlamento Europeu, participou numa das referidas reuniões.

No decurso da visita, o Provedor de Justiça reuniu-se com o presidente da Xunta de Galicia, Sr. Manuel FRAGA IRIBARNE, o Presidente do Parlamento da Galiza, Sr. GARCIA LEIRA, membros do Parlamento regional e com os Presidentes das Câmaras de Santiago e da Corunha.



Na Universidade de Santiago de Compostela, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu um discurso sobre a missão do Provedor de Justiça Europeu. Discursou também no XV Encontro da Educação para Paz, organizado pelo Instituto Rosalía de Castro, em Santiago, numa sessão em que esteve presente o Sr. Adolfo PÉREZ ESQUIVEL, prémio Nobel da Paz. O Sr. Jacob SÖDERMAN apresentou uma comunicação sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu na defesa dos direitos fundamentais na União Europeia.

### *A Conferência da FIO*

Em 6-8 de Junho, o Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN participou numa conferência dos membros da Federação Ibero-Americana dos Provedores de Justiça (FIO), dedicada à elaboração de propostas para a protecção das crianças. Estas propostas destinavam-se a ser apresentadas na X Cimeira de Chefes de Estado e Governo da América Latina.

O encontro teve lugar em Barcelona, sendo anfitrião o Provedor de Justiça regional da Catalunha e vice-presidente da FIO, Sr. CAÑELLAS. Estiveram representados neste evento o actual Provedor de Justiça espanhol, o Sr. Antonio ROVIRA, assim como a maior parte dos Provedores de Justiça nacionais e regionais da América Latina, incluindo, entre outros, o Sr. Leo VALLADARES, Provedor de Justiça das Honduras e presidente da FIO, o Provedor de Justiça da Argentina, o Sr. Eduardo MONDINO, a Provedora de Justiça da Bolívia, Sra. ROMERO DE CAMPERO, e a Provedora de Justiça da Costa Rica, Sra. Sandra PISZK.

No encontro foi elaborada uma declaração final, na qual os participantes sublinharam unanimemente a necessidade de todos os países da América Latina ratificarem a Convenção da ONU sobre os direitos das crianças, os acordos da OIT em matéria de exploração das crianças, a Convenção de Haia sobre a adopção, a obrigação de promover políticas específicas para as crianças e a proibição de utilizar crianças nos exércitos.

Na cerimónia de abertura, o Sr. José MARTÍNEZ-ARAGÓN, que falou em nome do Provedor de Justiça Europeu, frisou a importância da protecção dos direitos humanos como base para o trabalho dos Provedores de Justiça e explicou a recente actividade na União Europeia no que respeita à elaboração da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais.

## *SUÉCIA*

### *Dia da Europa*

No “Dia da Europa” (9 de Maio de 2000), a Sra. Maria ENGLESON falou sobre a missão do Provedor de Justiça Europeu a um grupo de estudantes na Universidade de Karlstad, na Suécia. Esta alocução integrava-se no seminário “Do Tratado de Roma à Europa de Hoje”, organizado pelo “Carrefour Värmland”. Após o seminário, a Sra. Maria ENGLESON respondeu a perguntas do público num *stand* montado pelo Carrefour no centro da cidade.

### *Estocolmo*

Em 1 de Setembro, o Sr. Jacob SÖDERMAN visitou o Gabinete do Parlamento Europeu em Estocolmo, reuniu com os meios de comunicação social e com as organizações activas nos domínios relacionados com a UE e discursou sobre o seu papel de auxílio aos cidadãos europeus.

Mais tarde, proferiu um discurso sobre a UE e a receptividade à rede sueca de legislação da UE, da Universidade de Estocolmo.



## PAÍSES BAIXOS

### *Seminário IEAP sobre a transparência e o direito à informação*

Em 29 de Maio, o Sr. Olivier VERHEECKE participou no seminário “Um governo eficiente e transparente e o direito dos cidadãos à informação” organizado pelo Instituto Europeu de Administração Pública em Maastricht. Falou sobre os inquéritos da própria iniciativa do Provedor de Justiça em matéria de transparência, e sobre o relatório especial no seguimento de um desses inquéritos sobre o código de boa conduta administrativa. No seminário foi discutido detalhadamente o projecto de regulamento, apresentado pela Comissão, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. Outros oradores provenientes de instituições públicas da UE foram a Sra. Mary Preston, do Secretariado-Geral da Comissão Europeia, a Deputada Astrid THORS e o Sr. Martin BAUER, do Serviço Jurídico do Conselho da União Europeia.

### *Seminário IEAP sobre a informação europeia*

O Sr. SÖDERMAN discursou sobre o acesso aos documentos, no quadro da Conferência “Informação europeia sempre actual”, que teve lugar em Maastricht, nos dias 20 e 21 de Novembro de 2000. O Sr. Xavier DENOËL, funcionário do serviço jurídico, acompanhava o Provedor de Justiça.

A conferência foi organizada conjuntamente pelo Instituto Europeu de Administração Pública e pela Associação Europeia da Informação. O objectivo principal era esboçar o panorama e as perspectivas da nova política de comunicação da Comissão Europeia após a queda da Comissão Santer. A cerimónia de abertura da conferência foi presidida por o Sr. Ian THOMSON, presidente da Associação Europeia da Informação. O público era constituído, na sua maioria, por documentalistas de vinte e um países europeus.

## DINAMARCA

Em 14 de Setembro, o Sr. Jacob SÖDERMAN, acompanhado por a Sra. Maria ENGLESON, visitou o Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Copenhaga. O Sr. Jacob SÖDERMAN reuniu com o Sr. Peter JUUL LARSEN, do Gabinete de Informação UE do Parlamento dinamarquês; com o Sr. Hans Otto JØRGENSEN, o Sr. Britt VONGER e o Sr. Thomas ALSTRUP, da Associação Nacional das Autarquias Locais da Dinamarca; com o Sr. Anders LADEFOGED, da Associação da Indústria dinamarquesa; com o Sr. Peter STUB JØRGENSEN e o Sr. Peter LINDVALD NIELSEN, da Representação da Comissão Europeia na Dinamarca, e com o Sr. Niels-Jørgen NEHRING da Sociedade Dinamarquesa de Negócios Estrangeiros. Num almoço de trabalho, o Sr. Jacob SÖDERMAN reuniu com jornalistas da televisão e da imprensa dinamarquesas.

Mais tarde, o Sr. SÖDERMAN proferiu uma preleção, na Universidade de Copenhaga, sobre a sua missão de Provedor de Justiça Europeu e sobre a evolução recente na União Europeia em matéria de abertura e transparência, o código de boa conduta administrativa e a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais. A preleção foi organizada pelo Professor Hjalte RASMUSSEN e teve a presença de Ole DUE, ex-Presidente do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

Em 15 de Setembro, o Sr. Jacob SÖDERMAN reuniu com o director executivo da Agência Europeia do Ambiente em Copenhaga, Sr. Domingo JIMÉNEZ-BELTRÁN. Mais tarde proferiu uma preleção para o pessoal da Agência Europeia do Ambiente, sobre os efeitos práticos da entrada em vigor do código de boa conduta administrativa adoptado pela Agência, no seguimento do projecto de recomendação do Provedor de Justiça.

### SUIÇA

Em 27 de Outubro, o Provedor de Justiça Europeu assistiu a uma conferência intitulada “Valores da Europa: visões da UE para a Europa”, organizada pelo Instituto Internacional da Imprensa em Zurique, e discursou numa sessão dedicada ao Código de Conduta para uma Carta de Valores Comuns Europeus. O outro orador foi o Sr. Marc FISCHBACH, juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. O painel foi moderado por o Sr. Janne VIRKKUNEN, editor-chefe do “Helsingin Sanomat”. Às intervenções seguiu-se um animado debate.

### ALEMANHA

#### *O Congresso da ERA*

Em 27 e 28 de Outubro, a Sra. Ida PALUMBO e a Sra. Maria MADRID participaram no congresso anual da *Europäische Rechtsakademie*, em Trier, consagrado ao tema “A Carta Europeia dos Direitos fundamentais”. A conferência abordou o tema da legitimação da Carta através dos direitos fundamentais e cívicos, do seu processo de elaboração, do seu conteúdo e da sua natureza jurisdicional. Foram oradores o Dr. Hansjörg GEIGER, Secretário de Estado, ministro Federal da Justiça, o Dr. Johann CALLEWAERT, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Lord Peter GOLDSMITH QC, representante do Primeiro-Ministro britânico na Convenção para a elaboração da Carta dos Direitos Fundamentais, o Sr. Michael McDOWELL, S.C., Procurador Geral de Dublin, o Sr. Leif SEVÓN, Juiz do Tribunal Europeu de Justiça, a Deputada Ana PALACIO, do Parlamento Europeu, e o sr. António VITORINO, membro da Comissão Europeia.

### ÁFRICA DO SUL

#### *Conferência do IOI*



*Dean Gottehrer, Membro do Conselho de Administração do IOI, e o Sr. Jacob Söderman na Conferência do International Ombudsman Institute, em Durban, África do Sul.*

De 30 de Outubro a 2 de Novembro, o Provedor de Justiça europeu, acompanhado por o Sr. Gerhard GRILL e o Sr. Xavier DENOËL, assistiu à 7.<sup>a</sup> Conferência do Instituto Internacional do Provedor de Justiça (*International Ombudsman Institute - IOI*), que decorreu em Durban, na África do Sul. O título da conferência era “Equilíbrio no exercício do poder governamental e a respectiva responsabilidade - O papel do Provedor de Justiça”. Estava representado na reunião um enorme número de Provedorias de Justiça e órgãos congéneres de todos os continentes.

A conferência foi aberta por o Sr. Selby BAQWA, Provedor de Justiça da África do Sul, que foi seguido pelas alocações de abertura do Sr. Thabo MBEKI, Presidente da República da África do Sul, e de Sir Brian ELWOOD, Presidente do Instituto Internacional do Provedor de Justiça.

No primeiro dia, a conferência abordou o tema “A integridade do Provedor de Justiça - conceito”. Nessa ocasião, o Provedor de Justiça Europeu proferiu um discurso sobre “A eficácia do Provedor de Justiça na vigilância da conduta administrativa do governo”.

O segundo dia da conferência foi subordinado ao tema “O trabalho/os métodos do Provedor de Justiça”. À noite, os participantes foram convidados a assistir à inauguração de uma nova cadeira de direitos do Homem e de estudos sobre o Provedor de Justiça na Universidade de Natal.

O terceiro dia foi dedicado ao tema “O impacto do trabalho do Provedor de Justiça”. O ponto alto da conferência foi o discurso de encerramento proferido por o Sr. Nelson MANDELA.

Numa resolução final, aprovada por unanimidade, a conferência salientou que existe um direito fundamental à boa administração para todos os cidadãos do mundo moderno.

### 6.3 OUTROS EVENTOS

Em 13 de Janeiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN recebeu a Sra. Birgitta DAHL, Presidente do Parlamento sueco e uma delegação do mesmo. O Sr. Jacob SÖDERMAN descreveu a evolução recente do trabalho do Provedor de Justiça. Foram igualmente abordados outros aspectos de interesse comum.

Em 26 de Janeiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN deu uma entrevista ao Sr. Mark DECEUKELIER, estudante de Jornalismo e Direito, de Liège, na Bélgica.

Em 11 de Fevereiro, o Sr. Alvaro GIL ROBLES, o primeiro Comissário para os Direitos do Homem do Conselho da Europa, visitou o Secretariado do Provedor de Justiça. O Sr. GIL ROBLES, anterior Provedor de Justiça espanhol, falou ao Provedor de Justiça Europeu e seus funcionários sobre a missão e competências do Comissário para os Direitos do Homem.

Em 14 de Fevereiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN, acompanhado por o Sr. Gerhard GRILL, do seu Secretariado, falou sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu na VIII Universidade de Inverno dos Estudantes Democratas Europeus em Estrasburgo. A audiência era constituída por cerca de 90 estudantes de 35 países.

Em 15 de Fevereiro, o Conselheiro da Delegação Norueguesa à UE, Sr. Jan GREVSTAD, visitou o Provedor de Justiça para debater novas propostas com vista a um código de conduta no que respeita à transparência nas instituições.

Em 16 de Fevereiro, o Sr. Gerhard GRILL discursou sobre o papel e a actividade do Provedor de Justiça Europeu perante um grupo de 40 estudantes do *Fremdspracheninstitut* da cidade de Munique.

Em 18 de Fevereiro, a Secretária-Geral do Ministério da Justiça finlandês, Sra. Kirsti RISSANEN, visitou o Provedor de Justiça, acompanhada por a Sra. Esa VESTERBACKA, consultora jurídica do Ministério, a Sra. Anne EKBLOM-WÖRLUNG, chefe da Unidade de Relações Internacionais, a Sra. Sofie FROM-EMMESBERGER, Embaixadora-Adjunta da Representação Permanente da Finlândia no Conselho da Europa.

Em 22 de Fevereiro, a Sra. Benita BROMS participou num jantar de debate organizado pelo Grupo Kangaroo. O tema do debate foi o recurso por incumprimento nos termos do artigo 226º do Tratado da UE, e a discussão foi ilustrada com alguns exemplos concretos. Os oradores principais foram o Sr. Jean-Louis DEWOST, director-geral do Serviço Jurídico da Comissão Europeia, a Deputada Ana PALACIO e o Sr. Lionel STANBROOK, director da Advertising Information Company.

Em 24 de Fevereiro, o Sr. SÖDERMAN reuniu em Estrasburgo com a Sra. Helena JÄDERBLUM, do Ministério da Justiça sueco, para apresentar o seu trabalho e discutir o projecto de regulamento relativo ao acesso do público aos documentos.

Em 29 de Fevereiro, discursou numa reunião do Comité para a UE da Câmara de Comércio britânica, no seguimento de um convite da Sra. Valérie ECHARD, Secretária-Geral da Câmara. O encontro, que teve lugar na Casa da Suécia em Bruxelas, abordou o tema das responsabilidades do Provedor de Justiça Europeu.

Em 8 de Março, o Sr. Ian HARDEN visitou a Delegação do Executivo escocês em Bruxelas, a fim de informar sobre a actividade do Provedor de Justiça e organizar a visita deste à Escócia. O Sr. George CALDER informou o Sr. Ian HARDEN acerca do papel da Delegação, no contexto constitucional de devolução de poderes governamentais à Escócia.

Em 10 de Março, o Sr. Olivier VERHEECKE proferiu uma preleção, sobre os inquéritos da própria iniciativa do Provedor de Justiça e o código de boa conduta administrativa, perante 40 funcionários da Autoridade de Fiscalização da EFTA.

Em 13 de Março, o Sr. Jacob SÖDERMAN discursou perante um grupo de representantes de empresas suecas que visitavam Estrasburgo. Após esta apresentação, que fora organizada pelo Instituto Sueco para a Gestão Industrial, respondeu a perguntas dos participantes.

Em 24 de Março, o Sr. Francisco OLIGUÍN-URIBE, da *Misión de México ante la Unión Europea*, visitou a antena de Bruxelas do Secretariado do Provedor de Justiça e trocou impressões com a Sra. Benita BROMS e o Sr. Olivier VERHEECKE.

Em 27 de Março, o Sr. Gerhard GRILL proferiu uma conferência sobre a missão e actividades do Provedor de Justiça, perante um grupo de cerca de 40 referendários (Rechtsreferendare) de Munique.

Em 11 de Abril, o Sr. Gerhard GRILL falou sobre o papel e actividades do Provedor de Justiça a um grupo de dez estudantes da Universidade de Syracuse em Nova Iorque.

Em 12 de Abril, o Sr. Gerhard GRILL discursou sobre o papel e actividades do Provedor de Justiça Europeu perante um grupo de cerca de 60 membros da International Kolping Society, vindos de vários Estados-Membros e de países terceiros, que se encontravam acompanhados pelo Sr. SALESNY, responsável pelos assuntos europeus na International Kolping Society. Mais tarde, o Sr. Gerhard GRILL proferiu uma preleção perante um grupo de cerca de 30 jovens alemães do *Politischer Jugendring Dresden*.

Em 27 de Abril, o Sr. SURACHMAN da Provedoria de Justiça da Indonésia, visitou a antena de Bruxelas do Secretariado do Provedor de Justiça e encontrou-se com a Sra. Benita BROMS e a Sra. Vicky KLOPPENBURG.

Em 11 de Maio, o Sr. Ian HARDEN proferiu uma preleção sobre o papel do Provedor de Justiça Europeu perante um grupo de juízes e advogados finlandeses, numa visita de estudo organizada pelo Instituto de Helsínquia.

Em 17 de Maio, em Estrasburgo, o Sr. Jacob SÖDERMAN dirigiu uma comunicação sobre a sua missão como Provedor de Justiça Europeu, a um agrupamento político da região de Norrbotten na Suécia. Após a comunicação, os participantes fizeram perguntas.

Em 18 de Maio, o Provedor recebeu a visita do Embaixador do Reino Unido, Sr. Steven WALL, que estava acompanhado por o Sr. Peter WILSON.

Em 23 de Maio, o Sr. Ian HARDEN, acompanhado da Sra. Vicky KLOPPENBURG, apresentou a missão do Provedor de Justiça Europeu num almoço-seminário organizado pela firma de advogados *Linklaters & Alliance*, em Bruxelas.

Em 16 de Junho, o Sr. Gerhard GRILL expôs detalhadamente a missão e actividades do Provedor de Justiça Europeu a um grupo de cerca de 45 cidadãos da circunscrição eleitoral do Dr. Thomas GOPPEL, ex-Secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares e actual Secretário-Geral das CSU (unidades comuns de apoio). O grupo era dirigido por o Sr. Rainer SCHWARZER da *Bayerische Staatskanzlei* (Chancelaria da Baviera).

Em 23 de Junho, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu uma preleção perante os juízes e funcionários do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em Estrasburgo. Depois de descrever o trabalho do Provedor de Justiça Europeu, apresentou os seus pontos de vista sobre o modo como a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais poderia contribuir para a promoção dos direitos humanos e como se poderia articular com os mecanismos existentes, incluindo a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Em 6 de Julho, o Sr. Gerhard GRILL deu uma preleção sobre a missão e actividades do Provedor de Justiça a dois grupos vindos da Alemanha. O primeiro era constituído por 20 professores da Baviera e dirigido por o Sr. Thomas GOSSNER. A visita fora organizada pela *Europäische Akademie Bayern* de Munique. O segundo grupo, chefiado por o Sr. Jürgen FISCHER, era constituído por 37 professores e formadores da Francónia. A visita fora organizada pelo *Bayerische Staatskanzlei*, de Munique.

Em 12 de Julho, o Sr. Gerhard GRILL proferiu uma preleção sobre a missão e actividades do Provedor de Justiça Europeu dirigindo-se a um grupo de cerca de 40 estudantes do Aventinus-Gymnasium de Burghausen (Alemanha), que eram acompanhados pelo *Studienrat* Johannes KEILHOLZ, *Studienrat* Stefan ANGSTL e *Studienreferendarin* Ruth KNOLL. A visita foi organizada pelo *Europäische Akademie Bayern* de Munique.

Em 23 de Agosto, o Sr. Alessandro DEL BON expôs a missão e actividades do Provedor de Justiça Europeu a um grupo de 15 cidadãos participantes num seminário sobre a União Europeia organizado pelo *Internationales Forum Burg Liebenzell*. O grupo era acompanhado por a Sra. Gertrud GANDENBERGER.

Em 1 de Setembro, a Sra. Benita BROMS analisou a missão do Provedor de Justiça Europeu perante um grupo de cerca de 20 visitantes da Finlândia, a pedido do Deputado Ulpu IIVARI.

Em 15 de Setembro, a Sra. Maria ENGLESON reuniu com a Sra. Anna ÅKERBERG, responsável pelo Gabinete de Informação da UE em Malmö, que faz parte da Rede de Informação da Comissão Europeia.

Em 18 de Setembro, o Professor Mehmet SEMIH GEMELMAZ, da Faculdade de Direito da Universidade de Istambul, na Turquia, visitou o Provedor de Justiça Europeu em Bruxelas.



Em 2 de Outubro, o Sr. Gerhard GRILL realizou uma preleção sobre a missão e actividades do Provedor de Justiça Europeu, a que assistiu um grupo de cerca de 40 professores de Mittelfranken (Francónia Central) na Alemanha, que eram acompanhados por o Sr. Jürgen FISCHER.

Em 10 de Outubro, o Sr. Jacob SÖDERMAN proferiu uma preleção dirigindo-se a um grupo de documentalistas de ONG espanholas que visitavam o Parlamento Europeu em Bruxelas. A viagem foi organizada pelo Gabinete do Parlamento Europeu em Madrid, e o grupo era dirigido por o Sr. Angeles FERRERAS, o Sr. Juan RODRÍGUEZ, do Parlamento Europeu, e a Sra. Cristina FERNÁNDEZ, da Comissão Europeia.

Em 11 de Outubro, a Sra. Vicky KLOPPENBURG explicou a missão e realizações do Provedor de Justiça Europeu a um grupo de estudantes da *Politischer Jugending Dresden*.

Em 13 de Outubro, o Sr. Jacob SÖDERMAN e a Sra. Maria ENGLESON reuniram em Estrasburgo com a Sra. Jessica LUNDAHL, da Divisão dos Assuntos da União Europeia do Ministério da Justiça sueco.

Em 17 de Outubro, o Sr. Jacob SÖDERMAN deu uma preleção sobre o tema “Europa: instituições e internacionalização”, a que assistiu um grupo de 46 estudantes da Universidade Católica de Nijmegen, Holanda, que eram acompanhados pelo Professor A. DE VAAL e pelo Professor A.J.M. VAN VLEUTEN.

Em 18 de Outubro, o Provedor de Justiça proferiu uma preleção perante um grupo de 28 estudantes finlandeses de uma escola secundária. Acompanhados pelos seus professores, Sari HALAVAARA e Juha-Pekka LEHTONEN, os estudantes da escola de Olari (sul da Finlândia) visitavam o Parlamento Europeu no âmbito do programa “Euroscola”.

Em 19 de Outubro, o Sr. Jacob SÖDERMAN expôs o papel e actividades do Provedor de Justiça Europeu a Membros da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos do Parlamento regional da Baixa Saxónia. O Sr. Albert HEINEMANN, presidente da Comissão, informou o Provedor de Justiça Europeu dos problemas com que se deparava no tratamento de petições num Parlamento que não tem uma Comissão das Petições. Houve uma troca de pontos de vista sobre a possibilidade de criar uma comissão de petições ou um Provedor de Justiça regional.

Em 26 de Outubro, o Sr. Giampiero ALHADEFF, presidente da Plataforma das ONG europeias do sector social, visitou o Provedor de Justiça com o qual debateu a situação das ONG.

Em 10 de Novembro, o Sr. João SANT’ANNA, chefe do Serviço Administrativo e Financeiro, foi convidado a realizar uma conferência sobre o Provedor de Justiça Europeu na sede do CLAE - “*Comité de liaison des associations d’étrangers à Luxembourg*”. O Sr. João SANT’ANNA falou sobre a criação do cargo do Provedor de Justiça Europeu, sobre o seu mandato e sobre as principais realizações. Esta conferência integrava-se numa campanha de informação sobre o papel das instituições da Comunidade, organizada pela associação “Amigos do 25 de Abril” do Luxemburgo.

Em 28 de Novembro, o Sr. SÖDERMAN convidou uma delegação indonésia para visitar Estrasburgo. A delegação era composta pelos Srs. SUJATA, Primeiro Provedor de Justiça nacional, SOERAHMAN, Provedor de Justiça nacional, e SUDIRMAN, funcionário do Ministério da Justiça/Direitos do Homem. Depois de uma visita ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, a delegação reuniu com o Provedor de Justiça Europeu. Houve uma troca de pontos de vista sobre a recém-criada instituição do Provedor de Justiça na Indonésia.



Em 29 de Novembro, o Sr. Olivier VERHEECKE expôs em Bruxelas o papel e actividades do Provedor de Justiça a um grupo de 30 estudantes da Hanzehogeschool Groningen (Holanda).

Em 1 de Dezembro, o Sr. SÖDERMAN foi convidado a participar numa reunião- almoço com o Sr. George RADWANSKI, Comissário canadiano para a protecção da privacidade. A reunião, organizada, por o Sr. James BARTLEMAN, embaixador da Missão do Canadá na UE, contou também com a presença do Sr. Paul THOMAS, Comissário belga para a protecção da privacidade, e a Sra. Anne-Christine LACOSTE, consultora jurídica na Comissão Belga para a Protecção da Privacidade.

Em 11 de Dezembro, o Professor Alasdair ROBERTS, da Escola de Ciências Políticas da Universidade de Queens, visitou o Provedor de Justiça. O Professor ROBERTS, investigador especializado em legislação sobre liberdade de informação, reuniu com o Provedor de Justiça Europeu em Estrasburgo, durante a sessão do Parlamento Europeu.

Em 13 de Dezembro, o Sr. Jacob SÖDERMAN reuniu com o sr. Jeroen SCHOKKEN-BROEK, da Unidade de Relações Externas e Eventos do Conselho da Europa, com quem debateu matérias de interesse para ambas as instituições, incluindo a sincronização de eventos internacionais.

## 6.4 RELAÇÕES COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 11 de Janeiro, durante a sua visita à Finlândia, o Provedor de Justiça Europeu proferiu uma preleção na Associação de Jornalistas Europeus (AJE). Esta associação, com sede em Helsínquia, está organizada em secções nacionais e tem cerca de 1600 membros.

Em 17 de Janeiro, o Sr. SÖDERMAN foi entrevistado por a Sra. Cornelia BOLESCH para o *Süddeutsche Zeitung* e pelo Dr. Willy TEICHERT, que colabora com vários jornais alemães.

Em 19 de Janeiro, o Sr. Jacob SÖDERMAN deu uma entrevista a Jouni MÖLSÄ, para o diário finlandês *Helsingin Sanomat*.

Em 27 de Janeiro, foi entrevistado por a Sra. Åsa NYLUND, correspondente da *Yleisradio* finlandesa.

Em 28 de Janeiro, o Provedor foi entrevistado por Stephan DEPPEN, para a estação radiofónica alemã *Saarländischer Rundfunk*, e por Harriet TUOMINEN, para o jornal finlandês *Nya Åland*.

Em 16 de Março, o Sr. Jacob SÖDERMAN deu uma entrevista ao programa da BBC *Europe Today*. Foi também entrevistado por Mattin LAITINEN para a *YLE Radio* finlandesa.

Em 17 de Março, deu uma entrevista telefónica a Åsa NYLUND, para a *TV-YLE* finlandesa.

Em 23 de Março, o Sr. Ian HARDEN e a Sra. Maria ENGLESON reuniram com um grupo de jornalistas nórdicos em Estrasburgo. Os jornalistas vinham da Dinamarca, da Finlândia, da Noruega e da Suécia. O Sr. Ian HARDEN descreveu resumidamente o trabalho do Provedor de Justiça, respondeu a perguntas dos jornalistas. A maior parte das perguntas relacionava-se com o papel do Provedor de Justiça na elaboração da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais.

Em 27 de Março, o Sr. SÖDERMAN deu uma entrevista a Heikki HAAPAVAARA, para o jornal finlandês *Optio*.

Em 31 de Março, o Provedor de Justiça Europeu deu uma preleção em Paris dirigindo-se a membros da Associação de Jornalistas de Jornais Regionais da Finlândia, que se encontravam em França no âmbito de uma viagem de estudo.

Em 3 de Abril, foi entrevistado por a Sra. Eva HEDLUND para o jornal sueco *Journalisten*.

Em 12 de Abril, o Provedor de Justiça Europeu, deu uma conferência de imprensa sobre os progressos efectuados na adopção do código de boa conduta administrativa pelas instituições, organismos e agências da UE. Mais de 30 jornalistas assistiram à conferência de imprensa.

No mesmo dia, o Sr. Jacob SÖDERMAN foi entrevistado por o Sr. Paolo CACACE, para o jornal italiano *Il Messaggero*.

Em 17 de Abril, por ocasião da apresentação do relatório anual de 1999 do Provedor de Justiça Europeu à Comissão das Petições do Parlamento Europeu, teve lugar em Bruxelas uma conferência de imprensa para apresentação do relatório anual aos jornalistas finlandeses. Estiveram presentes Jouni MÖLSÄ, do *Helsingin Sanomat*, Maija LAPOLA, do *Turun Sanomat*, Åsa NYLUND, da *YLE Television*, e Marko RUONALA, da agência noticiosa *STT*.

Seguiu-se um almoço de jornalistas, no qual o Sr. SÖDERMAN apresentou o seu relatório anual de 1999 aos seguintes jornalistas: Gareth HARDING, do *European Voice* (UE); Bret STEPHENS, do *Wall Street Journal Europe* (UE); Conor SWEENEY, do *Irish Independent* (Irlanda); Marisandra OZOLINS, do *Tageblatt* (Luxemburgo); Michael JUNGWIRTH, do *Kleine Zeitung* (Áustria); Rolf GUSTAVSSON, do *Svenska Dagbladet* (Suécia); Emily von SYDOW, do *Aftonbladet* (Suécia); Willy SILBERSTEIN, da Rádio Sueca (Suécia); Robert COTTRELL, do *The Economist* (Inglaterra); Ambrose EVANS-PRITCHARD, do *Daily Telegraph* (Inglaterra).

Em 7 de Maio, o Sr. Ben HAGARD foi entrevistado por um jornalista da *Radio France Alsace* no âmbito da Jornada de Portas Abertas.

Em 17 de Maio, o Provedor de Justiça Europeu foi entrevistado pelo jornalista Jarkko VESIKANSA, do semanário finlandês *Suomen Kuvalehti*.

Em 18 de Maio, o Provedor de Justiça foi entrevistado pelo Sr. Bellabarba, da *RAI* italiana.

Em 24 de Maio, o Sr. José MARTÍNEZ ARAGÓN participou num debate transmitido em directo pela *COM Radio* de Barcelona sobre os direitos dos cidadãos europeus. O debate foi conduzido, a partir de Bruxelas, pelo anterior Vice-Presidente do PE, Antoni GUTIÉRREZ, e incluiu os membros espanhóis da Comissão das Petições do PE, Deputadas Ana DE PALACIO, Maruja SORNOSA e Laura GONZÁLEZ.

Em 8 de Junho, o jornalista Staffan DAHLLÖF entrevistou o Sr. Söderman por telefone, tendo em vista a elaboração de um folheto a publicar pela organização sindical sueca *Statstjänstemannaförbundet*. O Sr. DAHLLÖF também escreve para o jornal diário sueco *Göteborgs-Posten*, para o semanário dinamarquês *Det ny Notat* e para o *Journalisten* (semanário dos sindicatos sueco).

Em 9 de Junho, o jornalista Erik RYDBERG entrevistou o Sr. Jacob SÖDERMAN para o jornal Belga *Le Matin*.

Em 14 de Junho, o Sr. Laurent BIGOT, enviado pela Associação de Jornalistas Diplomáticos franceses, entrevistou o Sr. SÖDERMAN para a revista francesa *Le Point*.

Também em 14 de Junho, o Sr. SÖDERMAN deu uma entrevista a Sra. Jane LUSCOMBE, para a *BBC World Television*.

Mais tarde, o Sr. Dara McCLUSKEY, da *Tech Arts Media*, uma subsidiária da *Midas Productions* com sede em Dublin, filmou o Provedor SÖDERMAN no âmbito da produção de um CD-Rom para alunos das escolas secundárias irlandesas. Este projecto teve origem no *The Communicating Europe Initiative Taskforce* da Irlanda, sob a direcção do Ministério dos Negócios Estrangeiros irlandês.

Em 15 de Junho, a Danish Broadcasting Corporation (DR-TV), entrevistou o Provedor SÖDERMAN em Estrasburgo. A DR-TV é co-produtora de uma série de documentários sobre a UE. Estão programadas para o Outono cerca de 3 horas de emissões em toda a Europa. A atenção da DR-TV incidia especialmente no tema dos pagamentos em atraso da Comissão, na proposta da Comissão para o acesso do público aos documentos e no processo de reforma.

Em 27 de Junho, Mathias JONSSON entrevistou o Sr. SÖDERMAN para o *Ålands Tidning*, um jornal das ilhas Åland, no mar Báltico.

Em 4 de Julho, o Provedor SÖDERMAN foi entrevistado por Sr. Hans-Martin TILLIACK para a revista alemã *Stern* e por Peer SKIPPER para a edição dinamarquesa da revista do Parlamento Europeu *News from Europe*.

Em 5 de Julho, o Provedor SÖDERMAN participou numa conferência de imprensa organizada pela Comissão das Petições do Parlamento Europeu, no contexto da apresentação do seu relatório anual de 1999.

Também em 5 de Julho, foi entrevistado por Víctor CANALES, correspondente espanhol do Serviço Ibero-Americano da *Radio Nederlands International*. V. CANALES também está a preparar um documentário mensal, intitulado *En vivo desde el hemisiciclo*, que se destina a uma vintena de estações de rádio nacionais e regionais.

Em 7 de Julho, o Sr. SÖDERMAN foi entrevistado por o Sr. Torgeir ANDA, para o jornal económico norueguês *Dagens Naeringsliv*.

Em 19 de Julho, foi entrevistado por o Sr. Mina MITSUI, correspondente em Bruxelas do diário japonês *Yomiuri Shimbun*. O interesse deste jornal na entrevista relacionava-se com os esforços desenvolvidos por grupos de cidadãos japoneses para o estabelecimento da instituição do Provedor de Justiça no seu país.

Em 8 de Setembro, o Sr. Jacob SÖDERMAN foi entrevistado por Sra. Anna VOROS, jornalista da rádio sueca. A entrevista servirá de base para explicar o papel e as várias actividades desempenhadas pelo Provedor de Justiça Europeu numa publicação intitulada *The EU in Easy Swedish*.

Em 19 de Setembro, foi entrevistado pelo jornalista BOGERTS para o jornal neerlandês *Volkskrant*.

Em 10 de Outubro, foi entrevistado por Sra. Annegret LOGES, para a publicação alemã *DM-Magazin*.

Em 12 de Outubro, o Sr. Marja-Liisa HUSSO entrevistou o Sr. SÖDERMAN para o jornal finlandês *ET-lehti*.

Em 16 de Outubro, o Provedor de Justiça Europeu foi entrevistado pela televisão polaca. A equipa da TV era dirigida pela jornalista Grazyna MIKOLAJCYK. O Provedor de Justiça Europeu foi entrevistado no quadro de uma série de programas destinados a apresentar ao público polaco as instituições da União Europeia e suas actividades.

Em 17 de Novembro, deu uma entrevista telefónica a Sra. Monserrat MINOVA, para a Radio 4 de Barcelona.

Em 22 de Novembro, deu uma entrevista telefónica a Marie-Louise MOLLER, do *EU Observatory*. A entrevista abordou, fundamentalmente, o limite de idade nos processos de recrutamento.

Em 13 de Dezembro, o Provedor de justiça Europeu deu uma entrevista a Sra. Caroline MONIN para a revista *Dialogue*, publicada pelo Ministério da Região da Valónia.

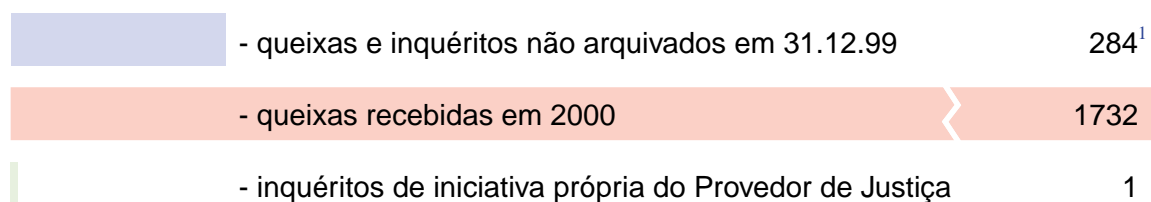




## A ESTATÍSTICAS RELATIVAS AO TRABALHO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA NO PERÍODO DE 1.1.2000 A 31.12.2000

### 1 CASOS TRATADOS EM 2000

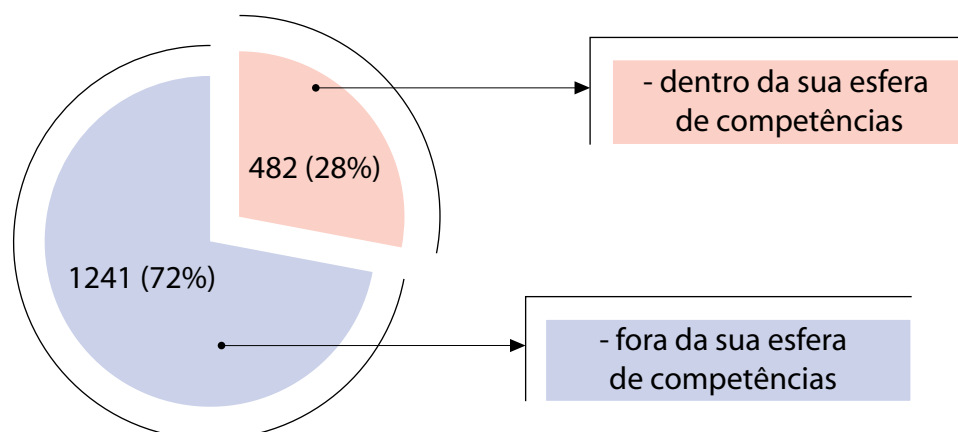
#### 1.1 NÚMERO TOTAL DE CASOS EM 2000 2017



#### 1.2 APRECIACÃO DA ADMISSIBILIDADE/ NÃO ADMISSIBILIDADE CONCLUÍDA 95%

#### 1.3 CLASSIFICAÇÃO DAS QUEIXAS

##### 1.3.1 De acordo com o mandato do Provedor de Justiça Europeu



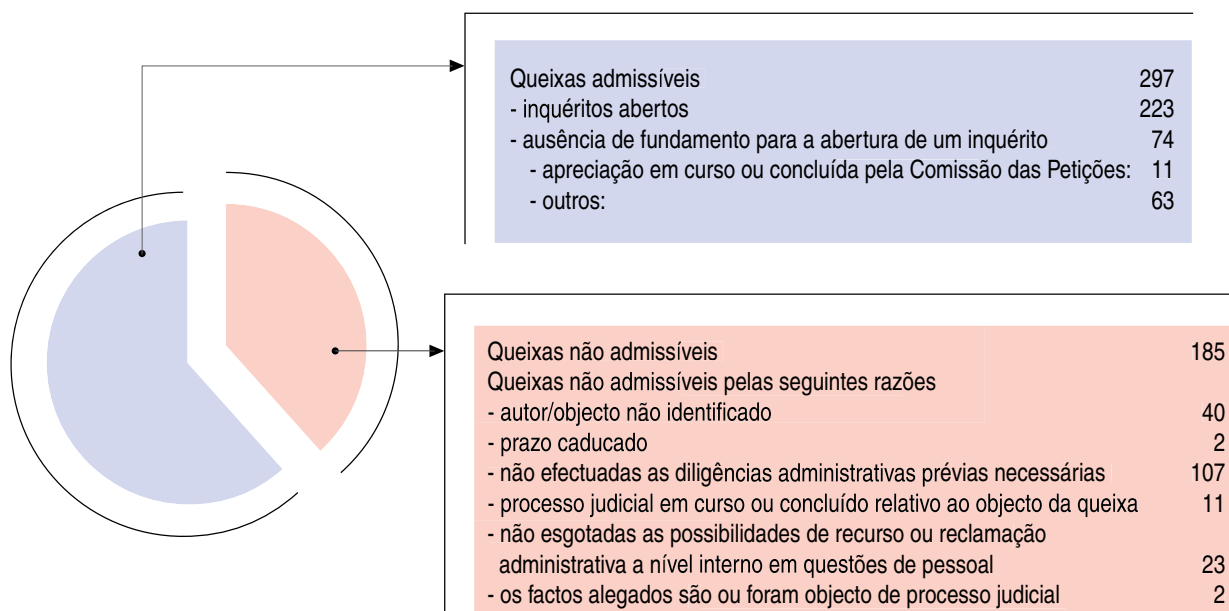
<sup>1</sup> Dos quais 6 inquéritos de iniciativa própria do Provedor de Justiça e 186 queixas admissíveis.



### 1.3.2 Razões da não inserção na esfera de competências

- pessoa não habilitada a apresentar queixa	12
- queixa não dirigida contra uma instituição ou organismo comunitário	1141
- queixa não relativa a um caso de má administração	90
- da competência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância	1

### 1.3.3 Análise das queixas que se inserem na esfera de competências

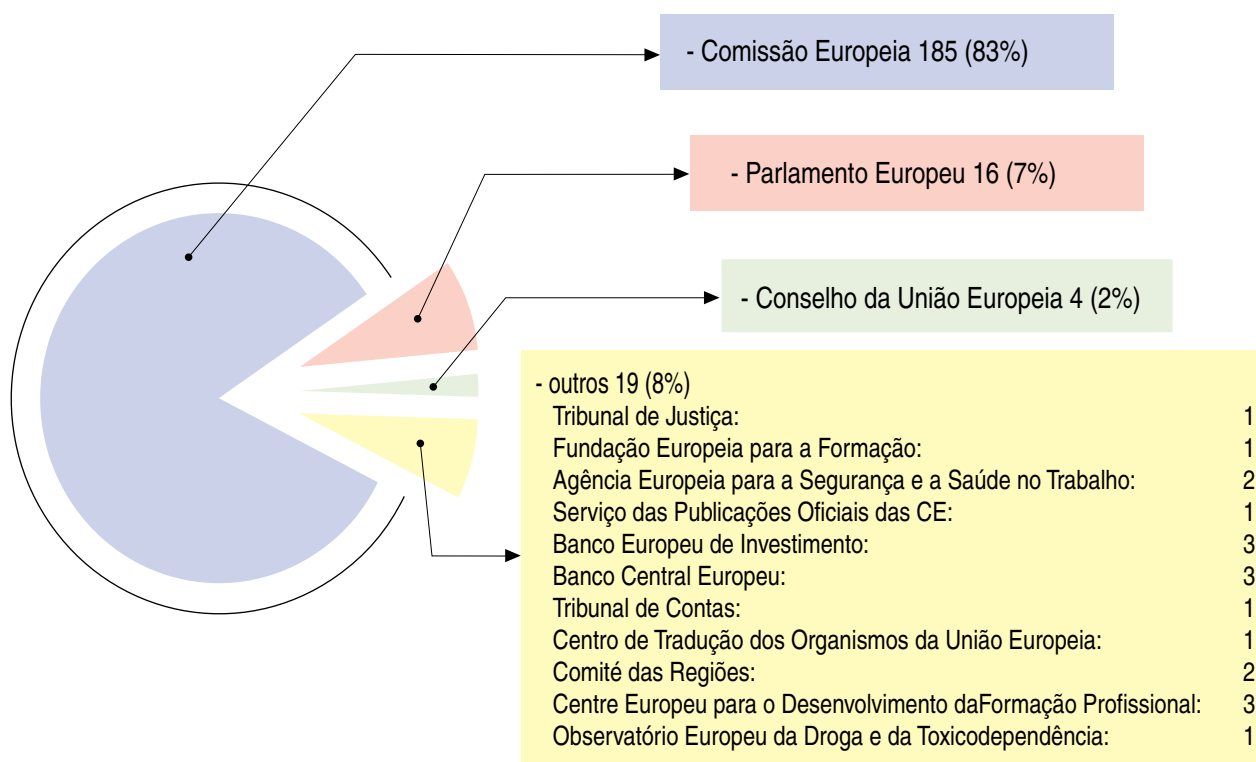


## 2 INQUÉRITOS ABERTOS EM 2000

224

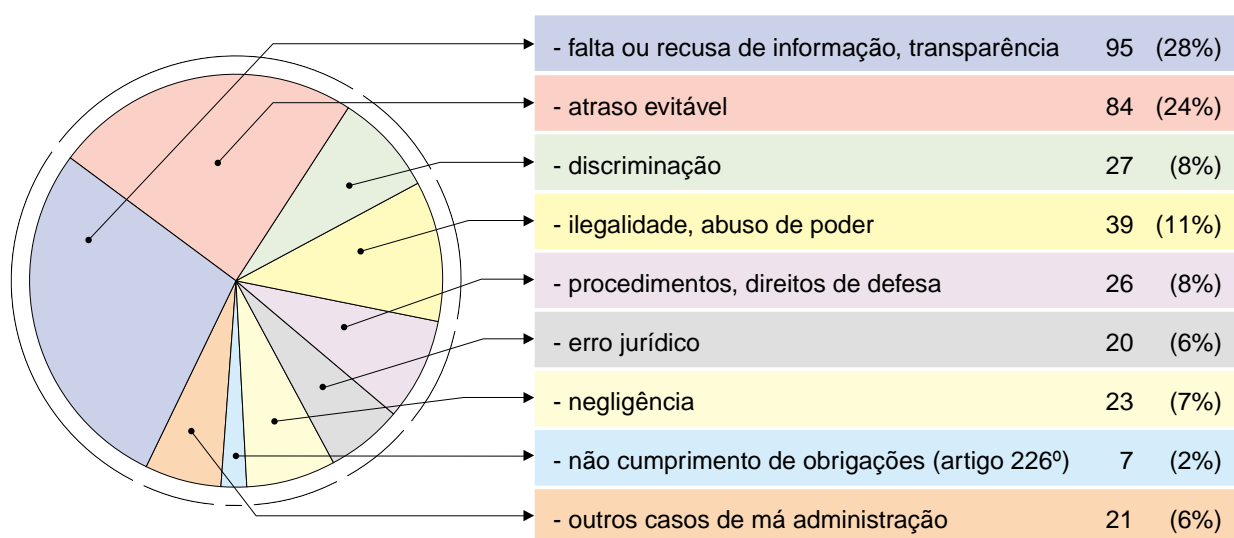
(223 queixas admissíveis e 1 inquérito de iniciativa própria do PJE)

### 2.1 INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS SUBMETIDOS A INQUÉRITOS<sup>2</sup>



### 2.2 TIPO DE MÁ ADMINISTRAÇÃO ALEGADA

(Em alguns casos foram alegados 2 tipos de má administração)

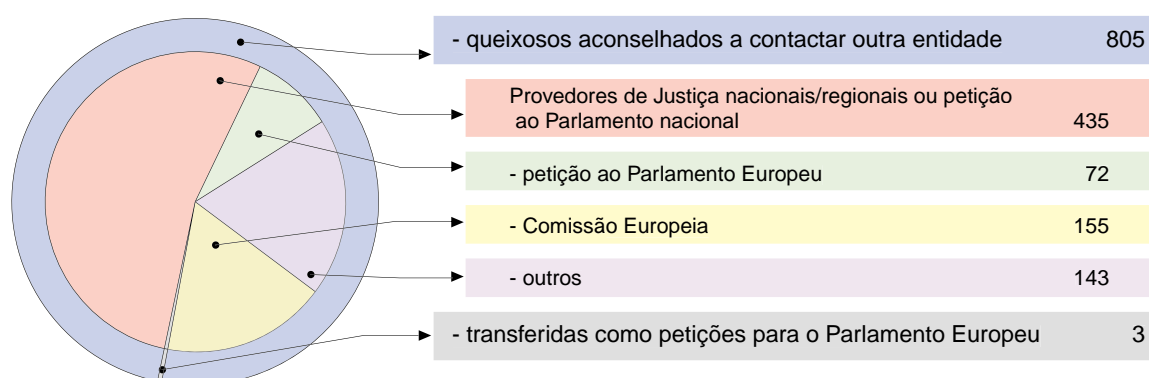


<sup>2</sup>

Alguns casos dizem respeito a duas ou mais instituições ou organismos.

### 3 DECISÕES DE ARQUIVAMENTO DE UMA QUEIXA OU DE CONCLUSÃO DE UM INQUÉRITO 1737

#### 3.1 QUEIXAS NÃO INSERIDAS NA ESFERA DE COMPETÊNCIAS 1241

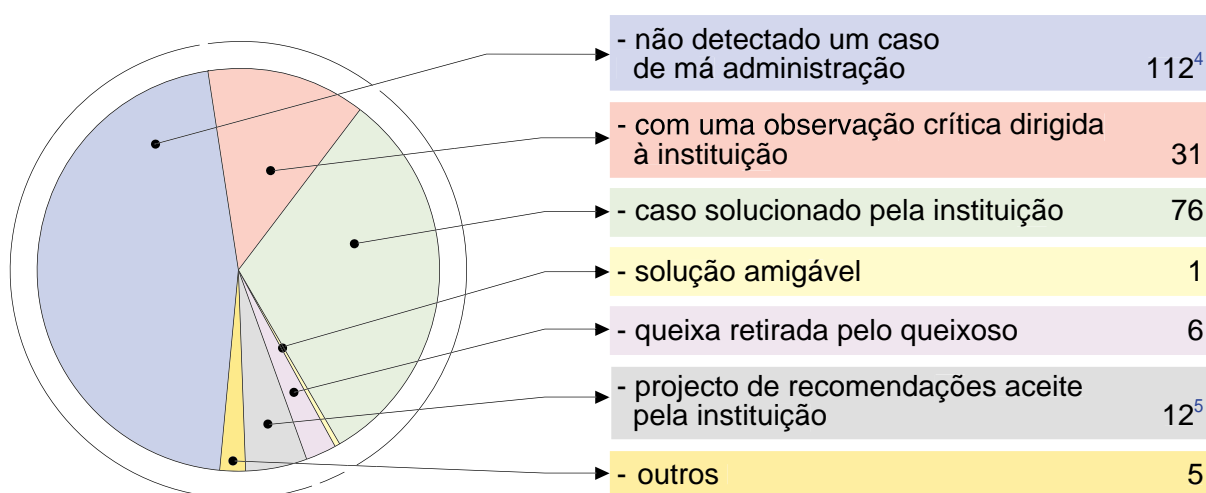


#### 3.2 QUEIXAS INSERIDAS NA ESFERA DE COMPETÊNCIAS, MAS NÃO ADMISSÍVEIS 185

#### 3.3 QUEIXAS INSERIDAS NA ESFERA DE COMPETÊNCIAS E ADMISSÍVEIS, MAS SEM FUNDAMENTO PARA A ABERTURA DE UM INQUÉRITO 74

#### 3.4 INQUÉRITOS ENCERRADOS COM DECISÃO FUNDAMENTADA 237<sup>3</sup>

(Um inquérito pode ser arquivado por uma ou mais das seguintes razões)



<sup>3</sup> Dos quais 4 relatórios de iniciativa própria do Provedor de Justiça.

<sup>4</sup> Dos quais 3 relatórios de iniciativa própria do Provedor de Justiça.

<sup>5</sup> Dos quais 1 relatório de iniciativa própria do Provedor de Justiça.

## 4 PROJECTOS DE RECOMENDAÇÕES APRESENTADOS EM 2000 E RELATÓRIOS ESPECIAIS AO PARLAMENTO EUROPEU



- caso de má administração detectado, dando azo a um projecto de recomendações	13
- apresentação de um relatório especial ao Parlamento Europeu	2

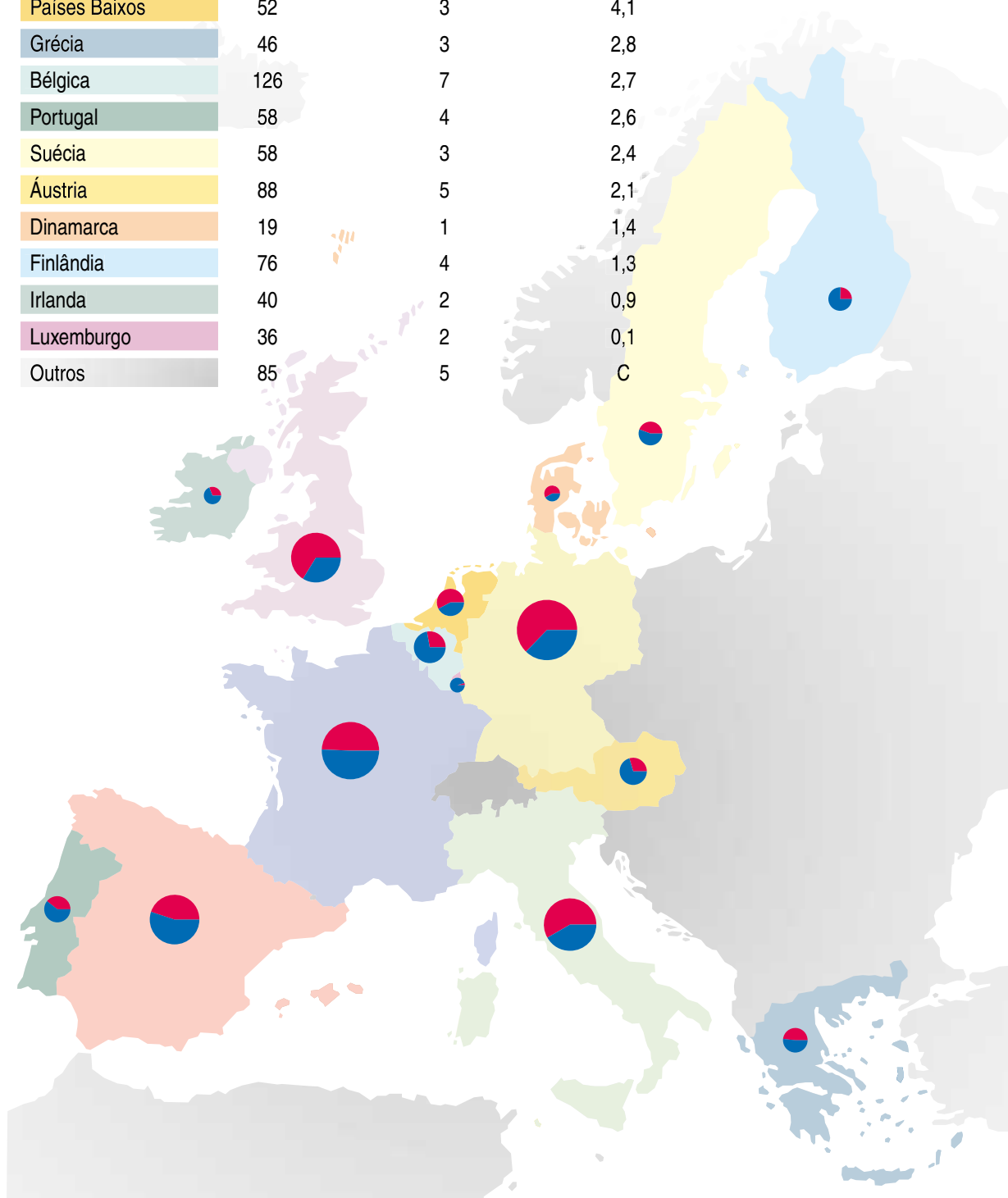
## 5 ORIGEM DAS QUEIXAS REGISTADAS EM 2000

### 5.1 ORIGEM DAS QUEIXAS

por:	- enviadas directamente ao Provedor de Justiça	1729
	- pessoas singulares	1539
	- empresas	76
	- associações	114
	- transmitidas por um deputado do Parlamento Europeu	2
	- petição transferida para o Provedor de Justiça Europeu	1

## 5.2 ORIGEM GEOGRÁFICA DAS QUEIXAS

País	Número de queixas	 % de queixas recebidas	 % da população da EU
Alemanha	213	13	21,9
Reino Unido	141	8	15,7
França	279	16	15,6
Itália	193	11	15,4
Espanha	222	13	10,6
Países Baixos	52	3	4,1
Grécia	46	3	2,8
Bélgica	126	7	2,7
Portugal	58	4	2,6
Suécia	58	3	2,4
Áustria	88	5	2,1
Dinamarca	19	1	1,4
Finlândia	76	4	1,3
Irlanda	40	2	0,9
Luxemburgo	36	2	0,1
Outros	85	5	C



## B ORÇAMEN- TO DO PRO- VEDOR DE JUSTIÇA

### Um orçamento independente

O Estatuto do Provedor de Justiça Europeu previa inicialmente que o orçamento da Provedoria de Justiça seria apresentado em anexo à Secção 1 (Parlamento) do orçamento geral da União Europeia.

Em Dezembro de 1999, o Conselho adoptou uma proposta que prevê a independência do orçamento do Provedor de Justiça e que introduz as modificações necessárias no Regulamento Financeiro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2000.<sup>6</sup> O orçamento do Provedor de Justiça Europeu passou a constituir uma secção independente (Secção VIII) do orçamento da União Europeia.

Na sequência desta revisão do Regulamento Financeiro, o Provedor de Justiça Europeu iniciou o processo de alteração dos artigos do seu Estatuto que se tornaram caducos.

#### Estrutura do orçamento

O orçamento do Provedor de Justiça está dividido em três títulos. O Título 1 compreende os vencimentos, subsídios e outras despesas relativas ao pessoal, bem como as despesas relativas às deslocações em serviço do Provedor de Justiça e do seu pessoal. O Título 2 do orçamento cobre os imóveis, equipamento e despesas diversas de funcionamento. O Título 3 compreende um único capítulo, que cobre o pagamento das quotizações para as organizações internacionais de Provedor de Justiça.

#### Cooperação com o Parlamento Europeu

A fim de evitar duplicações inúteis em matéria de pessoal administrativo e técnico, grande parte dos serviços necessários ao Provedor de Justiça são prestados directa ou indirectamente pelo Parlamento Europeu. Os domínios em que o Provedor de Justiça recorre, em maior ou menor medida, à assistência dos serviços do Parlamento são os seguintes:

- pessoal, incluindo contratos, vencimentos, subsídios e segurança social
- controlo financeiro e contabilidade
- preparação e execução do Título 1 do orçamento
- tradução, interpretação e tipografia
- segurança
- informática, telecomunicações e expedição/recepção de correio.

A poupança para o orçamento comunitário resultante da cooperação entre o Provedor de Justiça e o Parlamento Europeu foi estimada num montante equivalente a 5,5 lugares.

Quando os serviços prestados ao Provedor de Justiça comportam despesas suplementares para o Parlamento Europeu, os montantes em questão são imputados à respectiva rubrica do orçamento da Provedoria de Justiça e o pagamento é efectuado através de uma conta de ligação. O aluguer das instalações e os serviços de tradução são as despesas mais importantes tratadas por meio deste sistema.

O orçamento de 2000 incluiu um montante fixo destinado a cobrir os custos suportados pelo Parlamento Europeu para a prestação de serviços relativos exclusivamente ao pessoal, como a gestão de contratos, vencimentos e subsídios e uma série de serviços informáticos.

A cooperação entre o Parlamento Europeu e o Provedor de Justiça Europeu foi instituída por um acordo-quadro de cooperação datado de 22 de Outubro de 1995, completado por

<sup>6</sup>

Regulamento n° 2673/1999 do Conselho de 13 de Dezembro de 1999, JO L 326 de 18.12.1999, p. 1.



um acordo de cooperação administrativa e um acordo de cooperação orçamental e financeira, assinados em 12 de Outubro de 1995. Estes acordos deveriam expirar no termo da legislatura do Parlamento eleito em 1994.

Em Julho de 1999, o Provedor de Justiça e o Presidente do Parlamento Europeu assinaram um acordo que prorroga os primeiros acordos de cooperação até ao final de 1999.

Em Dezembro de 1999, o Provedor de Justiça e o Presidente do Parlamento Europeu assinaram um acordo que renova os acordos de cooperação, com alterações, para o ano 2000 e que prevê uma prorrogação automática a contar dessa data.

#### Orçamento de 2000

Em 1999, o Provedor de Justiça apresentou um plano de acção para a reestruturação da Provedoria de Justiça, que previa a separação do trabalho jurídico e do trabalho administrativo através da criação de serviços distintos. O orçamento de 2000 desbloqueou as dotações necessárias para o recrutamento de um novo funcionário A3, o que permitiu pôr em prática esta nova estrutura. O organigrama do Provedor de Justiça compreendia 24 lugares no total.

Em 2000, o plano de acção para a conversão de lugares temporários do organigrama em lugares permanentes começou a ser implementado. Um lugar A3, A5, A7, B5 e C2 foram convertidos em lugares permanentes.

O montante total das dotações disponíveis do orçamento do Provedor de Justiça para 2000 elevou-se a € 3.914.584. O Título 1 (Vencimentos, subsídios e outras despesas relativas a pessoas vinculadas à instituição) ascendeu a € 2.878.797. O Título 2 (Imóveis, equipamento e despesas diversas de funcionamento) elevou-se a € 824.000. O Título 3 (Despesas resultantes de funções específicas executadas pela instituição) ascendeu a € 2.000. Foi inscrito na reserva o montante de € 209.787 (Título 10).

O quadro seguinte indica as despesas em 2000 em termos de dotações autorizadas.

Título 1	€	2.643.429
Título 2	€	584.017
Título 3	€	1.543
Total	€	3.228.989

As receitas consistem em deduções das remunerações do Provedor de Justiça e do respectivo pessoal. Em termos de pagamentos recebidos, em 2000 o total das receitas elevou-se a € 330.844.

#### Orçamento de 2001

O orçamento para 2001, elaborado em 2000, prevê um organigrama de 26 lugares, o que representa um aumento de dois lugares em relação ao organigrama de 2000.

O total das dotações para 2001 eleva-se a € 3.902.316. O Título 1 (Vencimentos, subsídios e outras despesas relativas a pessoas vinculadas à instituição) eleva-se a € 3.011.390. O Título 2 (Imóveis, equipamento e despesas diversas de funcionamento) ascende a € 887.926. O Título 3 (Despesas resultantes de funções específicas executadas pela instituição) eleva-se a € 3.000.

O total das receitas previstas no orçamento para 2001 eleva-se a € 385.897.

## C PESSOAL

*PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU*

### JACOB SÖDERMAN

*SECRETARIADO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA*

*ESTRASBURGO*

## SERVIÇO JURÍDICO

### Ian HARDEN

*Chefe do Serviço Jurídico*

*(Chefe do Secretariado do Provedor de Justiça até 31.12.1999)*

Tel. +33 3 88 17 2384

### José MARTÍNEZ ARAGÓN

*Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro*

*(de 1.1.2000 a 30.4.2000)*

*Conselheiro jurídico principal*

*(desde 1.5.2000)*

Tel. +33 3 88 17 2401

### Gerhard GRILL

*Conselheiro jurídico principal*

Tel. +33 3 88 17 2423

### Ida PALUMBO

*Jurista*

Tel. +33 3 88 17 2385

### Alessandro DEL BON

*Jurista*

Tel. +33 3 88 17 2382

### Maria ENGLESON

*Jurista*

*Agente auxiliar (até 29.2.2000)*

*Agente temporário (desde 1.3.2000)*

Tel. +33 3 88 17 2402

### Peter BONNOR

*Jurista*

*Agente auxiliar (desde 1.10.2000)*

Tel. +33 3 88 17 2384

### Murielle RICHARDSON

*Assistente do Chefe do Serviço Jurídico*

Tel. +33 3 88 17 2388

### Isabelle FOUCAUD

*Secretária*

Tel. +33 3 88 17 2391

### Isabelle LECESTRE

*Secretária*

Tel. +33 3 88 17 2413

### Conor DELANEY

*Estagiário (até 31.1.2000)*

### Raquel IZQUIERDO

*Estagiária (de 1.1.2000 a 30.6.2000)*

### Helene THYBO

*Estagiária (de 1.2.2000 a 31.7.2000)*

### Hans CRAEN

*Estagiário (desde 15.9.2000)*

Tel. +33 3 88 17 2542

### Mette Lind THOMSEN

*Estagiária (desde 9.10.2000)*

Tel. +33 3 88 17 2543

## SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**João SANT'ANNA**

*Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro  
(Funcionário do Parlamento Europeu, em regime de  
destacamento na Provedoria de Justiça desde 1.5.2000)*  
Tel. +33 3 88 17 5346

**Ben HAGARD**

*Comunicações Internet*  
Tel. +33 3 88 17 2424

**Xavier DENOËL**

*Administrador  
Agente temporário (até 29.2.2000)  
Agente auxiliar (desde 1.3.2000 )*  
Tel. +33 3 88 17 2541

**Nathalie CHRISTMANN**

*Assistente administrativa*  
Tel. +33 3 88 17 2394

**Alexandros KAMANIS**

*Finanças*  
Tel. +33 3 88 17 2403

**Marie-Claire JORGE**

*Informática  
(Agente temporário desde 1.6.2000)*  
Tel. +33 3 88 17 2540

**Juan Manuel MALLEA**

*Assistente do Provedor de Justiça  
(Agente temporário desde 1.1.2000)*  
Tel. +33 3 88 17 2301

**Marie-Andrée SCHWOOB**

*Secretária  
Agente temporário (até 31.5.2000)*

**Félicia VOLTZENLOGEL**

*Secretária*  
Tel. +33 3 88 17 2422

**Isgouhi KRIKORIAN**

*Secretária  
(Funcionária transferida para a Provedoria de Justiça  
em 16.7.2000)*  
Tel. +33 3 88 17 2393

**Charles MEBS**

*Contínuo*  
Tel. +33 3 88 17 7093



O Provedor de Justiça e o seu pessoal sediado em Estrasburgo.

*BRUXELAS***Benita BROMS***Chefe da Antena de Bruxelas**Jurista principal*

Tel. +32 2 284 2543

**Olivier VERHEECKE***Jurista (até 30.6.2000)**Jurista principal (desde 1.7.2000)*

Tel. +32 2 284 2003

**Vicky KLOPPENBURG***Jurista*

Tel. +32 2 284 2542

**Evanthia BENEKOU***Estagiária (de 1.8.2000 a 31.10.2000)**Agente auxiliar (desde 1.11.2000)*

Tel. +32 2 284 3897

**Maria MADRID***Assistente*

Tel. +32 2 284 3901

**Anna RUSCITTI***Secretária*

Tel. +32 2 284 6393

**Ursula GARDERET***Secretária*

Tel. +32 2 284 2300



*Pessoal do Provedor de Justiça sediado em Bruxelas.*

## D INDÍCE DAS DECISÕES

### Decisões incluídas neste relatório

#### 1997

0398/97/(VK)/GG .....	182
1004/97/(PD)/GG .....	211

#### 1998

0109/98/ME .....	188
0161/98/ME .....	142
0489/98/OV .....	191
0507/98/OV .....	181
0515/98/OV .....	181
0521/98/ADB .....	193
0533/98/OV .....	34
0540/98/(XD)ADB .....	147
0576/98/OV .....	181
0608/98/ME .....	179
0713/98/IJH .....	213
0715/98/IJH .....	39
0789/98/JMA .....	46
0813/98/(PD)/GG .....	50
0818/98/OV .....	181
1108/98/BB .....	57
1260/98/(OV)BB .....	136
1280/98/(PD)GG .....	29
1305/98/(OV)BB .....	136
1317/98/VK .....	58
1346/98/OV .....	153
OI/1/98/OV .....	212

#### 1999

0078/99/OV .....	106
0142/99/BB .....	111
0198/99/(PD) JMA .....	158
0225/99/IJH .....	60
0287/99/ADB .....	98
0288/99/ME .....	134
0390/99/ADB .....	132
0395/99/(PD)/(IJH)/PB .....	64
0396/99/IP .....	67
0408/99/VK .....	176
0506/99/GG .....	71

0521/99/GG .....	113
0601/99/IJH .....	115
0734/99/(VK)/IJH .....	77
0879/99/IP .....	116
0890/99/BB .....	162
0904/99/GG .....	83
0905/99/GG .....	86
1011/99/BB .....	139
1043/99/(IJH)/MM .....	119
1219/99/ME .....	91
1259/99/ME .....	110
1264/99/IP .....	119
1305/99/IP .....	164
1478/99/OV .....	121
1479/99/(OV)/MM .....	168
1487/99/IJH .....	128
1527/99/MM .....	122
OI/1/99/IJH .....	198
OI/3/99/(IJH)/PB .....	201

#### 2000

0006/2000/VK .....	108
0103/2000/GG .....	122
0157/2000/ADB .....	95
0171/2000/IJH .....	123
0269/2000/IJH .....	124
0379/2000/OV .....	125
0422/2000/GG .....	170
0491/2000/ADB .....	127
0500/2000/IP .....	173
0659/2000/GG .....	100
OI/1/2000/OV .....	209
Q1/2000/MM .....	199
Q2/2000/ADB .....	199
Q3/2000/ME .....	200

## COMO CONTACTAR O PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU

- Por correio

Provedor de Justiça Europeu  
1, av. du Président Robert Schuman  
B.P. 403  
F - 67001 Strasbourg Cedex

### ESTRASBURGO

- Por telefone  
+33 3 88 17 2313

### BRUXELAS

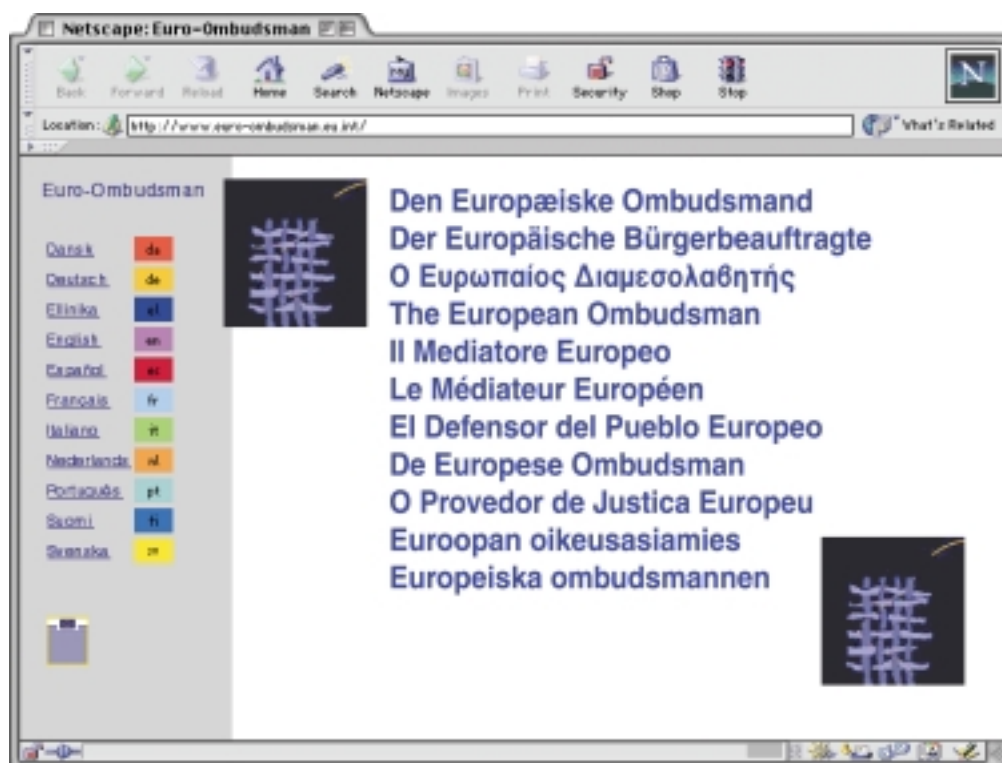
- Por telefone  
+32 2 284 2180

- Por fax  
+33 3 88 17 9062

- Por fax  
+32 2 284 4914

- Por correio electrónico  
[euro-ombudsman@europarl.eu.int](mailto:euro-ombudsman@europarl.eu.int)

- Pela Internet  
<http://www.euro-ombudsman.eu.int>





Preço no Luxemburgo (IVA excluído) : EUR 10



SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS  
DAS COMUNIDADES EUROPEIAS  
L-2985 LUXEMBURGO

ISBN 92-823-1550-9

